



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELA ROSA DE OLIVEIRA

MOVIMENTO FEMINISTA E ESTADO:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO GOVERNO
ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO (2003-2016)

Vitória

2019

DANIELA ROSA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO FEMINISTA E ESTADO:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO GOVERNO
ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO (2003-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Euzeneia Carlos.

Vitória

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

O48m Oliveira, Daniela Rosa de, 1975-
Movimento feminista e Estado: políticas públicas para
mulheres no governo estadual do Espírito Santo (2003-2016) /
Daniela Rosa de Oliveira. - 2019.
199 f. : il.

Orientadora: Euzeneia Carlos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Movimentos sociais. 2. Feminismo. 3. Estado. 4. Política
pública. 5. Ação coletiva. I. Carlos, Euzeneia. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 316

Daniela Rosa de Oliveira

**MOVIMENTO FEMINISTA E ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MULHERES NO GOVERNO ESTADUAL DO ESPÍRITO
SANTO (2003-2016)**

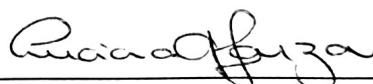
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 10 de abril de 2019.

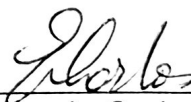
Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Euzeneia Carlos do Nascimento
Orientadora e Presidente da Comissão - UFES



Profa. Dra. Luciana Andressa Martins de Souza
Examinadora interna – ES



Profa. Dra. Euzeneia Carlos do Nascimento
Por: Prof. Dr. José Eduardo León Szwako
Examinador Externo – UERJ

Para Pedro e Daniel, que me ensinam cotidianamente a medida do possível e o amor incondicional.

Para Rodrigo, pela vida compartilhada que faz transbordar em mim sentimentos de parceria e amor.

Para Helena e Salatiel, meus pais, os maiores incentivadores de tudo, a quem eu dedico este momento, amo vocês desmedidamente.

AGRADECIMENTOS

Produzir uma dissertação de mestrado não é tarefa fácil e tampouco é feita por um par de mãos apenas. Correções, sugestões, apoios, pitacos, carinho e até mesmo uma boa taça de vinho ou uma tulipa de chopp são favores e ocasiões nas quais estamos construindo, conscientes ou não, nosso temido trabalho de conclusão de curso. E com a ajuda de muitas pessoas. Com certeza não conseguirei citá-las todas, mas já agradeço antecipadamente.

À minha orientadora, Euzeneia Carlos, agradeço pela inspiração de procurar os meandros e a complexidade dos processos, que desvela um caminho profícuo e instigante. Por sua presença cuidadosa durante todo o percurso dessa dissertação, que a beneficiou enormemente. E mesmo antes do processo de seleção do mestrado me ajudou a encontrar esta temática apaixonante, que mesmo sem saber eu já trazia dentro de mim.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS/UFES), agradeço aos professores, colegas e funcionários pelo excelente ambiente acadêmico, pela possibilidade de enriquecer meus conhecimentos num espaço aberto ao pensamento crítico e ao debate de ideias.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação exclusiva à elaboração deste trabalho.

Faço menção especial à memória de Renan de Almeida Tomasi, que pude compartilhar muitos momentos de aprendizado nas disciplinas do mestrado e que infelizmente faleceu precocemente, sem nem mesmo terminar sua dissertação, na intenção de, com isso, homenagear toda a turma de 2017 do Mestrado em Ciências Sociais. Passamos por muitos momentos de trocas, fóruns de reclamações, tira dúvidas, incentivos e todo o tipo de emoções que este processo nos proporciona, obrigada todos e todas. Aproveito para lembrar de todo apoio ofertado pela Dani, Danielly Real da turma de 2016, com sua experiência e paciência me ajudou sobremaneira.

Agradeço especialmente a cada uma das ativistas entrevistadas para essa pesquisa, por compartilharem tão generosamente suas trajetórias e histórias, que se entrelaçam à história dos movimentos feministas no ES e constituem matéria viva dessa dissertação. Também preciso me reportar à todas as feministas, mulheres, lutadoras, que cotidianamente dedicam suas vidas em busca de um mundo melhor para toda a humanidade. Ninguém solta a mão de ninguém!

Às minhas queridas amigas do “chá das quatro”, grupo do WhatsApp no qual nos momentos de maior angústia e alegrias pude compartilhar esta incrível aventura que resolvi me proporcionar depois dos 40. Amigas com quem compartilho de preocupações, aflições, felicidades e sonhos. Agradeço pela sincera e verdadeira amizade, obrigado por estarem comigo nessa jornada.

Às amigas e amigos por tornarem a vida melhor, em especial nosso grupinho da Super Quadra acrescido de alguns agregados que fazem com que nossos momentos juntos sejam de pura diversão e um ótimo repositores de energia. Também quero agradecer aos queridos e queridas da

Comunidade Ambiental (COMAM), lugar onde busco fortalecer meu eu espiritual e renovar minha esperança num Deus de amor e proteção.

À dona Maria Dolores Aurich, agradeço pelo enorme carinho e responsabilidade com o qual cuidou de Pedro e Daniel nos momentos em que precisei me ausentar, na UFES ou mesmo trancada em meu quarto: contar com sua ajuda foi fundamental para mergulhar no trabalho. Agradeço também, especialmente nesta reta final, ao apoio e as risadas de Samuel.

Agradeço à minha grande família Rosa Oliveira Quiquita Trazzi (irmãos, cunhadas, cunhados, concunhadas, sobrinhos, sogra, madrinha, tios, primos) pelas diversas formas de ajuda que me oferecem desde sempre, pelo estímulo constante e por torcerem por mim em todos os momentos da minha vida, amo vocês.

Agradeço ao meu pai por sedimentar o caminho para que eu pudesse pisar firme e ir além. Meu amigo de todas as horas. A ele e minha madrastra Maridalva todo cuidado comigo, os meninos e nossa casa, gratidão.

À minha mãe, agradeço por todas as formas de ajuda, imensuráveis, durante todo o percurso dessa dissertação, as várias correções de texto, as dúvidas compartilhadas, a presença constante e incentivadora, e, especialmente, pelo carinho com o qual cuida dos meus meninos, reiterando o carinho e o cuidado comigo.

Quero lembrar da minha cachorrinha Laika que chegou em nossas vidas no meio deste processo, e foi uma grande companheira nos inúmeros fins de semana e feriados que passamos sozinhas divididas entre o computador, os carinhos e as lambidas, especialmente nos meses de recuperação das fraturas das 04 vértebras (L1,2,3,4) que me acometeu também neste período.

À Pedro, eu agradeço por todo apoio e cuidado, meu parceiro, só pelo olhar sabe o que estou sentindo, durante todo o tempo me ajudou a passar pelas angústias e batalhas, sempre com um colinho incentivador, uma piada instigante, uma frase inteligente, uma gargalhada elegante.

À Daniel, meu pequeno, por todos os beijinhos distribuídos carinhosamente, nestes quase dois anos e meio deste processo me encheu de alegrias e amor. Sendo um super parceiro nesta arte de aprender e ensinar, a ser estudante, esposa, dona de casa, mulher, feminista e mãe, obrigada!

Ao Rodrigo, meu Rodo, o ato de agradecer se mistura ao ato de celebrar o caminhar de duas vidas que andam juntas. Então pensar nele nesse momento de finalização, é agradecer à vida, ao encontro, e reconhecer que muito do que existe hoje passa por esse encontro. Eu poderia dizer de todo apoio, irrestrito, material e emocional, o companheirismo, o carinho, o debate de ideias, a palavra certa na hora certa: mesmo assim, não daria conta. Te amo para sempre.

À Rodo, Pepe, Daninho, mamãe e papai dedico essa dissertação, com todo o meu amor.

“Seguiremos em marcha até que todas sejamos
livres”.
(Marcha Mundial das Mulheres)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar as interações entre os movimentos feministas e o governo do estado do Espírito Santo na produção de políticas públicas para as mulheres, compreendendo como ocorre este processo de interação socioestatal, sua configuração e dinâmicas. O período analisado vai de 2003, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), primeiro organismo gestor do Governo Federal, chegando até 2016, ano de implantação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres no Governo Estadual. Os pressupostos de análise baseiam-se nos estudos brasileiros que demonstram que os movimentos sociais desenvolvem relações complexas e diversificadas com o Estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos deles combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva, efetuando assim múltiplas possibilidades de interação. À essa chave interpretativa somam-se a teoria do processo político, especialmente o conceito de repertório de ação coletiva e repertório de interação, e o neoinstitucionalismo histórico com sua noção de encaixe institucional, mobilizados como lentes analíticas. Complementando o arcabouço teórico incluímos o conceito de ativismo institucional e as contribuições dos estudos feministas. Tomaremos este desafio de contribuir com a teoria dos movimentos sociais e as teorias feministas em desnudar este campo de relações entre sociedade civil e Estado, especialmente sobre as configurações das interações socioestatais no contexto brasileiro pós 2000. A análise dos dados aponta mudanças no repertório de ação e de interação dos movimentos feministas capixaba, incluindo seu posicionamento frente ao Estado, o qual variou de uma situação de oposição ou mesmo de indiferença, para a busca de uma relação direta voltada à incidência na política pública setorial, através da atuação nos espaços estatais seja pela via das instituições participativas, seja da ocupação de cargos na burocracia. Os dados foram levantados por meio de entrevistas em profundidade realizadas com ativistas feministas atuantes tanto nas organizações do movimento quanto na burocracia estatal, aos quais serão associados um conjunto de dados documentais coletados ao longo da pesquisa.

Palavras chaves: Movimento feminista; Estado; interações socioestatais; repertórios de ação e interação; política pública.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the interactions between the feminist movements and the government of the state of Espírito Santo in the production of public policies for women, understanding how this process of socio-state interaction, its configuration and dynamics occurs. The period analyzed was 2003, when the Secretariat for Policies for Women (SPM / PR) was created, the first managing body of the Federal Government, until 2016, the year of implementation of the Secretariat for Policies for Women in the State Government. The assumptions of analysis are based on Brazilian studies that demonstrate that social movements develop complex and diversified relations with the state rather than being pure, coherent, and stable models, many of which combine multifaceted dimensions of collective action, thus effecting multiple possibilities of interaction. To this interpretative key are added the theory of the political process, especially the concept of repertoire of collective action and repertoire of interaction, and historical neoinstitutionalism with its notion of institutional fit, mobilized as analytical lenses. Complementing the theoretical framework we include the concept of institutional activism and the contributions of feminist studies. We will take up this challenge of contributing to the theory of social movements and feminist theories in stripping this field of relations between civil society and the State, especially on the configurations of socio-state interactions in the Brazilian context post 2000. The analysis of the data points to changes in the repertoire of action and interaction of the feminist movements of the Capixaba, including their positioning in relation to the State, which ranged from a situation of opposition or even indifference, to the search for a direct relationship focused on politics public sector, by acting in the state spaces either through the participatory institutions, or of the occupation of positions in the bureaucracy. The data were collected through in-depth interviews conducted with feminist activists active in both the movement organizations and the state bureaucracy, to which a set of documentary data collected throughout the research will be associated.

Keywords: Feminist movement; State; socio-state interactions; repertoires of action and interaction; public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Desenho de pesquisa.....	28
Figura 2 -	Movimentos feministas no ES – Rede de apoiadores/as e aliados/as (2003 a 2016).....	130

LISTA DE FOTOS

Foto 01 -	Mesa de abertura que deu posse as Conselheiras do CEDIMES – 2005	114
Foto 02 -	Escadaria em frente ao Palácio Anchieta tomada por militantes na Marcha do 08 de março de 2016.....	120
Foto 03 -	Evento de entrega do ônibus para funcionamento do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha – Praça do Tribunal de Justiça – Vitória / ES – 13.09.2013.....	135
Foto 04 -	Marcha do 08 de março – 2016.....	137
Foto 05 -	Momentos da Marcha do 08 de março de 2016 – temas feministas abordados.....	138
Foto 06 -	Audiência solicitada pelo CEDIMES com o Governador Renato Casagrande para pautar as políticas públicas para as mulheres – realizada em 09/05/2013.....	157
Foto 07 -	III Conferência Estadual de Políticas para as mulheres – 03/03/2011...	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese das principais pautas – movimentos feministas capixabas.....	123
Quadro 2 -	Composição dos movimentos feministas no ES - Divisão por área de abrangência (2003 – 2016).....	125
Quadro 3 -	Repertório de ação e interação – ações institucionais (insiders).....	133
Quadro 4 -	Repertório de ação e interação – ações extrainstitucionais (outsiders)....	136
Quadro 5 -	Eixos norteadores dos principais documentos de Políticas Públicas produzidos para as mulheres no ES.	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Perfil das entidades que compõem os Movimentos feministas no ES - Temáticas de atuação (2003-2016).....	127
-----------	---	-----

Gráfico 2	Entidades que compõem a Rede de apoiadores dos movimentos feministas no ES por temáticas de atuação.....	129
-----------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil das Entrevistadas.....	30
Tabela 2	Perfil associativista das entrevistadas.....	31

LISTA DE SIGLAS

ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
 AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
 AMB - Associação de Mulheres Brasileiras
 AMUS - Associação de Mulheres Unidas da Serra
 AMUCABULI - Associação Mulheres Unidas de Cariacica em Busca da Libertação
 APM - Agências estatais de políticas públicas para as mulheres
 CDDH - Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra
 CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
 CEDIMES - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do ES
 CEPIA - Cidadania Estudos Pesquisa Informação e Ação
 CIM - Centro Integrado da Mulher
 CLADEM/Brasil - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
 CPMIVCM - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher
 CPMIVCM - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher
 CPV - Conselho Popular de Vitória
 FAMS - Federação das Associações de Moradores da Serra
 GEPPM - Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres
 IPs - Instituições Participativas
 MIM - Mecanismo Institucionais de Mulheres
 NUPEMGE - Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero
 OPM – Organismo de política pública para as mulheres
 SEDH - Secretaria Estadual de Direitos Humanos
 SESP - Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
 SEASM - Secretaria Estadual de Assistência Social e Políticas para Mulheres
 SCV - Secretaria da Casa Civil
 SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Conjuntura nacional e local.....	16
1.2 Problematização e justificativa.....	19
1.3 Metodologia e desenho de pesquisa.....	24
1.3.1 Desenho de pesquisa.....	27
1.3.2 As entrevistas.....	29
1.4 Estruturação dos Capítulos.....	33
 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS	 35
2.1 As teorias dos movimentos sociais.....	35
2.2 A interação entre o Estado e os movimentos sociais.....	41
2.3 Os movimentos feministas e o Estado.....	50
 3 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	 62
3.1 Movimentos feministas e ou movimentos de mulheres.....	68
3.2 As pautas e reivindicações dos movimentos feministas brasileiros do final do século XIX ao século XXI	71
3.2.1 Os feminismos do final do século XIX a meados do século XX.....	72
3.2.2 Os feminismos das décadas de 1970 e 1980.....	76
3.2.3 Os feminismos da década de 1990.....	81
3.2.4 Os feminismos do século XXI.....	86
 4 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO ESPÍRITO SANTO: GÊNESE, COMPOSIÇÃO E REDE DE ARTICULAÇÃO.....	 94
4.1 Especificidades dos movimentos feministas no ES.....	94
4.1.1 O percurso histórico de constituição do movimento de mulheres no ES.....	95
4.2 Linha do tempo com fatos que marcaram o movimento e o Estado no período de 2003 a 2016.....	109
4.3 Pelo que as feministas capixabas lutam?.....	119
4.4 Composição dos movimentos feministas no ES e sua rede de apoiadores...	124
 5 A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O GOVERNO ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO: REPERTÓRIO DE AÇÃO E INTERAÇÃO E ENCAIXES INSTITUCIONAIS.....	 132

5.1	Os repertórios de ação e interação entre os movimentos feministas e o governo estadual - Ações institucionais (insiders)	133
5.2	Os repertórios de ação e interação entre os movimentos feministas e o governo estadual - Ações extra institucionais (outsiders).	136
5.3	O ativismo institucional de feministas no governo estadual.....	140
5.4	Caracterização da burocracia estadual.....	148
5.5	Instituições participativas.....	153
5.5.1	O Conselho estadual.....	155
5.5.2	As conferências estaduais de políticas para as Mulheres.....	158
	CONCLUSÃO	164
	REFERÊNCIAS.....	169
	ANEXOS.....	178

1. INTRODUÇÃO

Movimentos feministas, Estado, interações socioestatais, repertórios de ação e interação, políticas públicas, são termos e temas construídos na modernidade, fruto dos avanços conceituais possíveis ao longo dos séculos na história civilizatória. No Brasil tais temáticas vão se constituindo a partir das décadas de 1970 e 1980 do século passado e ao expandir-se passam a integrar os estudos sobre as relações sociais do final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

Muito tem-se produzido para refletir os impactos causados no cotidiano, principalmente sobre a atuação dos movimentos sociais e sua implicação na formulação e na implementação de políticas públicas para as mulheres, meio pelo qual utilizam numa tentativa de conter atos de violência contra a mulher e todas as formas de opressão e discriminação. O estado do Espírito Santo compõe a dinâmica estrutural que vai expressar tais relações envolvendo mulheres, movimento, Estado, políticas, sobretudo nas últimas décadas.

Esta pesquisa busca analisar os movimentos feministas¹ no Espírito Santo, no contexto de interação com o Estado, posterior ao período da reabertura democrática e a implantação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), oficialmente o primeiro órgão gestor de políticas para as mulheres do Governo Federal criado em 2003 até o ano de 2016, quando houve sua extinção, e, no nível estadual, à criação da Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres.

Pretende-se compreender as interações socioestatais no cenário capixaba recente, avançando na caracterização dessas relações e suas dinâmicas, apresentando como se dá atualmente no Espírito Santo os esforços dos movimentos feministas para influenciar a política setorial. Neste sentido, a pergunta que norteia este estudo é: quais foram as

¹ Nesta dissertação optou-se em utilizar o termo no plural alinhado com a fala de Pinheiro (2015), segundo ela, frequentemente fala-se em feminismos ou movimentos feministas, no plural, pois são diversas as formas de expressão das demandas do feminismo e pela diversidade que o caracteriza. “Esses feminismos no plural são reconhecidos nas lutas das mulheres negras, lésbicas, jovens, as mulheres de diferentes classes sociais, etnias, nacionalidades e perspectivas sobre o capitalismo, colonialismo, ecologia, socialismo, liberalismo, anarquismo, entre vários outros e podem lutar contra vários “inimigos”, em variados contextos” (PINHEIRO, 2015, p.49/50).

dinâmicas de interação entre os movimentos feministas e o governo estadual na produção da política setorial, referente ao período de 2003 a 2016?

O recente debate das teorias de movimentos sociais e das teorias feministas sobre as diversas interações encetadas entre os movimentos feministas e o Estado, bem como suas configurações, serve de aporte teórico metodológico para percorrer tal percurso. Para tanto, o trabalho utiliza como lentes analíticas os conceitos de *repertório de ação coletiva* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001, 2009; Tilly, 2010; Tarrow, 2009; Alonso, 2009, 2012), *repertórios de interação* (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), *interação socioestatal* (Carlos, 2015, 2017; Abers e Von Bülow, 2011; Banaszak, 2005, 2010; Banaszak e Whitesell, 2017; Carlos, Dowbor e Albuquerque, 2017; Mische, 2008), *movimento feminista* (Alvarez, 2000, 2003, 2014; Bezerra, 2014; Matos, 2014; Costa, 2005; Bonh, 2010; Pinheiro, 2016), *ativismo institucional* (Abers e Tatagiba, 2014; Outshoorn, 2005; Banaszak, 2010; Banaszak e Whitesell, 2017, dentre outros).

Por meio deste arcabouço teórico, buscou-se identificar os repertórios que traduzem os diferentes padrões de interação entre Estado e sociedade civil, examinando como o campo feminista tem construído combinações que reúnem tanto ações colaborativas, quanto ações confrontacionais com o Estado.

Partiu-se dos estudos que demonstram que é possível observar o desenvolvimento e as mudanças no repertório de ação e interação e na estratégia de ação dos movimentos feministas brasileiro, sobretudo entre a reabertura democrática na década de 1980 e a primeira década do século XXI, incluindo seu posicionamento frente ao Estado. De acordo com Bezerra (2014), esta relação variou de uma situação de oposição ou mesmo de indiferença, até a busca direta pela incidência sobre políticas públicas e a atuação nos espaços do próprio Estado seja pela via partidária, seja pelas instituições participativas, via ativismo institucional ou estatal como no caso das “femocratas²”, entre outras.

² Segundo Pinheiro (2015), os estudos sobre o feminismo estatal e as femocratas iniciaram a partir da década de 1980 e tiveram como marco a ideia de que ocupar o Estado seria uma estratégia fundamental para os objetivos feministas de transformação do Estado (PINHEIRO, 2015). “A experiência de inserção das feministas no Estado se refletiu nas teorias acerca do mesmo a partir da criação do conceito de feminismo de estado ou feminismo estatal” (*state feminism*).” (PINHEIRO, 2015, p.49)

Com base na análise dos dados foi possível identificar que o repertório de ação e interação dos movimentos feministas no Espírito Santo incorporou desde grandes mobilizações de rua, marchas, passeatas, performances, passando por estratégias de lobby e advocacy³ até a introdução da participação em espaços de interação com o Estado, como conselhos, conferências setoriais e o ativismo institucional como uma forma de ação coletiva. Os movimentos feministas combinaram, assim, repertórios de ação extrainstitucional (outsider) com ação institucional (insider), utilizados conforme o contexto de interação e as oportunidades e restrições políticas.

1.1 Conjuntura nacional e local

Em 2003, foi criado pelo governo federal brasileiro, o primeiro organismo gestor de políticas para as mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para algumas autoras, este fato contribuiu com a implantação dos organismos de políticas para as mulheres (OPMs⁴) e alterou a forma de atuação dos movimentos sociais (JOVENDUSKI, 2005 apud NOGUEIRA, 2013), assim como do Estado⁵. Embora ainda estejam em curso

³ O termo tem origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, deriva do verbo *to advocate*. Entretanto, a tradução literal em português, advogar, traz uma conotação em demasiado jurídica – e nem sempre o advocacy possui esse foco. Na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Estes dois conceitos, advocacy e lobbying muitas vezes são empregados como sinônimos, mas possuem diferenças significativas. Por advocacy entendemos o ato de identificar, adotar e promover uma causa. É um esforço para moldar a percepção pública ou conseguir alguma mudança seja através de mudanças na lei, mas não necessariamente. Lobbying é uma forma específica de fazer advocacy e é focada em influenciar a legislação (AVNER, 2002). Sendo assim, lobbying pode ser entendido como parte da atividade de advocacy. No Brasil o significado destes conceitos está em fase de construção e possui diferenças em relação ao significado norte-americano.

⁴ Verificar-se-á nesta dissertação que o órgão gestor de políticas para as mulheres é denominado de diferentes formas pelas(os) analistas: Agência estatal de políticas públicas para as mulheres (APM); Mecanismo institucional de mulheres (MIMs), Organismos de políticas para as mulheres (OPMs), mas todos dizem respeito a estrutura administrativa governamental constituída com o objetivo de implantar políticas públicas para as mulheres. Estas estruturas podem ser implantadas nos níveis federal, estadual e municipal.

⁵ McBride e Mazur (2010) indicam que, ao haver responsividade dos OPMs às demandas do movimento, há a possibilidade de dois tipos de manifestação: pode o Estado responder aos movimentos promovendo ideias, atores e demandas baseadas na consciência de gênero e causas relativas aos direitos das mulheres, como também atuar reconhecendo o patriarcado e as hierarquias baseadas nas desigualdades de gênero, buscando reverter esse quadro de forma mais contundente.

pesquisas mais contundentes que avaliem se houveram ou não sucesso de ordem inclusiva das demandas do movimento de mulheres e feministas.

Em 2004, inicia-se o processo de realização e fomento das conferências de políticas para as mulheres (nos níveis federal, estadual e municipal). Convocadas conjuntamente pelo Estado e movimentos sociais, as conferências se constituíram em estratégia política estabelecidas no Brasil para a construção de políticas públicas por meio do diálogo e negociação entre Estado e movimentos sociais, sendo apontadas por algumas analistas como um importante mecanismo de participação das atrizes sociais.

De 2003 a 2016, ocorreram quatro ciclos de conferências (são ciclos porque cada conferência nacional é precedida de etapas estaduais e municipais, reunindo um número considerável de atrizes e estruturas de governo nos três níveis). No ano de 2016, a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reuniu cerca de três mil mulheres, e foi marcada pelo processo de impeachment⁶ da Presidenta Dilma Rousseff e a extinção da SPM/PR pelo então Presidente Michel Temer (PMDB), ocorrida no mesmo ano.

No Estado do Espírito Santo também ocorreram as conferências de políticas para as mulheres em 2004, 2007, 2011 e 2015 realizadas conjuntamente pelo governo estadual e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo (CEDIMES). Mas, a criação do primeiro organismo gestor em nível estadual se deu apenas em 2012, no governo Renato Casagrande (PSB), denominado Gerência de Políticas para as Mulheres (ligada à estrutura administrativa da Subsecretaria de Movimentos Sociais). No ano 2016, no governo Paulo Hartung (PMDB), foi criada a Subsecretaria Estadual de

⁶ O impeachment de Dilma Rousseff consistiu em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade de seu mandato como presidenta da República Federativa do Brasil. O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma mas sem a perda dos direitos políticos da mesma. (Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>).

Políticas para a Mulher⁷ ligada à estrutura administrativa da também recém-criada Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH).

Neste contexto, outro momento relevante no Espírito Santo foi o processo de elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, entregue ao Governador do estado pelo movimento de mulheres em dezembro de 2014. Segundo Edna Martins, militante feminista, presidente do CEDIMES à época e membro do Fórum de Mulheres, a elaboração do plano contou com a participação de mais de quatro mil mulheres capixabas, que participaram da 3ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2011, onde o plano começou a ser debatido⁸ até a plenária final de aprovação do texto final.

Olhando para a esfera do movimento, no Espírito Santo, a primeira organização feminista foi criada em 1984, o Centro Integrado da Mulher (CIM), com o objetivo de atender as demandas jurídicas das mulheres. Nesta década também foram fundadas outras associações de mulheres como a Associação de Mulheres Unidas da Serra (AMUS) e a Associação Mulheres Unidas de Cariacica em Busca da Libertação (AMUCABULI).

Em 1992 foi criado o Fórum de Mulheres do ES, desde sua criação se apresenta como uma entidade da luta feminista e, pelos relatos, já em seus primórdios tinha o governo estadual como um de seus opositores principal. Dentre suas primeiras bandeiras identificamos a reestruturação do CEDIMES e a implantação de políticas públicas para as mulheres (MACEDO; SOUZA e COSTA, 2014, p.76). Ainda hoje o Fórum de Mulheres é uma das principais entidades dos movimentos feministas no estado e vem, segundo seus membros, nestes 27 anos pautando a luta por melhores condições de vida para mulheres e homens e o fim de todos os tipos de violação.

A tema da violência contra a mulher é muito expressivo e está fortemente presente em todas as falas das ativistas entrevistadas como um problema social que vem pautando a atuação dos movimentos feministas no Estado desde a década de 1980. Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo a cada 30 minutos, um processo é aberto no

⁷ A Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres se constituiu no mais alto nível de um organismo gestor criado no estado do Espírito Santo. Embora a pesquisa se refira até o ano de 2016, é mister registrar que até fevereiro de 2019 ainda permanecia nesta mesma instância de governo.

⁸ Cf. <http://seculodiario.com.br/20317/12/estado-lanca-plano-estadual-de-politicas-para-as-ulheres-1>).

judiciário capixaba envolvendo a violência contra mulher. Somente em 2017 foram expedidas quase 2,2 mil medidas protetivas. Os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) apontam que nas delegacias especializadas de atendimento às mulheres, foram registrados em 2017 quase 3 mil boletins de ocorrência por ameaça e mais de 1,3 mil por lesão corporal. Uma mulher é assassinada a cada dois dias no Espírito Santo. O Estado tem a maior taxa de feminicídio da região sudeste e ocupa também a 3ª posição entre os estados mais violentos do país⁹.

Como já sublinhado acima, é mister destacar que o período analisado, entre os anos de 2003 a 2016, foi marcado por uma intensa mobilização por parte dos movimentos feministas principalmente frente a pauta da violência contra a mulher e a posição do Espírito Santo nos primeiros lugares do ranking de feminicídios e registros de violência contra a mulher.

A despeito desta trágica realidade, acredita-se que este estudo propiciará as/aos analistas brasileiras/os um olhar sobre este processo de aprofundamento das instituições democráticas no Espírito Santo, a partir da crescente interação entre movimento social e Estado com vistas à modificação deste *status quo*.

1.2 Problematização e justificativa

Diante deste cenário, o objetivo mais amplo desta pesquisa é compreender como ocorreu o processo de interação entre os movimentos feministas e o executivo estadual do Espírito Santo, e olhar para os contornos dessas formas de ações contenciosas ou colaborativas, que fizeram parte das estratégias do repertório dos movimentos feministas no período analisado, e que conformaram padrões de interação entre o movimento e Estado, com causas e consequências.

Neste diapasão, os objetivos específicos são: (1) identificar e analisar os repertórios de interação do movimento feminista capixaba com o Estado no processo de produção de políticas públicas para as mulheres, incluindo as ações não institucionalizadas (como

⁹ Fonte: <https://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/03/2018/a-cada-30-minutos--uma-mulher-pede-socorro-no-espírito-santo>.

protestos) e aquelas institucionalizadas (como ocupação de cargos, conselhos gestores, políticas de proximidade); (2) acompanhar e analisar a trajetória militante de ativistas do movimento feminista capixaba, através de suas histórias de vida e identidades sociais, tendo em vista os padrões de interação estabelecidos com o Estado; (3) caracterizar o(s) organismo(s) de política pública para as mulheres no Espírito Santo, referente ao período de 2003 a 2016, inquirendo sobre as capacidades estatais no setor de políticas públicas para as mulheres; e (4) estabelecer associações entre os repertórios de interação do movimento feminista com o Estado, no processo de políticas públicas, e as trajetórias militantes, as identidades sociais e as capacidades estatais nesse setor de política.

A literatura feminista e política tem ido mais longe no reconhecimento e exploração da interseção entre os movimentos das mulheres e o Estado, embora para Banaszak (2005, 2010; Banaszak e Whitesell, 2017) grande parte desta literatura ainda tenha recebido pouca atenção das teorias de movimento social.

Segundo as teóricas feministas, as teorias e metodologias tradicionais dificultam a realização de estudos que busquem compreender a participação das mulheres na vida social e as atividades que são determinadas pelo gênero. Deste problema, emergiu um “campo intelectual” em diferentes disciplinas das ciências humanas, que se distingue por privilegiar os estudos sobre mulheres e sobre as relações sociais de sexo ou de gênero, como aponta Rangel (2012).

Para Machado (1994) a emergência de um "campo intelectual" em diferentes disciplinas das ciências humanas, definido por privilegiar os estudos sobre mulheres, os estudos sobre as relações sociais de sexo ou de gênero (gender), é recente e devedora do surgimento dos movimentos sociais feministas e de "liberação das mulheres" dos anos setenta.

Quer se identifiquem ou não como feministas: historiadoras, sociólogas e antropólogas, assim como literatas, psicanalistas, psicólogas, e filósofas que, ao privilegiarem essa temática, se reconhecem em alguma medida presentes neste "campo", entendem que os movimentos sociais de liberação das mulheres introduziram novas perspectivas e novas interrogações aos diferentes saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia enquanto tais. Reivindicam, portanto, um caráter inovador face à tradição dos saberes disciplinares. (MACHADO, 1994, p.2)

Aliada a este pensamento, esta dissertação se insere no campo de estudos de gênero e propõe mobilizar o método feminista e a teoria dos movimentos sociais como lentes analíticas para olhar repertório de ação e interação feminista. Como salienta Rangel (2012), citando o pensamento de Beckwith (2005), a pesquisa empírica na ciência política focada nas mulheres como atrizes políticas ainda é um processo em construção:

Ainda não possuímos uma ampla gama de conhecimento sobre mulheres e política, seus comportamentos, crenças e atitudes, formas de organização, comportamentos no governo, experiências em campanhas, respostas as desigualdades de poder e sua exclusão do poder político (entre outras questões), sobretudo dos pontos de vistas comparativo e longitudinal. A subárea de pesquisa “mulheres e política” ainda requer investigações básicas e cumulativas. (RANGEL, 2012, p.92)

Segundo Scott (1996), para utilizar o feminismo como método de pesquisa, devemos mudar algumas formas de aproximação com o trabalho e as perguntas que fazemos em pesquisas. Precisamos rever nossos métodos de análise, esclarecer as hipóteses e explicar porque acreditamos que as mudanças ocorrem. Ao invés de buscar origens únicas, devemos focar continuamente em processos inter-relacionados e complexos. Para a autora os problemas que queremos analisar constituem os pontos de acesso ou nós de tais processos. Devemos perguntar como ocorreram as coisas para entender porque ocorreram, devemos buscar as explicações significativas no lugar de causalidades universais e gerais, devemos considerar tanto os indivíduos quanto a organização social e a natureza de suas relações para compreender como o gênero atua e como as mudanças ocorrem, neste ponto os historiadores feministas dialogam com o neoinstitucionalismo histórico.

Por outro lado, sabe-se que também é um desafio para a teoria dos movimentos sociais e para a teoria feminista investigar sobre o campo de relações e de implicações mútuas entre sociedade civil e Estado. Os estudiosos dos movimentos sociais já apontam para algumas variáveis que precisam ser consideradas na análise sobre a ação coletiva, para além das categorias criadas pelas escolas¹⁰ que até a década de 1990 dominavam o campo. Para

¹⁰ Duas grandes escolas se destacaram nos estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva, a escola norte-americana composta pela Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria do Processo Político (TPP) e a escola europeia denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). “Essas teorias foram as que mais detidamente se debruçaram sobre o estudo dos movimentos sociais considerando-o um campo temático específico das Ciências Sociais. Embora não sejam necessariamente excludentes, cada uma delas desenvolveu uma estrutura de análise própria” (CARLOS, 2011, p.153). Para a TMR e a TPP a estrutura de oportunidades políticas, como ambiente externo favorável, oferece as condições para o surgimento do movimento social, a qual se soma uma estrutura de mobilização, ou seja, de organizações

eles, essas teorias têm pouco a dizer sobre a diversidade das interações dos movimentos com governos, agências estatais, partidos políticos ou outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza dessas inter-relações e de seus efeitos para os atores/atrizes societários e institucionais.

Predomina, nessas teorias, a acepção de movimento social como protesto público e participação outsider ou não institucionalizada, cuja chave analítica restringe igualmente a compreensão do movimento em sua interação com a institucionalidade política, na medida em que impõe duas implicações: (i) dificulta o reconhecimento das interações mutuamente constitutivas entre o movimento e o sistema político (agências do governo, partidos políticos e o estado) e da combinação circunstancial entre modalidades de ação outsider e insider ou institucionalizada e (ii) interpreta o engajamento em instituições políticas como decorrente de um processo de institucionalização do movimento que afeta, exclusiva e homogeneamente, a dimensão organizacional da ação coletiva (CARLOS, 2015b, p.25).

Abers e Von Bülow (2011) argumentam que o desafio metodológico nos estudos de movimentos sociais é mapear e analisar as redes que conectam atores de movimentos sociais com atores estatais, de tal forma que possamos verificar se indivíduos que ocupam cargos no Estado podem ser incluídos como “membros” de um movimento. A coleta sistemática de dados sobre os tipos de laços entre atores estatais e não estatais de diferentes movimentos sociais, e como esses laços se transformam ao longo do tempo, é um esforço de pesquisa que ainda está por ser realizado (ABERS, VON BÜLOW, 2011, p.78).

Numa análise sobre o feminismo latino-americano da década de 1990, Sonia Alvarez, demonstrou que se tornou prática comum nos governos a criação de agências dedicadas às questões da mulher e que feministas proeminentes do movimento ocuparam posições nas burocracias estatais. Tal processo não necessariamente seria sinônimo de cooptação

formais, redes sociais e um esquema de interpretação simbólica denominado frame (CARLOS, 2015, p. 39). Em contraposição, a TNMS afirma que a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade (CARLOS, 2009, p.153).

ou perda de autonomia, estar no Estado não necessariamente diminui o status de militantes dessas ativistas.

Alvarez (2014) sustenta que os movimentos feministas geralmente se expandem para além da sociedade civil (enquanto os movimentos sociais tipicamente são teorizados como um componente mais ou menos central da sociedade civil), ampliando-se “lateralmente” para abarcar diversas instancias organizativas da mesma, e também se estendem “verticalmente”, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais (ALVAREZ, 2014, p.17).

Neste sentido a autora propõe que ao invés de movimento(s), feminista(s) o entendamos como “campo(s) discursivo(s) de ação¹¹”, possibilitando assim analisar sobre o que precisamente constituiria um movimento social ou, no caso, “o” movimento feminista – suas principais expressões organizativas, atrizes legítimas, lugares de atuação.

Visando olhar para as interações socioestatais, suas particularidades, dinâmicas e efeitos, tendo como fio condutor o processo de interação entre sociedade civil e Estado a partir de abordagens que entendam estas duas esferas como entidades complexas, heterogêneas e permeadas por relações de poder, caminha-se em direção a compreensão desta complexa trama, contribuindo para o reconhecimento da inclusão de diversas reivindicações dos movimentos feministas na tomada de decisões acerca das políticas públicas setoriais.

Assim, acredita-se que será possível contribuir com o aprofundamento dos estudos acerca das dinâmicas que caracterizam as relações entre movimentos sociais e o Estado no Brasil, no contexto posterior a redemocratização. Uma vez localizada na intersecção entre as discussões sobre ativismos e instituições políticas espera-se que a problematização dessas dinâmicas ajude a qualificar o debate sobre a relação entre movimento social e

¹¹ Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. E em contextos históricos distintos, diversos atores, como por exemplo, setores da Igreja, as ONGs, ou até espaços dentro do próprio Estado, podem servir como nós articuladores desses campos (ALVAREZ, 2014, p.18).

Estado, inserindo novos elementos e problemas na agenda de pesquisa. Por outro lado, procura-se fornecer pistas e avançar no entendimento sobre o papel das ativistas em influenciarem ou não a elaboração e implementação de políticas públicas, legislações e outros instrumentos de tomada de decisão em prol da causa feminista.

1.3 Metodologia e desenho de pesquisa

Nesta dissertação, utilizou-se a combinação de diferentes estratégias de pesquisas, ambos instrumentos do método qualitativo, a saber: 1) trabalho de campo, 2) pesquisa bibliográfica, 3) pesquisa documental e 4) entrevista semiestruturada com atrizes-chaves.

A primeira etapa, de aproximação e conhecimento do campo e do objeto de análise, foi iniciada ainda em 2016, já com os contornos de uma observação participante, na 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Por ocasião, a autora desta pesquisa participou da Conferência como representante do Estado do ES na condição de delegada da sociedade civil¹². Em 2017 e 2018 foram realizadas observação direta em várias atividades dos movimentos feministas ocorridas no estado, como a preparação e a marcha do 08 de março, o Seminário de comemoração de 25 anos do Fórum de Mulheres do ES, o Ato na Praça Costa Pereira pelo fim da violência contra a mulher e outros.

Na segunda etapa, a revisão bibliográfica foi dividida em duas partes: (1) primeiramente empreendeu-se uma revisão ampla da bibliografia brasileira e estadunidense sobre os movimentos sociais, a Teoria do confronto político, interfaces socioestatais e políticas públicas, incluindo algumas dissertações disponíveis sobre experiências de interação socioestatal no Brasil e na América Latina; (2) no segundo momento foi realizado um

¹² É mister registrar que a autora desta pesquisa iniciou desde 2001 a militância nos movimentos feministas quando assumiu o cargo de Coordenadora de ações contra violência doméstica, primeiro organismo gestor destinando a políticas para a mulheres, em nível municipal, do estado do Espírito Santo. De lá para cá participou de várias formações realizadas pela Associação de Mulheres Brasileiras - AMB e foi aluna do I Curso de Direitos Humanos das Mulheres realizado em 2003 pela CEPIA (Cidadania Estudos Pesquisa Informação e Ação). Também participou de todas as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres: a primeira como delegada representando as gestoras municipais, a 2ª e a 3ª como delegada representando as gestoras Estaduais, e a 4ª representando a sociedade civil. Também participou da comissão organizadora da 1ª e 2ª conferência Municipal, e da 3ª conferência Estadual. No período de 2005 a 2006 foi presidenta do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres do Município de Vitória e de 2012 a 2013 foi presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher no ES. E no período de 2005 a 2007 foi gestora municipal do OGMP (Organismo gestor de política para as mulheres) na gerência de gênero da Prefeitura Municipal de Vitória.

levantamento e a revisão na bibliografia sobre os movimentos feministas, seu desenvolvimento enquanto movimento social e o que as teóricas feministas estão elaborando sobre o Estado e o processo de interação.

Na terceira etapa, para constituir a base empírica que desse sustentação ao argumento teórico que orienta esta dissertação, iniciou-se a realização das entrevistas em profundidade, para as quais foi utilizado um roteiro semiestruturado (Anexo I) previamente construído com o objetivo de orientar o andamento das entrevistas. Para a elaboração do roteiro utilizou-se as variáveis identificadas nos objetivos propostos desta pesquisa e nos estudos analisados na revisão bibliográfica. O roteiro foi dividido em seis blocos temáticos: (1) identificação; (2) perfil / histórico de ativismo / instituições participativas; (3) trajetória profissional na burocracia pública / ativismo estatal / femocratas; (4) os movimentos feministas no ES / rede de coalizão / consequências e resultados; (5) repertório de ação e interação dos movimentos feministas no ES; (6) capacidades estatais / estrutura burocrática / organismo gestor de políticas públicas. A ordem do roteiro foi adaptada de acordo com o andamento de cada entrevista e a forma como os assuntos iam fluindo e se interconectando.

Realizou-se 05 entrevistas semiestruturadas, quatro foram presenciais e uma via Whatsapp, todas foram gravadas e transcritas na íntegra, com duração aproximadamente de duas horas cada. A identificação das narrativas é feita pela letra E, de entrevista, seguido do número atribuído a cada atriz (E01, E02, E03, E04 e E05). A escolha na atribuição dos números foi totalmente aleatória buscando evitar identificações e associações entre a narrativa e a entrevistada¹³.

A realização das entrevistas foi baseada no método de análise de trajetórias, por considerar esse método um instrumento útil para descrever as interações socioestatais, fornecendo informações relevantes sobre as relações entre Estado e movimentos sociais nas últimas décadas. Como aponta Feltran (2006) tal análise permite relacionar trajetórias individuais às experiências coletivas nas quais se inserem. De acordo com o autor, apesar das distinções apontadas pela literatura sobre o “método biográfico”, os dois termos, trajetórias e histórias de vida, “parecem satisfazer as pretensões metodológicas de

¹³ Esta estratégia de identificação de entrevistas qualitativas é amplamente aceita nas Ciências Sociais, visando a proteger o anonimato das ativistas entrevistadas.

relacionar histórias individuais a experiências coletivas que as contextualizaram, embasaram, impulsionaram e/ou limitaram” (FELTRAN, 2006, p. 377).

Ainda para olhar as trajetórias das ativistas utilizou-se como guia a ideia de “múltipla filiação” desenvolvida por Mische (2008), para a qual os/as atores/atrizes desenvolvem suas narrativas relacionadas à maneira como pertencem ao mesmo tempo a múltiplas redes, como igrejas, partidos, agremiações, associações e ONGs. Ao transitar entre vários grupos esses espaços conferem maior complexidade a essas atrizes coletivas ao mesmo tempo em que incorporam, em suas trajetórias, novos saberes e expertise conquistados nessas interações.

Paralelo a realização das entrevistas e ao processo de transcrição e análise, na quarta etapa iniciou-se a pesquisa documental e o levantamento dos dados secundários que foram coletados em fontes de informações disponíveis: Leis, Decretos, Portarias, sites dos órgãos públicos, Diário Oficial do Estado, relatórios internos e outras publicações de governo, retiradas na internet, fornecida pelas atrizes entrevistadas, nos acervos dos órgãos estaduais, órgão gestor da política pública para as mulheres, CEDIMES e no acervo das organizações do movimento.

Nesta fase, buscou-se realizar o levantamento das informações sobre os repertórios de ação e de interação, os eventos relevantes para composição de uma linha do tempo de 2003 a 2016 e a rede de entidades que compõem o movimento, bem como dados sobre a burocracia estatal e a política setorial. Esse material se mostrou particularmente interessante na montagem do desenho sobre as ações realizadas e muitas dessas fontes ganharam maior inteligibilidade por meio do trabalho de campo, nas entrevistas e observações, uma vez que explicitou a relação entre as narrativas, as informações documentadas e as práticas cotidianas do movimento, revelando uma multiplicidade das formas possíveis de interação. Todos os documentos utilizados estão listados nas referências bibliográficas, ao fim desta dissertação.

Na análise geral, os dados provenientes dos diferentes instrumentos metodológicos foram agrupados em torno de temas, a fim de verificar a triangulação das evidências e promover a validação dos resultados a partir de linhas convergentes de investigação. As análises dos dados seguiram o método de análise de conteúdo com a elaboração de variáveis para

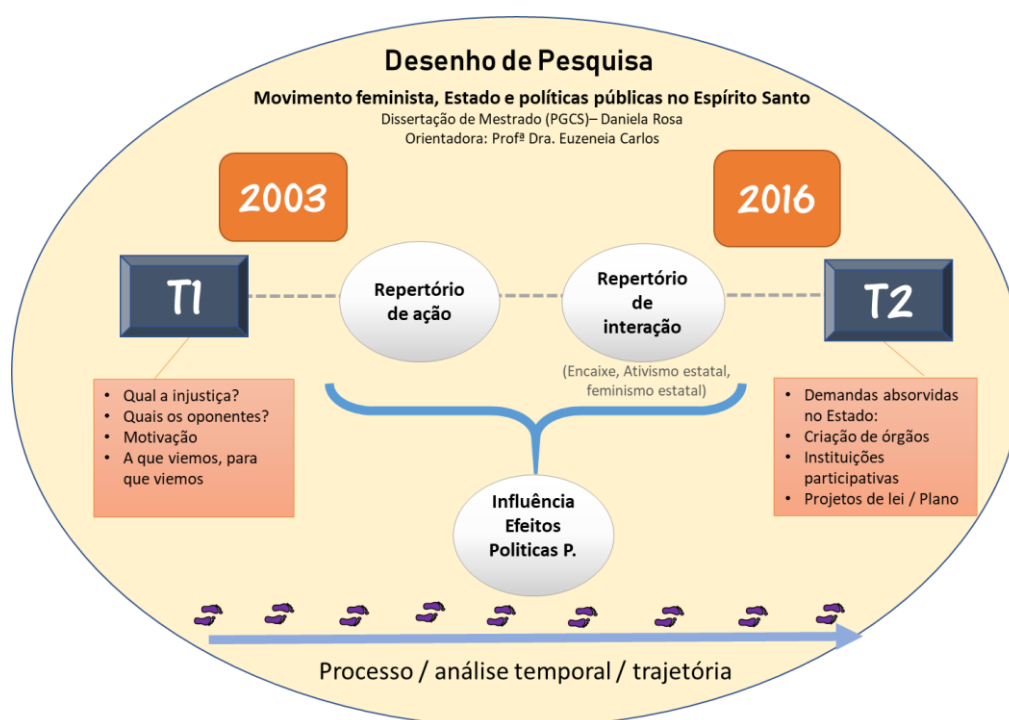
operacionalização das categorias analíticas, nas quais se desdobraram nos repertórios de ação e interação, trajetórias militantes, identidades sociais, capacidades estatais, ativismo institucional e encaixes. Conforme Bardin (2009) a análise dos dados abarca as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo das mensagens, que podem ser desenvolvidas por meio de algumas etapas para a consecução da análise de conteúdo. Esta classificação e organização ajudou na última etapa desta pesquisa, que foi a elaboração do texto da dissertação.

1.3.1 Desenho de pesquisa

A figura abaixo representa o arcabouço geral que guiou a dissertação em seu percurso de pesquisa e aponta para a opção em fazer um estudo baseado num processo histórico já sucedido. Conforme demonstra a Figura 1, o processo histórico investigado compreende dois períodos analíticos, denominados T1 e T2, correspondentes aos anos de 2003 (T1) a 2016 (T2), onde no T1 ocorre a criação do primeiro organismo gestor de Políticas para as Mulheres no governo federal, órgão indutor da implantação de políticas públicas com o recorte de gênero nos níveis estadual e municipal. Ao passo que, compreendendo o T2 o ano de criação da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres pela burocracia estadual no ES.

Neste sentido, no intervalo temporal entre T1 e T2 busca-se mapear os repertórios de ação e de interação entre Estado e movimento feminista partindo do levantamento e mapeamento das pautas do movimento e da verificação se houve ou não influências nas políticas públicas.

Figura 1. Desenho de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

No Espírito Santo, ao longo deste período registrou-se quatro mandatos governamentais, conduzidos por dois partidos políticos: de 2003 a 2006 – Paulo Hartung (PMDB, primeiro mandato); de 2007 a 2010 – Paulo Hartung (PMDB, segundo mandato); de 2011 a 2014 – Renato Casagrande (PSB) e, de 2015 a 2016 – Paulo Hartung (PMDB, atual MDB, terceiro mandato).

Para a análise do processo de interação socioestatal foram estudados na burocracia estadual: a Gerência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, criada em 2012 por Renato Casagrande, ligada a estrutura administrativa da Subsecretaria de Movimentos Sociais na Casa Civil; a Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Secretaria Estadual de Assistência Social e Políticas para Mulheres, criada em 2015 e a Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres que foi transferida para a Secretaria Estadual de Direitos Humanos em 2016. Anterior a 2012, não havia instituído por Lei nenhuma estrutura destinada a políticas públicas para as mulheres na administração estadual.

1.3.2 As entrevistas

A definição da amostra das entrevistas partiu das observações do campo nas diversas atividades que ocorreram desde 2017, somou-se a isto os anos de militância da pesquisadora e o contato com as ativistas e coordenadoras do movimento. Uma preocupação que orientou as escolhas foi a decisão de incluir um maior número possível de segmentos dentro dos movimentos feministas: geracional, raça, orientação sexual, e também a posição da atriz frente aos espaços de interação com o governo estadual.

Todas as ativistas entrevistadas se declararam feministas e em algum momento de suas vidas já militaram nos movimentos feministas no estado do ES. Iniciamos todas as conversas apresentando a pesquisa e perguntando para elas sobre o que é ser feminista e se já haviam atuado em alguma organização feminista.

Os sentimentos em torno da questão de ser feminista foram assim narrados:

É me aceitar como mulher, que eu sou gente, que eu sou capaz e que eu posso ocupar qualquer espaço e que eu tenho direitos e deveres, e trabalhar a igualdade respeitando as diferenças. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

É ter consciência que você vive num mundo machista, opressor e lutar contra isso. Não basta ser mulher para ser feminista, você tem que saber que você sofre opressões, discriminações só pelo fato de ser mulher e em todos os espaços que você está, em todos, até com seus filhos que você cria. É lutar o tempo inteiro. A feminista tem que utilizar todos os espaços para fazer o enfrentamento. Eu não perco uma oportunidade. Desde que adquiri este pensamento nunca mais eu perdi. É no bar, é na casa, é com o pai, com a irmã, com a mãe, é nos espaços que a gente milita, nas redes sociais, no trânsito, adoro fazer o enfrentamento no trânsito. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Esta narrativa chama a atenção para o perfil de militância das ativistas dos movimentos feministas. Verificou-se nas entrevistas que este papel é tomado pelas mulheres em todas as esferas de sua vida e pauta sua atuação no trabalho, na família e em todas as suas ações cotidianas, incluindo sua participação no movimento social.

Eu costumo dizer que eu sou uma mulher negra e que a partir destas vivências, do acúmulo que eu venho tendo nos últimos anos, e sou uma mulher negra feminista, mas dentro do feminismo negro, que eu também venho conhecendo, e sei que vou conhecer a cada dia. É um processo para a vida toda, porque demanda um conhecimento de si própria, de quem ti cerca e está em sua volta e principalmente do próprio mundo, da relação do mundo com a mulher e com a mulher negra, uma mulher negra rural quilombola. Mesmo que ela possa ir para qualquer capital, para qualquer centro, a sua essência é de mulher negra do meio rural e mulher negra quilombola. Então, eu me intitulo no momento, como uma mulher quilombola, uma mulher negra do movimento negro, mas

feminista, dentro do feminismo negro. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

Esta fala acima antecipa uma questão que será melhor trabalhada no capítulo sobre os movimentos feministas, mas que cabe aqui um destaque, que é a diversidade de pautas e segmentos dentro deste movimento, cuja miríade de correntes e posições traz para o fenômeno aqui estudado uma configuração própria que precisa ser levada em conta nas análises subsequentes. Acredita-se que por meio da análise das trajetórias dessas ativistas foi possível acompanhar o processo de transformação histórica dos movimentos feministas e de mulheres no ES. Como já destacado, os dados possuem uma particularidade e um diferencial pois na amostra foi incluída ativistas que participaram de instituições participativas, ativistas que ocuparam o órgão gestor das políticas para as mulheres, e ativistas representantes de mais de um segmento dentro dos movimentos (mulheres negras, LGBTI, quilombolas, camponesas, sindicalistas, militantes de partido político, membro das comunidades eclesiais de base e outros).

A tabela 1 contém um resumo do perfil das entrevistadas. Chama a atenção o fato dessas ativistas acentuarem que ser feminista e estar em alguma instituição que interagem como o governo faz toda a diferença na luta por políticas públicas para as mulheres. Das cinco mulheres entrevistadas, duas participam de instituições participativas (E 1 e 2) e três participam de instituições participativas e foram gestoras públicas, dentre essas, duas foram gestoras do organismo de políticas para as mulheres do governo estadual (E 3 e 4).

Tabela 1 - Perfil das Entrevistadas

Identificação	Escolaridade	Profissão	Idade	Ativista do mov. feminista	Foi ou é gestora pública		Participa de instituição participativa
					s/n	OGPM*	
E 1	Graduanda	Assessora / Professora	52	Sim	Não	Não	Sim
E 2	Ensino médio	Educadora social	64	Sim	Não	Não	Sim
E 3	Pós-graduação	Socióloga	45	Sim	Sim	Sim	Sim
E 4	Pós-graduação	Socióloga	42	Sim	Sim	Sim	Sim
E 5	Doutoranda	Professora	52	Sim	Sim	Não	Sim

*Organismo gestor de política para as mulheres.

Fonte: Entrevistas realizadas para a pesquisa. Elaboração própria.

Ainda visando desenhar o perfil de cada ativista, sua história de vida e todos os vínculos pregressos com instituições e movimentos sociais, apresenta-se na Tabela 2 as entidades e ou instituições que cada atriz já foi ou é ligada. Por ser muito rica a variedade das instituições optou-se por colocar nominalmente todas as informações levantadas.

Na tabela 2, as entidades / instituições foram divididas por tipo de segmento: movimento feminista, grupos de mulheres, outras entidades / ONGs, partidos políticos, outros movimentos sociais, instituições participativas, sindicatos, núcleos de estudos ligados a universidade, associação de moradores, entidades ligadas a igreja católica, e para cada segmento foi identificado qual entrevistada atuou em cada segmento.

Ou seja, está descrito a entidade / instituição que pertence cada entrevistada, por exemplo, foi identificado que todas as entrevistadas atuam ou atuaram em entidades do movimento feminista, todas também já atuaram ou atuam em outras entidades e ou Ongs e em partidos políticos. Dessas 80% em grupos de mulheres e também em outros movimentos sociais e assim sucessivamente.

Tabela 2 - Perfil associativista das entrevistadas

Segmento	Entrevistada	Entidade / instituição
Entidade do movimento feminista	E 1, 2, 3, 4, 5	União brasileira de mulheres Articulação de Mulheres Brasileira Fórum de Mulheres do ES Fórum de mulheres jovens políticas do Cone Sul (FORITO) Coletivo Feminina
Grupos de mulheres	E 1, 2, 5	Coletivo Nacional de Mulheres Quilombolas Associação de mulheres Unidas da Serra (AMUS) Centro Integrado da Mulher (CIM) Grupos de Mulheres Quilombolas do Sapê do Norte - Constância D'angola Associação de lavadeiras e empregadas domésticas de São Mateus Associação de mulheres negras Cornélia da Conceição
Outras entidades / ONGs	E 1, 2, 3, 4, 5	Liga brasileira de Lésbicas Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra
Partidos políticos	E 1, 2, 3, 4, 5	PSB (20%) PT (60%) / Coletivo de mulheres do PT (40%) PC do B (20%)
Outros movimentos sociais	E 3, 4, 5	Movimento Sem-terra / setor de gênero (MST) Movimento LGBTI Rede Alerta contra o deserto verde Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
Instituições Participativas	E 1, 2, 3, 4, 5	Conselho estadual de defesa dos direitos da Mulher do ES (CEDIMES)

		Câmara técnica estadual de enfrentamento a violência contra a mulher Comissão do Pacto estadual de enfrentamento a violência contra a mulher Conselho gestor da casa abrigo do Estado Fórum estadual de enfrentamento da violência no campo Conselho estadual de igualdade racial Conselho municipal do direito da mulher de São Mateus Conselho nacional de direitos humanos (CNDH) Conselho nacional de segurança pública Grupo estadual do desarmamento Conselho municipal da mulher Conselho municipal de direitos humanos da Serra (CDDH) Conselho municipal de assistência social Conselho municipal antidroga
Sindicatos	E 1, 3	Sindicato dos trabalhadores na limpeza Sindicato dos trabalhadores rurais Federação dos trabalhadores rurais
Núcleos de estudos ligados a universidade	E 2, 4, 5	Núcleo de estudos de mulheres e relações de Gênero -NEPEMGE Grupo de estudo sobre gênero e sexualidade - GAS Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS
Associação de moradores	E 1, 3, 4	Associação de moradores de Feu Rosa Associação de moradores da Praia de Itapuã Federação das associações de moradores da Serra Associação de moradores de Jardim Camburi
Entidades ligadas a igreja católica	E 2, 3	Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) Família Ampliada do Sagrado Coração de Maria Rede Celebra

Fonte: Entrevistas realizadas para a pesquisa. Elaboração própria.

Este perfil servirá de pano de fundo para que quando for explicitado os achados empíricos e o percurso de cada ativista seja levado em conta em que universo as narrativas foram sendo construídas. Ao analisar este perfil associativista pode-se constatar que as militantes apresentam múltiplas filiações (Mische, 2008), nos movimentos, nos partidos, universidades, entre outras, que por diversas vias a levam ao Estado, ou seja, uma militante pode ser ao mesmo tempo militante de um movimento ou pertencente a um campo de lutas, ao mesmo tempo militante do partido e/ou funcionário do estado entre outros.

1.4 Estruturação dos Capítulos

A dissertação está organizada em quatro capítulos, a partir da seguinte estruturação:

O primeiro capítulo busca articular os principais referenciais teóricos, nos quais este trabalho apoiou-se, bem como os conceitos que serão mobilizadas ao longo da dissertação para a análise dos dados empíricos. Assim, inicia-se o capítulo com a discussão acerca das teorias dos movimentos sociais e as interações socioestatais no Brasil, para a seguir apresentar a discussão sobre as noções de repertório de ação e interação, encaixes institucionais e ativismo institucional.

No segundo capítulo, o objetivo é apresentar os movimentos feministas, seu histórico de ação coletiva, principalmente como nos últimos anos se tornou um dos movimentos sociais mais proeminentes do país. Essa contextualização histórica auxiliará na explicação das escolhas de repertórios e surgimento de performances durante os anos de 2003 a 2016. Também fizemos um esforço de estabelecer um diálogo com as produções teóricas feministas e como estão olhando para a constituição e a transformação do movimento desde o final do século XIX, século XX, até os dias atuais.

O terceiro e o quarto capítulo apresentam os dados coletados em campo. O terceiro é destinado a analisar a os movimentos feministas no Espírito Santo, gênese, composição e rede de articulação. Para tanto no primeiro tópico é exposto sobre as especificidades dos movimentos feministas no Espírito Santo; a seguir apresentou-se principais momentos de mobilização que marcaram o movimento e o Estado no período de 2003 a 2016; no terceiro tópico apresentou-se dados sobre a motivação para as lutas e seus impactos para a construção do repertório de ação e interação; por fim no último tópico foi abordado a composição dos movimentos feministas no estado e toda rede de apoiadores/as e aliados/as que são mobilizados nas ações do movimento.

O quarto capítulo aborda o processo de interação do movimento com o Governo, de modo a descrever e analisar os repertórios de ação e interação estabelecidos. Para tanto, o capítulo está estruturado em tópicos que correspondem a momentos importantes no processo de interação socioestatal, de modo a descrever e analisar a maneira como as militantes construíram suas estratégias, realizaram trânsitos para o Governo e levaram seu

projeto ao Estado, evidenciando as tensões e disputas neste processo. No primeiro e segundo tópico foi apresentado sobre os repertórios de ação e interação identificados (insider e outsider). No terceiro tópico abordou-se o ativismo institucional procurando aprofundar sobre como a utilização deste repertório pode influenciar na realização de políticas públicas. O quarto tópico foi dedicado a caracterização da burocracia estadual, contextualizou-se sobre as mudanças na capacidade do governo para realizar as ações de políticas para as mulheres. A última parte do capítulo foi dedicado a analisar as instituições participativas e o papel que desempenharam no processo de interação socioestatal investigado.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS

Visando aprofundar o estudo das dinâmicas que caracterizam as relações entre movimentos sociais e o Estado no Brasil posterior a redemocratização, será apresentado, neste capítulo, as discussões teóricas, categorias e instrumentos analíticos mobilizados ao longo desta pesquisa para a análise dos dados empíricos à luz das questões levantadas.

Nessa dissertação, ao estudar os movimentos feminista no ES, me alinho as abordagens que ao analisar as transformações na relação sociedade-Estado no Brasil e em outros países verificaram a conformação de novos padrões de interação socioestatal e o engajamento institucional de movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, nosso argumento busca afirmar que as formas de interação que se estabelecem entre Estado e movimentos podem ser melhor compreendidas ao incorporarmos às análises o reconhecimento de que entre ambos podem ter múltiplos pontos de interseção, reconhecendo concomitantemente a dimensão cultural e institucional dos movimentos e de sua inter-relação com as configurações do Estado, como esferas que interagem e se determinam mutuamente.

2.1 As teorias dos movimentos sociais

Quando se analisa as relações dos movimentos sociais com governos / agências estatais encontramos estudos que afirmam que as Teorias dos Movimentos Sociais não ofereceram instrumentos conceituais e metodológicos suficientes para explicar tais relações, sejam aquelas ligadas às contribuições diversas na explicação das coletividades assim como a natureza dessas interrelações e seus efeitos para os atores e as políticas implicadas.¹⁴

Foi a partir dos anos 1970 que surgiram às teorias dos movimentos sociais, um contraponto a explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. “O fenômeno movimento social não poderia ser

¹⁴ Cf. Abers e Von Bülow (2011); Carlos (2015).

entendido pelos dois grandes sistemas teóricos utilizados no século XX, o marxismo e o funcionalismo” (ALONSO, 2009, p. 53).

Conforme aponta Alonso (2009), para entender este “novo” fenômeno seriam necessárias novas ferramentas analíticas, impulsionando os teóricos a buscarem construir explicações macro históricas, combinando política e cultura e repelindo a economia como chave explicativa. “Nas duas últimas décadas, os estudos da ação coletiva e dos movimentos sociais vêm passando por transformações significativas nas ciências sociais. Problemas persistentes na teoria social estão sendo revistos e novas questões de ordem empírica, teórica e metodológica vêm sendo levantadas” (ALONSO; BOTELHO, 2012, p.11).

Nesta esteira, duas escolas se debruçaram sobre o fenômeno movimento social se propuseram a entendê-lo: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e Teoria do Processo Político (TPP), representantes da escola norte-americana e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) representando a escola europeia. Para a TMR e a TPP a estrutura de oportunidades políticas, como ambiente externo favorável, oferece as condições para o surgimento do movimento social, a qual se soma uma estrutura de mobilização, ou seja, de organizações formais, redes sociais e um esquema de interpretação simbólica denominado frame (CARLOS, 2015, p. 39).

Em contraposição, a TNMS afirma que a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade (CARLOS, 2009, p.153).

Para Carlos (2015a) a contribuição central do paradigma europeu dos movimentos sociais está na ênfase à dimensão cultural da ação coletiva, ao processo de constituição de novas subjetividades e de novas identidades, bem como no realce da novidade dos movimentos contemporâneos. Por sua vez, a corrente estadunidense avançou na explicação da dinâmica de mobilização do movimento, identificando os recursos, as estratégias, os formatos organizacionais e as oportunidades políticas que condicionam suas ações dirigidas ao sistema político (CARLOS, 2015a, p. 39). A abordagem da Teoria do Processo Político ou da Política do Confronto (*Contentious Politics*) da qual constituem

nomes de referência Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly propõem no seu programa de pesquisa *Dynamics of contention* uma reorientação da agenda de estudos sobre o movimento social.

De acordo com Tilly (2010) o movimento social surgiu como uma influente e inovadora síntese de três elementos: um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades; O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais); e Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes e/ou de seus partidários (demonstrações de VUNC).

McAdam; Tarrow e Tilly, (2001) para explicar o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas sugerem a identificação de mecanismos que podem ser encontrados em operação em episódios e formas altamente diferenciadas de política contenciosa. Os autores analisam os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda (McADAM; TARROW e TILLY, 2001).

Por política contenciosa entendemos: interação episódica, pública, coletiva entre os fabricantes de reivindicações e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um requerente, um objeto de reivindicações ou uma parte das reivindicações e (b) as reivindicações seriam, se realizado, afetar os interesses de pelo menos um dos depositantes/requerentes (McADAM, TARROW e TILLY, 2001, p.5, tradução nossa).

Os autores criticaram o olhar empírico limitado dos estudos sobre movimentos sociais das décadas anteriores. Em especial, se declararam insatisfeitos com a compartimentalização dos estudos sobre greves, guerras, revoluções e movimentos sociais, e argumentaram que poderíamos aprender mais sobre esses fenômenos ao estudá-

los em conjunto, em vez de separadamente. Afirmam, ainda, que Estado e sociedade civil são mutuamente constitutivos e estão inseridos em processos sociais, históricos e políticos que, ao longo do tempo, vão moldando um ao outro. (McADAM; TARROW e TILLY, 2001, p. 4).

A teoria do processo político, segundo Maciel (2011), produziu um modelo analítico da mobilização política que contempla tanto formas de ação coletiva mais fluidas e não institucionalizadas, como movimentos sociais e protestos públicos, quanto aquelas mais estruturadas e organizadas sob a forma de organizações civis, sindicatos, partidos políticos, grupos religiosos etc. Segundo a autora nesta vertente as mobilizações coletivas “são investigadas do ponto de vista simultaneamente político-institucional, estratégico e simbólico-cognitivo” (MACIEL, 2011, p.100).

Para esta teoria a estrutura de oportunidades políticas condiciona, em determinadas conjunturas históricas, estratégias de mobilização que permitem dar suporte prático à ação coletiva. Por meio desses suportes, os movimentos sociais mobilizam “repertórios de ação” compostos de formas de ação política não institucionalizadas – protestos públicos, greves, boicotes – e institucionalizadas, como lobbies e o uso das normas e procedimentos judiciais. O conceito de estrutura de oportunidades políticas tem sido utilizado para descrever as dimensões consistentes do ambiente político que tanto facilitam ou dificultam a emergência da ação coletiva como impactam a trajetória histórica das mobilizações coletivas (McADAM, TARROW, TILLY, 2009).

De acordo com McAdam, Tarrow, Tilly (2009) os movimentos sociais desenvolvem-se dentro de limites colocados por estruturas prevalentes de oportunidades políticas: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político.

As organizações de movimentos sociais, por exemplo, comumente criam estruturas paralelas àquelas dos detentores do poder aos quais dirigem suas demandas; em geral, um Estado altamente centralizado gera organizações de movimentos mais centralizadas do que um Estado federal fragmentado (Kriesi et al., 1995). Contudo, num prazo mais longo, a ação do movimento social também altera as estruturas de oportunidade, principalmente ao contribuir para mudanças nos modos conhecidos de reivindicar, nas formas de repressão e

facilitação por parte das autoridades e nas identidades políticas estabelecidas (McADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.27-28).

Olhando para os movimentos feministas brasileiro, Maciel (2011) afirma que as estruturas de oportunidades políticas pós anos de 1990 foram de aberturas de canais institucionais e estruturas de alianças inéditos. O processo de redemocratização ampliou no plano nacional os pontos de pressão sobre o sistema político. Segundo o autor o Legislativo e o Executivo tornaram-se mais permeáveis ao *lobby* das organizações civis para a produção de leis ordinárias visando à regulamentação dos princípios e normas constitucionais assim como para a formulação e implementação de políticas públicas destinadas a efetivar direitos constitucionalmente previstos e ratificação das convenções internacionais.

Desde meados dos anos de 1990, os canais e o acesso ao Executivo foram ampliados com a vitória nas eleições presidenciais de candidatos dos partidos políticos com os quais lideranças feministas estavam vinculadas, desde a redemocratização. O Judiciário constituiu-se na nova arena política com a qual as ativistas passaram a contar para reclamar, proteger e promover direitos. No plano internacional, as Conferências Mundiais da ONU propiciaram coalizões de organizações feministas e dos direitos humanos para influenciar a produção de normas e jurisprudência internacionais (Keck e Sicking, 1998). A temática da violência contra a mulher foi legitimada em documentos, convenções e cortes internacionais e regionais no campo dos direitos das mulheres. Esse conjunto de mudanças no ambiente sociopolítico impulsionou transformações nos padrões de ativismo (MACIEL, 2011, p.102).

Nas décadas de 1990 e mais fortemente após os anos 2000 foi intensificado como pauta dos movimentos feministas a implementação de políticas públicas para as mulheres e a necessidade da existência de um organismo gestor capaz de impulsionar todo o processo de ação orientando assim a ação do movimento.

Se fossemos aplicar a teoria do confronto político para olhar os movimentos feministas necessariamente partiríamos do princípio de que estaríamos olhando para uma ação coletiva contenciosa. Pois segundo Tarrow (2009) a ação coletiva contenciosa é a base dos movimentos sociais.

Mas alguns estudiosos da Teoria dos Movimentos Sociais já apontam para outras questões que precisam ser consideradas na análise sobre a ação coletiva para além das categorias criadas pela *contentious politics*. Carlos (2015a) destaca que as interações entre movimentos sociais e sistema político têm recebido pouca atenção das Teorias dos Movimentos Sociais, dado que pressupõem uma separação rígida entre a sociedade civil

e o Estado o que prejudica uma análise de suas formas de interdependência e influência recíproca.

Esta escola apresentou um arcabouço conceitual que permitiu compreender como ocorrem mudanças nos repertórios de ação política dos atores em face das mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Isto é, como tipos de regimes políticos (democracias, autoritarismos) afetam os repertórios dos movimentos sociais e vice-versa (BEZERRA, 2014).

Contudo, a partir destes trabalhos muitos autores brasileiros iniciaram um diálogo com esta literatura e apontaram alguns limites para a análise dos movimentos sociais que precisam ser considerados, pois embora permita uma visão da relação entre sociedade e Estado, não se mostra suficientemente adequado para compreender as relações de caráter mais amistosa e colaborativo que pareceriam informar as conexões entre Estado e movimentos sociais no país (CAYRES, 2016, p.81).

Segundo Abers e Bülow (2011), em seu estudo sobre os movimentos sociais, no modelo proposto por McAdam, Tarrow e Tilly o Estado tem um papel central, mas a localização teórica dos atores na intersecção entre política e conflito reduziu o alcance da análise que poderíamos fazer sobre o papel do Estado. Este pressuposto que os ativistas interagem com o Estado, mas não participam diretamente da gestão estatal impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém, como sugerem as autoras, na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ABERS; BULOW, 2011, p. 64).

Em suas pesquisas, Carlos (2015) afirma que tanto a Teoria do Processo Político, ao enfatizar a ação coletiva como conflito político com os “detentores de poder” quanto a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, ao ressaltarem a sua descontinuidade com as modalidades tradicionais da política descuidaram das relações constituídas entre a esfera societária e institucional (CARLOS, 2015b, p.16). A autora demonstra que essas teorias

abordam a sociedade civil e o Estado como esferas rigidamente separadas, estanques, autônomas e dicotômicas, ignorando tais esferas como produto de um processo dinâmico e contingente de mútua constituição. “A compreensão dos movimentos sociais em sua relação com o sistema político, ao contrário, requer uma análise dinâmica que acentue os aspectos de coconstituição entre a sociedade civil e o Estado, como domínios de influência mútua e de interpenetração entre movimentos e Estado” (CARLOS, 2015b, p.16).

Ao contrário da concepção que identifica movimentos sociais como protesto e ação *outsider*, essa autora demonstra que estudos recentes acerca da interpenetração entre movimentos e instituições refutam a tese que distingue o movimento como estratégia extrainstitucional, argumentando que muitos movimentos interagem, constituem relações e formam alianças com partidos políticos, igrejas, agências do Estado e poder judiciário. Na próxima sessão apresenta-se um apanhado geral da revisão bibliográfica e dos trabalhos que foram identificados sobre o processo de interação movimento Estado.

2.2 A interação entre o Estado e os movimentos sociais

Desde os anos 1980, os analistas identificam uma mudança substancial na relação entre Estado e movimentos sociais, bem como na forma de operar políticas públicas no Brasil. Numa retrospectiva acerca de gênero e políticas públicas, Farah (2004) delinea um processo no qual a redemocratização do Estado brasileiro – que envolveu a democratização de processos decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas – coincide com o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas. Sob uma tensão permanente entre o vetor “eficiência” – relacionado a pressões do Banco Mundial – e o vetor “democratização dos processos decisórios e do acesso a serviços públicos”, surgem, a partir do início dos anos 1980, as primeiras políticas focalizadas em mulheres e aprofunda-se um processo de participação do movimento social no desenvolvimento da formulação, da implementação e do controle de políticas públicas. Processos igualmente complexos, envolvendo uma gama diversa de atores políticos em âmbito nacional e internacional, cresceram em relação a outros sujeitos políticos ou a segmentos populacionais a partir dos anos 1990.

Como observam Abers e Von Bülow (2011), em vários países e regiões do mundo é cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise de seus

vínculos com o Estado e os partidos políticos. Análises que não consideram outras formas de ação coletiva, especialmente a de atores posicionados na arena estatal – por não incluírem o Estado ou o conceberem como inimigo ao qual a sociedade civil deve opor-se, acabam por excluir processos intensos, ricos de características e consequências para as relações Estado-sociedade e para a produção de políticas públicas.

O entendimento de que é preciso avançar na compreensão dos vínculos entre atores da sociedade civil com o Estado e partidos se beneficia de esforços de pesquisadores que buscaram questionar as fronteiras rígidas entre Estado e sociedade civil, apontando a heterogeneidade da sociedade civil (DAGNINO, 2002; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006) e revisar os postulados teóricos que informaram os estudos sobre sociedade civil a partir de uma perspectiva normativa (GURZA-LAVALLE, 2003).

Como destaca Carlos (2015b, p. 22) os movimentos sociais desenvolvem relações complexas e diversificadas com o sistema político e, na relação com o Estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos deles combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva, efetuando assim múltiplas possibilidades de interação.

Os estudiosos dos Movimentos Sociais já apontam para algumas variáveis que precisam ser consideradas na análise sobre a ação coletiva para além das categorias criadas pela *contentious politics*. Essas teorias têm pouco a dizer sobre a diversidade das interações dos movimentos com governos, agências estatais, partidos políticos ou outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza dessas inter-relações e de seus efeitos para os atores societários e institucionais. É um desafio para a teoria dos movimentos sociais investigar sobre este campo de relações e de implicações mútuas entre sociedade civil e Estado.

Abers e Von Bülow (2011) argumentam que o desafio metodológico nos estudos de movimentos sociais é mapear e analisar as redes que conectam atores de movimentos sociais com atores estatais, de tal forma que possamos verificar se indivíduos que ocupam cargos no Estado podem ser incluídos como “membros” de um movimento. A coleta sistemática de dados sobre os tipos de laços entre atores estatais e não estatais de diferentes movimentos sociais, e como esses laços se transformam ao longo do tempo, é

um esforço de pesquisa que ainda está por ser realizado (ABERS e VON BÜLOW, 2011, p.78).

Em seus estudos as autoras detectaram pelo menos dois padrões de intersecção entre movimentos sociais e o Estado: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado. Elas exemplificam os padrões de interação com uma análise sobre o feminismo latino-americano da década de 1990, realizada por Sonia Alvarez, onde demonstrou que se tornou prática comum nos governos a criação de agências dedicadas às questões da mulher e que feministas proeminentes do movimento ocuparam posições nas burocracias estatais. Tal processo não necessariamente é sinônimo de cooptação ou perda de autonomia, uma vez que estar no Estado não necessariamente diminui o status de militantes dessas ativistas.

Neste caminho analítico Abers, Serafim e Tatagiba (2014) analisaram a variedade de formas de participação de movimentos sociais na relação com o Estado e adaptaram à categoria de análise criada por Charles Tilly, a de repertório de ação coletiva. O conceito de repertório foi criado por Charles Tilly (1992) que o definiu como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. Para Alonso: “Tilly queria assinalar as formas especificamente políticas de agir. Emprestou, então, da música a noção de repertório para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p.22).

Com base no conceito de repertório de ação coletiva, as autoras, ao analisarem os repertórios de interação estado-sociedade, propuseram uma adaptação ao conceito de Tilly. De acordo com as autoras, embora a noção de repertório de ação coletiva seja muito útil por nos permitir compreender a ação dos movimentos sociais, ela apresenta limites para a compreensão de uma realidade como a brasileira.

Afirmam as autoras:

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o estado (...), mas também investiram pesadamente em ações *por dentro* das instituições do estado, tanto através de novas arenas participativas assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio estado em espaço de militância política (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.331).

Também com o propósito de olhar para as interações socioestatais, as autoras Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017), propõem a utilização da abordagem *de polis* desenvolvida pela neoinstitucionalista histórica Theda Skocpol, como lente analítica para analisar os movimentos sociais e o Estado. Segundo elas esta abordagem oferece contribuições pois “enfoca o Estado como instituição e ator que incide nos processos políticos, ao lado de outros atores econômicos e sociais, e não como mero cenário da ação de grupos” (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2017, p.371).

As autoras acentuam que os atuais estudos demonstram que, no contexto pós-transição de institucionalização dos canais de mediação, os movimentos sociais combinam uma diversidade de padrões de relação com o Estado que prescindem da desmobilização (CARLOS, 2015b), incluindo táticas institucionalizadas como a ocupação de cargos públicos (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2017, p.329).

Para elas esta perspectiva chama a atenção para (i) a heterogeneidade do Estado, (ii) a importância do legado institucional, (iii) o papel das burocracias e dos políticos eleitos, ambos dotados da possibilidade de ação autônoma e, (iv) a relevância do sistema de partidos políticos e das regras eleitorais, como fatores que afetam os processos políticos, a consciência e orientações políticas dos vários grupos sociais (SKOCPOL, 1992 apud CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2017, p.371). As autoras apontam que esses quatro aspectos contribuem na reconstrução analítica do Estado para além da oportunidade política, sendo úteis à compreensão dos efeitos de movimentos.

Vimos, sob este véu, que a abordagem de “polis” possibilita distinguir dois traços do Estado: a autonomia relativa da ação de políticos e gestores públicos que possuem interesses próprios e uma margem de independência dos interesses dos atores sociais. “(...) a abordagem de *polis* oferece vantagens analíticas para investigar os efeitos decorrentes da ação coletiva nas políticas públicas, no contexto de interações com o Estado, na medida em que parte do reconhecimento da constituição mútua entre os atores societários e os institucionais” (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2017, p.363).

Em oposição, o segundo traço se refere à permeabilidade do Estado, ou seja, àqueles instantes ou situações em que atores sociais alcançam acesso mais permanente ao Estado,

aumentando sua capacidade de influência no processo decisório, denominados encaixes institucionais, na abordagem de polis.

O argumento central é que a especificação das categorias de Estado e de formas de acesso à esfera estatal (encaixes institucionais) da abordagem de “polis” oferecem valiosas contribuições a este campo de estudos, sendo possível avançar na compreensão das formas de interação entre estes dois grupos de atores (Estado e movimentos sociais).

As autoras propõem uma ampliação analítica do repertório de ação, também proposto por Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Defendem que da mesma maneira como distinguimos a oportunidade política do funcionamento das instituições do Estado que são alvo de um movimento social, marcadas pelo legado institucional, pela autonomia relativa dos seus agentes e pelo jogo partidário e eleitoral, a noção de encaixe institucional precisa ser descrita de modo a delinear suas fronteiras de vizinhança com o conceito de repertório de ação de movimentos sociais. “Ainda que a categoria de encaixes possa descrever algumas instâncias empíricas a que repertório de ação comumente se aplica, como ocupação de cargos em governos e atuação em instituições participativas, a primeira acrescenta uma capacidade explicativa para aqueles que buscam entender os efeitos de movimentos sociais nas políticas públicas” (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017, p.373).¹⁵ Nesse sentido, argumentam que:

Os encaixes institucionais, são entendidos como processos de acesso de alguns atores ao Estado e de influência em políticas públicas, e podem ser um importante elemento explicativo para entender a influência de um grupo social ou movimento nos processos de políticas públicas. Um ator social sem encaixes institucionais, isto é, apartado dos pontos de acesso e influência ao Estado, terá menor probabilidade de fazer prevalecer seus objetivos. (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017, p.373).

Essa perspectiva é particularmente relevante à análise de movimentos que interagem com instituições do Estado, como o movimento feminista, na medida em que concebe sociedade e Estado como produto de um processo dinâmico e contingente de mútua determinação. E vem de encontro com a crítica apresentada as teorias do PP e dos NMS, cuja análise da sociedade e do Estado a partir de categorias estanques, autônomas e dicotômicas é limitada à explicação das interações entre atores societários e institucionais (CARLOS, 2015b).

¹⁵ Uma explicação densa de encaixes institucionais pode ser encontrada em Gurza Laval, Carlos, Dowbor, Szwako, 2017.

Com vistas a entender este processo de interação entre Estado e Movimentos sociais descritos acima, Carlos (2017) realizou um estudo sobre o engajamento de movimentos sociais na política institucional, denominado “engajamento institucional”. Segundo a autora este engajamento consiste na inserção dos movimentos sociais nas Instituições Participativas (IPs), olhando para um contexto no qual as relações entre sociedade civil e Estado não compreendem um evento pontual e episódico, mas um processo relativamente estável que define as políticas públicas nos dias atuais (CARLOS, 2012, 2015b). Avritzer (2008, p. 45 apud CARLOS, 2017, p.322) diz que as IPs constituem “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”, Pires e Vaz (2010) acentuam que neste engajamento os cidadãos interferem nas decisões, implementação e acompanhamento de políticas públicas.

No Brasil pós-transição é notório um processo de engajamento institucional, caracterizado pela atuação de movimentos sociais e ativistas na formulação e implementação de políticas públicas. Subjazem esse fenômeno a multiplicação de instituições participativas nos três níveis de governo, bem como a gestão de convênios e programas governamentais por organizações da sociedade civil (CARLOS, 2017, 334).

A autora destaca que o engajamento institucional é correlacionado aos padrões de interação com o Estado, pois se pressupõe que a institucionalização dos canais de mediação gera efeitos sobre a ação coletiva. Neste sentido, analisa os efeitos do engajamento institucional de movimentos sociais em Instituições Participativas (IPs) como principal hipótese explicativa para as mudanças nos padrões de interação socioestatal.

Em seu estudo Carlos (2017) “considera os múltiplos formatos das instituições participativas como variável independente – conselhos gestores, orçamentos participativos, conferências setoriais, comissões e comitês temáticos, além de convênios e programas governamentais de gestão e implementação de políticas públicas” (CARLOS, 2017, p.322). Ela afirma que esse procedimento metodológico decorre da pressuposição de que a institucionalização dos canais de mediação da relação sociedade-Estado gera implicações sobre a ação coletiva, seja em termos de constrangimentos seja de oportunidades. (CARLOS, 2017, p.322)

Sobre sua análise, ela examina os efeitos institucionais sobre os padrões de interação socioestatal a partir de uma segunda hipótese: a correlação entre os padrões de interação e a gênese relacional dos movimentos, em termos de conexões com instituições partidárias e religiosas na fundação do ator, afirmando que a rede de relações pregressa do movimento pode afetar o seu padrão de interação com o Estado no contexto democrático.

Para olhar os padrões de interação socioestatal no contexto de engajamento institucional, Carlos (2017) utiliza três elementos na configuração dos padrões¹⁶ de interação: cooperação, conflito e autonomia.

De acordo com Giugni e Passy (1998, p. 84), a cooperação compreende “[...] a relação entre duas partes baseada na concordância quanto aos fins de uma dada ação, que envolve uma colaboração ativa com o objetivo de atingir cada finalidade”. Todavia, segundo os autores, três ressalvas são necessárias nessa noção de cooperação: (i) a concordância quanto aos fins da ação raramente é completa, dada a assimetria de poder e de interesses entre os atores societários e os estatais; (ii) a cooperação com o Estado não é extensiva ao nível do consenso quanto às políticas governamentais; (iii) os movimentos são ambivalentes e utilizam uma estratégia de combinação do conflito e cooperação, denominada “cooperação conflitual” (GIUGNI; PASSY, 1998, p. 84 apud CARLOS, 2017, p. 337).

Os autores Gurza Lavalle e Szwako (2015) lançando mão do diagnóstico realizado por L. Avritzer (2012) sobre as mudanças nas relações entre sociedade civil e Estado, desenvolveram alguns apontamentos partindo também da tese da mútua determinação entre Estado e sociedade civil. Para os autores, os esforços de revisão conceitual a partir de diferentes enfoques e variadas instâncias empíricas – não necessariamente restritos à participação institucionalizada – têm enriquecido o debate e o feito avançar.

Metáforas como “fronteira” e “franja”, termos como “ativismo do estado” ou “mobilização do estado”, ou conceitos como “projeto”, “domínio de agência”, “autoridade prática”, ou outros incorporados à argumentação mais adiante, não deixam dúvida: a entrada do sistema político e as interações entre atores estatais e não estatais têm pesado na renovação das equações analíticas. Atores, interações, instituições e efeitos compõem-se como componentes dessas equações visando a formular diagnósticos capazes de apreender o cenário de pluralização institucional e complexificação da democracia no país (GURZA LAVALLE, SZWAKO, 2015, p. 173).

¹⁶ No Brasil pós-transição, contexto de engajamento de movimentos sociais nas instituições participativas e agências governamentais, a relação desses com o Estado demonstra a configuração de diversos padrões, em termos de cooperação, conflito e autonomia; não obstante, realçam, predominantemente, padrões de interação cooperativos (CARLOS, 2012, 2015b). Conforme Giugni e Passy (1998) e Goldstone (2003), os movimentos sociais podem não somente desafiar os detentores de poder, mas também estabelecer uma relação cooperativa com autoridades políticas e agências do Estado. As relações entre movimentos sociais e Estado são complexas e multifacetadas, as quais envolvem além do conflito, a colaboração na elaboração e implementação de políticas públicas (CARLOS, 2017, p.337).

Gurza Lavalle e Szwako (2015) mobilizam a categoria de projeto político cunhada na tradição gramsciana por Evelina Dagnino, a qual permite analisar as interações socioestatais institucionalizadas para apreender as lógicas e dinâmicas operantes entre Estado e sociedade civil num cenário que se multiplicam essas interações. De acordo com os autores esta categoria pressupõem o caráter heterogêneo dos atores civis e estatais, “o uso sistemático e reconstrutivo da categoria projeto político desfaz o artificialismo da oposição entre Estado e sociedade civil, dando vez aos modos e fins transversais pelos quais autoridades e atores civis se vinculam estrategicamente” (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p.174).

Ainda, apresentam uma categoria analítica intermediária, a de “domínio de agência”. Segundo os autores, é possível olhar para a construção política das capacidades de atuação dos atores da sociedade civil mediante dinâmicas de institucionalização que definem domínios de atuação legítimos para determinados conjuntos específicos de organizações civis por meio da cristalização formal de barreiras de entrada, dispositivos de acesso aos recursos estatais e reconhecimento da sua capacidade de representar determinados interesses (GURZA LAVALLE, SZWAKO, 2015, p. 174).

Categorias como, projeto político e domínio de agência, assim como análises de interfaces socioestatais, suas condições e seus efeitos institucionais, marcam um avanço no debate por abrir caminhos para pesquisar a institucionalização dos atores da sociedade civil, suspendendo a preocupação quanto ao sinal que a ela deve ser atribuído. Em alguns casos, os atores não estatais atuam por dentro do estado e dos partidos, através das instituições participativas ou, mesmo, a despeito delas; já em outros, não tão raros como de praxe se imagina, militantes tornados autoridades ou as próprias autoridades passam a promover uma espécie de ativismo institucional do estado. São, pois, diversas as combinações e rotas de interdependência entre estado e sociedade civil, do mesmo modo que são variadas as categorias analíticas mobilizadas para dar conta do cenário de intensificação e ampliação das trocas socioestatais (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 174).

Ao estudar a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o papel das interações socioestatais para a produção de políticas públicas, Gutierrez (2015) salientou que os estudos sobre os trânsitos entre Estado e sociedade civil e a ocupação de cargos no governo podem ganhar destaque, permitindo explicitar as estratégias de movimentos sociais que passam a constituir esta forma de relação com o Estado como uma maneira de influenciar políticas por dentro do aparato governamental.

Ela aprofundou seu estudo nas dinâmicas que caracterizam as interações entre sociedade civil, Estado e partido político atualmente no Brasil, e demonstrou as formas de relação que movimentos sociais passaram a estabelecer com o Estado em um contexto de maior abertura às suas demandas e propostas.

Do ponto de vista de outro movimento social, Silva e Oliveira (2011), ao analisarem trajetórias de ativistas do movimento de economia solidária, afirmam que foi possível identificar um processo organizativo que não apenas não se deu externamente ao Estado, mas que, em grande medida, foi fomentado por agentes e políticas governamentais. Ao contrário de abordar e criticar tal processo como exemplo de cooptação, instrumentalização ou colonização do movimento de “economia solidária” pelo Estado, eles mostraram que o movimento é fruto de um complexo padrão de relações entre sociedade civil e Estado, mediadas por partidos políticos.

Analiticamente os autores utilizaram o esquema de Banaszak (2005) para interpretar as mudanças nos padrões de inclusão/exclusão político-institucional dos movimentos sociais no Brasil, dos anos 1970 até os dias atuais, e identificaram um processo que, mesmo não sendo linear, se caracteriza por um nível crescente de inclusão institucional das organizações de movimentos sociais.

Para Silva e Oliveira (2011) devido à interpenetração partido-movimento, essa incorporação institucional tende a se caracterizar não apenas pela abertura ou pela maior permeabilidade das instituições às demandas e propostas de organizações de movimentos sociais, mas também pela recorrência de um mecanismo central na conformação daquela permeabilidade no Brasil: o trânsito institucional¹⁷.

Os autores observaram uma grande intersecção entre movimentos e Estado, na qual denominam como condição para a própria constituição do movimento de economia solidária tal como ele se apresenta. De outro lado, através do trânsito institucional

¹⁷ Para os autores trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento. Assim, vitórias e derrotas eleitorais tendem a produzir um trânsito significativo de militantes da sociedade civil para o governo e vice-versa, gerando mudanças rápidas e intensas nas oportunidades de acesso institucional (tanto em termos de grau quanto em termos de forma (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p.98).

mediado pelo pertencimento partidário, conforma-se um processo constante de deslocamento entre posições nas organizações do Movimento de Economia Solidária e posições na gestão pública que produzem uma relativa diluição das fronteiras institucionais (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p.118).

Definitivamente, não são poucos os desafios analíticos e empíricos postos àquelas análises que operam na perspectiva da mútua constituição entre sociedade civil e Estado e olham para os diversos padrões de interações entre seus respectivos atores. Os avanços recentes da literatura contribuem para elucidar formas, instâncias e níveis de interconexão, condicionantes institucionais que modelam a interação e o alcance político de movimentos sociais e de outros atores da sociedade civil, bem como a construção de parte das capacidades de ação do Estado. São questões integrantes de uma ampla agenda interacionista de pesquisa que encontra-se em andamento e que esta dissertação se propõe a contribuir. A seguir pretende-se complementar esta revisão com os estudos sobre os movimentos feministas e as interações socioestatais.

2.3 Os movimentos feministas e o Estado

O desenvolvimento da literatura sobre as relações entre os movimentos feministas brasileiro e o Estado não foi muito diferente do que vimos acima, a diferença é que no caso dessa literatura feminista há uma especificidade: é muito difícil separar teoria e prática, já que militantes feministas e teóricas feministas frequentemente são as mesmas pessoas.

Muitos estudos, principalmente de teóricas feministas, vêm tentando analisar o contexto que se estabeleceu entre os movimentos feministas e o estado Brasileiro, principalmente pelo fato de que o processo de interação entre ambos foi crescente e se deu de forma marcante. Dando continuidade à revisão bibliográfica desta dissertação será apresentar o que está sendo produzido a este respeito.

Nas análises de Sanchez (2017) sobre as interações entre os movimentos feministas e o Congresso Nacional brasileiro, a autora afirma que em um primeiro momento, os movimentos feministas invocavam a ideia de autonomia e se organizavam em coletivos autônomos, autossustentados com base em trabalhos voluntários, se manifestavam

regularmente nas ruas pelo fim da subordinação da mulher (ainda no singular) e pelo direito ao aborto. Assim, se aproximavam da caracterização que a literatura clássica dos movimentos sociais fazia de seu objeto de estudo e eram entendidos como movimentos “de verdade”, ou seja, movimentos que não se deixavam cooptar pelo Estado (SANCHEZ, 2017, p.3).

Um segundo momento, outros marcadores sociais da diferença como classe, raça e orientação sexual mostraram que o sujeito “mulher” é, na verdade, bastante heterogêneo. Ao mesmo tempo, a percepção de que era preciso ocupar os diversos espaços estatais começou a se fortalecer entre as feministas, ocorreu o que a autora chamou de descentramento e uma pluralização dos feminismos. Foi um momento de institucionalização em que muitas atrizes se posicionaram para além da sociedade civil, começaram a ocupar cargos na burocracia estatal e a participar de instituições participativas. No entanto, não dá para dizer que foi apenas um movimento das feministas em direção ao Estado. O contrário também é verdadeiro. É importante lembrar, destaca a autora, que, apesar de setores do movimento terem optado pela institucionalização, isso não significa que outras estratégias como protestos e ação direta deixaram de existir; sobre este pressuposto já vimos na primeira seção.

E atualmente, ou seja, num terceiro momento, Sanchez (2017) salienta que houve a multiplicação de campos e repertórios de ação feministas. Por um lado, as “femocratas” continuam exercendo funções estatais, parlamentares ligadas aos movimentos feministas continuam sendo eleitas e os movimentos feministas continuam participando de instituições participativas. Por outro lado, feministas jovens multiplicam as suas formas de ação, militando nas ruas, mas também na internet e em coletivos ou coletivas, como algumas preferem se autodenominar. Como afirmou a autora, tendo em vista essas mudanças recentes na relação entre movimentos e Estado, faz-se necessário compreender o terceiro momento tanto da literatura sobre os movimentos sociais e o Estado, de modo geral, quanto da literatura sobre os movimentos feministas e o Estado, especificamente. Essa pergunta faz parte de uma agenda de pesquisa relevante e ainda pouco investigada.

Chamando a atenção para as intersecções entre Estado e movimentos sociais, Banaszak (2005) questiona o papel que as políticas públicas desempenham para influenciar tais intersecções. A autora argumenta que “políticas públicas frequentemente resultam na

criação, combinação ou eliminação de organizações específicas, abrindo ou fechando oportunidades de entrada no estado” (BANASZAK, 2005, p. 161, tradução nossa).

Para Banaszak (2010) cada vez mais os estudiosos reconhecem que o ativismo pode ocorrer dentro e fora do governo (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001). Ela argumenta que a mobilização e o sucesso do movimento feminino americano não podem ser totalmente compreendidos sem reconhecer a presença de redes de ativistas feministas dentro do governo federal. A autora, utilizando entrevistas em profundidade e fontes históricas, documentou contribuições significativas que essas ativistas tiveram para a criação de organizações feministas e os papéis vitais que desempenharam no desenvolvimento e implementação de políticas em muitas áreas, incluindo educação, política externa e saúde das mulheres.

Banaszak (2010) também aponta que trabalhar dentro do governo nem sempre cooptou ou desradicalizou essas ativistas. A autora conclui que a pesquisa a levou a repensar a compreensão atual de muitos conceitos e processos de movimento social, incluindo oportunidades políticas, institucionalização do movimento e táticas de confronto, e altera nossa concepção dos interesses e do caráter do estado.

Seguindo esta linha de pensamento, foi introduzido nos trabalhos sobre o feminismo de estado a categoria "femocratas"¹⁸ (Eisenstein 1996, Mazur 1995a, 2001, 2002, Outshoorn 1994, 1997, Pringle e Watson 1992; Sawyer 1995; Stetson e Mazur 1995; Vargas e Wieringa 1998 apud BANASZAK, 2005, p 153). Esses autores reconhecem que o estado não é um ator uniforme e que partes do estado podem realmente abrigar feministas que podem influenciar as táticas do movimento e resultados de políticas relacionadas (BANASZAK, 2005, p.153).

¹⁸ “Dentro deste campo, o termo "femocrata" tem vários significados, que vão desde todas as mulheres que ocupam posições em mecanismos de políticas para mulheres [...], feministas dentro de qualquer parte da burocracia para Feministas dentro de mecanismos de políticas para mulheres. Apesar de sua profundidade, a literatura sobre femocratas ainda deixa várias lacunas em termos de nossa compreensão da interseção estado-movimento. Primeiro, concentrando-se unicamente na interseção dos movimentos de mulheres e do estado, a literatura perde a oportunidade de examinar a forma como outros movimentos sociais fazem interseção com o estado e como as variações nas interseções de movimento de estado desempenham um papel diferencial no desenvolvimento do movimento. Em particular, muitos dos autores dentro da literatura femocrata argumentam que a natureza patriarcal do estado e da sociedade determinam em grande parte os efeitos das femocratas. Eu desejo separar os efeitos do patriarcado daqueles que resultam do efeito do estado como uma instituição única e poderosa por direito próprio” (BANASZAK, 2005, p.153, tradução nossa).

A construção do conceito de “State Feminism” – feminismo estatal tem sua origem no âmbito dos debates acerca das ações implementadas pelo Estado de Bem-Estar social nos países nórdicos, especialmente aquelas em prol da efetivação dos direitos políticos e sociais das mulheres (HERNES, 1987 apud PINHEIRO, 2015, p.49). As autoras Matos e Paradis (2013) destacam que foram as teóricas feministas estadunidenses que iniciaram suas análises. Desde então, o termo tem sido utilizado para se discutir a incorporação pelo Estado de certas demandas dos movimentos feministas com relação a algumas áreas das políticas públicas e também em relação à necessidade de criação de estruturas governamentais específicas para gerir políticas para mulheres e melhorar as condições de vida das mulheres (STETSON e MAZUR, 1995; OUTSHOORN e KANTOLA, 2007; MCBRIDE e MAZUR, 2010 apud PINHEIRO, 2015, p.49).

Diante do exposto, observa-se que no Brasil esta categoria de feminismo estatal já vem sendo mobilizada em vários estudos. Abers e Tatagiba (2014) oferecem uma contundente e inovadora análise sobre as relações entre feministas atuantes no Estado, engajadas no que elas chamam de “*institutional activism*”:

Usamos o termo ativismo institucional para descrever o que as pessoas estão fazendo quando assumem empregos nas burocracias governamentais com o objetivo de fazer avançar as agendas políticas ou projetos propostos pelos movimentos sociais. Isso tende a ser uma forma menos glamourosa de ativismo do que os tipos de grandes repertórios de protesto normalmente associados aos movimentos sociais. Estamos examinando a ação no nível micro, que pode não ser heróica nem radicalmente transformadora. Em vez disso, envolve um esforço diário de experimentação e solução de problemas, cujos resultados nem sempre são imediatamente perceptíveis. Embora muitos burocratas provavelmente estejam engajados nessa resolução de problemas, nossa preocupação aqui é com a forma como a militância prévia nas redes de movimentos sociais afeta essas atividades. Nosso principal argumento é que tais conexões ajudam os ativistas a mobilizar uma variedade de recursos (conhecimento, contatos, informações, prestígio, e assim por diante), uma vez que estão trabalhando no interior do estado, mas também impondo limites ao que podem fazer (ABERS, TATAGIBA, 2014, p. 2, tradução nossa).

Para explorar essa questão, as autoras realizaram um estudo de caso no Ministério da Saúde, especificamente na área técnica para a saúde da mulher e justificaram o recorte pelo fato de tal unidade poderia ser vista como resultado de uma luta importante dentro dos movimentos feministas do Brasil: a luta contra a tendência histórica de reduzir o escopo da saúde da mulher à maternidade.

As autoras identificaram que o ativismo na área da saúde das mulheres envolve múltiplas redes de movimentos sociais parcialmente sobrepostos, permeados por diferenças e conflitos internos. Essa heterogeneidade significa que, se por um lado, os ativistas institucionais têm acesso a uma diversidade de recursos, por outro lado, cada movimento deles pode gerar críticas de algum lugar. Utilizam como exemplo o estudo de Alvarez (1990), já mencionado na seção anterior, quando a autora demonstra que avançar os objetivos do movimento ocupando cargos governamentais é uma prática comum no feminismo latino-americano, especialmente nas últimas décadas.

Na década de 1990, os governos começaram a responder ao movimento das mulheres criando novas agências e políticas para as questões das mulheres. Como eram muitas vezes as únicas pessoas com experiência e conhecimento substanciais sobre essas questões, feministas proeminentes eram frequentemente convidadas a dirigir essas agências. Como nós, Alvarez sugere que a entrada em cargos governamentais não implica necessariamente que esses ativistas foram cooptados por instituições patriarcais: ocupando espaços tradicionalmente ocupados por homens, eles se engajaram em lutas para controlar como a tomada de decisões ocorreu (ALVAREZ 1998, p. 299 apud ABERS, TATAGIBA, 2014, p. 3, tradução nossa).

Abers e Tatagiba (2014) pretendiam avançar na construção de ferramentas conceituais que permita identificar, nomear e avaliar a riqueza e a complexidade do ativismo institucional. Para elas, tal discussão pode ajudar a pensar sobre dois aspectos do fenômeno: que tipo de trabalho os ativistas institucionais fazem e que diferença faz com que esses atores estejam conectados a redes de movimentos sociais, além do fato de estarem investido numa agenda de pesquisa, ou seja, estudar um fenômeno que muitas vezes tem sido invisível na teoria dos movimentos sociais.

Abers e Tatagiba (2014) salientam que mesmo que a literatura sobre o movimento social tenha disponibilizado importantes ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitam dar alguns passos nessa direção, ainda há muito que investir de forma mais sistemática na compreensão de como o ativismo funciona dentro da burocracia. As autoras destacam que o livro de Banaszak (2009) sobre feministas trabalhando dentro da burocracia federal dos EUA é o único estudo que conhecem que sistematicamente explora as estratégias e táticas específicas do ativismo feminista dentro do Estado a partir de uma perspectiva de movimento social.

A autora contradiz pressuposições predominantes de que ativistas insiders tendem para moderar seus objetivos: ela acha que muitas feministas que ela entrevistou se tornaram mais radical ao longo do tempo, em alguns casos, apenas convertendo para o feminismo depois que eles começaram a trabalhar para o governo. Ela também desafia a ideia de que a incorporação de ativistas

dentro do estado foi uma consequência de vitórias feministas anteriores: feministas trabalharam dentro do governo dos EUA bem antes da segunda onda de feminismo e desempenhou um papel estratégico fundamental na promoção do movimento em seus estágios iniciais. Compreendendo a fronteira entre estados e movimentos como algo obscuro, Banaszak questiona a compreensão predominante na literatura dos movimentos sociais de que as instituições políticas e as políticas governamentais são geradas externamente como "oportunidades políticas" às quais os movimentos sociais reagem e se adaptam (ABERS, TATAGIBA, 2014, p. 8, tradução nossa).

As autoras acrescentam ainda que o trabalho de Banaszak é especialmente útil para questionar a dicotomia entre as táticas convencionais e de confrontação, mostrando que atividades comumente entendidas como convencionais ou institucionais - como litígios e funcionários públicos de lobby - podem ser usadas para fins disruptivos e radicais, até mesmo de instituições internas. Por exemplo, segundo Banaszak, nos EUA, as advogadas feministas que trabalham para o governo desempenharam um papel crucial na promoção de processos por direitos das mulheres. Funcionários do governo feminista também costumavam usar seu acesso privilegiado à informação em proveito do movimento, às vezes fornecendo aos ativistas de fora notícias sobre as atividades do governo.

Abers e Tatagiba (2014) citam outro exemplo de táticas utilizadas pelas feministas, descritas por Banaszak, em agências ou administrações hostis à causas feministas: as feministas se engajaram em ações mais sutis, tentando fazer mudanças “sob o radar”, seguindo as ordens o mínimo possível enquanto sutilmente ajustando a redação na legislação e nos documentos de política, mantendo o movimento, informado sobre os esforços para reduzir os direitos das mulheres, entre outras atividades.

Sobre o conceito de feminismo estatal, Matos e Paradis (2013) sustentam que ainda seu significado é variado e não livre de controvérsias. Pode ser entendido simplesmente como o “*advocacy* das demandas dos movimentos de mulheres no interior do Estado” (LOVENDUSKI, 2005, p. 4) ou pode referir-se “às ações dos mecanismos institucionais de mulheres para incluir as demandas e atrizes do movimento de mulheres no interior do Estado, de modo a produzir resultados feministas nos processos políticos e impacto social ou ambos” (MCBRIDE; MAZUR, 2008, p. 255 apud MATOS; PARADIS, 2013, p.13).

Nesta esteira, as autoras destacam que a introdução da categoria feminismo estatal marca o olhar desse novo conjunto de relações entre o Estado e a sociedade e consideram o

feminismo estatal como um conceito chave para apreender parte da dinâmica dos movimentos feministas na América Latina.

É possível exemplificar esse processo a partir de, pelo menos, duas formas do feminismo estatal: a atuação dos mecanismos institucionais de mulheres (MIM) e a elaboração dos planos, programas ou políticas nacionais de igualdade de gênero. Ambos existem em todos os países latino-americanos, apesar de haver diferenças entre cada país. Como vimos, na América Latina os MIMs passaram a ser implantados nas décadas de 80 e 90, em um contexto de redemocratização da região e forte pressão dos grupos sociais, especialmente do movimento de mulheres e do compromisso formalizado pela Plataforma de Ação da Conferência de Beijing (1995) (MATOS; PARADIS, 2013, p. 14).

Simoni Bohn (2010) ao analisar o feminismo estatal sob a presidência Lula, no caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) demonstrou que as agências estatais de políticas públicas para as mulheres (APM) embora não sejam o único mecanismo para tal – desempenham um papel fundamental nesse processo e correspondem a uma importante reivindicação do movimento de mulheres em diversos países – além do Brasil – desde pelo menos a Quarta Conferência Internacional de Mulheres em Beijing em 1995. Como seu próprio nome sugere, essas agências são entidades integrantes da burocracia estatal, lideradas pelas chamadas *femocratas* e que buscam a aprovação e implementação de políticas públicas que melhorem o *status* desigual das mulheres nos mais diversos campos de interação social (BOHN, 2010, p.81).

Bonh (2010) se propôs a verificar quão exitosa tem sido a SPM/PR desde sua criação em 2003, ou seja, as agências de políticas públicas para a mulher consideradas exitosas são aquelas que têm força institucional suficiente para abrir espaço para as demandas do movimento de mulheres no interior das arenas decisórias estatais; ou seja, são capazes de introduzir um componente de gênero nas discussões sobre políticas públicas. Em segundo lugar, as APMs cumprem seu objetivo quando as políticas implementadas pelo estado correspondem em grande parte às demandas dos movimentos de mulheres. Portanto, a força institucional da APM é essencial; mais importante ainda, no entanto, é um trabalho de cooperação entre a APM e os movimentos de mulheres, que resulte no efetivo enfrentamento de problemas concretos que afetam as mulheres em geral.

No seu estudo a autora demonstra que a institucionalização da presença feminina no aparelho de estado possui um efeito catalítico para o avanço da causa das mulheres no mundo democrático, e esta é a principal conclusão de um importante segmento da

literatura sobre mulher e política que floresceu nos últimos quinze anos (LOVENDUSKI, 2005a; MAZUR, 2001; MCBRIDE STETSON e MAZUR, 1995; OUTSHOORN, 2004; SAWER, 1990; STETSON, 2001 apud BONH, 2010, p.83). Neste sentido ela afirma que uma ativa agência estatal de políticas para mulheres, capaz de criar redes extensas no interior da burocracia pública, de introduzir uma perspectiva de gênero às arenas decisórias estatais e cujo plano de ação incorpora demandas do movimento de mulheres é essencial à formulação, adoção e implementação de políticas públicas que efetivamente atenuem ou eliminem desigualdades de gênero.

Nesse contexto, outros estudos identificaram a emergência de um feminismo estatal participativo no Brasil, neste trabalho já citado, Bonh (2010) destaca que as autoras Cecilia Sardenberg e Ana Alice Alcântara Costa (2010) identificaram a emergência de um feminismo estatal participativo no Brasil, facilitado pelo crescimento do ativismo e da articulação de movimentos feministas e de mulheres, da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu comprometimento com formas participativas de governo, e como resposta à persistência do sistema político patriarcal, que faz com que a representação das mulheres nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário seja baixa.

As autoras entendem que a SPM/PR seria uma via importante de consolidação de avanços, a partir da construção de políticas públicas pois, de acordo com suas análises, no Brasil, Venezuela e Chile, as interações estão mais centradas no executivo e nos espaços formais de participação. Por exemplo, no Brasil, os protestos se inserem num *continuo* de interação que combina presença nos conselhos e mobilização nas Conferências. Já na Venezuela, as autoras destacam que a interação mobiliza desde setores da base popular do partido do poder, até setores feministas mais tradicionais. E no Chile, o executivo tem muita centralidade, especialmente no governo Bachelet e destaca a ação mais de rua do feminismo.

Bonh (2010) conclui dizendo que evidentemente essas interações não são livres de controvérsias. Há em todos os países a permanência de ações contenciosas, de setores organizados que se mobilizam fora dos marcos colaborativos com o Estado. Certo processo de contradição nos projetos de alguns desses governos reforçam a emergência e fortalecimento de setores mais autonomistas. No entanto, as interações colaborativas e de negociação são tão presentes entre o campo feminista na região, que autoras como Matos

(2014) sugerem que essa é uma das principais características de uma nova onda feminista na América Latina.

Outro estudo nesta linha foi empreendido por Szwako (2012) sobre o feminismo e a construção democrática no Paraguai pós-ditatorial objetivando compreender quais foram os efeitos, em diferentes níveis, produzidos pela interação entre as organizações dos movimentos feministas e a institucionalidade política paraguaia. Seu objeto de análise foram as formas e espaços de interação formados pelo contato e pela aproximação entre organizações civis feministas e partes do Estado paraguaio e quais os resultados dessas formas de interação. Ele confirmou sua hipótese inicial demonstrando que a “interação contínua entre organizações feministas e institucionalidade política teve como efeito uma dupla transformação na capacidade burocrático-administrativa paraguaia e, ao mesmo tempo, na capacidade das atrizes dos movimentos feministas daquele país” (SZWAKO, 2012, p. 56).

Outro exemplo de trabalho empírico pode-se ver em Pinheiro (2015) que pesquisou sobre as práticas e padrões de atuação dos movimentos feministas brasileiros, ao longo dos últimos anos, e como tem buscado em suas relações com o Estado, garantir que suas reivindicações sejam debatidas e incorporadas. Com esta análise a autora pretendeu entender as múltiplas formas de ação e de lugares ocupados por ativistas presentes no campo feminista e de gênero.

Nessa tese, propomos uma compreensão acerca do papel do estado que se alicerça numa concepção dinâmica e relacional de processo político (TILLY, 1985; MISCHÉ, 2008). Onde esse papel é disputado pelas ativistas tanto fora como dentro do próprio estado através das mais variadas formas de interação entre aquelas com esse. Este estado, sobremaneira, é identificado com atributos patriarcais, seja em estruturas criadas e consolidadas historicamente como tal, seja nos projetos que contenciosamente buscam fazer prevalecer suas próprias perspectivas e pontos de vista acerca daquele papel (PINHEIRO, 2015, p.47).

No seu trabalho, Pinheiro (2015) estabeleceu um percurso no qual foram definidas algumas formas estratégicas de interação entre os movimentos feministas e as instituições estatais que se caracterizam pela presença de vínculos formais entre as militantes e as organizações feministas com o estado. Foram identificados três tipos principais de relações possíveis entre feminismos e estado, as quais ela designou por (i) relações de parceria entre ONGs e o estado, (ii) relações de representação, através da ocupação de postos de representação em instituições participativas e (iii) relações híbridas,

estabelecidas pelas mulheres que ocupam postos na burocracia estatal (PINHEIRO, 2015, p.66).

Em suas conclusões, a pesquisadora demonstrou existir uma relação *híbrida do movimento* com o Estado que surge de um contexto no qual as militantes apresentam *múltiplas filiações* (nos movimentos, nos partidos, universidades, entre outras), que por diversas vias a levam ao Estado, ou seja, um militante pode ser ao mesmo tempo militante de um movimento ou pertencente a um campo de lutas, como no caso estudado aqui, o feminismo, mas é ao mesmo tempo militante do partido e/ou funcionário do estado. “Ao utilizarmos a expressão "híbrida", buscamos enfatizar que ao qualificarmos essa relação nos remetemos aqui ao ponto de vista dos militantes no contexto das lutas” (PINHEIRO, 2015, p.70).

Pinheiro e Ogando, em estudo sobre os impactos dos planos nacionais de políticas para as mulheres nas políticas públicas no Brasil utilizam Avritzer (2002) para demonstrar que os processos iniciados durante a redemocratização no Brasil, novos atores/atrizes buscaram traçar distintas trajetórias para ampliar os acessos às esferas públicas. As transformações que levam ao fim da ditadura militar no Brasil e consolidam lideranças, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, como os movimentos feministas, trazem consigo também grandes mudanças nas instituições públicas que gradativamente, modificam os padrões de interação entre sociedade civil e estado.

Para Bezerra (2014), olhando os movimentos feministas neste mesmo período, as diferentes conformações sociais e intersecções com outros movimentos tiveram reflexo direto na constituição do repertório dos movimentos feministas que, por vezes, se comportava de forma heterogênea, com diferentes estratégias que se mesclaram ao longo do tempo: grandes mobilizações, associações locais, educação popular, pressão parlamentar, participação em governos e estabelecimento de políticas públicas experimentais.

A autora destaca ainda que já naquele momento, de forma semelhante ao vivenciado pelo movimento sanitarista (DOWBOR, 2009), os movimentos feministas combinam a mobilização e o confronto político com a disputa por espaços institucionais, tendo como bandeira geral de vários movimentos a luta em torno das Diretas Já e da participação

política que, para além de uma defesa de eleições livres, estava articulada a uma crítica ao conjunto das instituições políticas e à organização do estado.

Cuida-se de uma trama complexa, um campo que envolve o imbricamento e a sobreposição de atores que transitam entre associações, movimentos sociais, partidos políticos e estruturas do estado. (...) assim, o processo de criação dos Conselhos de Direitos da Mulher como estrutura híbrida que reúne estado e representantes de organizações e movimentos da sociedade civil ocorre antes mesmo da primeira eleição presidencial direta. (BEZERRA, 2014, p.51)

Os repertórios dos movimentos feministas incorporam desde grandes mobilizações de rua, passeatas, performances, passando por estratégias de *lobby* e *advocacy* até a participação em espaços de interação com o estado, como Conselhos e Conferências. Todos se constituem simultaneamente como repertórios dos movimentos feministas e são utilizadas conforme o contexto e as possibilidades políticas, embora possa haver uma organização que privilegie mais um repertório que outro.

Os referenciais teóricos e instrumentos analíticos apresentados neste capítulo foram mobilizados para compor um quadro de orientação para a análise que se seguirá, no sentido de avançar nos entendimentos sobre as relações concretas que se têm estabelecido entre movimento social e Estado no Brasil, no contexto contemporâneo.

As pesquisas sobre movimentos sociais, comportamentos coletivos e o Estado, lentamente se afastaram de um modelo de mobilização de recursos e processos políticos, com ênfase na identificação e medição da combinação de variáveis que levam ao surgimento e ao sucesso do movimento, trabalhando com o pressuposto de que os movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado em modelos híbridos e criativos que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada.

A proposta, neste sentido, é abordar as interações socioestatais a partir das esferas Estado e movimentos feministas como atores relevantes nesse processo. A partir do referencial teórico no qual apoiou-se esta dissertação, qual seja, as noções de repertórios de ação e interação, propomos como instrumentos analíticos para caracterizar as interações entre os atores os conceitos de encaixe institucional e ativismo institucional.

Dessa forma, no contexto contemporâneo, as/os analistas apontam para a necessidade de construção de novas pesquisas que permitam compreender sobre as relações socioestatais, o processo de interação entre sociedade e Estado e que não diminuam a relevância de nenhuma das duas esferas, tornando-se necessárias a partir de abordagens que entendam sociedade e Estado como entidades complexas, heterogêneas e permeadas por relações de poder.

3. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

*“A revolução é feminista, e ela já está acontecendo...”
(Laina Crisóstemo, XX REDOR, 05/12/2018)*

Este capítulo versa sobre os movimentos feministas brasileiro na contemporaneidade e como as ideias e ações feministas tiveram sua formação e se apresentaram na sociedade brasileira a partir da constituição de um movimento social. O objetivo é apresentar o percurso histórico de constituição das pautas e reivindicações dos movimentos feministas, ou seja, um importante conjunto de informações que auxiliaram na compreensão do mesmo.

O propósito será recuperar os elementos históricos, e as práticas de luta que podem ter contribuído para a constituição dos movimentos feministas no Brasil, assim como, dialogar com algumas concepções teóricas que orientam sua ação. Dividiu-se o capítulo em três partes: iniciemos a análise observando (1) a gênese dos movimentos feministas e como se constituiu como movimento social, em seguida (2) buscaremos evidenciar os enquadramentos teóricos das críticas feministas e a conceituação dos movimentos feministas como campo discursivo de ação, na terceira e última parte (3) alguns fatos históricos que marcaram sua atuação no Brasil.

A palavra feminismo tem origem francesa e vem da palavra *femme*, que em francês significa mulher. O feminismo como movimento social surge no final do século XIX, influenciado pelo espírito da Revolução Francesa, tendo como seus expoentes Olympe de Gouges¹⁹ e Mary Wollstonecraft, considerada “fundadora do feminismo”, sua obra *Uma reivindicação dos direitos da Mulher* (1792) é a primeira elaboração sistemática de um entendimento sobre as raízes da opressão sofrida pelas mulheres, foi traduzida no Brasil por Nísia Floresta (1809-1885) e marca o início da reflexão feminista no Brasil (MIGUEL; BIROLI, 2013, p.09). Inicia-se assim o processo de construção intelectual do feminismo.

Silva e Camurça (2013) quando realizam formação de mulheres pela ONG SOS Corpo conceituam o feminismo a partir de três dimensões, sinteticamente exemplifica bem: uma

¹⁹ Em 1791, Gouges escreve a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, uma transcrição da versão masculina (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.20).

“linha de pensamento”, ou seja, se constitui numa teoria aberta e em permanente construção, procura explicar a situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal²⁰; uma “atitude”, o feminismo é uma postura assumida por cada mulher cotidianamente diante da sua própria vida ao não aceitar estereótipos do ser mulher que a sociedade impõe que ela seja e; uma “dimensão organizativa”, o feminismo é a movimentação das mulheres na sociedade para fazer a luta por direitos, por mudanças, por igualdade, por justiça.

Como veremos nesta sessão, um rico debate ocorreu internacionalmente e no Brasil sobre as discussões teóricas e a prática política do feminismo. É fundante no feminismo e em nos feminismos a coexistência de uma pluralidade de abordagens, e desde o início deste capítulo é central a preocupação em demonstrar que o feminismo não é homogêneo, mas cheio de embates e divergências entre si. As lutas feministas tiveram e têm diferentes expressões, heterogêneas como o próprio feminismo.

Em um estudo dedicado à teoria política feminista, os autores Miguel e Biroli (2014) afirmam que o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida e as formas de pensar o mundo que a legitimavam por meio de suas lutas, como pelo voto feminino e pelo acesso às mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito do divórcio, do direito das mulheres à integridade física e controlar sua capacidade reprodutiva entre outras. “No processo de suas próprias lutas, o feminismo foi capaz de transformar sua agenda e também sua reflexão sobre o mundo social. Cada vez mais, em vez da incorporação das mulheres à ordem existente, tornava-se clara a necessidade de uma transformação profunda dessa ordem” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.08).

Observa-se também que os autores chamam a atenção para o fato de que as questões que permeiam o debate teórico no feminismo ainda hoje, a despeito das críticas e do impacto das abordagens feministas, muitas vezes estão ausentes ou marginais nas correntes

²⁰ Segundo Matos (2014) o patriarcado remete a uma maneira de organizar a sociedade de tal forma que são definidas hierarquias baseadas no sexo dos indivíduos, onde o feminino é considerado inferior ao masculino, e consequentemente carregam privilégios que sustentam uma série de opressões. Mais adiante falaremos sobre a utilização teórica e os vieses desta categoria.

hegemônicas da teoria política. Segundo eles, alguns questionamentos ainda são necessários para a agenda feminista:

De que modo o machismo, ou o patriarcado como forma de organização das relações sociais, reduz as oportunidades de participação social das mulheres? Quais mecanismos sociais limitam a participação delas nas esferas públicas, fazendo com que mais de oitenta anos depois da conquista do sufrágio feminino elas permaneçam marginais na política? Como a divisão sexual do trabalho e os estereótipos do feminino e do masculino que ela mobiliza marcam a socialização das crianças, colaborando para um futuro desigual da perspectiva de gênero? E em que dimensões da vida as mulheres permanecem como menos do que cidadãs, tendo sua autonomia restrita e, em alguns casos, sendo ainda definidas como meios para satisfação masculina? Como, enfim, as desigualdades de gênero se realizam em conexões complexas com as de classe, raça, compondo injustiças que obstruem a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias? (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.13)

Miguel e Birolli (2014) querem frisar que as teorias da democracia, teorias da justiça e ou as teorias que estariam centradas na problemática da liberdade e da autonomia dos indivíduos passam ao largo dessas questões quando silenciam sobre o impacto do gênero na posição social dos indivíduos e sobre a relação estreita entre as hierarquias em diferentes esferas da vida. É fundamental observar que na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. “Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, neste sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.17).

Como corrente intelectual, salientam os autores, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos nos quais, em larga medida, prevalecem direitos formalmente iguais levou reflexões e propostas que deslocam os entendimentos predominantes da teoria política. Não obstante, eles reconhecem que foram obtidos muitos avanços, como na educação, política, trabalho, mas destacam que ainda permanecem em ação mecanismos que sempre operam para a desvantagem das mulheres e produzem desigualdades. “Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.18) e em busca deste desafio o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social.

Resumidamente para Kantola (2006) o eixos principais de análise do feminismo são derivados do feminismo liberal, do feminismo radical, do feminismo marxista, da teoria de “sistemas duais” ou do feminismo socialista e das pós-estruturalistas: a *perspectiva liberal* foca o debate acerca de regras e procedimentos da democracia liberal, entendendo que através da alteração dos mesmos, o Estado poderia “corrigir” desigualdades identificadas na participação da mulher nas instituições liberais clássicas, como o Legislativo. Para as *feministas radicais*, a perspectiva da existência dessas estruturas de reprodução da dominação masculina no Estado parte do uso do conceito de patriarcado para descrever e interpretar as dinâmicas nas quais certas formas de organização estatal reforçam uma cultura patriarcal na sociedade. As *feministas marxistas*, se destacam ao defender que o Estado capitalista garantiria a sua continuidade e sustentação a partir da manutenção de um regime de opressão e subordinação das mulheres. E, nesse sentido, essa opressão poderia ser entendida como fruto do próprio capitalismo, que se vale da divisão sexual do trabalho para assegurar o sustento e reprodução da mão de obra. Já as *feministas socialistas*, descreviam numa complexa e imbricada relação entre o capitalismo e patriarcado as características que faziam do Estado um ente sustentador destas duas formas de organização. Quanto as *feministas pós-estruturalistas*²¹, elas percebem o Estado como um “centro de reverberação de uma série de relações de poder e processos políticos pelos quais o patriarcado é tanto construído como contestado (PINHEIRO, 2015, p.43).

Já sobre a história do movimento social, sabe-se que o feminismo, enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, destaca Costa (2005), o feminismo mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na

²¹ As feministas pós-estruturalistas dialogam com a teoria do Processo Político no âmbito dos estudos dos movimentos sociais (TILLY, 1975; TARROW, 1998), ao identificarem o Estado não como um ator ou um bloco monolítico, mas uma arena de disputas entre os mais diversos discursos e linguagens, a qual os mais diversos atores coletivos buscam influenciar. Nesse sentido entendem que o Estado não teria sempre sido patriarcal, sendo resultado de um processo histórico de construção. E mais: ao entender a arena estatal como um espaço em disputa, romperiam com as dicotomias já citadas entre Estado e sociedade civil, entendendo que primeiro poderia ter usos positivos para a atuação das militantes no segundo. (PINHEIRO, 2015, p.43).

luta sufragista. Algumas teóricas feministas lembram que esta perspectiva de difusão do feminismo do centro para a periferia conta uma parte da história, hoje muitas publicações demonstram a articulação e a projeção de feminismos subalternos, principalmente a partir dos anos 1980, sob as expressões Feminismo Terceiro-Mundista e Pós-Colonial (Ballestrin, 2017). Uma das características peculiares dos movimentos feministas em relação aos outros movimentos sociais reside na sua capacidade de teorizar criticamente sobre si próprio (PINTO, 2010).

De acordo com Costa (2005) após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. A autora destaca que neste momento ele vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem.

Seguindo a perspectiva de que “o pessoal é político”, Costa (2005) salienta que o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política.

Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais. Essa bandeira, para Carole Pateman, [...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47 apud COSTA, 2005).

O feminismo brasileiro vem mudando cotidianamente. Segundo Costa (2005) “no movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz”, ou seja, para a autora a cada

enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, vai se transformando. Ao refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios dos movimentos feministas no Brasil a autora salienta que o feminismo não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990.

O feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Para (COSTA, 2005, p.01) os movimentos feministas brasileiros, extrapolaram os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

Perguntada sobre a contribuição que as militantes feministas que estão no Estado dão ou poderiam dar para a transformação das estruturas do Estado, uma ativista respondeu:

Pensar na questão de ocupar estes espaços é primordial, a gente ter realmente candidaturas viáveis para que as mulheres ocupem estes espaços para efetivar as políticas públicas, porque realmente é um espaço muito desgastante, até para nossa saúde pessoal, física e mental. [...] eu acho que é interessante as mulheres se organizarem para ocupar os espaços com empoderamento e enquanto não ocupam ou o grupo divergente das que ocupam, que exerçam realmente o controle social. E a forma que é feito o controle social no Espírito Santo é feito divinamente, por mulheres que são realmente dedicadas a fazer este controle. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Nesta dissertação, o foco é olhar a dimensão do feminismo como movimento social, mas o propósito é percorrer este caminho ancorado no pensamento teórico feminista partindo do princípio de que não existe consenso dentro do feminismo. Tanto na teoria como na luta política existe divergência na compreensão de onde residem as raízes da desigualdade de gênero e como enfrenta-las, não existindo assim um programa único do movimento feminista.

3.1 Movimentos feministas e ou movimento de mulheres

Um debate sempre presente entre as autoras que estudam o feminismo é a relação entre movimento de mulheres e feminismo. Consideramos nesta dissertação que os movimentos feministas são uma subcategoria do movimento de mulheres. Seguimos o entendimento de que todos os movimentos feministas são movimentos de mulheres, mas nem todo movimento de mulheres se reconhece enquanto movimento feminista. “Um movimento feminista é um tipo de movimento de mulheres, com um discurso feminista específico” (MCBRIDE, MAZUR, 2010, p.33 apud MATOS, 2014, p. 06). Para as autoras Silva e Camurça (2013) o feminismo é um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, é um movimento de mulheres e, portanto, é parte do movimento de mulheres em geral. Assim, o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele. Um alimenta o outro.

De acordo com Pinheiro (2015, p.48), nos anos 1990, Alvarez (1990) definiu o “movimento de mulheres” como movimentos sociopolíticos, compostos principalmente por mulheres que questionam os sistemas culturais e políticos a partir dos papéis de gênero atribuídos a elas. Alvarez retoma a definição de “interesses de gênero estratégicos e práticos” (*strategic/practical gender interest*) de Molyneux (1986), e delimita os grupos de mulheres organizados em duas categorias diferentes, relacionadas às agendas e perspectivas acerca daqueles papéis atribuídos à mulher na sociedade. Nesta esteira, as feministas, seriam, o primeiro conjunto de organizações, aquelas que buscam avançar nos interesses de gênero *estratégicos*, ou seja, seriam aqueles grupos que acreditam que os papéis designados às mulheres pela cultura e ideologia dominante oprimem as mulheres. Portanto, desafiam as estruturas de poder baseadas em gênero.

A segunda categoria, designados de femininos, remeteria aos interesses práticos de gênero e se baseiam nos papéis de gênero e os aceitam, buscando lutar por direitos relacionados a esses papéis. “Seriam dados, segundo Molyneux (1986), de forma indutiva e surgem das condições concretas da posição das mulheres na divisão do trabalho, devido ao seu sexo” (PINHEIRO, 2015, p.48). As organizações desse tipo estiveram envolvidas historicamente em movimentos que denunciavam os altos custos de vida nos países latino-americanos entre as décadas de 1970 e 1980 (ALVAREZ, 1990; JAQUETTE, 1994) e ainda resistem através dos movimentos das “donas de casa” e consumidores,

presentes em vários estados brasileiros. As femininas em geral dão origem a reivindicações relacionadas a necessidades imediatas, ao contrário das transformações culturais e políticas de fôlego, defendidas pelos interesses de gênero *estratégicos* ou *feministas* (ALVAREZ, 1990 apud PINHEIRO, 2015, p.48).

Pinheiro (2015) destaca os estudos de Costa (2002) e Alvarez (2014b) para mostrar que o feminismo elaborou ao longo do tempo um diverso repertório de discursos e práticas, particularmente, a partir de suas experiências de lutas, contestações e autorreflexões e que mesmo em sua heterogeneidade e por causa dela é capaz de gerar articulações que fazem dele uma das principais forças políticas da atualidade.

Ou seja, “existe” uma constante negociação em torno do conceito de “mulher”, de “feminista” e, conseqüentemente, de quem é ou quem são os sujeitos políticos legítimos do feminismo. Desse modo, anuncia-se uma disputa de discursos – quem fala pelo campo feminista – e de identidade(s) política(s), ou seja, ocorre a efetivação de ações políticas que ressaltam especificidades e segmentações (MOUFFE, 1999a e 1999b apud ADRIÃO 2008).

Segundo Pinheiro (2015) em determinados momentos da história e das lutas das feministas latino-americanas, vários embates surgiam sobre se determinadas ativistas eram ou não feministas, chegando ao limite de se falar em “feministômetro”, de forma a defender que algumas mulheres poderiam ser consideradas “mais feministas” ou mais engajadas no ativismo e na defesa das demandas feministas que outras. Polêmicas à parte, no que diz respeito ao quem do feminismo, é característico deste, o fato de que as/os ativistas ocupam os mais diversos espaços na sociedade. Por um lado, as feministas acadêmicas incentivam um contínuo processo de autocrítica e reflexão das ações de si próprias e das militantes engajadas nos movimentos, coletivos e organizações. Dessa forma informam a prática na mesma medida em que a práxis feminista colabora para que estas moldem seus trabalhos acadêmicos. Nas palavras de Pinto (2010):

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Por esta sua dupla

característica [de ativismo e produção acadêmica], tanto os movimentos feministas quanto a sua teoria transbordou seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral.” (PINTO, 2010, p. 15).

Para as autoras os movimentos feministas, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas.

As análises empreendidas por Pinheiro (2015) demonstram que no Brasil, esse conflito não encontrou ressonância, apesar de ser uma discussão presente em muitos encontros, não chegou a assumir ares de enfrentamento. “As próprias características do feminismo brasileiro enquanto movimento social mais vinculado às decisões participativas e democráticas, o permanente controle e questionamento sobre as instâncias de poder ou formação de lideranças por parte do movimento de base dificultam essa dicotomia”. Por outro lado, demonstra Pinheiro (2015) que há uma constante preocupação por parte das ONGs feministas em estimular mecanismos de participação e consulta mais amplos no sentido de buscar respaldo político que legitime suas ações. Talvez, a própria origem das ONGs feministas no Brasil determine suas práticas diferenciadas, já que a grande maioria surgiu dos grupos autônomos locais estruturados no fazer feminista. Mesmo as ONGs mais recentes aglutinam antigas militantes de reconhecida atuação no feminismo autônomo e preocupam-se em manter os vínculos com o movimento não-institucionalizado.

No que tange aos seus processos de crítica e auto-reflexão, os movimentos feministas se destacaram pela influência que obtiveram no âmbito dos discursos e das produções científicas. Nesse sentido, além de consolidar um campo de lutas na sociedade civil, o feminismo brasileiro foi responsável por desenvolver um campo próprio de estudos e interpretações (MATOS, 2008). Pinheiro (2015) destaca que esses dois lugares de disseminação de discursos e perspectivas acerca do lugar da mulher na sociedade se alimentam mutuamente, informando-os uns aos outros, dando a tônica dessa característica de se repensar continuamente.

A autora chama atenção para o fato de que a pluralidade de locais ocupados por essas perspectivas e discursos feministas, criaram alguns desafios teóricos importantes sobre como definir os movimentos feministas, sem, a princípio, excluir da análise estes outros locais nos quais as mulheres (e homens) que compartilham desses discursos e pontos de vista, agiam de forma não apenas a defendê-los mas para disseminá-los, buscando legitimá-los como interpretações válidas sobre o mundo. Neste sentido para Pinheiro (2015) com vistas a enfrentar esse desafio teórico, Alvarez (2014b) propõe pensar não mais os movimentos sociais apenas como categoria analítica, mas sim campos discursivos de ação.

3.2 As pautas e reivindicações dos movimentos feministas brasileiros do final do século XIX ao século XXI

Partindo do entendimento que os movimentos feministas se constituem em campos discursivos de ação, passaremos a uma revisão dos principais momentos de sua trajetória no Brasil. Algumas vertentes de pensadoras feministas dividem este processo histórico em ondas²² feministas, ou seja, as gerações de projetos feministas. Uma “onda” feminista, se refere a um momento histórico relevante de efervescência militante e acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram, dominaram o debate e influenciaram os repertórios de ação e interação do movimento.

Mas é preciso salientar que esta divisão por ondas do feminismo não dialoga com a história das feministas negras, e são alvos constates de críticas por parte destas teóricas. Vamos utilizar esta nomenclatura apenas para dividir os momentos históricos na cronologia do tempo. Veremos que cada momento histórico tem suas particularidades pois as mulheres tinham e têm demandas diferentes e que muitas vezes são controversas em nível teórico e prático.

²² O termo ondas (the waves terminology) é utilizado para demonstrar a ação do movimento enquanto um projeto que ainda não se completou, ilustra em dois sentidos: o primeiro corresponde a um parâmetro cronológico ou de gerações. O segundo liga-se às sucessivas construções teórico-temáticas. Ambas as interpretações pressupõem que, tal como ondas no oceano, com marés e fluxos, com marés altas e baixas, o movimento está em mudança contínua (SANTOS, 2017).

É comum, na literatura, que se fale em *três* “ondas” do movimento feminista, neste trabalho apresentaremos uma *quarta* onda proposta pela professora Marlise Matos e já incorporada em vários trabalhos acadêmicos.

Matos (2014) apresenta esta proposta de enquadramento teórico de uma quarta onda para os movimentos feministas no Brasil (MATOS, 2008, 2010 e 2012) e na América Latina olhando para as dinâmicas sociais e políticas recentes que, no seu entender, estariam reconstruindo uma nova fase de configuração ou desenho dos feminismos na região. Segundo a autora, especialmente a partir dos anos 2000, o contexto mais ampliado dos nossos feminismos organizou um novo formato que poderia ser brevemente descrito como o de um movimento multinodal de mulheres ou que parte de diferentes “comunidades de políticas de gênero” (como tem sido mais comum se referir no Brasil) que é, por sua vez, completamente distinto daquilo que estaria acontecendo em países do norte global (ou hegemônicos), por exemplo.

Esclareço ainda que considero que esta nova “onda” para os movimentos feministas da região se constitui também num momento analítico outro para os estudos e as teorias feministas. Entendo, então, que os novos redesenhos dos movimentos feministas também estão redesenhando novas propostas teóricas, a partir de uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (no mínimo). (MATOS, 2014, p.03/04).

É necessário frisar que as margens entre um período e outro são fluidas e observa-se o fato de que mesmo quando há concordância com relação a uma ou outra pauta existem teorias e movimentos paralelos diferentes, cada um com suas especificidades. Tomamos o cuidado de na descrição não confundir uma história intelectual com a história do movimento social, mas os limites desta divisão são imprecisos e muitas vezes pode-se ter ocorrido no erro.

3.2.1 Os feminismos do final do século XIX a meados do século XX

A primeira onda, é localizada temporalmente no fim do século XIX até meados do século XX, e tinha como principais bandeiras de luta o sufragismo (a luta pelo sufrágio universal), a escolarização das mulheres e os direitos civis e políticos. Matos (2014) em seu quadro sobre Ondas Feministas na América Latina e Brasil diz que a relação com o Estado se assentava na luta por incorporação de direitos. Em Dinâmicas do

Movimento no Brasil, Costa (2005) chama a primeira onda de “o feminismo bem-comportado”.

Tendo como base os estudos de Costa (2005), Adrião (2008), Miguel e Biroli (2013), Matos (2014), os principais acontecimentos deste período foram: (1) Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada a primeira feminista brasileira, publica em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollestonecraft, *A vindication of the rights of women*, em 1835 o livro *Opúsculo humanitário*, e em 1842, o livro *Conselhos a minha filha* (defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação); (2) a imprensa feminina é principal veículo de divulgação das ideias feministas; (3) a Criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio e pela “emancipação da mulher” e a Associação Feminista, de cunho anarquista; (4) em 1918, o destaque é para Bertha Lutz, cientista e bióloga, exercendo cargo público no Museu Nacional e pertencente à elite intelectual e econômica do país; (5) em 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) é fundada junto com outras mulheres da elite carioca tornando-se a primeira entidade organizada para reivindicar direitos das mulheres, se tornando a principal responsável pela condução da luta sufragista através de suas diversas filiais espalhadas por todo o país; (6) o voto das mulheres é conquistado no Brasil em 1932, através do decreto nº 21.176, de 24 de fevereiro e posteriormente, incorporado à Constituição de 1934.

O século XX traz a marca de ações feministas organizadas em prol de uma cidadania para as mulheres. Adrião (2008) destaca que a busca por ocupação legítima dos espaços públicos era o mote central. A autora descreve que no início do século, o feminismo é marcado pela presença de mulheres, em sua maioria da elite, que realizavam ações separadas, em diferentes regiões do país, pela garantia do direito ao voto. Quanto a relação com o Estado brasileiro e o espaço público, as feministas já reivindicavam uma possibilidade de participar de uma esfera pública que se definia com o crescimento econômico e a modernização das cidades, com a industrialização e a imigração europeia, e, fundamentalmente, com a fundação da república e a noção de cidadania em construção (RAMOS, 2002 apud ADRIÃO, 2008).

Embora houvesse diferenças entre os vários movimentos feministas que emergiram na década de 1920, estes tratavam-se, de forma geral, de instrumentalizar a mulher, moral e intelectualmente, pela via educacional (RAMOS, 2002; LEITE, 1984). Em âmbito geral, sob o ideal de “mãe civilizadora, procurava-se dignificar e politizar a maternidade, assumindo que o que importava era a formação das novas gerações, ou do novo homem, de uma sociedade libertária, para as anarquistas, ou a formação da pátria, para as demais” (RAGO, 1995-1996 apud ADRIÃO, 2008, p.126).

Segundo a autora o elo de acesso à cidadania para as mulheres, no diálogo com os poderes públicos, dava-se, portanto, através da educação – como disciplina – e da ligação mulher-mãe, como valorização do lugar das mulheres no mundo público. A ideia que predominava é que haveria uma regeneração da sociedade, através dos filhos da pátria, gerados pelas mulheres, tal qual segue abaixo:

Para além do sufragismo, portanto, as organizações feministas tinham por objetivo promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos (RAMOS, 2002, p.24 apud ADRIÃO, 2008, p.126)

Os anos seguintes, conforme mostra ADRIÃO (2008), viriam a ser demarcadores desta busca de acesso ao mundo público pelos movimentos feministas. O caminho seria, portanto, o de incrementar o diálogo e o acesso daquelas mulheres não habituadas ao espaço público, tendo a educação como a grande porta de entrada qualificada e qualificadora, como exposto anteriormente. No contexto sócio-político da época, iniciava-se um processo de retraimento da organização da sociedade civil brasileira. Este processo deu-se com o golpe militar de 1937, pós-intentona comunista, das forças revolucionárias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), contra o governo federal de Getúlio Vargas.

Em 1949, Simone de Beauvoir, lança sua mais influente obra *O segundo sexo*, o autores Miguel e Biroli (2013) acentuam que a percepção expressa na frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” *funda o feminismo contemporâneo*, nela toda a expressão do pensamento em que “a mulher não é definida nem por seus hormônios nem por instintos misteriosos, mas pela qual ela recupera, por meio de consciências alheias, seu corpo e sua

relação com o mundo” (p.27). De acordo com os autores especificamente para a teoria política, Beauvoir avançou pouco, tendo a política entendida como uma esfera “superestrutural”, mas ainda assim, a obra “O segundo sexo” foi importante para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado, e forneceu a inspiração para a criação do slogan “o pessoal é político”, marca do feminismo pós anos 1960.

Os autores dizem que O segundo sexo apresentou uma tentativa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres, a crítica que os autores fazem a Simone recai sobre a falta de unidade na construção do argumento, e seu “subjativismo extremado que faz com que se passe sem escalas da vivência pessoal ou círculo próximo para a generalização” (p.12); outro ponto destacado pelos autores é o substrato psicanalítico, mesmo ciente da misoginia de Freud, não consegue se livrar.

Para os autores é possível dizer que este foi o momento de maior repercussão do pensamento feminista e a atual ofensiva antifeminista, muito presente no discurso da mídia e de um certo senso comum nos dias de hoje, é ainda uma reação a este período. Segundo (Costa, 2005) este foi um período de efervescência política e de revolução de costumes, tanto na Europa – em 1949, com o lançamento do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir – quanto nos Estados Unidos – com a crítica ao *american way of life* e o surgimento do livro “A Mística Feminina”, de Betty Friedan (1963). No Brasil, uma obra central foi a tese de livre-docência de Heleieth Saffioti, defendida em 1967 e publicada anos depois, a partir de um referencial exclusivamente marxista, causando grande impacto na época.

O estudo sociológico “Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade (Saffioti, 1976), permaneceu durante muito tempo como referência obrigatória para as pesquisas sobre mulher no Brasil. Para Goldberg (1989) a autora desenvolveu uma análise, segundo uma perspectiva “dialética marxista”, onde polemizava com as correntes ideológicas desenvolvimentistas e evolucionistas e tentava demonstrar que a inferioridade social da mulher derivava de uma necessidade estrutural do sistema capitalista, concretizada na exclusão de um numeroso contingente feminino da estrutura ocupacional. Essa exclusão,

segundo Saffioti (1976), não podia ser explicada pelas teorias naturalistas a respeito da mulher e tampouco tinha raiz na “tradição” ou no “atraso” econômico.

A autora afirma que é nesse estudo de Saffioti que aparece sistematizada, pela primeira vez, uma visão de conjunto das “manifestações feministas” no Brasil desde o começo deste século e onde, no bojo de uma crítica à orientação feminista liberal, são explicitadas as idéias de tomada de consciência por parte das mulheres dos problemas da sociedade, da necessidade de participar do processo de transformação social e da importância do trabalho como força liberadora. (GOLDBERG, 1989, p.47)

A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de ideias que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se tivesse tido pleno êxito desde seu início, criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a inferiorizavam), inoculou em boa parcela das mulheres a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho. (...) Deste ângulo, sua ‘importação prematura’ operou como fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das ideias feministas e o avanço da mulher em determinadas áreas como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral. (Saffioti, 1976:274 apud GOLDBERG, 1989, p.47)

3.2.2 Os feminismos das décadas de 1970 e 1980

A segunda onda do feminismo emergiu durante os anos 1970 e 1980, a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e falta de cidadania no interior dos regimes militares. Grande parte das componentes do movimento advinha das organizações de esquerda e da luta contra o capitalismo e pela democracia, segundo Matos (2014) “a partir de um exercício crítico significativo, rejeitavam práticas hierárquicas e androcêntricas dessa esquerda, bem como a invisibilização e desconsideração da necessidade das transformações de gênero para a luta política geral” (MATOS, 2014, p.05).

Costa (2005) chama este momento de “feminismo da resistência” e destaca que ele surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar e sob o impacto dos movimentos feministas internacional e do processo de modernização que implicou uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional. O processo de modernização incorpora também a efervescência cultural de 1968: os novos comportamentos afetivos e sexuais, acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise, derrota da luta armada, as novas experiências cotidianas

que entraram em conflito com o padrão tradicional e as hierarquias de gênero (SARTI, 1998 apud COSTA, 2005).

A autora lembra que neste período os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares. No Brasil, o movimento articulador das Marchas com Deus, pela pátria e pela família, mobilizou grande número de mulheres em 1964 e 1968. Múltiplas tensões caracterizaram as relações com a esquerda, com os partidos políticos dominados pelos homens, com os setores progressistas da Igreja Católica, e com um Estado patriarcal, capitalista e racista. Também chama a atenção para o fato de que predominava na esquerda latino-americana a visão de que as feministas “... eram pequenos grupos de pequeno-burguesas desorientadas, desconectadas da realidade do continente, que haviam adotado uma moda e faziam o jogo do imperialismo norte-americano” (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 70 apud COSTA, 2005);

De acordo com Alvarez (2000), neste contexto o Estado representava a violência exercida sobre os corpos das mulheres, o silêncio das demandas de participação e a impermeabilidade das questões de igualdade, os feminismos se construíram em posição de aversão ao Estado. Para um movimento que emergia e que buscava delimitar seus contornos, a defesa de espaços próprios de organização e da autodeterminação para suas pautas e prioridades, a autonomia tornou-se central, significava na época a independência e oposição absoluta tanto ao Estado, quanto à esquerda. (MATOS, 2014, p. 6).

Os movimentos feministas passaram a ter mais importância, a partir deste período, com a volta dos movimentos sociais no país, sendo denotado publicamente como agente na transformação da sociedade brasileira, reivindicando espaço e discutindo sobre a desigualdade como um campo de luta (TELES, 1999; MIGUEL, 1988; SARTI, 1988). A reivindicação e os protestos por parte das mulheres contra as injustiças sociais e pelos direitos sociais e políticos volta à arena pública (COSTA, 2005, p.17).

Ao realizar uma revisão interpretativa das trajetórias dos feminismos no Sul das Américas, Alvarez (2014), defende que, neste momento, ocorre no campo discursivo de ação o “centramento” e a configuração do “feminismo no singular”. A autonomia, então invocada, principalmente, em relação aos partidos e organizações revolucionárias de

esquerda, virou uma espécie de “palavra mágica” lançada discursivamente para distinção entre feministas e “outras” mulheres ativistas (SCHUMAHER e VARGAS, 1993, p.450 apud ALVAREZ, 2014, p.21). Para a autora esse espaço possibilitou e viabilizou a que questões tidas como privadas se tornassem assuntos políticos – eixo discursivo norteador dos feminismos desde esse primeiro momento em diante. Porém ela salienta que a representação “autonomista” do feminismo tende a apagar o fato de que, desde os seus primórdios nos anos 1970, ele constitui um campo discursivo de ação heterogêneo, mesmo que relativamente reduzido em sua extensão horizontal e com uma articulação vertical – em direção ao Estado – nula evidentemente, dado o contexto ditatorial. Isto é, apesar dessa hegemonia discursiva ter delimitado estritamente o que e quem compunha “o” movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo.

No período pós regimes militares, Costa (2005) identifica três padrões de mobilização política do movimento de mulheres na América Latina pós-regimes militares: (1) Os grupos de direitos humanos de mulheres voltados para a luta por anistia política, pelo retorno de exilados, banidos, pela proteção aos presos políticos e pela denúncia sobre os desaparecidos. Um exemplo e um destaque dessa prática são o Movimento Feminino pela Anistia no Brasil e as Madres de la Plaza de Mayo; (2) Os grupos e organizações feministas; e (3) As organizações de mulheres urbanas pobres articuladas geralmente através do bairro, em associações e federações, em torno de demandas como o aumento do custo de vida, a melhoria do transporte, o saneamento básico, as creches, a saúde pública etc. Esses grupos, destaca a autora, geralmente são frutos da atuação da Igreja Católica (CEBs - Comunidades Eclesiásticas de Base) ou de partidos políticos vinculados a um pensamento de esquerda (COSTA, 2005, p.17).

O ano de 1975 foi o Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU, foram realizadas várias atividades, à luz das propostas do “novo” movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-1968, culminando na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), na Cidade do México. Este ano aparece na literatura oficial como marco inicial da atual mobilização de mulheres no país, ou seja, seria o ano de “início” das ações feministas. No Brasil, é realizado um evento que marca

a busca por visibilidade pública das questões feministas, patrocinada pelo Centro de Informação da ONU, sobre o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira. Este evento foi organizado por grupos informais cariocas, em sua maioria formados a partir dos grupos de reflexão sobre a “condição feminina” e não por instâncias governamentais.

Já no final dos 1970 e início dos 1980, surgiram organizações de mulheres negras no Brasil que se declararam “autônomas” dos movimentos feministas “branco” e também do movimento negro misto (que abarca homens e mulheres). Muitas ativistas negras e outras mulheres militantes continuaram agindo nos movimentos mistos e na militância partidária, começaram a se apropriar e a culturalmente traduzir os discursos feministas, assim crescentemente ressignificando o chamado “específico”. A “especificidade” das mulheres negras (RIBEIRO, 1995), por exemplo, desde logo foi enquadrada em termos de uma “tripla discriminação” por militantes negras que não se sentiam interpeladas pelo feminismo que nesse momento então se configura como hegemônico (COSTA, 2005, p. p.25).

As questões feministas ganham espaço quando o processo de “abertura” política se consolida no país, a partir da década de 1980. Grupos que se formavam nesse momento declaram-se abertamente feministas, em um contexto no qual as reivindicações se dão em dois âmbitos: nas políticas públicas e nas reflexões sobre a condição específica da mulher (SARTI, 1988). Estes dois aspectos de atuação irão orientar as agendas e ações futuras do campo feminista. Exemplo forte disto é o momento do mundo público, que marca ações dos movimentos feministas e de feministas no governo organizadas em prol da cidadania feminina: a constituinte de 1988.

Ao mesmo tempo em que traziam a politização da vida privada, as feministas desenvolviam uma ampla política de alianças com setores mais progressistas e democráticos do país (MORAES, 1996; SARTI, 1988). Segundo Maria Lígia Quartin de Moraes, houve uma grande absorção do feminismo marxista pelas feministas oriundas da esquerda radical e pelo movimento de mulheres, nas décadas de 1970 e 1980. Em grande parte, isto se deu porque o marxismo era uma teoria que auxiliava com explicações científicas sobre as origens históricas da discriminação da mulher, apesar de, em outras instâncias, manter as questões de gênero em segundo plano.

Para Costa (2005) o feminismo brasileiro dos anos 1970 e 1980 constituiu uma experiência política das mais interessantes, porque as feministas brasileiras traçaram políticas de aliança com outras forças oposicionistas pelas liberdades democráticas – principalmente com partidos de esquerda – sem abrirem mão da luta específica (COSTA, 2005). Como consequência disto, de acordo com a autora, houve o aumento do espaço político das feministas e seu poder reivindicatório. As ações feministas direcionaram-se no sentido de consolidar e fortalecer as conquistas atuais e futuras.

Costa (2005) destaca que os anos 1980 trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. Durante a década anterior, o movimento havia centrado no trabalho de organização, na luta contra a ordem social, política e econômica. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias, até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino. Para a autora a eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição ante ao Estado na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade. Segundo seus registros, a vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983 (COSTA, 2005, p. 6).

Nesta esteira, em 1985, ocorre a criação de um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Para as autoras utilizadas nesta revisão bibliográfica, a criação do conselho se tornou um marco histórico, considerado consequência das lutas feministas no país, ou seja, foi a primeira vez em que se reconheceu no governo federal a importância da atuação dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil e a importância das demandas por condições de vida mais justas e igualitárias para as mulheres brasileiras (COSTA, 2005), constituindo-se num importante mecanismo de controle social das ações do Estado.

Para Costa (2005) o Conselho teve uma atuação marcante na campanha da constituinte de 1988, por meio do “lobby do batom” (conjunto formado por mulheres na bancada legislativa federal), assim como a Constituinte de 88 revelou alguns avanços históricos:

(1) uma bancada feminina de 26 mulheres dentre 559 deputados e deputadas federais; (2) o lobby do batom, uma articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos e conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas para a Constituição Federal de 1988.

É relevante frisar que de acordo com Costa (2005) neste momento as feministas não poderiam deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas. No processo de Organização as chamadas “ONGs feministas” passam a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Essa hegemonia das ONGs passou a ser uma preocupação para vários setores do movimento, impondo novos desafios e dilemas à militância.

3.2.3 Os feminismos da década de 1990

Segundo Matos (2014), a partir de meados dos anos 1980 e 1990, quando muitos países latino-americanos passaram a transitar para governos democráticos, o clima da região foi marcado por forte pressão dos grupos sociais, incluindo o movimento de mulheres, por reformas constitucionais, participação política e transformações institucionais. As conferências mundiais da ONU voltadas para temas sociais, no contexto internacional, passaram a influenciar fortemente as agendas governamentais dos países aqui na América Latina. A autora cita Céli Pinto (2003) que caracteriza este período como “feminismo difuso”, e destaca que a agenda tinha foco nos processos de institucionalização, na discussão das diferenças entre as mulheres e das novas formas de organizar-se coletivamente (MATOS, 2010 apud MATOS, 2014, p.6).

Neste momento de acordo com alguns autores como Alvarez (2000) e Vargas (2008) (apud MATOS, 2014, p.6) o feminismo pluralizou-se a partir de quatro grandes fatores: expansão dos espaços de articulação da política feminista; aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo como o feminismo negro, lésbico, popular,

organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais, etc.; o envolvimento de parte das feministas que buscaram influir e participar na política eleitoral e as novas oportunidades de interação em uma gama de instituições sociais e políticas.

Sobre a relação dos movimentos feministas e o Estado, Matos (2014) aponta para a transformação que se observa neste momento com a criação de novos canais de interlocução, a compatibilização do diálogo e negociação com os movimentos e partidos de esquerda e com instituições. Há também que se destacar neste momento o processo de “onguização” (VARGAS, 2008, apud MATOS, 2014, p. 7) ou seja, a criação de novas formas de organização feministas, oriundas de processos crescentes de institucionalização, profissionalização delas e de alguns temas.

Por outro lado, explana Matos (2014), essa nova realidade coincidiu com o período em que toda América Latina, passou a implementar políticas neoliberais influenciada pelas instituições financeiras internacionais e apoiada por elites locais, que diminuíram as formas de engajamento do Estado e buscaram reforçar práticas do mercado como a arena mediadora das relações sociais. Para ela a implementação dessas políticas mostrou-se incapaz de criar bases sociais sustentáveis de modo a reproduzir estabilidade econômica, tendo acentuado forte processo de concentração de renda, substituído parte do desenvolvimento nacional pela estabilidade financeira e o controle da inflação gerou enorme dívida pública e altas taxas de juros (SADER, 2008 apud MATOS, 2014, p.07).

Nesse contexto, para Alvarez (apud MATOS, 2014, p.07) as ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas, avançaram na introdução dos temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional ao passo que relativizaram em parte sua função de criticar, pressionar e transformar esse mesmo Estado. As ONGs passaram a ter um papel importante no fornecimento das políticas sociais, enquanto o Estado passou por um esvaziamento da sua função social. Como afirma Alvarez, as ONGS pareciam mais “neo” do que não-governamentais, ao se responsabilizar pelos serviços públicos que deveriam continuar no escopo de ação dos governos.

As divergências quanto à relação dos movimentos feministas e de mulheres perante o Estado marcou significativamente os debates entre os feminismos e acabou sendo polarizada em torno de duas posições: as conhecidas como “institucionalizadas” e as

“autônomas”. Os Encontros Feministas nos anos 1990 e o processo de preparação para a Conferência de Beijing foram profundamente marcados por tal polarização, quando “a preferência por líderes e por discursos mais amenos à política tradicional foi vista como uma ameaça à solidariedade feminista” (Alvarez *et all*, 2003, p. 551). A partir daí o ideal de autonomia em relação às arenas institucionais passou novamente a ser expressado (MATOS, 2014).

Enquanto as “institucionalizadas” eram aquelas feministas pertencentes às organizações que tinham canais formais de atuação junto aos governos e agências de cooperação internacional, as que se diziam “autônomas” eram parte de coletivos e instituições feministas críticos e opositores às expressões institucionais do patriarcado. Diziam não receber recursos financeiros “do Norte”, nem negociar com as organizações internacionais, governos e partidos (VARGAS, 2008 apud MATOS, 2014, p. 8).

A despeito da falta de unidade dos feminismos latino-americanos em relação às estratégias de atuação *vis-à-vis* o âmbito público-político, as ideias e demandas feministas são incorporadas, de maneira rápida como afirma Alvarez (2000), pelos Estados e sociedades da região. Segundo a autora, as novas constituições democráticas incorporaram a igualdade de gênero, proliferaram equipamentos estatais como as delegacias especializadas da mulher, a lei de cotas para representação política das mulheres passou a ser adotada amplamente, a agenda de desenvolvimento da ONU passou a considerar como central a “questão da mulher” e, por fim, os mecanismos institucionais de mulheres (MIMs) foram criados em todos os países da América Latina. No entanto, a autora ressalta que a adoção das reivindicações das mulheres nos discursos oficiais não, necessariamente, significou a implementação efetiva, tendo sido às vezes, “parcial e seletiva” (ALVAREZ, 2000 apud MATOS, 2014, p.8).

Este período é classificado por Alvarez (2014) como o “segundo momento: o descentramento e a pluralização dos feminismos e o *mainstreaming* do gênero. Ela afirma que desde os primórdios da chamada segunda onda, os movimentos feministas sempre foram de fato um campo plural e só foi representado, e depois reificado na história oficial, como singular. Para ela não há o que se surpreender para o fato de que na medida que o campo oposicionista no qual ele estava inserido se “reconfigura durante a dupla transição para a democracia representativa de “baixa intensidade” e para um modelo econômico

neoliberal no final dos 80 e em toda a década de 90” o feminismo também se diferencie, se pluralize e se “descentre” ainda mais (ALVAREZ, 2014, p.25).

Esse seria o momento em que a história oficial do feminismo proclamaria que “o” movimento se “institucionalizou”. Em efeito, por um lado, parecia que o feminismo já não se “movia” muito; por outro lado, muitas atoras se reposicionaram para *além da sociedade civil*, adentrando nas mais variadas instituições masculinistas. Diagnósticos de que “o movimento” estaria desmobilizado, despolitizado, cooptado e até moribundo, quando não findo, abundavam nas fileiras feministas (ALVAREZ, 2014. P.25).

Destaca-se neste período, conforme mostra de Alvarez (2014) que “muitos discursos e práticas feministas - mesmo que quase sempre distorcidas, tergiversadas, e “descafeinadas” – começaram a se articular “verticalmente,” a circular mais amplamente nos partidos (agora eleitorais, não mais só os revolucionários), nos próprios governos, nas universidades, na cooperação internacional, até na ONU e no Banco Mundial” (ALVAREZ, 2014, p.26). Alvarez (2014) lembra que o gênero – um dos discursos definidores do campo nesse segundo momento, passou a ser, no linguajar da ONU, “*mainstreamed*”, ou “transversalizado”, pelas instituições políticas. Os coletivos feministas autônomos, segundo ela, pareciam dar lugar a ONGs especializadas e profissionalizadas, incentivadas pela chamada “cooperação internacional”, que transformaram-se em verdadeiras “instituições do movimento” (SOARES, 1998), mas que, segundo as suas detratoras, em alguns casos converteram-se em instituições a serviço do Estado e de organizações intergovernamentais.

Independentemente se as ONGs são enxergadas como a Coca-Cola do deserto ou as servas ou até concubinas do patriarcado neoliberal global – ou uma combinação das três designações! –, elas indiscutivelmente figuraram como as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiro e latino-americano (e global) nos anos 1990. Com suas sedes permanentes, orçamentos expressivos, departamentos especializados, e pessoal remunerado, viraram o que poderíamos chamar verdadeiros “esteios”, nós articuladores por excelência, dos agora descentrados campos feministas. Produzindo e disseminando conhecimentos e discursos, além de executando os mais diversos projetos, as ONGs e suas redes ajudaram a entrelaçar as atoras feministas agora amplamente espalhadas pela fábrica social, articulando-as organizacional e discursivamente (ALVAREZ, 2009; 2014a apud ALVAREZ, 2014, p.26).

Contudo, se algumas ONGs dentre as mais transnacionalizadas, profissionalizadas e especializadas conformaram em um núcleo hegemônico do campo feminista naquele segundo momento, não foram as únicas atrizes que contribuíram para a sua

reconfiguração e descentramento. Mesmo que muitas vezes efêmeros e nem sempre politicamente visíveis, quando não propositalmente reprimidos no contexto neoliberal, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas, tanto “autônomas” – como os primeiros grupos *Riot Girls* e agrupações feministas na cena anarco-punk (MARQUES, 2013; ZANETTI e SOUZA, 2008), como auto organizadas no interior dos movimentos da juventude, como o hip-hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnico-raciais, ou dos partidos –, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (BARBOSA, 2013; GODINHO, 1998; MAGRINI e LAGO, 2013; SILVA, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da “Ongnização”.

A autora também destaca que no caso dos movimentos de mulheres negras, as malhas organizativas e os encontros regionais e nacionais do próprio movimento negro também serviram como foros cruciais para a disseminação e configuração dos feminismos negros e que os processos de ativismo transnacional estimulados pelas várias conferências da ONU nos anos 1990 e início dos 2000 – especialmente Beijing e Durban, no caso específico dos feminismos negros – amplificaram ainda mais as teias político-comunicativas que constituíam o campo e conferiram maior visibilidade a feminismos cada vez mais plurais e diversos. Em efeito, a “diversidade” aparece entre os discursos mais proeminentes no campo feminista nos anos 1990, de que as “outras” do feminismo no primeiro momento decididamente viraram “outros feminismos” nesse segundo (ALVAREZ, 2000 apud ALVAREZ, 2014).

Neste momento a autonomia reemerge entre vários discursos chaves que então faziam ponte e, passam a constituir fonte de disputa entre as diversas expressões do feminismo, reordenando a sua gramática política e redefinindo as disputas e as relações de poder dentro do campo. Nesse caso, Alvarez (2014) fala que uma disputa particularmente estridente se deu em relação à participação feminista nos espaços nacionais e internacionais da política institucional, nos chamados mecanismos institucionais da mulher, e nas próprias ONGs. Apropriando-se de um termo que, como vimos acima, era tido como definidor do feminismo hegemônico no primeiro momento, uma “nova” corrente autodenominando-se “feministas autônomas” lançou uma crítica feroz contra as ativistas a quem elas, pejorativamente, etiquetavam de “institucionais” por terem, de forma ostensiva, “traído o feminismo” e “se vendido” às forças nefastas do “patriarcado

neoliberal global” (ALVAREZ, 1999; 2009; ALVAREZ *et al.*, 2004, apud ALVAREZ, 2014).

No Brasil, como em muitos outros países da região latino-americana, as autoras destacam que os setores mais “ONGnizados” do feminismo se consolidaram e tornaram-se dominantes, quando não hegemônicos, dentro do campo feminista – ganhando acesso privilegiado ao microfone público e a muitos recursos econômicos e culturais, e assim exacerbando desigualdades já inscritas no campo do feminismo e gerando algumas novas.

Os movimentos feministas e de mulheres, especialmente a partir dos anos 1990, foram ganhando um novo contorno político. Segundo o entendimento de Matos (2008, 2014) podemos entendê-los não como um tipo específico de “movimento social”, mas e, sobretudo, como um “campo” – o “campo feminista e de gênero” – onde estão presentes forças heterogêneas, diversificadas, plurais, policêntricas de organização entre mulheres que vão às ruas, constroem espaços específicos de auto-reflexão e de crítica no âmbito de sindicatos, movimentos estudantis, das universidades, ONGs, parlamentos, partidos políticos e também, nas Organizações Internacionais etc. Para Matos (2014) essas atrizes conformaram uma rede de atuação que, há muito, extrapolou a forma de organização meramente nacional, construindo-se assim as bases de interações que estão se dando no ciberespaço e através de outros meios recentes globais de comunicação de massa e tecnologia.

3.2.4 Os feminismos do século XXI

O contexto do feminismo a partir dos anos 2000 de acordo com a autora Marlise Matos (2014) pode ser descrito a partir de dois aspectos: o primeiro seria seu caráter transversalizado – estendendo-se verticalmente por meio de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais –, mas também se estendeu horizontalmente, fluindo ao longo de uma larga gama de classes sociais, de outros movimentos que se mobilizavam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos. Essa conformação expressa o que estamos definindo como “quarta” onda feminista.

Para a autora a quarta onda feminista na América Latina e no Brasil, estaria reconstruindo uma nova fase de configuração ou desenho dos feminismos e organizou um novo formato, que ela chama de “um movimento multinodal de mulheres” ou que parte de diferentes “comunidades de políticas de gênero” (como tem sido mais comum se referir no Brasil) que é, por sua vez, segundo ela, completamente distinto daquilo que estaria acontecendo em países do norte global (ou hegemônicos), por exemplo.

Para a autora, o que tem sido a tônica de movimentos feministas no Brasil e na América Latina e que se torna elementos muito significativos das forças transformadoras atuais das nossas sociedades “é a combinação de discursos e de práticas mobilizadoras (a um só tempo: históricas, políticas e sociais) que reconhecem a interseccionalidade das diferenças” (MATOS, 2014, p.03). Ou seja, as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (no mínimo – destaca a autora), como dado inescapável e como força politizadora das lutas sociais.

Marlise Matos (2014) num esforço de fornecer um novo enquadramento analítico apresenta a proposta desta quarta onda feminista no Brasil e na América Latina, ao olhar para os novos dinamismos e alguns de seus contornos teóricos-analíticos, aponta para os “efeitos societários importantes e resistência políticas igualmente significativas”, ou seja, para transformações que estão em curso, e afirma que o que estamos assistindo, a partir dos anos 2000, é uma agenda de afirmação de complexidades teórico-práticas feministas que conteria esforços consistentes de: (a) destradicionalização social (afirmando uma dimensão societária); (b) de descolonização do saber (uma dimensão epistemológica), e; (c) de despatriarcalização/desracialização/desheteronormatização, em distintos planos e diferentes graus, de algumas instâncias do Estado, em especial do Poder Executivo (uma dimensão política (MATOS, 2014, p.03).

O sentido orientador da nova “onda”, também para os estudos e teorias feministas, está vinculado, segundo Matos, a uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração²³. Se

²³ De acordo com Matos (2014), as mesmas mulheres que constituíram as bases do feminismo hegemônico da década de 1990 e que tratavam as mulheres “diferentes” frequentemente como “as outras” - trabalhadoras

esta seria uma terceira ou quarta onda feminista no continente é menos relevante do que dar o efetivo destaque ao fato de que é a primeira vez que se pode levar a sério a existência radical (mas ainda recente) de circuitos de difusão feministas operados a partir das mais distintas correntes horizontais de feminismos (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc.), que se poderia chamar de “*feminist sidestreaming*” ou de fluxo horizontal do feminismo²⁴ (Alvarez, 2009; Heilborn e Arruda, 1995) e também a colocação na agenda dos poderes constituídos na região da necessidade de maior paridade de representação política como uma das últimas fronteiras rumo a uma maior justiça de gênero (MATOS, 2014, p.5).

Destacamos assim algumas características daquilo que definimos como essa “quarta” onda: (1) o alargamento, adensamento e aprofundamento da concepção de direitos humanos (pautado a partir da luta feminista e das mulheres); e (2) a ampliação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional, global; (3) o reforço do princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, nacionalidade, classe ou religião; (4) em relação ao Estado e às dinâmicas vinculadas a este novo formato de teorização feminista, destaca-se, por sua vez, o esforço no sentido de ações transversais, interseccionais e intersetoriais. Também uma nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobram-se na necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil; (5) uma renovada retomada e aproximação entre pensamento, a teoria e os movimentos feministas (MATOS, 2014, p.10/11).

Sobre o período da quarta onda Costa (2005) destaca: (1) Em 2002 é aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras a Plataforma Política Feminista e foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa; (2) Paralelamente (e articulado) a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista, algumas ONGs feministas, coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a CEDAW, pelo governo brasileiro, como parte da

rurais e urbanos, afro-descendentes, mulheres indígenas, lésbicas – foram responsáveis por um novo efeito de “tradução”, transformando muitos dos princípios do núcleo do feminismo e constituindo “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes controversamente emaranhados com as lutas nacionais e globais para a justiça social, sexual e racial.

²⁴ Um exemplo é a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento que pode ser considerado emblemático do feminismo de “quarta” onda e teve origem numa manifestação pública feminista no Canadá, em 1999, cujo lema, inspirado em uma simbologia feminina – “pão e rosas” –, expressava a resistência contra a pobreza e a violência. Mantém até hoje esse primeiro mote, mas vem ampliando sua conotação, convocando o conjunto dos movimentos sociais para a luta por “um outro mundo” (designada de “altermundialismo”), e por novos direitos humanos, em que sejam superados os legados históricos do patriarcalismo e do capitalismo (MATOS, 2014, p.10).

campanha mundial “Os direitos das mulheres não são facultativos”; (3) Em novembro de 2002, o governo brasileiro apresentou a CEDAW seu primeiro relatório governamental contemplando as ações desenvolvidas nos últimos 20 anos no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciários; (4) Em 2003, Lula criou a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, com o status de Ministério (mas não indicou uma feminista para assumir a direção) e; (5) Em 2004 ocorre a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com o objetivo de “propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres”.

Paralelamente na concepção de Alvarez (2014) olhando para trajetória do campo feminista latino-americano contemporâneo, esta primeira década do século XXI representaria um terceiro momento: o *sidestreaming* dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas.

No Brasil essa complexa formação política que é o feminismo atual continua se movendo e se remodelando em interação dinâmica com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e suas “sequelas” mais radicais, anticapitalistas, anti-Copa Mundial do 2014 e, recentemente, anti-olimpíadas. Esses outros campos discursivos paralelos, por sua vez, se articularam com os feminismos através de um “retorno às ruas” liderado por mulheres e homens atuantes nos movimentos autonomistas, anarquistas, neo-leninistas e trotskystas (de todas as colorações imagináveis), os quais têm múltiplos pontos de interseção e influência mútua, – mas uma relação nem sempre tranquila – com diversos setores do campo feminista atual, especialmente com os mais variados setores do chamado “feminismo jovem (ALVAREZ, 2014,p.33).

A autora fala em “multifacetados movimentos de protesto atuais” e aponta que com quase todas as ativistas que dialogou em uma recente pesquisa, as mesmas declararam que querem construir um “movimento feminista que vai novamente às ruas” (NAME e ZANETTI, 2013, p.15 apud ALVAREZ, 2014, p.34), e muitas entendem o feminismo por uma ótica deveras irreverente: querem “*fazer o feminismo ser uma ameaça de novo, fazer o feminismo ser uma ameaça real*” (ALVAREZ, 2014, p.34).

Na “cena feminista” anarco-autonomista, porém, as ativistas da Marcha Mundial, entre outras ativistas que militam em organizações da “esquerda organizada”, são consideradas “mulheres de partido”. Mas há hoje um claro reconhecimento de que elas “são feministas”, mesmo existindo discordâncias políticas. Diversas agrupações de mulheres, muitas delas jovens, ligadas a partidos à esquerda do PT, como o Movimento Mulheres

em Luta do PSTU – com diferentes graus de “autenticidade” – hoje também circulam no campo feminista brasileiro.

As chamadas “feministas jovens”, então, são de fato atrizes extremadamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo. Se o segundo momento desse campo foi marcado pela pluralização, como vimos acima, expressões feministas que se desenvolveram *para além* das intersecções ganham cada vez maior visibilidade nos interstícios dos feminismos descentrados dos anos 1990. Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de *descentramento no interior desses feminismos plurais*.

Mesmo que haja maior visibilidade das negras, das jovens e das mulheres dos setores populares e/ou anticapitalistas marginalizadas durante o auge do neoliberalismo, a hegemonia do campo hoje é indeterminada ou, no máximo, disputada. Com o crescente “*sidestreaming*” das ideias e práticas feministas, presenciamos, por um lado, uma *multiplicação de feminismos populares* na cidade e no campo, como exemplificado no caso Marcha das Margaridas, que agrega milhares de mulheres em um processo mobilizador de abrangência nacional (Silva, 2008; Porto Aguiar, 2011). Por outro lado, as Vadias, a cena “anarca”, a “galera do hip hop”, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras, as “minas do rock” e tantas outras expressões político-culturais lúdicas sinalizam uma *popularização do feminismo* (FERREIRA, 2013; GOLFARB, MINELLA E LAGO, 2013 apud ALVAREZ, 2014, p.43).

Outro setor que marca maior presença pública no campo feminista a partir dos anos 2000 é o próprio Estado que, através do “feminismo estatal” vem promovendo uma espécie de “*sidestreaming via mainstreaming*”, de fluxos horizontais do feminismo em consequência da transversalidade vertical do gênero. Esses processos estão talvez entre os principais pontos articuladores do campo brasileiro hoje em dia, juntando um leque amplíssimo de expressões organizadas de mulheres, no interior do qual as feministas atuantes nos variados espaços reunidas pelas conferências precisam se articular para marcar presença e tentar estabelecer hegemonia (ALVAREZ, 2014, p.44).

A partir do novo milênio, a polarização em torno da institucionalização dos feminismos se arrefeceu. Se por um lado o grupo das “autônomas” passou por processo de fragmentação e conflito interno, por outro, parte das “institucionalizadas” passaram a fazer autocríticas da sua atuação (Alvarez *et all*, 2003). Além disso, outros movimentos

feministas emergiram pautados por forte crítica ao neoliberalismo, como a Marcha Mundial das Mulheres, revigorando as pautas políticas dos feminismos na região e abrindo processos de aliança com outros movimentos sociais, a partir do resgate da ação feminista de rua, criativa e subversiva, no contexto de emergência dos movimentos anti-globalização e da construção do Fórum Social Mundial (FSM). Como afirmam Nobre e Trout (2008), o FSM transformou o ambiente do debate e ação políticos e trouxe uma oportunidade de articulação de ambos os “lados” dos feminismos (MATOS, 2014, p.8).

Neste sentido, há que destacar também o papel das redes sociais digitais, se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. A própria predominância da modalidade “Marcha”, como evidenciada nas acepções da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Margaridas, e muitas outras não mencionadas aqui, como a Marcha do Orgulho LGBT, reflete precisamente o predomínio desses meios massivos de comunicação e interação, estimulando o que Juris (2012, p.260-261) tem chamado uma “lógica de agregação”, evidente também nos processos de protesto globais como Occupy e os Indignados, “que envolve a aglomeração de massas de indivíduos de diversas origens em espaços físicos” e manifestações eventuais.

Para Silva e Paradis (2015) os protestos mais recentes podem ser caracterizados como um “novo tipo de ação política viral, rizomática e difusa (...)” composta por “repertórios mais mediáticos e performáticos” (BRINGEL, 2013, p.19). É possível encontrar tendências semelhantes adotadas por analistas que tem se proposto a entender os mecanismos que levaram à ocorrência de uma “geopolítica da indignação global”, que tem se expressado em diferentes ações de protesto, em contextos tão variados como a América do Norte, a Europa e a América Latina.

Em sua tese de doutorado Adrião (2008) analisou o campo feminista a partir da construção de três categorias, que denominou de “esferas feministas” da academia, do movimento e do governo, para realizar sua pesquisa ela discutiu sobre a composição atual dos movimentos feministas brasileiros. Ela utilizou como base para pensar a realidade da América-Latina e do Caribe, os estudos de Sonia Alvarez (1998 e 2000), como já

destacado anteriormente, que apontam que o campo feminista é atualmente composto pela fusão de forças, no seguinte cenário: redes, ONGs, gestão pública, financiadoras e núcleos de pesquisa. Além da perspectiva de Simone Diniz (2006), que diz que há no Brasil uma especificidade concernente ao movimento feminista, que se organiza com maior força através das ONGs e redes feministas. Concordando com ambas e tendo como aporte a pesquisa de campo efetuada para sua tese, ela traçou uma conformação dos movimentos feministas na virada do século XX:

1) Os diversos grupos de reflexão que se instituíram ainda nas décadas de 1970 e 1980, se reestruturaram, em sua maioria, como ONGs. (...) Uma particularidade destas ONGs é que elas se agregam em torno de objetivos/características identitárias/segmentos, tais como questões de raça/etnia, geração, orientação sexual. (...) seu fortalecimento evidencia uma profissionalização do movimento feminista, que vem desenvolvendo de maneira institucionalizada a maior parte das ações com impacto em políticas públicas. (...) Na perspectiva das componentes das ONGs, um espaço no qual a autonomia seria resguardada são os Fóruns de Mulheres, por possuírem um caráter de não institucionalização;

2) Os Fóruns de Mulheres Estaduais são espaços que foram compostos, em sua maioria, a partir da organização de diversos coletivos feministas e de mulheres. Eles agregam os inúmeros grupos de mulheres organizados (ONGs, associações, coletivos, secretarias de partidos políticos) em torno do que se pode chamar de movimento de mulheres e feminista. (...) têm ainda a característica de não serem instituições formalizadas, embora tenham cartas de princípios que orientem a entrada das participantes. Os Fóruns funcionam como redes locais que agregam contextualmente as demandas de redes feministas nacionais e latinas, principalmente com relação a ações e campanhas públicas;

3) As redes, configuram-se como espaço privilegiado de ações. Os espaços virtuais são bastante comuns como lugares privilegiados de troca entre as diversas participantes do movimento, porém os encontros, reuniões e congressos continuam sendo estimulados e organizados com frequência. Dentre as redes que compõem o cenário nacional, merecem destaque: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres. E (...) a Rede Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Merece destaque ainda uma rede transnacional que vem atuando em parceria com a AMB no Brasil, a Articulación Feminista Marcosur. (...) Estas redes têm como forma de ação e organização grandes campanhas nacionais e os espaços de encontros feministas e de mulheres;

4) As secretarias de partidos políticos continuam presentes neste momento atual. Seus embates e disputas, bem como consolidações de ações junto às outras parcelas do movimento social, continuam em torno da discussão entre classe e gênero;

5) Desde o início dos anos 1980, as feministas latino-americanas e caribenhas criaram os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe como um espaço de articulação política regional. Os Encontros tornaram-se um lugar privilegiado de diálogo, debate, conflitos, controvérsias e formação de coalizões entre as diferentes correntes de pensamento feminista da região. Estes Encontros são espaços de reflexão crítica feminista, de troca de ideias, perspectivas, projetos e utopias (ADRIÃO, 2008, p.57-60).

Pretendeu-se com este resgate histórico por dentro dos movimentos feministas, ou seja, pelo campo discursivo de ação que se constitui como movimento social, demonstrar que ao longo do tempo desenvolveu-se entre o movimento e o estado um vasto repertório de ação e de interação e que servirá de base para que a partir do próximo capítulo possa dialogar com o que ocorreu no Espírito Santo, sobretudo a partir dos anos 2000.

4. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO ESPÍRITO SANTO: GÊNESE, COMPOSIÇÃO E REDE DE ARTICULAÇÃO

Como parte da análise empírica das interações socioestatais entre movimento social e Estado, esse capítulo será dedicado aos movimentos feministas no ES. A partir das trajetórias das ativistas no campo da sua atuação enquanto militantes em prol das políticas pública para as mulheres e dos dados secundários levantados apresentar-se-á os achados da dissertação.

Neste sentido, pretendeu-se reconstruir o movimento em defesa das causas feministas e das mulheres por meio das trajetórias individuais das ativistas entrevistadas, que depois são cruzadas e conectadas pelos eventos que marcaram sua atuação, ou seja, as ações que compuseram uma linha do tempo, que de acordo com a análise, foram marcantes tanto para o governo Estadual como para os movimentos sociais no período de 2003 a 2016.

Assim, na primeira parte do capítulo, apresentamos a gênese dos movimentos de mulheres no Estado, esta introdução serviu de base para a análise do percurso percorrido e o processo de transformação do movimento no Espírito Santo e para discutimos as especificidades deste movimento.

Na segunda parte, apresentamos a linha do tempo com os principais eventos e ações que vinculam essas trajetórias à constituição da política pública para as mulheres no ES, relacionando-os ao movimento que se constitui e os espaços construídos por ele para pautar a política pública. Por fim, na terceira parte do capítulo, apresentamos o perfil das entidades que compõem os movimentos feministas e toda a rede de aliados que as ativistas acionam para impulsionar suas ações.

4.1 Especificidades dos movimentos feministas no ES

Como já abordado na introdução, a tarefa de compreender o processo de interação socioestatal ocorrido entre os movimentos feministas e o governo do Estado no ES resultou em mapear, reconstruir e analisar o movimento composto por um grupo de atrizes que empreendeu nas últimas décadas um movimento político de defesa das políticas

públicas para as mulheres. Diante disso, mapear esse movimento constituiu-se em um esforço de pesquisa no decorrer do trabalho de campo.

A análise das trajetórias das ativistas entrevistadas evidenciou para a pesquisa a existência de eventos e organizações que compõem o movimento em defesa das políticas públicas para as mulheres, ou de gênero, articulando atores e atrizes por meio de uma rede de ativismo que conecta essa militância em espaços de mobilização política, debates e formulação de conteúdos para a efetivação da política pública.

Os achados da pesquisa apontam para uma complexidade de vínculos, articulados por espaços de interação entre Estado e movimento, que conferiram densidade ao ativismo em torno dessa causa. Diante da complexidade do que era observado, a descrição densa das conexões entre as trajetórias das ativistas entrevistadas e de seus efeitos para a constituição do movimento evidenciou-se fundamental para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Como poderemos observar, houve um processo de transformação do movimento no ES, primeiramente ele se constitui e se desenvolve a partir de pautas ligadas aos problemas cotidianos das mulheres e passa a incorporar não somente as pautas das mulheres, mas ampliam para as questões feministas, para os campos discursivos de ação (ALVAREZ, 2004). A partir da segunda década dos anos 2000 fica expressamente visível a conexão com as pautas feministas levando em conta o recorte das questões interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração.

4.1.1 O percurso histórico de constituição do movimento de mulheres no ES

A gênese dos movimentos feministas e de mulheres no ES será apresentada por meio das descrições e relatos das entrevistadas, lembrando suas experiências elas contam sua trajetória histórica, fatos, memórias e vivências. Engajamentos, sentimentos, momentos que marcaram suas vidas e caracterizaram a sua militância.

O movimento de mulheres no ES, inicia-se ainda na década de 1970 (E 1, 2, 3, 5), imbuídas pela luta por políticas públicas foram formados os primeiros grupos de mulheres. De acordo com o relato de duas entrevistadas, eram movidas pelos problemas

de seus bairros e pelo seu papel de mãe e cuidadora da família. Neste sentido, afirma a militante: “[...] elas começam, foi o início de tudo, muito legal, elas se organizam [em prol] das políticas públicas para as mulheres mais ampla, que tem mais haver com a responsabilidade do cuidado, do nosso papel de mãe.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

As entrevistadas (E 1, 2, 3) relatam que muitas mulheres vieram do interior do estado do ES e de outros estados da Federação atraídas pelo processo de urbanização e implementação de grandes empresas na Grande Vitória. “[...] a pauta se baseava muito na construção das políticas públicas mais gerais por causa do processo de desenvolvimento da Região Metropolitana, a chegada das mulheres nos bairros mais periféricos da Serra, de Cariacica, de Vila Velha, de Viana” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18). E descrevem este processo:

[...] elas chegam, os bairros estão sendo povoados e ali não tem nada, então elas se organizam para lutar para as coisas que davam condições para a manutenção da vida delas, por exemplo, a Maternidade de Carapina da Serra foi uma luta das mulheres desta época, calçamento, escola, várias outras coisas”. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

De acordo com o relato de uma entrevistada (E 2), as primeiras conversas e reuniões dos grupos de mulheres, foram possibilitadas pelos encontros clandestinos de seus “maridos”, cuja militância política e sindical era feita às escondidas. Ela afirma: “Na Serra o movimento de mulheres começou em 76, na época da ditadura, como os sindicatos iriam se reunir, os homens iam se reunir escondidos nas casas e levavam a família junto, [...] aí os homens ficavam na sala conversando sobre o sindicato e as mulheres iam para o quarto” (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018).

Enquanto as mulheres estavam “no quarto” conversavam sobre os problemas do seu entorno e de sua vida cotidiana, as pautas versavam sobre a rua sem asfalto, a falta de creches para os filhos, a falta de escola, sinal de trânsito, as valas abertas, iluminação, introduzindo assim, tanto nelas quanto nas outras mulheres, o sentimento e a vontade de transformação social (E 1, 2, 3). Nos relatos verifica-se que neste período há um destaque para o papel articulador e fomentador, das também recém-criadas, Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e das Irmãs do Sagrado Coração (E 2) para a organização e a formação destes primeiros grupos de mulheres.

Como podemos ver nos trechos abaixo:

As lutas nos bairros deram origem às Comunidades Eclesiais de Base que tratavam aqueles grupos das comunidades de mulheres, que tratavam de políticas públicas para as mulheres, mais relacionado à saúde, a educação, a infraestrutura dos bairros, calçamento. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

[...] nas Comunidades Eclesiais de Base se solidificou a perspectiva dos grupos de mulheres, trazendo aí a retomada do processo democrático para a discussão das políticas específicas para as mulheres. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

[...] as irmãs do Sagrado Coração foram organizando as mulheres nos bairros e as mulheres sempre lutando por aquilo que eu falei, creche, escola, iluminação. Isso foi no final da década de 70 e continuou formando novos grupos em 1980. [...] Chegou uma época que nós tínhamos 15 grupos de mulheres na Serra. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

No contexto do interior do estado, de acordo com a E 5, ainda na década de 1970 foi criada a Associação de Lavadeiras e Empregadas Domésticas. Pelas histórias percebe-se que também se constituía como um espaço de construção de saberes e de fortalecimento mútuo para enfrentar os problemas do dia a dia. Segue como descrito pela ativista:

A reuniões aconteciam dia de sábado ou dia de domingo. Era o dia que elas não estavam lavando roupa. Nestas reuniões versava sobre o tipo de sabão, os cuidados e os maus tratos que elas tinham com as patroas, era uma reunião que tinha também a questão da denúncia, patroas que humilhavam, que maltratavam. Patroas que compravam o pior tipo de sabão e exigiam a melhor roupa, limpa, cuidada, passada, aí aquele sabão maltratava as mãos delas, dava uma infecção chamada de unheiro, para tratar era difícil. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

[...] eu falo que dona Cornélia era até visionária [...], que as lavadeiras poderiam até acabar porque as patroas iriam comprar máquina de lavar, mas as empregadas iriam continuar porque as patroas iam continuar precisando de empregadas e babás. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

As reuniões sempre iniciavam com cantos, músicas, era canto negro mesmo, como eu falei estas reuniões iniciavam com cantos para elevar a estima destas mulheres, as vezes durante a reunião tinham depoimentos de mulheres chorar e as outras chorarem juntas e eu não entender naquele momento porque elas estavam chorando. E no caminho, e o caminho era longo da onde aconteciam as reuniões até a minha casa, e minha mãe vinha conversando com uma ou outra delas que viam e voltava juntos, tinham outras adolescentes também, delas contarem porque a patroa de fulana só vez isso porque é preta, a branca está sempre maltratando a preta, elas mesmas tinham esta consciência. Aí eu tive este contato com a militância. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

Este foi meu primeiro contato com o movimento de mulheres, eram todas mulheres e mulheres negras, a grande maioria eram mulheres negras. Elas eram católicas, algumas, e todas elas semianalfabetas, passaram muito pouco pela sala de aula, algumas nem tinham ido à sala de aula na infância e na adolescência. Então minha militância começou ali, com minha mãe, dona Cornélia, dona Cecília, eu com 12, 13 anos indo nestas reuniões. Essa associação de mulheres durou muitos anos. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

Para Costa, (2005) se, na virada do século XIX, a luta pelo processo emancipatório e igualitarista das mulheres era centrado, sobretudo, no direito ao voto, os anos 1960 contemplaram a participação social mais ativa, com a criação e projeção de uma identidade própria às mulheres, promovendo seus direitos jurídicos, sociais e políticos mais legítimos (BANDEIRA, 2000, p. 27 apud COSTA, 2005, p.17). Sobre a relação dos movimentos feministas com o Estado, para a autora, nos anos 1970 se fazia através de ações concretas de resistência, através de denúncias e de reivindicações. As ações não democráticas do Estado eram questionadas, em atividades conjuntas com outros movimentos sociais.

Na década de 1980 a luta por melhores condições de vida nos bairros continua permeando as pautas destes grupos de mulheres em formação (E 1, 2, 3, 5), ao mesmo tempo que acenam para uma forte ligação com a Igreja Católica também acentuam a ação conjunta com as Associações de Moradores, que da mesma forma, começavam a se organizar (E 1, 2, 3).

Por volta de 1994, segundo a E 1, houve uma grande manifestação organizada pelo Centro Integrado da Mulher (CIM) cuja pauta principal foi a luta por políticas públicas. “[...] a gente veio de Cachoeiro, o CIM fez uma grande manifestação, [...] e aí eu vim nesta atividade porque tinha uma companheira do PCdoB que era Nelina Braga, que era jornalista paulista que estava aqui para reconstruir a luta.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

De acordo com as entrevistas e os documentos analisados o CIM foi a primeira organização de mulheres a nível estadual, segundo a E 1 era um grupo de mulheres de classe média, formado por jornalista, odontóloga, médicas, professoras da universidade, entre outras. Para Doimo (2008), neste período, foi formado na Grande Vitória diversos grupos organizados, de mulheres de classe média. Entre estes grupos, Doimo (2008) descreve o Centro de Integração da Mulher (CIM), o Núcleo de Mulheres Capixabas, as Mulheres Autônomas Organizadas (MAO) e as Mulheres de Carreira Jurídica.

[...] há alguns pequenos centros formados prioritariamente em torno de questões feministas propriamente ditas, isto é, questões estratégicas das mulheres como sexualidade e direitos reprodutivos. São centros que se mantêm mediante cotizações das próprias interessadas e, em geral, são formados por mulheres profissionalizadas que, através de sua habilitação específica, conseguem "tocar" o trabalho independente da ajuda de instituições maiores. (DOIMO, 2008, p.242).

Nesta mesma publicação sobre o Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória a autora também destaca que junto aos segmentos de baixa renda, foram formados os assim chamados "Grupos de Mulheres" ou "Mulheres de Periferia", em toda a Grande Vitória, priorizando-se as questões práticas e imediatas da mulher, como creches, saúde, saneamento básico e assim por diante, esta fala corrobora com as informações descritas acima sobre os dados empíricos levantados.

Da mesma forma, a autora, destaca que estes grupos receberam fortes estímulos das pastorais da Igreja Católica, especialmente a Pastoral da Saúde (DOIMO, 2008, p.242), tal informação vai de encontro com os relatos das ativistas. A autora também acentua que ainda na década de 1990 não havia nenhuma ONG especificamente constituída em torno dessa questão das mulheres.

Também na década de 1980, as ativistas entrevistadas (E 1 e 2) lembram que o processo de construção da Constituinte, foi um marco que impulsionou todo este processo. Para Doimo (2008) no que se refere ao movimento de mulheres, o ponto alto desta convergência foi o período preparatório à Constituinte, quando então foram elaborados dezessete itens específicos dando base ao documento Propostas das Mulheres Capixabas para uma Nova Constituição e ao I Encontro Estadual da Mulher Capixaba, realizado em março de 1986.

No bojo deste processos foram fundados nos municípios da Grande Vitória grupos de mulheres que permanecem em atuação até hoje e participaram sobremaneira durante todos estes anos no fortalecimento do movimento (E 1, 2, 3, 4, 5) como a Associação de Mulheres Unidas da Serra²⁵ (AMUS), criada ainda na década de 1980, Associação

²⁵ "E com isso a gente começou a pensar: o que fazer para juntar os grupos? Quando foi em Julho de 1992 foi aprovado o estatuto da associação de mulheres da Serra, aí nós começamos a ter uma organização jurídica, ter um CNPJ, a gente conseguiu também continuar lutando. A delegacia de mulheres de 94 foi a AMUS que fez o pedido, foi a AMUs que foi até a superintendência, todo esse material ainda está na AMUS. A abertura da Maternidade foi luta das mulheres. Era assim a AMus estava junto nos bairros por qualquer coisa que fosse. Podia ser escola, podia ser pela vala, podia ser pela BR, uma pessoa que morria na BR juntava todo mundo e já ia para lá. E a gente fazia muitos estudos, a Igreja ajudava muito, a gente fazia encontro nas igrejas, nos bairros, a gente conseguia formar as mulheres para ser cidadãs e mulheres, ter auto estima, ter conhecimento do próprio corpo e depois de 2000 e pouco a gente começou a falar com as mulheres sobre as políticas, mas a gente tinha no nosso objetivo final mesmo, nosso principal, era unir e

mulheres Unidas de Cariacica em Busca da Libertação (AMUCABULI) e Associação de Mulheres Negas (OBORIN DUDU), “ [...] o OBORIN DUDU não aparecia tanto como uma organização feminista mas era um grupo de mulheres negras. Não aparecia tanto a questão feminista, mas a questão das mulheres negras”. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

[...] nós continuamos com a nossa luta com apoio da igreja, com apoio do CDDH, com apoio das irmãs, a gente continuou lutando, trabalhando, nós tínhamos uma coordenação muito boa nos Bairros, a gente tinha oficina de costura, trabalhava muito medicação alternativa e alimentação alternativa, nós conseguimos ir nos bairros, fazer oficinas sobre reaproveitamento dos alimentos, dizer quais as vitaminas que tira da semente da abóbora, na folha da abóbora, na casca da abóbora, a gente conseguir fazer esse trabalho muito bem. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Em 1992, foi criado o Fórum de Mulheres do ES²⁶, entidade de luta feminista e que tinha como uma de suas bandeiras a reestruturação do Conselho Estadual da Mulher e a implantação de políticas públicas para as mulheres (MACEDO; SOUZA e COSTA, 2014, p.76). Ainda nos dias atuais é uma das principais referências dos movimentos feministas no Estado (E 1, 2, 3, 4, 5) e todas as entrevistadas atuaram ou atuam (E 1, 2, 5) no Fórum até hoje:

A partir da primeira conferência [2004] que eu conheci Edna e a gente se aproximou e eu conheci o Fórum de Mulheres do ES. [...] Atualmente eu continuo membro do Fórum de Mulheres do ES”. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

A principal organização somente de mulheres e que não tinha uma relação mista era o Fórum de Mulheres do ES, porque as demais organizações das mulheres vinham de organizações mistas. Os partidos políticos tinham suas secretarias de mulheres, os sindicatos e as centrais sindicais tinha suas secretarias de mulheres, vem desta luta que eclode na década de 80 e 90, quando não era luta das mulheres, era gênero. [...] Estas organizações que eu falei todas estavam dentro do Fórum. Na Grande Vitória tinha duas associações municipais de mulheres que compõem o Fórum desde a sua fundação, que era a Associação de Mulheres de Cariacica, a AMUCABULI e a Associação de Mulheres da Serra, AMUS. Elas eram a base de organização de mulheres que compunham o Fórum, o restante eram as organizações mistas. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

organizar as mulheres no município e fazer formação em todos os níveis: sócio, político, econômico, religioso, cultural e afetivo. Este era nosso papel”. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

²⁶ “O Fórum de Mulheres do Espírito Santo é uma organização política de caráter abertamente feminista, auto organizada do qual fazem parte mulheres de diversas orientações sexuais, raciais e étnicas e identitárias, oriundas de distintos territórios e pertencentes a diferentes gerações. Com uma larga trajetória de luta no Espírito Santo, a história do FOMES é marcada por pautas e diretrizes antipatriarcal, antirracista, antipatriarcal, antilesbofóbica, antibifóbica e antitransfóbica, conforme descrito na Carta de Princípios da organização, revisada e atualizada em 2017 e em constante revisão.” (Carta de Princípios, atualizada em 2017, www.facebook.com/pg/forumdemulheres.es/posts/?ref=page_internal).

O fórum na realidade nasce com um nome e depois muda de nome, vai mudando, mas sempre nasceu nesta perspectiva de Rede, da gente está concretizando a luta das mulheres, tem como eixo principal a questão da violência. Então, agora nesse ano são 25 anos, que a gente vem meio que organizando isto, então reunir a mulherada, fazer plenária, tirar as bandeiras de luta, organizava a luta. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Inicialmente ele tinha uma perspectiva de disseminar a questão da organização das mulheres e discutir gênero em diversos movimentos, então por exemplo, nós passamos uma grande parte dos anos 90 organizando secretaria de mulheres do movimento sindical, secretaria de mulheres do MST, assim, em movimentos mistos que a gente achava que tinha que ter a discussão das mulheres, então nós passamos o ano de 90 fazendo muito estas coisas, não tinha muito o viés assim, há vamos organizar o movimento feminista, não, vamos organizar o debate e a discussão sobre a realidade das mulheres dentro daquele movimento, aí puxando muito para a questão de gênero, como isso se dava. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

O Fórum de Mulheres, tudo começou em 1992, a gente começou reunir um grupo de pessoas que eram da AMUS, AMUCABULI, juntamente com Edna Martins, Dra. Ivone Vila Nova, a gente começou a conversar sobre a morte de algumas mulheres que tinha no Estado, a gente reunia, inclusive eu me lembro que a gente se reunia na Escadaria da Assembleia Legislativa na Cidade Alta [Centro de Vitória], a gente se reunia na OAB, a Dra. Ivone ficava lá, a gente não tinha nem espaço para reunir mas a gente conseguiu e reunindo e falando sobre a questões das mulheres, falávamos muito sobre Maria Cândida, que tinha morrido, como estava o nosso Estado, então a gente começou, a gente levava a situação da Serra, a Ana Lucia Conceição trazia a questão de Cariacica atrás de algumas coisas de Vila Velha, então a gente começou a ver que precisava formar esse Fórum para a gente unir. Porque tinha uma associação de mulheres na Serra, tinha em Cariacica, tinha também em São Pedro, então a gente precisava unir para poder fazer alguma coisa né pelas políticas e lutar pelas ações positivas também. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Sobre este processo de constituição dos grupos de mulheres e feministas, a E 2 chamou a atenção para o fato de que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por meio do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero (NUPEMGE) foi um importante parceiro na luta das mulheres. Em suas palavras:

Nós tivemos apoio da UFES, da Professora Glaucia, da Gilsa, muito apoio mesmo, naquela época tinha o NUPENGE. Nos anos de 93, 94, 95... Eu me lembro que fui chamada pela Professora Edna para fazer um curso sobre Paulo Freire, na AMUS a gente dava aula de alfabetização, a gente já usava o construtivismo sem conhecer o construtivismo. Eu lembro que eu fiz um ano, que eu estudei Paulo Freire e Emília Ferreira, dentro da universidade, eu recebia meio salário mínimo para estudar 4 horas por semana, para estar dentro da sala de aula, uma vez por semana, por que eu tinha prática e fui estudar texto, comecei a usar óculos. Então aí que eu fui ver que aquele trabalho que fazíamos com a massa, a gente trabalhava o construtivismo de Paulo Freire e eu também aprendi muito, me ajudou muito, para estar hoje no movimento, estudar Paulo Freire, isso foi em 93/94. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

[...]a UFES, também me ajudou muito, mas também tenho certeza que eu os ajudei demais porque a gente tinha uma metodologia de trabalhar com as mulheres, inclusive de usar livro de histórias, música, dança e que levei para dentro da UFES. A UFES sempre foi muito parceira da gente. Tivemos professores excelente como o Timóteo Camacho, Professor Vidal, a gente lembra deles na questão da política pública das mulheres, mesmo na época do professor Timóteo a gente não tinha muitas estas políticas, mas ele nos ajudou muito a pensar a questão da política. Sobre a questão cultural, o professor Vidal falava que a cultura é o gatinho que a gente engole e deixa o rabinho para o lado de fora, de vez em quando a gente tenta puxar o rabinho do gato, mas ele arranha, sangra e a gente o deixa quietinho lá, para a gente não mudar culturalmente. Ouvi isso em 1995 e nunca mais esqueci. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

No início da década de 1990, para a E 3, “[...] a Serra era um celeiro de organizações sociais diversas”, e a relação entre partido político, associação de moradores e grupos de mulheres impulsionava sobremaneira a sua participação e a atuação destes grupos. As militantes (E 1,3) acentuam, a participação dos partidos políticos como PCdoB e PT, e das associações de moradores para a formação desta agenda de reivindicações. Como destaca uma entrevistada (Entrevista 3), a pauta das políticas públicas não era só tratada pelos grupos de mulheres especificamente, mas também era pautado dentro do “seu” partido político e também pela Federação das Associações de Moradores da Serra (FAMS).

Segundo as análises de Alvarez (2014), como destacado acima, no Brasil, um ator fundamental no campo feminista nos anos 1980 e 1990, mas que para a autora raramente é reconhecido enquanto tal e situado claramente “para além da sociedade civil”, foi o Partido dos Trabalhadores e, com ele, os movimentos populares que então constituíam a sua base. Nas entrevistas e observações de campo realizadas ela afirma que ficou nítido que as trajetórias políticas de muitas ativistas que se identificavam com o feminismo tinham sido profundamente marcadas pela sua passagem por ou sua continuada participação em diversas tendências desse partido, da CUT e outros espaços sindicais; no MST e outros movimentos rurais; em diversos movimentos populares ligados à Igreja (ALVAREZ, 2014, p.28).

Alvarez (2014) demonstra que algumas comissões da mulher, assessorias, coordenadorias, e outras agrupações feministas dentro das administrações do próprio partido, as suas administrações municipais e estaduais, e suas tendências (como no caso das mulheres da Democracia Socialista) formaram importantes nós articuladores e

produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos que impulsionaram a ampliação e pluralização do campo feminista. Assim estimularam, mesmo que as vezes inadvertidamente, a proliferação de feminismos “no plural” entre mulheres populares, sindicalistas, e militantes do movimento estudantil, por exemplo.

Outro destaque, lembrado por duas das entrevistadas, foi a atuação do Movimento dos Sem Terra. De acordo com a entrevistada 3, dentro do MST, ainda na década de 1990, ela teve contato pela primeira vez com a discussão feminista e de gênero, por meio dos diversos momento de formação realizados. “Eu fui trabalhar no movimento sem-terra, eu tinha uma remuneração, mas a minha ação era ação militante, foi de 96 até 2002, foi um período longo da minha vida, minha experiência diretamente no movimento sem-terra do ES, ali deu um salto na minha compreensão da luta política, da luta social.” Entrevista 3, realizada em 21/06/18

Ali eu comecei efetivamente a compreender o feminismo, o chamado setor de gênero, (...) quando nós levamos a Edna Martins para iniciar conosco as mulheres do movimento sem-terra a discutir o que é gênero, não sei se você sabe quanto que o conceito de gênero eclodiu na década de 90, a luta feminista passa abranger gênero, as relações sociais de gênero. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Na AMUS, AMUCABULI, as mulheres quilombolas, as mulheres indígenas, as camponesas, as mulheres do MST no final dos anos 90 elas começam a discutir essa questão de gênero e também as políticas públicas, e elas vem também nesse processo. E acaba sobre um pouco esta organização do Fórum, o Fórum acaba sendo um pouco o puxador deste processo. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Na década de 1990, de acordo com as entrevistadas (Entrevistas 1,2,3,5) a pauta da violência contra a mulher se destaca frente aos casos de feminicídio e a falta de políticas públicas, por exemplo, a Entrevistada 1 fala que a luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher está presente desde a década de 1980: “[...] eu acho que não dá para chegar em 2003 sem você puxar um pouco isso, porque na década de 80, depois 90 vai se organizando [...] a coisa com a morte da Maria Cândida, vai se organizando a luta pelo enfrentamento, e a partir daí nós vamos fazendo uma construção que em 2003 se solidifica mais com a fundação da SPM.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais, as organizações feministas de

mulheres negras e outras. Em 1995 foi realizada a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, em torno de 100 militantes representantes de fóruns estaduais e municipais de mulheres, articulações locais e grupos de mulheres de 18 estados²⁷ participaram de reunião preparatória e deliberaram pela criação de uma coordenação nacional – a articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95.

As mulheres capixabas se organizam (E 1 e 2) e enviam uma delegação de *onze mulheres* para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, um encontro organizado pelas Nações Unidas entre 4 de setembro e 15 de setembro de 1995 em Pequim, China. Participaram do evento 189 governos e mais de 5.000 representantes de 2.100 ONGs. Os principais temas tratados foram: O avanço e o empoderamento da mulher em relação aos direitos humanos das mulheres; Mulher e pobreza; Mulher e tomada de decisões; A criança do sexo feminino; Violência contra a mulher.

Em 1995 nós fomos para Pequim, com uma delegação de 11 mulheres. Eu, Brice, Fátima (deputadas estaduais), Ninom Rouge, [...] representava o movimento ambientalista, [...] nós formamos um comitê com quem iria para Pequim [...], a Edileuza que era do movimento negro, Rita Camata, Luzia Toledo, duas jornalistas Adriana Bravin e a Carla Osório, a Glorinha daquele Sindicato das Damas da Noite e Ivone Vila Nova. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Para Adrião (2008), um dos acontecimentos mundiais mais importantes da história deste último quarto de século para o feminismo internacional, sem dúvida, foi a IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, China, em 1995. A autora destaca que as Conferências Mundiais orientaram não somente as agendas dos Estados-nação, mas a própria forma de organização interna dos movimentos feministas. De um lado, impulsionaram a organização de redes nacionais e fóruns estaduais, na década de 1990, tendo em mente a preparação de propostas e a participação das feministas nesses espaços internacionais. Do outro, promoveram a ampliação da agenda do movimento feminista, alterando a maneira de realizar as políticas internas e externas e criando a necessidade de expansão do mesmo, principalmente através da construção de redes internacionais. Além disso, abriu a possibilidade de novas formas de financiamento e remuneração das ações militantes, por meio de agências de fomento que orientaram seus editais a partir de pautas indicadas nas conferências.

²⁷ Nas entrevistas realizadas para esta Dissertação já identificamos que 08 mulheres representaram o Estado na Conferência em Beijing (na delegação capixaba estavam presentes: deputadas, servidoras públicas, ativistas do movimento e jornalistas). Uma das entrevistas afirmou que o processo de organização pós-conferência contribuiu sobremaneira para o fortalecimento do movimento à época.

No Brasil, a criação de uma de suas maiores redes feministas, registra Adrião (2008) deuse a reboque do processo de organização do movimento em estratégias unificadas, tendo em vista a preparação para ida à Beijing, 1995. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) foi criada com o intuito de estruturar as ações isoladas dos Fóruns Estaduais de Mulheres – instâncias de articulação do movimento feminista, com participação dos diversos grupos organizados de mulheres daquela localidade (Diário de Campo, 2005). Anos depois, pós-década de 1990, a AMB e a Marcha Mundial de Mulheres tornaram-se as redes feministas com maior capacidade de agregar grupos em torno de estratégias comuns (GALVÃO, 2008).

Neste momento percebe-se pelos relatos (Entrevistas 1,2,3,5) a introdução nos grupos de mulheres das questões mais enfatizadas pelos movimentos feministas e pela defesa do ser feminista (Entrevistas 1,3). Verifica-se que o contato com as conferências internacionais e a participação em encontros nacionais traz para o ES as discussões em voga naquele momento dentro dos movimentos feministas tanto no Brasil como no mundo.

Além disso, é importante destacar que, de acordo com três entrevistadas, o tema das políticas públicas foi introduzido desde a criação dos primeiros grupos de mulheres capixabas e desde então veem pautando sua atuação, mas aos poucos estas mulheres que iniciaram sua militância se auto intitulando grupos de “senhoras ou de mulheres” vão ganhando uma identidade feminista. Sobre este processo a entrevistada 1 diz:

Este movimento aqui, que aconteceu no Brasil todo, ele foi tratando da perspectiva que políticas públicas para as mulheres elas são específicas, mas elas também são transversais, e cada área desta tem sua especificidade, que queira ou não, as mulheres da década de 80 mesmo que na perspectiva de suprir a necessidade da responsabilidade do cuidado elas foram fazendo este caminho” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Em 15 de dezembro de 1997 é instituído pela Lei Estadual nº 5.533, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo – CEDIMES²⁸, segundo as entrevistadas (1, 2, 3, 4, 5) sua criação foi fruto da articulação e mobilização dos

²⁸ O CEDIMES é um conselho de caráter permanente, propositivo, consultivo, executivo, deliberativo, fiscalizador e controlador, representa o papel de articulador das políticas públicas e defensor dos direitos das mulheres capixabas, junto à esfera pública. O CEDIMES foi reestruturado por meio da Lei complementar 594 de 14 de julho de 2011 e hoje está ligado administrativamente a Secretaria de Direitos Humanos.

movimentos sociais capixabas, sendo apontada como a *primeira instância* instaurada para fins de formulação de políticas públicas para as mulheres. Apesar de instituído por lei não ocorreu o processo administrativo necessário para posse das conselheiras tanto do governo e quanto da sociedade civil.

O início dos anos 2000 (Entrevista 1 e 3) é marcado pela realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, ocorrida em 2002, “(...) vários grupos vão para Brasília, as grandes articulações nacionais se juntam, e a gente constrói a plataforma Feminista” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18).

Segundo registros do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) a partir do debate coletivo e mobilização dos movimentos de mulheres, neste encontro foi construído uma Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, especialmente aos/às candidatos/as que participaram das Eleições de 2002. O objetivo político da Conferência foi fortalecer a democracia participativa, levantando propostas para a superação das desigualdades de gênero, raciais/étnicas, econômicas e sociais. A primeira versão da Plataforma foi o marco orientador dos debates que aconteceram nas Conferências Estaduais e foi dividida em grandes tópicos: Da democracia política; Do Estado democrático e justiça social; Da inserção do Brasil no cenário internacional; Da democratização da vida social; Da liberdade sexual e reprodutiva (Fonte: <http://cfemea.org.br>)

A partir daí isso foi se institucionalizando, agora as Feministas foram para os cargos por causa disso, [...] precisavam de pessoas com mais capacidade do ponto de vista do conhecimento intelectual e tudo, não era nem conhecimento do Estado, do funcionamento do Estado. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Em síntese as entrevistas (Entrevistas 1,2,3,5) apontam que nas décadas de 1970, 1980 e meados de 1990 estes grupos eram denominados “grupos de mulheres”, ainda não havia sido introduzida a denominação movimentos feministas, e que só passou a ser utilizado a partir dos anos 2000. Como destaca a Entrevistada 1: “[...] para entender os movimentos feministas hoje no ES é necessário destacar que desde este período a luta por políticas públicas já estava na linha de frente das pautas e motivações para a ação coletiva. Eu acho que não tem como você tratar da questão das políticas públicas nos movimentos feministas sem você fazer um resgate da década de 80 e 90” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18).

No Coletivo Feminina [isso a partir de 2010] [...] a gente pegava questões atuais e que tocava principalmente as mulheres do coletivo. A nossa linha de atuação foi sempre na questão dos direitos individuais, na legalização do aborto, direito ao próprio corpo. A questão do estupro. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018).

O termo feminista para algumas ainda é um termo novo, e para uma adesão, para uma autoafirmação ainda é algo a se conquistar. Algumas mulheres do grupo, seja deste coletivo nacional, que é de mulheres quilombolas do Brasil todo ou seja neste grupo nosso regional, tem algumas mulheres que já tem esta compreensão de ser mulheres quilombolas feministas dentro deste feminismo negro, aí constituído seja Suely Carneiro, Djamila Ribeiro ou a própria Ângela Davis. Mas algumas de nós demarca lá: *eu sou quilombola e sou feminista*. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

[...] para dentro a gente falava, mas não tinha aquele eco também como tem hoje, se assumir, sou feminista, algumas se assumiam e outras não, mas não tinha tanto problema dentro não, era mais para fora. As ligadas as comunidades eclesiais de base, eram grupo de senhoras, era outra lógica que não tinha a ver com a perspectiva com a luta feminista. (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

É muito complicado pelo seguinte: nós vivemos num país do patriarcado, culturalmente as mulheres demoraram a entender que a gente é mulher. Que eu me lembro que no início, no final dos anos 80, quando a gente ia fazer reunião com as mulheres, era grupo de senhoras, não era nem grupo de mulheres, eu me lembro que elas faziam um biquinho para falar, grupo de senhoras, bem do jeitinho delas para falar. Porque começou também como grupo de Mães, lá na década de 70 quando começar a trabalhar eles deram o nome de grupo de Mães, não era nem senhoras e nem de mulheres não, passou para grupo de senhoras para chegar a grupo de mulheres. Hoje [...] tem mulheres que se identifica como feminista e tem mulheres que fica só como grupo de mulheres, movimento de mulheres. Isso é com o tempo. Tem mulheres que vai há duas reuniões e se diz feminista e vai para frente, umas coisas elas aceitam outras coisas não aceitam. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

De 2004 pra frente este debate dos movimentos feministas dá um salto não só no Brasil, mas no mundo todo. No ES vai eclodindo muitos grupos, isso é muito legal, muitos coletivos, a universidade é um grande celeiro de coletivos e começa a ampliar, fortalecer os centros acadêmicos e hoje independente do movimento estudantil nós temos os coletivos. A academia sempre atuou neste tema das mulheres. Mas eu acho que isso amplia muito no governo Lula, porque ele amplia os cursos, as universidades e amplia as possibilidades. Isso tudo vai criando condição. A academia contribuiu muito neste debate de gênero para o debate feminista.

Então vai eclodindo aí um forte movimento de mulheres, feministas, de jovens, das mulheres negras, no ES nós demos um salto em quantidade e em qualidade fantástico. É visível de ver, é bonito ver as jovens já fazendo enfrentamento e isso repercute nas escolas. As meninas foram as principais lideranças na ocupação das escolas naquele movimento aqui no ES [ocupação das escolas em 2016]. As meninas de 14 anos, 15 e 16 anos, isso é fantástico. A nossa luta das mulheres no mundo, no Brasil e no ES eclode agora neste início de século de uma forma muito bacana.

Tem mulheres jovens, negras, quilombolas, mulheres indígenas, sai daquela coisa que era um movimento misto no espaço das mulheres para surgir coletivo de tudo. Elas estão atuando de diversas formas. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Neste sentido, pode-se afirmar que genuinamente as pautas das mulheres eram ligadas ao cotidiano, firmando-se primeiramente uma identidade com as causas cotidianas, e com o passar do tempo este movimento vai se transformando e vai se abrindo para as causas próprias do movimento feminista. Nasce genuinamente como um movimento de mulheres e aos poucos vai ser tornando mais heterogêneo, vai se transformando nos movimentos feministas que temos hoje em suas interseccionalidades.

Vide a descrição no trecho da carta enviada ao Governador pelo Fórum de Mulheres em março de 2012 como o movimento se apresentava: nós, mulheres capixabas, da cidade e do campo, trabalhadoras urbanas, quilombolas e indígenas, negras, lésbicas, camponesas, jovens, idosas, com deficiência física, encarceradas, sem-terra acampadas, trabalhadoras informais, reivindicamos [...].

Eu posso dizer que este período foi um auge de coletivos, e redes, e institutos e várias outras formas de concepção de movimento. Pelo menos o Coletivo Feminina ele teve aí com diversas formas de agrupamentos para fazer ações. Do DCE até gente que organiza eventos, produtores. A gente tinha de tudo, uma diversidade muito grande de atuação. Desde a menina que cortava cabelo e era feminista e resolveu fazer uma ação com a gente no presídio até alguém relacionado digamos de o Ministério Público para a gente fazer uma determinada denúncia. Foi uma época que realmente os movimentos tiveram uma abrangência maior no estado com a questão da diversidade e isso fez toda diferença, pelo menos na minha militância. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Neste tópico, o objetivo foi enfatizar que houve um processo de transformação do movimento no ES, que a partir dos anos 2000 ele passa a se caracterizar mais fortemente por este perfil de movimento feminista que busca na interação com o Estado os meios para atingir seus objetivos, realizando suas ações ancoradas em uma forte rede de apoiadores e articulação. Este período pós anos 2000, mais especificamente entre 2003 e 2016 que constitui o período investigado nesta dissertação.

Como sublinhado, nos anos 2000, os relatos apontam (E 1, 2, 3, 4, 5) que a atuação do Fórum de Mulheres do ES, alguns dos grupos de mulheres dos municípios, os coletivos feministas e a rede de articuladores e apoiadores, pautado pelos movimentos feministas foi fortemente marcado pela interação Estado-movimento.

A opção por reconstruir as trajetórias dessas ativistas a partir de uma perspectiva de ação coletiva nos remeteu aos elementos que, para Diani e Bison (2010), caracterizam movimentos sociais: experiências ligadas à expressão pública de um conflito social;

identidade coletiva; presença de densas redes inter-organizacionais informais. Assim, Diani, considera os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajadas em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13). A definição de Diani nos ajuda a compreender melhor o coletivo de atrizes que defende a implantação de políticas públicas para as mulheres, pois permite apreender justamente a dimensão do processo de luta política que envolve a atuação desses atores e atrizes.

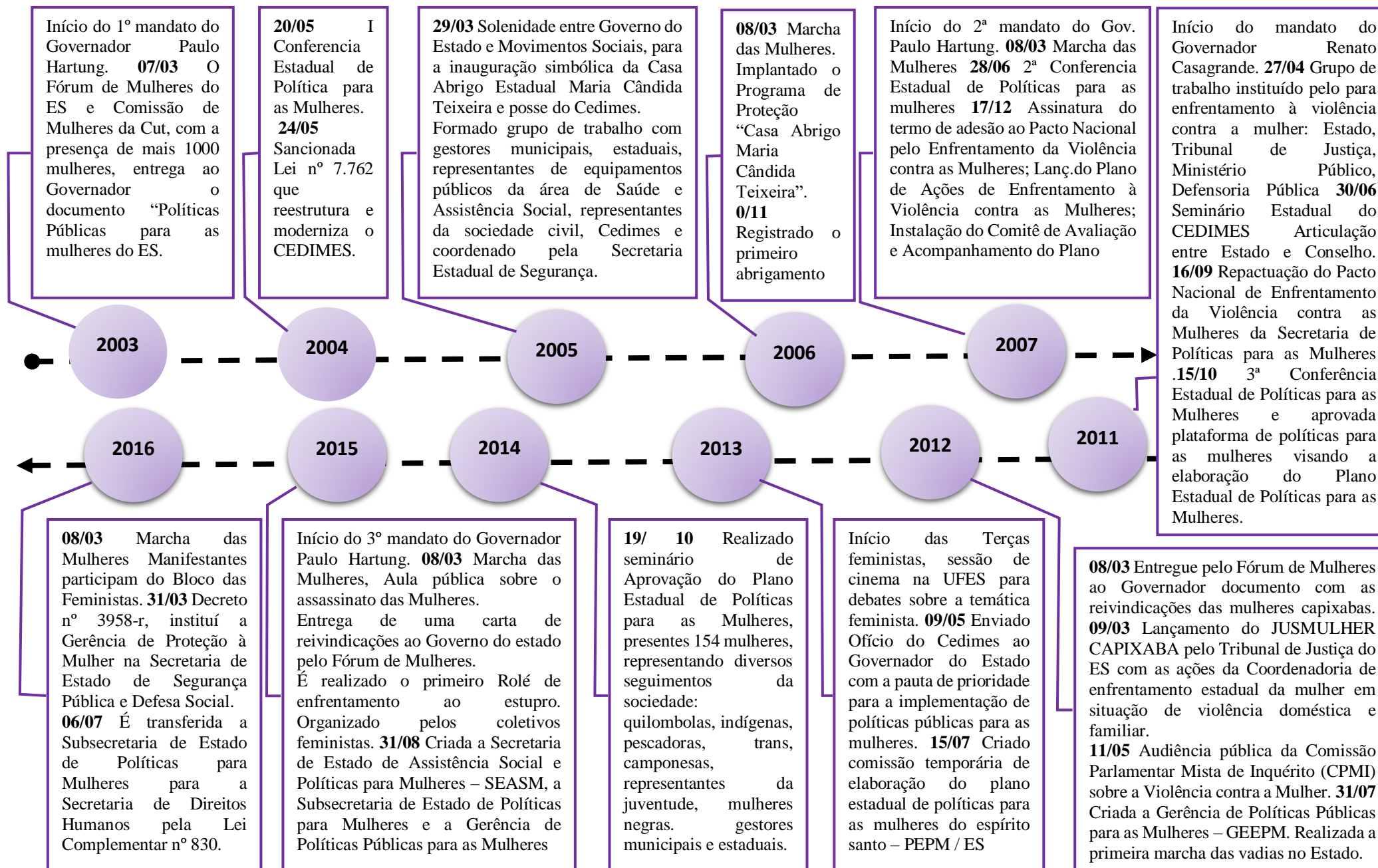
As trajetórias mostram, que as ativistas estiveram, desde a década de 1970, vinculadas e em conexões pelo Estado, engajadas em espaços participativos formais e informais, organizando eventos, atividades, manifestações e criando espaços de debate, formulação e mobilização política, o que demonstra a existência de redes e conexões que conferem densidade ao movimento.

4.2 Linha do tempo com fatos que marcaram o movimento e o Estado no período de 2003 a 2016

Nesta sessão apresentar-se-á uma linha do tempo com os principais fatos que marcaram o processo de implantação das políticas públicas para as mulheres no estado no período de 2003 a 2016. O objetivo é chamar atenção para as principais ações que compuseram o repertório de ação e de interação entre os movimentos feministas e o governo Estadual. Pretendeu-se olhar para o caminho temporal de constituição desses repertórios tendo em vista a orientação teórica e metodológica de analisar um determinado fato por meio do processo histórico que possibilitou a sua constituição.

Para composição desta linha do tempo, utilizou-se as informações oriundas das entrevistas, os registros administrativos dos órgãos do governo (foram mais de um órgão, que se alternaram na responsabilidade de conduzir as ações de políticas públicas para as mulheres, assim como estabelecer e manter o diálogo com o CEDIMES e com os movimentos sociais) e os documentos produzidos pelo movimento.

Linha do tempo com os principais fatos que marcaram o período de 2003 a 2016



A reconstrução empírica dos fatos nesta linha do tempo visou demonstrar as principais ações que marcaram o processo de interação Estado- movimento no estado entre 2003 a 2016, e foi possível visualizar que o período foi caracterizado pela imbricação entre ação das militantes, órgãos do governo estadual e as instituições participativas. Dessa forma, ao olhar para este processo de interação sócioestatal, buscamos avançar na compreensão das formas de ação coletiva que caracterizam os movimentos sociais no Brasil.

No bojo deste processo histórico vimos que em 2002 houve uma ênfase na nacionalização da causa das mulheres com a participação das militantes no processo de criação da plataforma política feminista na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras²⁹. Este foi um evento marcante onde o movimento de mulheres no ES que já atuava em prol das políticas públicas para o setor passa a dar maior centralidade às pautas e começa a introduzir com mais ênfase a identidade feminista na composição de suas ações.

A plataforma política feminista (2002) foi um importante documento norteador das ações dos movimentos feministas e de mulheres nos estados Brasileiros (E 1), os principais eixos que compuseram a plataforma foram: democracia política, estado democrático e justiça social, o ajuste estrutural, desigualdades socioeconômicas justiça social, inserção do Brasil no cenário internacional, democratização da vida social liberdade sexual e reprodutiva. Com o foco no estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todas as pessoas em todos os aspectos de suas vidas, a plataforma influencia no Estado a composição das causas.

Podemos observar a correspondência do conteúdo deste documento nacional de 2002 com o conteúdo do documento entregue em 2003 no que diz respeito a ênfase na inclusão de todas os recortes presentes na sociedade: “[...] Foi dado as propostas um recorte de raça/etnia, de classe social e levado em consideração a questão territorial do espaço urbano e rural, que tem em si olhares diferenciados.” (Documento entregue ao Governador Paulo Hartung em 07/03/2003).

²⁹ Segundo relatório das Mulheres que construíram a Plataforma Política Feminista, participantes das conferências estaduais, 103 mulheres capixabas se reuniram no ES para a preparação da Conferência. (Fonte: Plataforma política feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília, 6 e 7 de junho de 2002 www.institutobuzios.org.br/documentos/plataforma%20politica%20feminista.pdf).

Pode-se considerar a entrega da carta ao Governador Paulo Hartung, recém assumido no cargo, como um destaque para o recorte temporal, ocorre no início de 2003, e contém as reivindicações (E 1, 2, 3) do movimento de mulheres e feministas do ES. Intitulado “Políticas Públicas para as mulheres do Espírito Santo – Estratégias de Igualdade e Equidade de Gênero”, o documento marca a entrada dos movimentos sociais no Palácio Anchieta, sede administrativa do governo. O evento além de representativo com participação de ativistas de todo o estado, como aponta a E 1 “[...] nós colocamos cerca de mil mulheres no palácio”, trata especificamente das políticas públicas como pauta do movimento de mulheres.

Este documento tem por finalidade sugerir um conjunto integrado de políticas públicas voltadas para eliminação da discriminação de gênero e a consolidação de uma plena cidadania das mulheres. Foi elaborado pelo Fórum de Mulheres do ES (Articulação de entidades feministas, autônomas, organizações classistas, comissões e coletivos de entidades sindicais), e Comissão Estadual de Mulheres da CUT – ES, após sucessivos anos de luta pelos direitos das mulheres capixabas. (Texto da apresentação do documento entregue ao Governador Paulo Hartung em 07/03/2003).

O documento contendo as reivindicações entregue ao Governador Paulo Hartung foi dividido em cinco eixos: prevenção e combate à violência, combate à pobreza, educação, saúde e mecanismos institucionais. Sobre as ações que compõem cada eixo vale destacar:

- No eixo “prevenção e combate à violência”, a ação 1.4: “implantar duas casas abrigo para mulheres vítimas de violência (Região Metropolitana e Norte) do Estado”. Sobre esta ação contém na linha do tempo que a Casa Abrigo foi implantada entre 2005 e 2006;
- No eixo “mecanismos institucionais” verifica-se que ainda não estava na pauta do movimento capixaba a implantação de um organismo gestor específico para a política pública setorial, neste item foi dado centralidade a instituição participativa de controle social: “(...) efetivo funcionamento do (...) CEDIMES, com estrutura operacional (local físico e corpo administrativo) para influir na formulação e monitoramento de políticas públicas”;
- No eixo “saúde” a indicação explícita de que para uma efetiva gestão pública seria necessário a existência de canais de participação direta dos movimentos sociais, ou seja, da interação socioestatal: “Assegurar a participação do Fórum de Mulheres do ES, entidades e ONG’s Feministas nos mecanismos de controle social existentes, principalmente o Conselho Estadual de Saúde, Comitê de Prevenção e controle da morte materna, e outros.”

De acordo com as ativistas (E 1, 2, 3, 4, 5) com a criação da SPM/PR, em 2003 inicia-se um processo de forte indução das políticas públicas para as mulheres nos estados. A presidência da república logo no início de 2004 convoca a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, a instância máxima definida pelos gestores para traçar um plano de ações que pudesse orientar municípios, estados e o próprio governo federal na execução de políticas (E 1, 2, 3).

No estado do ES, segundo as E 1 e 2, para realização da I Conferência o governo estadual solicitou ao Fórum de Mulheres do ES que junto com a Secretaria de Assistência Social conduzisse todo o processo. “Sobre as conferências, eu me lembro, que a primeira não tinha nem o conselho da mulher estadual e eles [o governo] procuraram o Fórum para formar a equipe, a primeira equipe, para poder trabalhar na conferência da mulher em 2004.” (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Sobre a Conferência de 2004, verifica-se pelas falas das ativistas e nos documentos analisados que o objetivo foi evidenciar a necessidade de implantação de políticas públicas para as mulheres, sobretudo ressaltar que esta pauta era central, advinha do movimento de mulheres e feministas brasileiros e transformar sua defesa em uma causa coletiva era uma estratégia política extremamente necessária naquele momento.

[...] porque as Conferências de Políticas Para as Mulheres, quem participa são militantes, de algum movimento, elas já estão com algum grau de consciência da luta das mulheres, do machismo, da opressão, das desigualdades de gênero e desigualdade no mundo do trabalho. Então quando elas vão para as conferências elas já vão carregadas com o que já ouviram nas suas entidades de base ou mesmo se participa da gestão pública já com esse conhecimento da gestão pública sobre estes temas e tal. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Para Diani (2003) os movimentos sociais são redes de interações sociais que se constrói no curso de um conflito e que alinhava uma pluralidade de indivíduos, eventos e associações, com base em uma identidade coletiva compartilhada (DIANI, 1992, p. 13). A narrativa anterior exemplifica o ambiente das conferências e chama a atenção para o fato de que há época os movimentos feministas enxergaram neste instrumento seu potencial em promover uma consciência coletiva em torno de um de seus temas principais, ou seja, as políticas públicas para as mulheres.

Ao participar destas conferências os movimentos feministas fortalecem e auto alimentam sua causa, como demonstrado no primeiro capítulo, as Teorias dos Movimentos Sociais que apontam que os movimentos sociais surgem quando grupos de pessoas que enfrentam situações de injustiça, dominação ou exploração atuam coletivamente com o propósito de mudar esta situação num determinado contexto. “Eles não surgem por acaso, eles nascem das lutas sociais” (PINHEIRO, 2015).

Neste sentido, nas anotações do diário de campo, fica muito evidente o registro sobre o ambiente que se estabelece nas conferências. Uma conjunção de muitos tipos de ativismos, uma pluralidade de pautas e um grande número de segmentos estão presentes. Cenário que se assiste a todo momento pequenos e grandes conflitos que são mediados pela cúpula coordenadora da conferência e pelas lideranças das grandes organizações feministas.

Em 2005 acontece a posse do CEDIMES, evento marcante para o movimento, apontado em todas as narrativas com uma ação fruto da luta dos movimentos de mulheres e feministas desde a década de 1990. Lembrando que a lei que criou o conselho é de 1997, Lei Estadual nº 5.533, mas segundo a E2 o Conselho funcionou por algum período, mas foi fechado no Governo de José Ignácio (1999 a 2002), do PSDB.

Foto 01 – Mesa de abertura que deu posse as Conselheiras do CEDIMES - 2005



Fonte: arquivos pessoais

Observa-se pelas fotos que o evento foi marcado pela diversidade que compõe o movimento no ES e pela presença de representantes dos movimentos e do Governo. Nas fotos é possível identificar: representante das indígenas, mulheres advogadas, fórum estadual de mulheres, deputada estadual a época, vice-governador do Estado e Secretária de Ação Social, entre outros.

Ainda, destaca-se na linha do tempo, que em 2011, com a posse do novo governo (Governador Renato Casagrande) pode-se verificar pelos fatos narrados que houve um contexto político estadual favorável a interação estado – movimento, um dos apontamentos feitos aponta o fato de que a pessoa do vice-governador se mostrava simpatizante à causa do movimento de mulheres (BANASZAK, 2010). Neste período registra-se exemplos de muitas ações que demonstram uma maior articulação entre o CEDIMES e os gestores responsáveis pelas políticas para as mulheres. No trecho abaixo, segue partes do discurso feito pela gestora responsável pelas ações para as mulheres, Laudiceia Schuaba no Seminário do CEDIMES sobre as políticas públicas para as mulheres no estado:

O Estado reconhece a partir da constituição de 88, direitos iguais independente de sexo, idade, raça, orientação sexual, religião; O Estado reconhece também a permanência das desigualdades de acesso aos direitos entre homens e mulheres; As Políticas públicas para as mulheres se inserem no contexto de reconhecimento das desigualdades de tratamento entre homens e mulheres. Essas políticas organizam uma série de programas, projetos e ações que visam dar condições as mulheres de enfrentar as adversidades e romper com o ciclo de opressão e de violação de direitos; As mulheres Brasileiras (capixaba) construíram 02 Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e estamos buscando a implementação dessas ações no país todo e aqui no ES também. Estamos no processo da terceira conferência nacional; O governo Dilma e o governo Casagrande tem dado ênfase do combate à pobreza. [...] A violência contra as mulheres é uma luta permanente do Estado e da Sociedade Civil pois é a manifestação mais cruel da tentativa de dominação masculina impedem o pleno avanço das mulheres; O Governo do Estado estabeleceu como desafios a serem superados o combate à pobreza, as desigualdades regionais e tornar o ES um Estado reconhecidamente garantidor dos Direitos Humanos. E aqui inclui as Mulheres. Foi criada a Coordenação de Políticas para as mulheres dentro da Subsecretaria de Direitos Humanos. (Discurso de Laudiceia Schuaba, em 30/06/2011).

Sobre o período do mandato de Renato Casagrande (2011 a 2014) um fato apontado pelas ativistas (E 2, 3, 4, 5) que contribuiu para a articulação entre movimento, governo estadual e governo federal, foi a atuação da Deputada Federal Iriny Lopes e da Senadora Ana Rita, ambas do Partido dos Trabalhadores (PT) do ES. Segundo a narrativa da E 3, neste período as duas autoridades fomentaram ações de parcerias entre governo, movimento e poder legislativo e dispuseram uma considerável quantia em emendas parlamentares do

Senado e da Câmara federal e em convênios junto a SPM//PR para as políticas públicas para as mulheres no ES, algo em torno de R\$ 6.000.000,00 milhões de reais.

Ainda em 2011, a Deputada Federal Iriny se torna Ministra da Mulher, estando a frente da SPM/PR por um ano, ou seja, se torna uma capixaba, no posto mais alto dedicado as políticas públicas para as mulheres. Em 2012, a Senadora Ana Rita foi a relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM).³⁰ Neste período a CPMIVCM movimentou no Estado os poderes executivo, legislativo, judiciário, o Ministério Público, o CEDIMES, os movimentos sociais e outros em torno da questão dos altos índices de violência contra a mulher e os feminicídios.

Também em 2012 ocorreu no estado a primeira “Marcha das Vadias”, abaixo um trecho da E 4 sobre o processo:

[...] organizamos, todos os anos, a Marcha das Vadias no estado. O movimento é uma ação mundial e começou quando um professor, no Canadá, durante uma palestra, disse que as mulheres sofriam estupro por causa da maneira como se vestiam. Essa afirmação gerou uma polêmica no mundo inteiro, sendo o que motivou a marcha e a maneira como as mulheres, e até alguns homens, se vestem na passeata: muitas vezes sem roupa e com o corpo pintado, em sinal de protesto. (Entrevista dada por Ana Lúcia Resende a matéria feita pelo Sindbancários sobre o 08 de março, <http://www.bancarios-es.org.br/mulheres-cobram-de-hartung-criacao-de-secretaria-da-mulher-no-8-de-marco>)

Identificou-se pelas narrativas, como ocorreu em todo o Brasil, que no ES também houve os grandes protestos de rua de 2013 e o aumento das ações de mobilização pública por parte dos movimentos sociais, tendo os coletivos feministas um papel de destaque.

Em 2014, é entregue ao Governador Renato Casagrande o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, em solenidade realizada para este fim com a participação de membros do governo estadual e dos movimentos sociais. Segundo as ativistas (E 1, 2, 3, 4, 5), foi um processo de elaboração conjunta entre movimentos feministas, o conselho estadual, a Gerência Estadual de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (unidade administrativa responsável em conduzir o plano, pois

³⁰ A CPMI teve como “finalidade investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.” (Relatório final, presidenta: Deputada Federal Jô Moraes (PCdoB/MG), vice-presidenta: Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP), relatora: Senadora Ana Rita (PT/ES), Brasília, Junho de 2013).

detinha os recursos no valor de R\$300 mil reais, captados por meio de uma emenda parlamentar da Senadora Ana Rita (PT) destinados para este fim).

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres - Espírito Santo é fruto de um processo coletivo das muitas mãos e vozes de mulheres de todas as regiões deste Estado. No processo da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realizada em 2011, que mobilizou 4.309 mulheres abrangendo 60 municípios do Estado, aprovamos a Plataforma de Políticas para as Mulheres. Em 2013 ao constituir a Comissão Temporária de Elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres o Governo do Estado e o CEDIMES deram continuidade ao compromisso assumido em 2011. Para ampliar e aprofundar a escutatória, em outubro de 2014 realizou-se o Seminário de Revalidação do PEPMES com a participação de 150 mulheres. [...] Desejamos que o Plano seja um novo marco nas políticas públicas, um novo tempo de ações governamentais voltadas para a inclusão de sujeitos historicamente excluídos. Um plano que ao ser executado, envolva todas as secretarias do governo estadual, em uma aliança com a sociedade civil, principalmente os movimentos de mulheres e feminista, e governos municipais, outras esferas de poderes da república, enfim o conjunto da sociedade com a construção e a busca incansável da equidade de gênero. (Texto de apresentação do plano assinado por Nilda Lúcia Sertório – Secretária Estadual de Assistência e Direitos Humanos e Edna Calabrez Martins – Presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e membro do Fórum Estadual de Mulheres).

É mister destacar ainda que em todo o período, de acordo com as falas das ativistas, bem como nos documentos coletados, foram realizados a marcha pelo 08 de março, Dia Internacional da Mulher, este repertório parte da tradição dos movimentos sociais no ES e acontece desde a década de 1990 (E 1, 2). O relato a seguir exemplifica bem o sentimento em torno do papel das marchas do 08 de março: “Tem marcha, a gente vai lá mostrar para o governo aquilo que a gente tá satisfeito ou não está satisfeita.” (E 2, realizada em 04/04/2018), todos os anos é realizado a marcha pelas mulheres do estado.

[...] ao longo de 15 anos aqui no Es ou mais, a pauta do 08 de março foi o enfrentamento a violência contra as mulheres. Estou te falando isso por que este ano a pauta ampliou um pouco mais, voltou mais para a luta feminista, desde o ano passado, na pauta feminista, meu útero, meu copo, anti machista, percebi na fala das mulheres. [...] Este ano todos os movimentos sociais, todas as organizações de mulheres estavam no 08 de março, desde as mistas até estas novas. E a pauta ela ampliou da violência contra as mulheres para a pauta tradicional do feminismo: corpo, opressão, trabalho, racismo, aborto. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Na marcha pelo 08 de março, realizada em 2015, o destaque da pauta foi a reivindicação e a cobrança ao Governador Paulo Hartung sobre a criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (ele tinha acabado de assumir o terceiro mandato). Em contraponto ao ano de 2003 quando ele assume seu primeiro mandato no ES, na carta entregue pelo movimento verifica-se que esta pauta ainda não fazia parte das demandas das feministas.

Em matéria veiculada pelo portal de notícias G1 é destaque a marcha:

Não há o que comemorar', dizem feministas sobre o Dia da Mulher - Mulheres cobram de Hartung criação de secretaria da mulher no 8 de março. No dia em que a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Feminicídio, 9, as mulheres capixabas foram às ruas para lutar por igualdade de direitos e pelo fim da violência de gênero no Espírito Santo em mobilização política do Dia Internacional de Lutas das Mulheres – 8 de março. [...] O Fórum de Mulheres ES reivindica, principalmente, a criação de uma secretaria de governo dedicada à promoção de políticas de afirmação da mulher, a luta pela igualdade de direitos e salários e o combate à violência de gênero. *O Espírito Santo é um dos únicos estados brasileiros que não possuem uma secretaria exclusiva para a promoção de políticas para as mulheres*, embora seja campeão nacional em assassinatos de mulheres de acordo com o Mapa da Violência 2012. Recebidas por Nicchio na porta da sede institucional do governo capixaba, as mulheres apresentaram as reivindicações à gerente, que se comprometeu a analisar o documento e expandir as negociações com o Fórum de Mulheres. As mulheres esperavam ser recebidas pelo governador Paulo Hartung. A intenção do Fórum é pressionar o governador a atender as exigências, principalmente as de combate à violência. (<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/nao-ha-o-que-comemorar-dizem-feministas-sobre-o-dia-da-mulher.html> 8/14).

Na reportagem está explícito que o Governador não recebeu os movimentos, este fato vai de encontro com as falas das entrevistadas sobre o período onde as relações entre o movimento e o governo ficaram mais difíceis e com pouco acesso (entrevista 1, 2, 5).

No final de 2014, foi finalizado o Plano Estadual de Políticas Públicas para as mulheres. "Esse plano incluem todas as mulheres, sejam trans, lésbicas, negras, brancas, quilombolas, etc. A gente entende que punir somente não resolve muito. Temos que trabalhar com conscientização, trabalhar com os agressores, às vezes surgem alguns projetos, mas não é integrado. Falta gestão", afirmou Mariana. De acordo com a militante, falta a criação de uma secretaria específica para tratar das políticas para mulheres. (<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/nao-ha-o-que-comemorar-dizem-feministas-sobre-o-dia-da-mulher.html> 8/14).

Abaixo, mais um trecho da reportagem do portal de notícias G1 com a fala de uma das representantes do Fórum de Mulheres do ES sobre o momento político e sobre a atuação do fórum:

Para organizar a luta pelos direitos das mulheres, o Fórum de Mulheres ES foi criado há 20 anos. O grupo é uma organização autônoma, em que participam sindicatos, coletivos, outros grupos e feministas autônomas. Uma das coordenadoras, Mariana Gava, explicou que o fórum atua no Conselho da Mulher. "Tem mais um caráter de movimento social, de cobrar do poder público, de denunciar o que vem acontecendo, de problematizar algumas coisas. O fórum tem esse papel, fazemos encontros periodicamente. Além das mulheres da cidade, temos as do interior, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e etc.", disse.

O 8 de março é dia de luta pelos direitos. A gente acha que não está bom do jeito que está" [...] Segundo Mariana, o grupo cobra por posicionamento

político diante das questões que envolvem as mulheres. "O 8 de março é dia de luta pelos direitos. A gente acha que não está bom do jeito que está. (<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/03/nao-ha-o-que-comemorar-dizem-feministas-sobre-o-dia-da-mulher.html> 8/14).

Ainda no ano de 2015, ocorre um fato de grande representatividade deste processo de interação movimento estado, por meio do Decreto nº 3850-r, de 31 de agosto, é criado a Subsecretaria de Estado de Políticas Para Mulheres e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Assistência Social e Políticas para Mulheres – SEASM. Apesar da criação da Subsecretaria e da Secretaria, as ativistas (E 1, 2, 5) avaliam que não alterou a forma de gestão das políticas públicas, pelo contrário, o cargo de Subsecretária e o de Secretária foram destinados a cargos políticos assumidos por pessoas que desconheciam a pauta das mulheres.

No ano de 2016, por meio da Lei complementar nº 830, de 06 de julho de 2016 foi criado a Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH para qual foi transferida a Subsecretaria de Estado de Políticas para Mulheres, suprimindo por esta mesma lei, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Políticas para Mulheres – SEASM.

Como sublinhado neste relato e nos outros já destacados sobre as ações e os fatos que marcaram o processo histórico de 2003 a 2016, percebe-se que a pauta sobre a implantação das políticas públicas esteve sempre presente nas demandas e proposições dos movimentos feministas no ES, pretende-se a seguir apresentar uma síntese de quais são estas demandas, ou seja, pelo que as feministas lutam.

4.3 Pelo que as feministas capixabas lutam?

Os movimentos feministas, desde seu nascedouro ainda no século XIX, vem pautando suas lutas contra toda forma de exploração, opressão e por melhores condições de vida para as mulheres, suas principais ativistas. No segundo capítulo foi possível demonstrar que neste percurso o repertório de ação foi se transformando e suas performances adquirindo novos contornos na medida em que a sociedade ia se transformando assim como o próprio Estado.

As ativistas (E1, 2, 3, 4, 5) ao falarem sobre os motivos pelos quais elas lutam, ou seja, perguntadas sobre quais foram as pautas dos movimentos feministas no ES no período de

2003 a 2016, verificou-se, que em na maior parte dos relatos, seus objetivos foram direcionados para o governo do estado como principal alvo na busca pela implementação de políticas públicas para as mulheres. Somando-se a isto, de acordo com as entrevistadas, em menor escala, as pautas foram direcionadas à sociedade e estão relacionadas as demandas gerais que permeiam o debate feminista.

Foto 02 – Escadaria em frente ao Palácio Anchieta tomada por militantes na Marcha do 08 de março de 2016.



Fonte: Facebook – FOMES – Vitória/ES

Fazendo um apanhado geral das pautas direcionadas diretamente para o Governo e para as políticas públicas destaca-se:

- a) política de enfrentamento a violência contra a mulher (E 1, 2, 3, 4, 5);
- b) criação e monitoramento das delegacias de mulheres (E 1, 2, 3, 4, 5);
- c) funcionamento e manutenção do conselho estadual da mulher (E 1, 2, 3, 4, 5);
- d) realização das conferências estaduais e municipais de políticas para as mulheres (E 1, 2, 3, 4, 5).
- e) implantação e funcionamento do centro de referência especializado de atendimento à mulher (E 1, 2, 3);
- f) implantação e funcionamento da casa abrigo estadual (E 1, 2);

- g) mudança e reforma do presídio feminino (E 3);
- h) criação e organização de banco de dados (E 2);

Observa-se que das letras (a) até a (e), todas as temáticas estão ligadas a questão da violência contra a mulher. Este fato corrobora com as informações apresentadas na gênese do movimento no ES, onde demonstrou-se que desde a década de 1980 a luta pela criação da delegacia da mulher e instrumentos de proteção das mulheres estavam em pauta frente a realidade perversa da violência contra a mulher no Estado. Na fala expressa abaixo pode-se aferir tal afirmação:

A partir de 80 nas primeiras iniciativas de luta pelas delegacias para as mulheres [...] até as pautas de hoje e da primeira conferência, *ainda não as mesmas*. A gente ainda quer segurança, tem a questão do feminicídio, a questão do aborto, tem questões que são muito urgentes no país para serem resolvidas desde sempre, são as mesmas pautas. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Complementando a lista deste apanhado geral observa-se que as pautas apresentadas nas letras (f), (g) e (h) se referem a implantação de mecanismos institucionais que visam garantir que os direitos violados das mulheres sejam protegidos e reparados. Verifica-se, neste sentido, que entre as letras (a) até a (h) é apresentado um arcabouço completo de promoção e proteção dos direitos das mulheres, foco central de atuação do movimento capixaba.

As entrevistas demonstraram que as ativistas possuem um grande acúmulo e conhecimento do funcionamento da burocracia estadual, apoiando sobremaneira este conhecimento na organização de suas lutas e reivindicações. A entrevistada 2, por exemplo, aponta para o fato de que além da implementação das políticas públicas, o governo também precisa em parceria com a sociedade civil estabelecer ferramentas de gestão que possam acompanhar e monitorar as ações em curso. “Brigamos pelas estatísticas, é uma ferramenta que a gente precisa dela” (E 2). Os próprios relatórios da 3ª e 4ª conferência apontam para a necessidade de instituir mecanismos de controle e acompanhamento.

Em complemento, sobre as pautas direcionadas às mudanças na sociedade, as ativistas apontaram:

- a) a luta feminista e sua pauta antimachista (E 1, 3, 4);
- b) a questão da autonomia sobre o corpo (E 1, 2, 3, 4);

- c) a opressão, o assédio no trabalho, racismo (E 1, 3, 4, 5);
- d) aborto (E 1, 3, 4);
- e) as questões das mulheres negras (E 5);
- f) reivindicam mais espaço para dialogar sobre determinadas demandas, tipo: a questão das mulheres gordas, mulheres negras, mulheres mais velhas, mulheres jovens, mulheres deficientes, mulheres trans, lésbicas (E 4).

Percebe-se, mais uma vez, olhando para a composição das pautas a diversidade e a heterogeneidade de causas dentro dos movimentos feministas, este apanhado só foi possível pela composição diversa da amostra entre as ativistas entrevistadas. Quando uma ativista afirma que ela precisa falar de sua perspectiva, “[...] eu preciso falar de mim, do meu lugar, da minha condição de mulher negra”, ela está afirmando uma cultura interna ao feminismo segundo a qual há uma pluralidade de locais de fala e todas devem ter voz.

A entrevistada participante do movimento de mulheres negras e quilombola registra que desde antes de sua entrada, o Fórum de Mulheres do ES já tinha a preocupação em incluir nas suas lutas a diversidade de pautas existentes no feminismo capixaba, como a questão das mulheres negras, das mulheres do MST, da via campesina e outras. Sua fala expressa este pensamento:

O Fórum fez ano passado (2017) 20 anos, as pautas, digamos a violência contra a mulher, a saúde, o encarceramento das mulheres, já eram uma pauta dos movimentos, principalmente do Fórum. E até a preocupação com as mulheres do MST, da Via Campesina, já estavam de alguma forma no Fórum. Isso foi em 2007 ou 2008 [...] então nós no Fórum ou aonde a gente estivesse para colocar nossa pauta, vinha lá sempre: demarcação – violência contra as mulheres quilombolas e a demarcação dos territórios. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

Quando perguntada se havia alguma outra pauta específica do movimento de mulheres negras sendo colocada no ES, a mesma respondeu que sim, e que versava sobre a educação e a saúde da população negra.

Por exemplo nós mulheres quilombolas do norte, temos muitas doenças específicas como a hipertensão, o mioma. Se nós sentarmos em cada uma das famílias, de 5 mulheres pelo menos 4 teve mioma. E nós não conseguimos ainda que a academia, a ciência estudasse o porquê deste problema nas mulheres negras. Aí o racismo na academia diz assim, não é só as mulheres que tem mioma, mas o índice auto são das mulheres negras, tem também a anemia falciforme. Na educação a questão étnico racial, a educação quilombola. A cultura. E a própria violência contra as mulheres negras e quilombolas pelos parceiros, no quilombo tem sim violência, tem machismo, as mulheres são silenciadas. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

Traçando um paralelo com a percepção expressa pelas ativistas apresentaremos no quadro abaixo um resumo das principais pautas deste período extraídas dos documentos com reivindicações entregues aos Governadores, cartas abertas a sociedade e outros documentos analisados:

Quadro 1 – Síntese das principais pautas – movimentos feministas capixabas

Documento	Para quem foi endereçado	Data que foi entregue	Principais temas
Documento enviado pelo Fórum de Mulheres do ES: Políticas públicas para as mulheres do ES – Estratégia de igualdade de equidade de gênero	Governador Paulo Hartung	07/03/2003	<ul style="list-style-type: none"> • prevenção e combate à violência; • combate à pobreza; • educação; • saúde; • mecanismos institucionais.
Carta enviada pelo Fórum de Mulheres do ES	Governador Renato Casagrande	03/ 2012	<ul style="list-style-type: none"> • enfrentamento da violência contra a mulher; • reforma agrária com acesso à terra para as famílias que vivem no campo; • geração de trabalho e renda; • saúde da mulher; • ampliação dos investimentos públicos orçamentários em políticas públicas para as mulheres.
Carta veiculada pelo CEDIMES em alusão ao 08 de março	governantes, gestores públicos e toda sociedade	05/03/2013	<ul style="list-style-type: none"> • nova condução no debate e planejamento governamental das políticas públicas para desconstruir o Estado e a gestão patriarcal; • realização de política pública que considere a especificidade e a intersetorialidade; • ações coletivas, envolvendo toda a sociedade; • investimento em políticas públicas de enfrentamento à violência; • fortalecimento de um organismo gestor com estrutura, autonomia e recursos; • que o CEDIMES faça seu papel de acompanhamento, monitoramento e proposição de políticas para as mulheres.
Ofício enviado pelo CEDIMES visando a efetivação das políticas públicas para as mulheres	Governador Renato Casagrande	05 / 2013	<ul style="list-style-type: none"> • fortalecimento do organismo gestor responsável pela política para as mulheres; • criação de uma Secretaria Estadual de políticas para as Mulheres; • fortalecimento da rede de enfrentamento da violência contra as mulheres; • criação e implementação de Banco de Dados, um sistema de indicadores e informações sobre a situação da mulher no ES (recorte de gênero, raça, geração).

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados levantados para esta pesquisa.

Ao analisar os pontos assinalados no início da sessão expostos pelas ativistas entrevistadas e o Quadro 2 com a síntese das principais pautas dos movimentos feministas

capixabas extraídas dos documentos, verifica-se que há uma conjunção de temáticas que conversam entre si. Formando um completo e robusto conjunto de ações que demonstram as identidades coletivas das feministas capixabas.

De acordo com uma entrevistada as estratégias adotadas para inserir a pauta dos movimentos feministas na agenda do governo no período analisado (2003 a 2016), foram:

[...] por dois caminhos: [i] um a partir da teoria crítica, de estudos mesmo sobre a realidade das mulheres, como a realidade da opressão se dava nas diferentes áreas e; [ii] pelo caminho da rua, nas grandes mobilizações, reivindicando, colocando a situação das mulheres, levando pauta, isso muito depois de Pequim, da conferência de mulheres na ONU (Organização das Nações Unidas), isso foi se solidificando.” (Entrevista 1, realizada em 04/04/2018)

Em síntese, percebe-se que os eixos que foram construídos e pautados pelos movimentos no Estado passaram por um processo de aprofundamento e ampliação de acordo com o acúmulo que foram tendo com a realização das conferências e das diversas ações impetradas no período. Desde a primeira carta em 2003, até a última conferência estadual realizada, as demandas por políticas públicas giraram em torno dos temas: violência contra a mulher, saúde, educação, autonomia, implantação de organismo gestor responsável pela política e fortalecimento de mecanismo de controle social.

4.4 Composição dos movimentos feministas no ES e sua rede de apoiadores

Nesta sessão será apresentado a composição dos movimentos feministas no ES e toda rede de apoiadores/as e aliados/as que foram identificados por meio das fontes analisadas (entrevistas, documentos das entidades, diário de campo, registros administrativos do CEDIMES e do Governo do Estado). Isso compreende em conjunto de organizações e ou entidades, coletivos, fóruns e ativistas que atuaram nos movimentos feministas no período de 2003 a 2016.

É relevante lembrar que na primeira parte deste capítulo tratou-se dos movimentos de mulheres, ou seja, dos grupos de mulheres que se formaram nas décadas de 1980 e 1990, no intuito de apresentar a gênese deste movimento, no entanto, não focaremos para fins de análise desta dissertação nas ações desse período. Como já exposto na linha do tempo

e no apanhado geral das principais motivações que orientaram a atuação dos movimentos feministas, verifica-se que o período foi marcado por muitas ações.

Foram identificadas trinta e sete (37) organizações que atuaram nos movimentos feministas neste período. Deste total, se dividido por área de abrangência geográfica, vinte e seis (26), cerca de 70%, são de nível estadual e onze (11), 30% de atuação municipal e ou na Grande Vitória³¹. O Quadro 2 contém a descrição de todas as instituições levantadas.

Quadro 2 Composição dos movimentos feministas no ES - divisão por área de abrangência (2003 – 2016)

Entidades de atuação Estadual	Entidade de atuação municipal e ou na Grande Vitória
<ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação de Mulheres Brasileiras 2. Associação de Mães e Familiares Vítimas da Violência no ES - AMAFAVV-ES 3. Associação de Mulheres Indígenas 4. Associação de Mulheres Negras Oborin-Dudu 5. Associação de Mulheres Pomeranas 6. Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo – AMUTRES 7. Associação de Mulheres Indígenas Tupiniquins e Guaranis 8. Associação de Pescadoras 9. Associação Brasileira De Mulheres De Carreira Jurídica - ABMCJ 10. Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune 11. Coletivo Feminina 12. Coletivo Mulheres Petroleiras 13. CEDIMES 14. Diversas Feministas Autônomas - RECID 15. Fórum de Jovens Negras ES 16. Fórum de Mulheres do ES - FOMES 17. Liga Brasileira de Lésbica / ES 18. Marcha Mundial das Mulheres 19. Movimento Bertha Lutz 20. Movimento de Mulheres Camponesas/ES 21. Movimento de Mulheres em Luta (UFES) 22. Movimento de Mulheres negras 23. Movimento Parto do Princípio 24. Olho da Rua (jornal popular de mulheres jovens) - CCCP 25. Santa Sapataria – coletivo de mulheres lésbicas 26. União Brasileira De Mulheres - UBM 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação de Assentadas de Viana 2. Assoc. de Mulheres Negras e Quilombolas de Sapê do Norte – S. Mateus e Conceição da Barra 3. Associação de Mulheres Quilombolas da Comunidade de Linharinho 4. Assoc. de Mulheres Unidas Da Serra – AMUS 5. Associação de Mulheres Unidas De Cariacica Buscando Libertação – AMUCABULI 6. Coletivo de Mulheres Astrogilda-Aracruz 7. Coletivo Feminista Interseccional Mulheres que Lutam-Guarapari 8. Movimento de Mulheres Negras Jacimba Gaba (Colatina) 9. Mulheres De São Pedro Contra a Violência MUCAV 10. Mulheres de Terra Vermelha -Vila Velha 11. Mulheres em Rede de Colatina

³¹ Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, junto com mais 05 municípios (Viana, Serra, Vila Vela, Guara26pari, Fundão) formam a Região Metropolitana da Grande Vitória, também chamada de Grande Vitória.

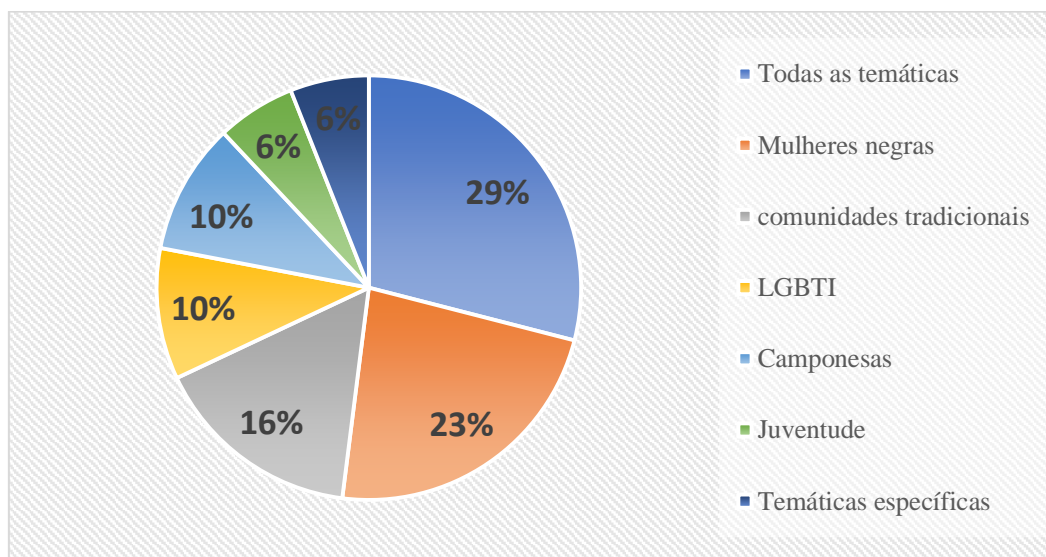
Fonte: entrevistas, documentos das entidades, diário de campo, registros administrativos do CEDIMES e do Governo do Estado levantados para a pesquisa. Elaboração própria.

Quando Alvarez (2014) propõe que ao invés de movimento(s), feminista(s) o entendamos como “campo(s) discursivo(s) de ação”, a autora está afirmando que esta nova unidade de análise, amplia as possibilidades de entender sobre o que precisamente constituiria um movimento social ou, no caso, “o” movimento feminista – suas principais expressões organizativas, atrizes legítimas, lugares de atuação.

Alvarez (2014) introduz este conceito com o propósito de permitir melhor apreender as mudanças nos feminismos contemporâneos e, por extensão, em outros campos políticos que caracterizamos como movimentos sociais e que conceitualmente costumamos situar na arena da sociedade civil. Ao construir o Quadro 2 - Composição dos movimentos feministas no ES - divisão por área de abrangência (2003 – 2016) procurou-se demonstrar o tamanho e a variedade deste movimento no ES.

Pensando nos campos discursivos de ação é interessante olhar para a heterogeneidade da composição do movimento identificada, e a diversidade de causas e segmentos que o compõem. Dentre as entidades levantadas e apresentadas no Quadro 2, é possível apontar que 29% atuam em todas as temáticas, 23% atuam na temática das mulheres negras, 16% comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadoras e pomeranas), 10% LGBTI, 10% camponesas, 6% juventude e 6% em temáticas específicas. O Gráfico 1 sobre o perfil das entidades feministas ilustra esta distribuição por temática de atuação.

Gráfico 1 Perfil das entidades que compõem os Movimentos feministas no ES - Temáticas de atuação (2003-2016)



Fonte: entrevistas, documentos das entidades, diário de campo, registros administrativos do CEDIMES e do Governo do Estado levantados para a pesquisa. Elaboração própria.

A tentativa de dividir as organizações por segmentos foi uma forma encontrada para demonstrar o que as teóricas feministas têm apontado, ou seja, dentro dos movimentos feministas são criadas, redes, teias e discursos que se articulam, formal e informalmente. “Ou seja, as atoras/es que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos (DOIMO, 1995)”. E essas teias não só vinculam grupos estruturados e ONGs. Também interconectam indivíduos e agrupamentos menos formalizados, situados em diversos espaços na sociedade civil, na sociedade “não cívica”, que se manifesta politicamente nas ruas e no campo (que costumo chamar do “outro” da sociedade civil), na sociedade política, no Estado, nas instituições intergovernamentais, nos movimentos e redes de advocacy transnacionais, na academia, nas indústrias culturais, na mídia e na internet, e assim por diante (ALVAREZ, 2014).

Ao tratar da composição dos movimentos é necessário frisar o papel central do Fórum de Mulheres do ES, destacado por todas as entrevistadas (Entrevistas 1, 2, 3, 4, 5). De acordo com as informações levantadas, desde a sua criação o Fórum tornou-se o grande impulsionador e aglutinador de ativistas feministas que agem em torno das causas das políticas públicas para as mulheres capixabas. Também cumpre o papel de articular junto aos aliados as diversas ações realizadas pelos movimentos, este destaque pode ser exemplificado pela narrativa abaixo:

Eu posso dizer a minha versão digamos assim, [dos movimentos feministas no Estado] teve a atuação do Fórum de Mulheres que foi importantíssimo em agregar em determinados momentos mulheres e movimentos de grupos para criação de uma agenda em comum no estado. Então eu participei em alguns momentos e em determinados períodos do Fórum de Mulheres e isso foi importante para dar um sentido para as ações das mulheres. Isso na época foi muito importante. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Somando-se aos movimentos feministas vimos que no Estado há um grande número de organizações / entidades e de ativistas das mais diversas áreas que atuam em consonância com as causas feministas, impulsionando as ações realizadas. Verificou-se que elas se articulam com outros atores apoiadores, e possuem alianças com sindicatos, partidos políticos, o movimento de direitos humanos, movimentos de juventudes, organizações do movimento LGBTI, movimento sem terra e universidades, além de relação de apoio com segmentos religiosos.

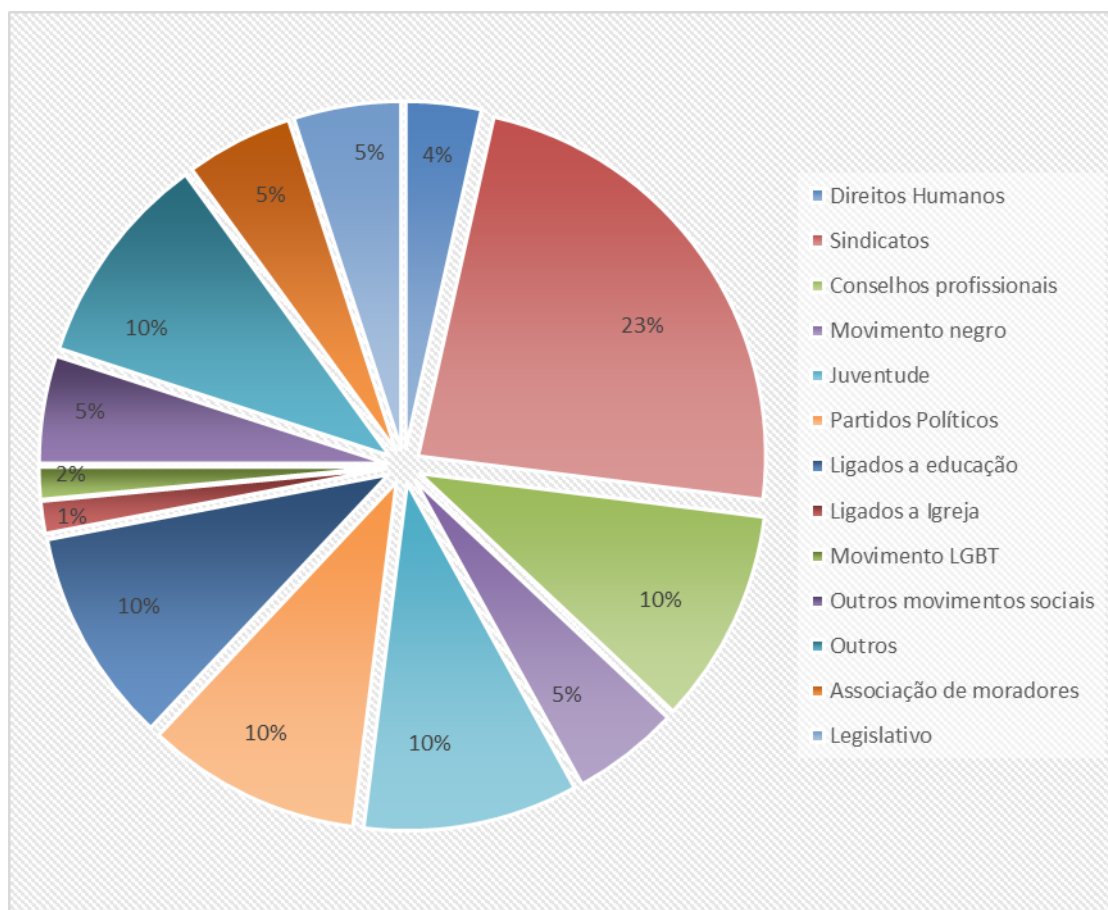
Nesse sentido, lembra Alvarez (2014) os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções, as suas redes não são meras condutoras de processos culturais, são “culturalmente constituídas por interações comunicativas” (MISCHE, 2003). A autora destaca que os fluxos do campo feminista resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica. Essa multiplicidade de lugares do campo proporciona a possibilidade de construírem-se as mais diversas estratégias e formas de ação que se refletem nas mais variadas formas de interação dos sujeitos presentes nesse campo, seja entre si, seja deles com as mais diversos tipos de instituições, entre elas o Estado (PINHEIRO, 2015).

Nas entrevistas, quando as ativistas foram indagadas sobre os possíveis aliados/as que elas acionam diante de determinadas demandas, identificamos em suas respostas sessenta (60) organizações e ou movimentos que interagiram e se articularam aos movimentos feministas no período de 2003-2016, formando uma grande rede de apoiadores/as e aliados/as.

No esforço de classificar estas organizações por área temática de atuação temos: sindicatos (23,5%); ligados à educação (10%); conselhos profissionais (10%); juventude (10%); partidos políticos (10%); associação de moradores (5%); movimento negro (5%);

direitos humanos (3,5%); outros movimentos sociais (5%); ligados a igreja católica (1,5%); movimento LGBTI (1,5%); mandatos legislativo (5%), outros (10%).

Gráfico 2 Entidades que compõem a Rede de apoiadores dos movimentos feministas no ES por temáticas de atuação



Fonte: entrevistas, documentos das entidades, diário de campo, registros administrativos do CEDIMES e do Governo do Estado levantados para a pesquisa. Elaboração própria.

O mapeamento da composição dos movimentos feministas no ES, assim como toda a sua rede de apoiadores/as ou aliados/as nos leva a visualizar algo em torno de noventa e seis (96) entidades / organizações que atuaram em prol das causas feministas e na temática das políticas públicas para as mulheres, em determinadas ações e atividades. A figura 2 ilustra a diversidade e o tamanho desta composição:

Figura 2 - Movimentos feministas no ES – Rede de apoiadores/as e aliados/as (2003 a 2016)



Fonte: entrevistas, documentos das entidades, diário de campo, registros administrativos do CEDIMES e do Governo do Estado levantados para a pesquisa. Elaboração própria.

Conforme argumentam Diani e Bison (2010), os movimentos sociais são formados por uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou organizações, que compartilham identidades e engajam em conflito político ou cultural. Este postulado corrobora com o exposto nos dados acima, onde demonstra que os movimentos feministas analisados são constituídos por um grande número de entidades, organizações, ativistas e que atuaram conjuntamente em prol de sua causa.

Além do mais, à luz dessa sessão, pode-se perceber que as redes de apoio e aliados cooperaram sobremaneira para a ação dos movimentos feministas, e foram acionados para fortalecer as lutas e as ações realizadas. De acordo com as informações levantadas (E 1, 2, 3, 4, 5), as articulações e suas contribuições ocorreram de diversas formas: aportes financeiros, infraestrutura, articulações políticas, dentre outras, demonstrando que os movimentos sociais operaram no contexto de interações com esses apoiadores/as.

5. A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O GOVERNO ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO: REPERTÓRIO DE AÇÃO E INTERAÇÃO E ENCAIXES INSTITUCIONAIS

Na revisão da literatura conduzida no primeiro capítulo deste trabalho, foi salientado que atualmente os estudos demonstram a ideia de que as ações dos movimentos sociais são escolhidas num bojo de possibilidades (e restrições) a depender da avaliação que ator/atriz faz sobre o contexto no qual ele/ela está agindo e que podem ocorrer num processo de interação movimento-Estado.

Quando as/os teóricas/os chamam de repertório de ação e interação, estão “radicalizando” uma consideração que estava implícita no conceito de repertório de ação, trazendo à tona, para evidenciar que as escolhas não são neutras, as escolhas se dão diante de um conjunto de relações seja com apoiadores seja com oponentes. Isto quer dizer que quando uma atriz/ator escolhe um tipo de ação, ela/ele escolhe dentro de um arcabouço relacional, considerando as interações que ele possui com o oponente e também com a possibilidade de apoiadores. Lembrando que os repertórios podem ser herdados de movimentos anteriores ou modificados conforme a relação com os opositores. (TILLY, 2010)

Como já mencionado, as(os) analistas utilizam algumas denominações para esta interação, Banaszak (2005, 2010) trabalha o conceito de intersecção movimento-estado, no Brasil os analistas chamam de interação socioestatal (Carlos, 2015, 2017), podemos também chamar mais genericamente de interação movimento-Estado. Sabe-se que a/o atriz/ator interage com as instituições políticas e com a sociedade em geral, mas neste estudo o foco é olhar para a interação com o Estado, analisando especificamente um tipo de interação, qual seja, a interação com o governo estadual.

Banaszak (2010) demonstrou que cada vez mais, os estudiosos reconhecem que o ativismo pode ocorrer dentro e fora governo (MCADAM, TARROW, TILLY 2001; SANTORO, MCGUIRE 1997). A autora acentua que estudos de movimentos de mulheres nos EUA também se concentraram principalmente em ativistas que estão fora das instituições políticas e cujas táticas envolvem protesto político ou a construção de instituições alternativas fora do estado. “(...) Os estudiosos do movimento das mulheres tradicionalmente ignoraram ativistas dentro das instituições políticas a nível local,

estadual ou nacional. Porém, nos últimos anos, no entanto, tem aumentado o foco na literatura de movimento social sobre o ativismo dentro das instituições (BANASZAK, 2005, 2010).

No trabalho empírico, após identificar as pautas, a motivação para as lutas, a rede de aliadas/os e apoiadoras/res do movimento analisado, procurou-se analisar os repertórios de ação e interação escolhidos para reivindicação de suas demandas. Verificou-se que os movimentos feministas do ES seguem o padrão já identificado por algumas teóricas que afirmam que as feministas inovam em termos de repertório (Banaszak, 2010; Banaszak, Whitesell, 2017; Abers, Tatagiba, 2014). As ações mostram que há uma combinação entre dois tipos de ações: as extrainstitucionais (outsider) e as ações institucionais (insider).

5.1 Os repertórios de ação e interação entre os movimentos feministas e o governo estadual - ações institucionais (insiders).

De acordo com a análise dos dados dividiu-se os repertórios utilizados entre os movimentos e o governo em quatro tipos: participação em instituições participativas, comissões e mesas de conversação; ativismo institucional ou ativismo insider; ações de cooperação e colaboração e ações de controle e monitoramento. No quadro 04 apresenta-se as ações identificadas para cada tipo de repertório:

Quadro 3 Repertório de ação e interação – ações institucionais (insider)

Tipo de repertório	Ações identificadas
Participação em instituições participativas, comissões, mesas de conversação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ comissões de elaboração e acompanhamento de políticas públicas; ▪ ocupação do CEDIMES enquanto espaço de controle social destas políticas; ▪ as conferências de políticas para as mulheres.
Ativismo institucional ou ativismo insider	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ocupação de cargo público.
Ações de cooperação / colaboração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ reorganização do conselho, posse de conselho; ▪ visitas para fazer orientação dos municípios e avaliação de políticas públicas no interior do estado; ▪ seminário; ▪ execução da unidade móvel de enfrentamento à violência contra a mulher; ▪ o processo de elaboração do plano estadual de políticas para as mulheres.
Ações de controle / monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ visitas e monitoramento nas delegacias; ▪ audiências públicas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas e documentos analisados.

Sobre as ações institucionais (insider), pode-se perceber que as pautas levantadas e apresentadas anteriormente se refletem nas estratégias de luta utilizadas para influenciar as políticas públicas. Foi destaque em todas as entrevistas a permanência no CEDIMES como um instrumento de efetivação das políticas públicas e uma oportunidade política de pautar o governo nas ações para as mulheres. De acordo com a E 4, mesmo no período do terceiro mandato do governador Paulo Hartung (2015 e 2016) onde houve um processo de desmonte do Conselho (sem secretária executiva e sem sede própria) (E 1, 2, 3, 4) e uma relação mais conflituosa com o Governo, o movimento optou por permanecer nesta instância de controle social.

Esta utilização do Conselho como um repertório de ação e interação pode ser interpretada como “encaixe institucional” (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017; GURZA LAVALLE et all., 2017), uma vez que visa a influenciar os resultados da política pública. Além disso, o Conselho pode consistir em encaixe institucional porque é oriundo de lutas históricas do movimento feminista. Conforme se apreende das entrevistas das ativistas, o conselho é um repertório de ação e interação utilizado continuamente pelas atrizes, enquanto um espaço resultante das lutas do movimento, sendo reconhecido como emergente de suas demandas (E 1, 2, 3, 4, 5). Como dito, o CEDIMES pode também ser considerado um encaixe, porque vem de um processo histórico de construção pelo próprio movimento social.

Mesmo num período de maior fechamento do Estado, o governo manteve o CEDIMES porque o encaixe já existia, o encaixe havia sido criado antes, no ano de 2005, num momento de oportunidades políticas. Nos anos seguintes o movimento tenta manter sua influência através deste encaixe já existente, além disso, neste processo de lutas por consolidação das políticas públicas a todo tempo o movimento se orienta pelo propósito de criar outros encaixes como o Plano Estadual de Políticas para Mulheres, por exemplo.

O processo de elaboração do Plano Estadual, apontado pelas ativistas (E1, 2, 3, 4, 5) como instrumento importante e norteador das políticas públicas para as mulheres, também pode ser analisado como um encaixe institucional. No processo foi constituído uma comissão sob o comando do CEDIMES e da Secretaria Estadual responsável a época. Na comissão tiveram assento ativistas dos movimentos feministas e gestoras estaduais. Na sessão específica sobre o Plano (adiante) será feito um maior detalhamento desse processo.

Caberia também um destaque às conferências, desde o início desta dissertação vem sendo apontada como um importante veículo de elaboração das políticas públicas para as mulheres, podendo-se aferir que foi um repertório insider utilizado com vistas a influenciar os governos na implementação das ações, se consubstanciando assim em encaixe institucional.

O ativismo institucional (ABERS, TATAGIBA, 2014) ou ativismo insider (BANASZAK, 2010) também foi identificado como um repertório de ação e interação utilizado visando a realização de políticas públicas. Esta dissertação levanta a hipótese de que o ativismo institucional também pode se consubstanciar em encaixe institucional, quando a ocupação de cargos na burocracia pública é oriunda de processo histórico de construção pelo próprio movimento, e quando alcança resultados na política pública. Em virtude de seu papel no conjunto das ações do movimento, as informações específicas levantadas sobre este repertório serão tratadas em seção específica logo a seguir.

Foto 03 – Evento de entrega do Ônibus para funcionamento do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha – Praça do Tribunal de Justiça – Vitória / ES – 13.09.2013



Fonte: arquivos pessoais

Esta foto da cerimônia de entrega do ônibus do Juizado Itinerante é um exemplo de ação que foi realizada em interlocução com os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, em conjunto com o ministério público, a defensoria pública, sociedade civil e o Conselho

Estadual (IP). Estão presentes na foto da esquerda para a direita: Presidenta do Cedimes, Defensor público, Deputada Estadual, Senadora, Governador do Estado, Ministra da Mulher, Presidente do Tribunal de Justiça, Deputada Federal e ex Ministra da Mulher, Procurador do Ministério Público Estadual, Juíza responsável pela Vara da Mulher.

5.2 Os repertórios de ação e interação entre os movimentos feministas e o governo estadual - Ações extra institucionais (outsiders).

Em complemento a análise em curso, foi identificado que os movimentos feministas também utilizaram repertórios de ação e interação outsider, ou seja, extrainstitucionais. Dentre os repertórios, foi possível dividi-los em quatro tipos: protestos públicos; ações de capacitação; entrega de cartas e documentos e intervenções artísticas. No Quadro 5 serão apresentados as ações levantadas:

Quadro 4 - Repertório de ação e interação – ações extra institucionais (outsiders)

Tipo de repertório	Ações identificadas
Protestos públicos	<ul style="list-style-type: none"> as marchas do 08 de março e 25 de novembro; manifestação pública; ações na praia; ações na rua e nas praças; colocar cruzeiros na rua e na praça; jogar sangue na escadaria do Palácio Anchieta (sede do Governo); passar a noite em frente à Fonte Grande (sede administrativa do governo); fazer movimento em frente ao Carrefour de Vila Velha pela mulher que eles prenderam que tinha roubado; Marcha das Vadias; rolé do enfrentamento ao estupro; performances.
Ações de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> formação na Ufes; seminários; assessoria no interior, nos quilombos, nos indígenas, os pequenos agricultores e as camponesas; muitas palestras sobre a lei Maria da Penha, entre 2003 e 2010.
Entrega de cartas / documentos	<ul style="list-style-type: none"> documentos sobre a realidade das mulheres capixabas e as exigências de políticas públicas; manifestos e panfletos denunciando e reivindicando espaços para que as políticas pudessem acontecer; cartas abertas a sociedade; comunicação via internet, grupos de e-mails, redes sociais.
Intervenções artísticas	<ul style="list-style-type: none"> atos de poesia; festas; intervenção artística e performances; piquenique feminista - Feminic; festival Femina - proposta de política pública de cultura para a mulher; sessão de cinema procedida de debate.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas.

Sobre os repertórios de ação e interação outsider percebe-se que as marchas são um instrumento consolidado, muito utilizadas no período de 2003 a 2016, apontada nas falas de todas as entrevistadas como uma ação realizada tradicionalmente pelos movimentos feministas. A entrevistada 1 explicita o motivo pelo qual o movimento utiliza-se deste repertório: “[...] durante as marchas do 08 de março a gente organizava a pauta da rua e a pauta no sentido de organizar o movimento, porque era o suporte para a gente negociar com o Estado.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/18)

Foto 04 – Marcha do 08 de março - 2016



Fonte: Facebook – FOMES – Vitória/ES

Tanto para o 08 de março, Dia Internacional da Mulher, como para o 25 de novembro, Dia Internacional da não-violência contra a mulher, são realizadas as marchas (E 1, 2, 3, 4, 5). Em sua maioria são feitas na região central da capital, em direção ao Palácio Anchieta, sede administrativa do Governo Estadual. “Sempre tinha dois grandes momentos da luta: 8 de março e 25 de novembro, estes eram sagrados para as mulheres se organizarem e fazer atividade Rua, ou alguma intervenção de rua” (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018). “[...] fomos para frente do Palácio Fonte Grande e ficamos lá, a polícia dentro do Palácio e nós lá fora” (Entrevista 5, realizada 27 e 28/ 09/2018).

As marchas ocorreram todos os anos no período analisado, sobre o contingente de participantes não foi possível encontrar uma fonte que aponte para tal número, mas pelos relatos das entrevistadas e o diário de campo pode-se afirmar que é um momento de grande articulação dos movimentos sociais no estado, não só as feministas, com participação de vários segmentos e ativistas de todas as regiões do estado. Anualmente mobiliza muita gente, chegando a parar o trânsito das avenidas por onde passa.

Destaca-se também que as marchas sempre são acompanhadas de performances. Como exemplifica as falas a seguir:

Fazer nossas cruzeiros e colocar na rua, colocar os nossos calçados na rua, tirar a roupa na rua, cantar, tudo isso são atos que a gente está aí fazendo e vai continuar fazendo. As cruzeiros sempre foram os nossos adereços de mão. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Jogar sangue na escadaria do Palácio Anchieta [sede do Governo] e passar a noite em frente à Fonte Grande [sede administrativa de algumas secretarias do governo, incluindo a Gerência de Políticas para as Mulheres]. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Foto 05 - Momentos da Marcha do 08 de março de 2016 – temas feministas abordados.



Fonte: Facebook – FOMES – Vitória/ES

A Marcha das Vadias começou a ser realizada no ES em 2012, e ocorreu também em 2013 e 2014. De acordo com as E 3 e 4 esta marcha possuía uma característica peculiar que era realizar uma ação coletiva em oposição a dois oponentes: o Estado e toda a sociedade machista, patriarcal e homofóbica.

Sobre a pauta das Marchas da Vadia, a primeira marcha foi mais voltada para este cotidiano, da questão da roupa, era muito baseada na história que começou a marcha, a questão “minha roupa não me define”. A segunda a gente já pegou as questões mais voltada para o feminicídio. A terceira a gente já pegou mais pesado mesmo, diretamente a questão do feminicídio no estado, com relatos de mortes, de vítimas, a gente usou nomes de mulheres na campanha e de relatos de como aconteceu, a motivação do crime. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

A E 4 destaca que para a realização da marcha a organização contava com um grande número de movimentos sociais, coletivos, organizações diversas. Esta narrativa remete a uma característica dos movimentos feministas que é a existência de uma forte rede de aliadas/os e apoiadoras/es, uma demonstração de que as manifestações se fortalecem com esta rede. “Fizemos a Marcha das vadias durante três anos de forma magnífica com várias outras organizações sem precisar colocar o nome de ninguém na frente por conta da diversidade de organizações.” (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

A Marcha das Vadias foi uma iniciativa do coletivo de trazer para o ES, e puxar as reuniões, em conjunto com outras mulheres organizadas ou não. Se tornou na época um espaço realmente de reivindicação importante no Estado, foi uma grande prioridade. E para a gente do coletivo pode exercer várias funções e várias formas de atuação dentro do feminismo. A gente teve performances superinteressantes durante a marcha, a gente teve questões muito relevante sobre as mortes das mulheres no ES. Antes da marcha utilizando os cartazes no Facebook. A gente conseguiu trazer para o feminismo uma linha de discussão mais densa e mais voltada para a questão do cotidiano, tirando o espaço da expressão. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Outro repertório outsider utilizado quase todos os anos pelos movimentos era a elaboração de documentos e cartas, contendo as reivindicações de políticas públicas para as mulheres, endereçadas às autoridades e à sociedade como um todo, como destacado nas falas a seguir: “[...] nós entregávamos ano a ano aos governos, pautas, organizadas, reuníamos e montávamos as nossas reivindicações que entregávamos aos governos.” (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018) e “[...] eram manifestos, panfletos denunciando e reivindicando espaços para que as políticas pudessem acontecer.” (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

Durante o período de 2003 a 2016, correspondente há quatro mandatos do executivo estadual, verificou-se que em alguns anos não foi possível a entrega das reivindicações por parte dos movimentos ao gestor máximo do governo estadual. Estes episódios ocorreram no período de maior fechamento do Estado, principalmente no segundo mandato de Paulo Hartung, entre 2007 e 2010 e no terceiro nos anos 2015 e 2016 (E 1, 2, 3).

Como ocorreu nas marchas, as entrevistadas (E 1, 2, 3) acentuaram que os movimentos feministas também escreviam manifestos endereçadas à sociedade, expressando que a opressão e as violações que sofrem as mulheres é um conflito não somente político, mas

também cultural. “Escrevemos muitas cartas abertas à sociedade” (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018).

Nesta sessão foi evidenciado que os movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado em modelos híbridos e criativos que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2012; DOWBOR, 2012). Também foi possível perceber como já salientado por Carlos (2012) e Dowbor (2012) que o uso de canais institucionalizados no repertório de ação não levou obrigatoriamente à desmobilização do movimento. Pelo contrário, nos últimos anos, houve uma ampliação dos canais de participação dos movimentos, seja nas instituições participativas (conselhos e conferências) seja nas marchas e manifestações públicas.

Ao apresentar o repertório de ação e interação dos movimentos feministas objetivou-se explorar a diversidade de interações entre os movimentos e o Estado, e demonstrar que a combinação de ações insider e outsider pelo movimento faz parte de sua estratégia de ação. Também foi possível perceber que sua utilização pode contribuir para o alcance dos resultados almejados na implantação de políticas públicas.

As sessões a seguir remetem ainda aos repertórios de ação e interação mas também sua exposição trás o olhar da pesquisadora para a questão de fundo que norteou esta pesquisa, ou seja, se as ações empreendidas pelos movimentos houveram resultados.

5.3 O ativismo institucional de feministas no governo estadual

Mesmo eu sendo militante e tendo clareza do meu papel dentro do governo, sabendo que ali é um espaço de militância o tempo inteiro, não é só militância, é luta o tempo inteiro, a luta lá dentro é tão dura quanto que a luta aqui fora. Porque a luta lá dentro tem uma hierarquia fenomenal, você tem que seguir aquela hierarquia e ir negociando hierarquicamente com cada superior até você adquirir o aceite, ou a compreensão ou a decisão política de que pode executar. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Neste processo de pesquisa procurou-se entender como as ativistas se colocam nos espaços de interação movimento estado e suas avaliações sobre o fato de que fazer parte da burocracia estadual, ou seja, ser ativista institucional pode ou não influenciar a realização de políticas públicas. Os dados apresentados nesta seção se baseiam nas entrevistas em profundidade, cuja amostra contempla duas entrevistadas que podem ser

identificadas como ativistas feministas gestoras de políticas públicas para as mulheres e uma ativista feminista gestora de políticas públicas para as comunidades tradicionais.

É interessante analisar a narrativa exposta no trecho acima, onde a entrevistada 3 fala sobre sua opinião frente a sua posição de ativista e gestora, principalmente quando acentua que esta função é caracterizada por um “fazer militante” em tempo integral. Esta colocação corrobora com as análises que demonstram que o ativismo pode ocorrer dentro e fora do governo (ABERS, TATAGIBA, 2014; BANASZAK 2010; BANASZAK, WHITESELL, 2017).

Todas as entrevistadas expuseram enfaticamente que o percurso que trilharam nos movimentos feministas, nas instituições participativas, na gestão pública, foi um processo de constituições de saberes e que este processo as transformam em atrizes, ativistas dos movimentos feministas aptas a serem gestoras públicas, legisladoras, operadoras do judiciário e ou membros das instituições participativas e a influenciarem a tomada de decisões sobre as políticas públicas.

Perguntadas sobre quando começou a fazer parte das táticas dos movimentos feministas a ocupação de cargos públicos, se esta bandeira fez parte do movimento no ES ou foi mais a nível nacional, 100% das entrevistadas responderam que sim, foi uma estratégia construída ao longo dos anos e foi sendo vista como um caminho para se alcançar a efetivação das políticas públicas para as mulheres, tanto no estado como no Brasil todo. Duas entrevistadas lembram que a partir da década de noventa já começa a se falar em mulheres militantes feministas dentro do governo, mas foi a partir dos anos 2000 que isso tomou corpo.

Eu acho que a partir da década de 90, foi uma coisa que sendo constituída, inclusive nacionalmente, a perspectiva de que políticas públicas eram importantes para a gente enfrentar esta situação de opressão, também um debate mais aprofundado sobre as relações sociais de gênero, e aí inclusive a partir das pautas dos partidos políticos de instituição de organismos e as eleições ocorrendo e esses partidos assumindo esse governo, quem dominava esse tema para poder assumir eram as militantes do movimento feminista, [...] foi uma coisa que foi sendo maturada ao longo do tempo, que a própria condição de conhecimento daquela realidade levou para isso. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Algumas teóricas feministas quando tratam da questão das ativistas institucionais apontam para a configuração do Estado “neoliberal” de hoje no Brasil e o conflito que se estabelece entre estar no governo “neoliberal” e continuar militante dos movimentos

feministas. Sobre esta questão as entrevistas (Entrevista 1,3) apontam que mesmo conscientes das características deste Estado e das regras do jogo, era necessário assumir tal posição, pois no Brasil o ativismo institucional passou a ser um caminho contundente para influenciar as políticas públicas.

Foi um movimento no sentido de ocupar um pouco este espaço para desconstruir este Estado extremamente patriarcal, [...] que ele ainda é patriarcal, mas eu acho que é menos, não há hoje como você retroceder neste sentido, o que eu acho que a gente pode dizer que é meio que uma derrota nossa, é hoje está uma supremacia da visão liberal e até mesmo fundamentalista sobre as políticas para as mulheres. Agente não tem mais uma visão de esquerda com concepção feminista. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Eu penso que é necessário, que a gente precisa ocupar esse espaço. Não adianta só falar, falar, falar e não fazer. Se eu consigo ficar dentro do governo, ocupando o espaço e conseguir fazer, aí é o principal, nós temos que chegar a esse patamar de conseguir fazer. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Banaszak (2010) ao estudar cinco ativistas no governo federal norte americano identificou que elas se tornaram mais *radical* a partir da sua atuação insider e não menos ou moderadas. Para a autora as ativistas institucionais têm a oportunidade de influenciar a política em múltiplos pontos no ciclo de políticas públicas³². Por exemplo, ela cita os estudos de Amenta, Dunleavy e Bernstein (1994, p. 683) que observaram que ativistas na burocracia ajudaram grupos mobilizados a ganhar força no sistema político: burocratas cujas missões são semelhantes aos propostos pelos adversários podem fornecer serviços e decisões administrativas favoráveis, reforçar as leis de forma favorável ou propor uma nova legislação favorável. Ativistas dentro da legislatura também pode prestar apoio a grupos externos, propor e anunciar novos legislação e trabalho para assegurar um processo de adeptos feministas na burocracia (BANASZAK, WHITESELL, 2017).

Fazendo uma análise do ativismo institucional e a sua utilização pelos movimentos sociais, as entrevistadas relataram:

³² Banazsk e Whitesell em seu estudo sobre o ativismo institucional aponta que para analisar este processo é útil considerar como as mudanças são feitas nas políticas públicas porque processos estão frequentemente ligados ao ativismo interno e uma maneira de entender a importância de instituições como a legislatura e burocracia na garantia de mudança de política é considerar o modelo de processo de políticas e entender todo o ciclo, que é composto pela agenda: formulação de políticas e legitimação de políticas, o segundo e terceiro: criação, elaboração e promulgação de legislação. A quarta etapa do processo é a implementação de políticas, que é em grande parte conduzido pelas burocracias do governo. O quinto passo do ciclo é a avaliação da política, e se a política não é vista como efetiva ou falhou em sua objetivos, o ciclo pode começar de novo com uma demanda por outra mudança de política. (BANASZAK, WHITESELL, 2017)

Eu acho que desde quando a Erundina ou a Marta Suplicy estabelece uma secretaria de estado e de município para as mulheres, as feministas de São Paulo já faziam este debate com mais presença e ali já começa a perceber que o espaço público era importante, vai germinado esta ideia. Não foi do nada que o Lula institui o Ministério de políticas para as mulheres, já vinha uma construção das mulheres dizendo que era importante ter um órgão de governo para executar as políticas públicas, para gestar para dentro do governo. Aqui no ES isto se efetiva mais nas pautas anuais do 08 de março a partir de 2003. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Na minha opinião faz parte da estratégia feminista sim a ocupação de cargo público, tem mulheres no movimento que fazem parte de partido político. Hoje nesta eleição a gente vê feministas importantes sendo candidatas. Eu acho que não só a ocupação de cargos públicos, mas a questão de estruturação de projetos de políticas públicas para as mulheres tem que ter feministas nestes espaços é fundamental. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

No caso do movimento de mulheres e quilombola do qual eu faço parte, principalmente pelos governos que nós fomos tendo ao longo destes anos, talvez a gente pense assim: será que vale a pena você estar num governo que não vai realizar as ações, vai frustrar as expectativas de quem está lá no movimento? Eu já tive em três experiências, [...] inclusive para mim foi um ganho mesmo enquanto mulher [...] também foi um ganho para o próprio o movimento e para o Estado. É uma mulher negra, que ia lá nas comunidades indígenas, ou nas comunidades de pescadoras, inclusive nós tínhamos um micro fórum de funcionava na Secretaria. *As mulheres pescadoras que nunca tinham ido num prédio do governo iam lá.* (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

De acordo com estes trechos (E 3,4,5) a ocupação de cargos públicos é uma estratégia definida pelos movimentos feministas para incluir a pauta das mulheres e uma forma de levar para a administração pública o conhecimento da realidade das mulheres como, por exemplo, a questão da violência, a violência que ocorre no campo, a situação das mulheres negras, das mulheres das comunidades tradicionais, e outras. A narrativa da E 5 exemplifica um fato que quando era gestora, ela conseguiu levar um Secretário de Estado da pasta da Segurança Pública num quilombo: “Por exemplo, enquanto eu estava no governo, nós articulamos, e imagina, um Secretário de Segurança do Estado, ele foi a uma comunidade quilombola. Ele foi no quilombo, num dia de sábado, numa reunião nossa do movimento, para discutir a questão da violência, inclusive a violência contra as mulheres”. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

No trecho seguinte, outros exemplos de ações realizadas são destacados:

Eu consegui em três momentos enquanto gerente conversar com a polícia militar, com o comando da polícia militar, sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres. E por que que é importante? É importante para a polícia militar, pois é a primeira que chega para atender a mulher já toda espancada. Ela precisa saber como nós queremos que seja tratada as mulheres. Quem não tem este domínio [a(o) gestora(o)] se quer vai conseguir dizer. E teria que ser com o comando e não com o soldado lá em baixo, o comando que iria startar. O comando da polícia civil, lá que teria que partir a orientação para as ações

das delegadas, dos investigadores. E isto fluiu para alterar a vida das mulheres? Não, mas se tivesse uma continuidade nós estaríamos vivendo num outro patamar, foi um período que nós colocávamos as delegadas das delegacias dentro da roda, o tempo inteiro, para conversar conosco, o tempo inteiro. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Sobre o ativismo insider, as ativistas (E 1, 2, 3, 4) afirmam que a visibilidade dada a realidade específica das mulheres para as políticas públicas pode ser vista como um resultado positivo. “[...] elas conseguem sim e de forma muito mais eficiente, usando uma linguagem de políticas públicas. Elas sabem o que é um centro de apoio, de referência as mulheres vítimas de violência, elas sabem o que precisa ter ali dentro. E ela vai articular cada órgão necessário para fazer este atendimento.” (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Eu acho que as gestoras conseguiram trazer o debate sim, a gente fez determinadas ações principalmente para trazer alguns gestores que eram polêmicos contraditórios com a nossa fala para eles terem este espaço de expor, até alguns absurdos como do Secretário de Segurança falando que a morte das mulheres estava relacionado ao tráfico mas só a abertura para diálogo não é suficiente. Eu acho também que precisa ter principalmente espaço para diálogo, mas também a efetivação das políticas públicas depois daquele diálogo, porque se não chega ao ponto que a gente cansa enquanto gestora de apanhar porque a gente não tem uma resposta efetiva e enquanto movimento social de ter que ficar batendo. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

[A atuação dessas militantes pode ajudar nas políticas públicas para a mulheres?] Eu acho que sim, se elas assumem, compreendem as dificuldades do estado e qual é o papel do estado nesta realidade toda e propõem a colaborar no sentido de ir buscando as mudanças necessárias, eu acho que sim. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Quando perguntadas se os movimentos feministas tinham conseguido influenciar a agenda do governo no período analisado, 80% responderam que sim e que houveram resultados positivos. E que a atuação destas feministas gestoras também foi positiva (Entrevista 2, 3, 4, 5): “A atuação de militantes que eu encontrei foi muito positiva, tinha muitas amigas que eram do governo federal.” (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Na minha opinião o movimento tinha conseguido influenciar na agenda do governo sim porque participava da comissão juntos com outros organismos estaduais. Comissão para elaboração do plano. Isso foi no governo Renato. Acho que na época que eu estava no Governo Casa Grande influenciou positivamente sim. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Uma das entrevistadas fez uma consideração que chama a atenção, também identificado por Banaszak (2017), de que a ativista insider faz sua militância o tempo inteiro enquanto está no governo.

[Para você a atuação de militantes na gestão tem impactos na definição de políticas públicas?] Tem, se é uma companheira que tem clareza para onde

deve caminhar a política, ela vai se comportar lá dentro sabendo que é outro tipo de militância, porque o tempo inteiro você tem que lutar para que aquela política seja aceita. O tempo inteiro você tem que convencer o seu subsecretário, o secretário, o da casa civil, o secretário de governo até chegar no Governador. Depois tem um monte de deputados. Então você tem um caminho o tempo inteiro, *é uma militância o tempo inteiro*.

Para eu conseguir fazer uma campanha de esclarecimento das mulheres, meu deus do céu, como é difícil você dizer para os gestores acima de você que aquilo é fundamental. E se a gente não tem clareza para onde se vai, a gente se perde na primeira barreira. Qual a primeira barreira? O subsecretário, você tem que falar não o caminho é por aqui, você sabe para onde quer ir. E isto faz um diferencial imenso. Porque nos órgãos municipais que tive convivência na época [...], no lugar que era militante que estava assumindo você percebia as políticas fluírem. No lugar onde não era não sabiam nem por onde passavam quais eram as políticas necessárias para proteger as mulheres nesta questão da violência contra as mulheres. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Ainda sobre a análise que as entrevistadas fazem do resultado do trânsito das mulheres ativistas feministas para dentro do Governo, três relatam que há ativistas que encontram muita dificuldade em compreender seu papel nestes espaços e acabam “vestindo a camisa do governo” (E 1) e “criam dificuldades para que as causas avancem, isto justificado pelos acordos políticos” (E 1 e 2). A entrevistada 1 destaca: “a gente até compreende, porque a gente acha que o Estado como ele está não vai ter uma transformação radical, mas as mulheres que estão lá podem ser sujeitos de buscar dar alguns passos nesta mudança, não é longo passo, mas tem alguma dificuldade de entender porque chega no espaço acaba assumindo o papel do estado.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Isso aconteceu mais de 2003 para cá, muitas coisas boas aconteceram mas a gente sabe que muitas ativistas nossas foram para o governo seja municipal ou seja estadual, a gente sabe que infelizmente que as que foram para o governo é muito difícil de estar na rua com a gente, *é muito difícil continuar sendo militante, eu conheço pouquíssimas mesmo*. Muitas vezes é a questão do trabalho é a questão do tempo e também a sua segurança no trabalho né, como é que eu vou fazer duas coisas né como é que eu vou ser contra. Então eu falo assim se tivesse mais diálogo, se formasse uma rede mesmo, verdadeira rede com governo e sociedade civil eu acho que as coisas seriam mais fáceis. Então a pessoa que está hoje lá trabalhando a gente sabe que com o tempo ela vai deixando de ser ativista. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Em seus estudos, Sônia Alvarez (2014) demonstrou que tem uma parte dentro do feminismo que é contrária a essa atuação de feministas por dentro do governo “essas mulheres são chamadas de institucionais elas teriam traído o feminismo, foram vendidas às forças do Estado patriarcal” (p.29). Perguntadas sobre esta afirmação a entrevistada 2 respondeu:

Não concordo não, sou feminista, sou militante e não concordo. Eu acho que isso depende de cada um, eu posso muito bem estar no governo e estar trabalhando fora do governo, eu acho que dá para separar as coisas, mas se eu

preciso do trabalho, se eu também sou uma pessoa que eu tenho uma profissão que eu possa contribuir Por que não? eu tenho que contribuir e ocupar o espaço.

Do ponto de vista da ativista insider (E 4) que ocupou o cargo público, parte dos movimentos feministas que não concordam com o trânsito para o Estado enxergam que a atuação das companheiras de militância no governo faz com que a mesma se torne opositora do próprio movimento. Podemos verificar este sentimento na fala a seguir: “em alguns momentos pessoalmente eu digo que eu ouvi de algumas companheiras como se eu fosse traidora do movimento, e determinados momentos eu via que algumas companheiras conseguiam compreender de eu estar naquele espaço.” (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Mas, no geral, o que é preponderante no movimento feminista do ES é que a interação Estado-movimento por meio do ativismo institucional pode sobremaneira ter resultados positivos tanto para o Estado quanto para o movimento. Segue ilustrado na narrativa da E4:

[Você acha que tem algum ponto negativo ser ativista feminista e estar no Governo?] A corrente que eu participo dentro de feminismo não avaliam como negativo, são as correntes do feminismo mais radical que são contrárias, o que eu acho que é uma coisa que teria que avaliar mais é o papel que os partidos políticos cumprem na direção do Estado, nos governos principalmente, porque muitas delas assumem mais a defesa de seus partidos e de seus programas do que a própria condição de defender o papel do Estado, este é mais problemático. Agente já teve companheiras com muita dificuldade de compreensão, mas a gente nunca disse assim, ah aquela dali é institucionalizada, aqui [no ES] nunca tivemos este problema não. Tanto que muitas saíram e depois voltaram para o movimento feminista. Os movimentos feministas estão abertos aqui no Estado a ter assento nas instituições participativas, nas audiências e reuniões de negociação de políticas públicas, de estar em organismos que discuti políticas específicas, como Fóruns, Câmaras técnicas. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Falando sobre o papel de uma ativista institucional, há uma questão levantada por todas as entrevistadas gestoras e relevante trazer, que é sobre a “saúde mental” (E 3, 4, 5) das ativistas institucionais, que muitas vezes atuam em ambientes com muitas adversidades, desfavoráveis, às vezes com opositores de seus partidos políticos que compõem um mesmo governo num mesmo ambiente. Além do fato de terem que se submeter a regras da burocracia, que na maioria das vezes é demasiadamente lenta, para que consigam realizar as ações.

[...] eu acho que quando se é militante num cargo público, pelo menos na minha questão [LGBTI], eu posso ver também com algumas pessoas que eu convivo, jovem, negro, a gente tem que ter um controle emocional muito forte para não surtar. A morosidade, a falta de atenção, a falta de prioridade das políticas

públicas, da vontade política para estas questões são terríveis e é aquela coisa desde a brincadeirinha do cotidiano do colega de trabalho até realmente a não efetivação das políticas que deixa a gente doente. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Pensar na questão de ocupar estes espaços é primordial, a gente ter realmente candidaturas viáveis para que as mulheres ocupem estes espaços para efetivar as políticas públicas, porque realmente é um espaço muito desgastante, enquanto até saúde pessoal, física e mental. É cruel, de verdade, eu acho que é interessante as mulheres se organizarem para ocupar os espaços com empoderamento e enquanto não ocupam ou o grupo divergente das que ocupam, que exerçam realmente o controle social. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Outro ponto lembrado como desfavorável e que as teóricas feministas também destacam é sobre a constituição do Estado, machista e patriarcal, onde os cargos da alta gestão, quase a sua totalidade, são ocupados por homens. No ES, por exemplo, nunca foi eleita uma governadora mulher. “[...] gestão é coisa de homem, então no máximo você vira gerente, tudo para cima é homem.” (Entrevistada 3, realizada em 21/06/2018)

Por fim, diante de algumas desventuras colocadas, foi perguntado a todas as entrevistadas sobre os desafios que as ativistas institucionais encontram na gestão pública:

O primeiro desafio que enfrentamentos é ser mulher, enfrentar o machismo institucional, que nós mulheres enfrentamos no cotidiano. O segundo é um desafio que as políticas para as mulheres é algo delas, “minorias”. [...] Então falar que tem que realizar ações para levantar a autoestima das mulheres, centro de apoio e de referência, ter políticas para que as empresas do Estado não pague menos as mulheres do que os homens, ter uma ação estatal para que todos os espaços do governo tenha ações para tratar das mulheres e elevar as mulheres na condição de igualdade. É muito difícil. [...] vai lá falar com o departamento de estradas e rodagem o ES que para eles constroem estradas eles têm que pensar nas mulheres motoristas, isto não existe. O desafio é muito difícil romper com o machismo. O Estado é muito machista. Vai dizer para aquela delegada que mesmo ela sendo mulher ela não pode reproduzir o machismo. Então a gente tem que conquistar ela, para ela saber que também sofre do machismo. E a gente percebe quando a delegada tem a consciência que sofre machismo ela atua de forma completamente diferente. O desafio maior é ser mulher num negócio deste. Aí não tem uma estrutura de governo que coloque uma Secretária de Estado de políticas para as mulheres com condições de atuar. (Entrevistada 3, realizada em 21/06/2018)

Nas falas das entrevistadas (E 01, 2, 3, 4, 5) identificamos que um dos desafios para a atuação das ativistas insider bem como de toda a gestão para a implantação de políticas para as mulheres se assenta na falta de estrutura administrativa criada para este fim, bem como de recursos garantidos no orçamento do estado.

O principal desafio para atuação destas militantes é que o estado do Espírito Santo capta muito pouco recurso para projetos sociais de grupos digamos assim. A gente vê em São Paulo organizações e iniciativas de grupos de mulheres, organizações feministas e aqui no estado a gente não vê. É um estado carente de qualquer coisa, o principal desafio das militantes do ES é realmente ver alguma coisa sendo efetivada, uma casa de apoio, a estruturação de uma

delegacia. A gente tem um imaginário das coisas e um desafio para a atuação destas militantes é terem um espaço de auto-gestão, ou espaços para que a sua atuação política seja efetivada. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

[...] Ser militante feminista no estado do ES é lidar com a morte da companheira que tinha que sair de casa e não tinha para onde ir ou para onde encaminhar, é lidar com a companheira que foi estuprada e a companheira ser exposta para toda a universidade onde ela estudava, seus amigos, sua família, enfim, o caso nunca ter solução, o caso nunca ir para julgamento e ser engavetado. É muito complicado, o maior desafio para a atuação das militantes no estado do Es é você ver seu caso ser resolvido, e isto é muito complicado a gente ter no estado, a verdade é esta. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Com esta afirmação sobre a falta de estrutura e recursos do governo estadual (E 1, 2, 3, 4, 5) passaremos para a próxima sessão, sobre a caracterização da burocracia estatal no que diz respeito as estruturas administrativas para a realização de políticas públicas para as mulheres.

5.4 Caracterização da burocracia estadual

Não era por falta do movimento social pedir, que não criava a Subsecretaria de políticas para as Mulheres, porque isso era um dos primeiros itens da reivindicação do movimento de mulheres, do Fórum de mulheres e de mais movimento de mulheres: queremos uma Secretaria de Estado e isto não se efetivou. Primeiro foi destinado apenas este cargo para a Coordenação e depois a Gerência. No Estado, a Gerência, foi o organismo gestor instituído com essa função. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

O período de análise dessa dissertação compreende três mandatos estaduais inteiros mais a metade de um mandato: o primeiro de 2003 a 2006; o segundo de 2007 a 2010; o terceiro de 2011 a 2014 e; o quarto de 2015 a 2016. O primeiro, segundo e parte do quarto foi sob a responsabilidade do Governador Paulo Hartung (PMDB) e o terceiro do Governador Renato Casagrande (PSB).

Na pesquisa foi identificado que a maior parte deste período não havia uma burocracia pública estadual estabelecida especificamente para as políticas públicas para as mulheres. Até o final de 2016 não havia sido criado uma Secretaria estadual para este fim. Segundo as entrevistas (1, 2, 3, 4, 5) havia uma incapacidade, uma ausência de capacidade da burocracia pública em lidar com a política para a mulher, mesmo diante da indução federal conduzida pelos governos do PT na Presidência da República.

O movimento de mulheres pede isso desde quando eu era pequenininha no movimento de mulheres, desde quando eu iniciei pede uma estrutura de governo. Nem sei se estamos entregando pauta neste último período, está na base do protesto mesmo. Porque existe um Plano Estadual construído, um

plano nacional, um Pacto, já está dado o que nós precisamos. Um governo que queira fazer isso. O presidente Lula quis fazer isto. Ele institui o Ministério [de políticas para as mulheres] no início do seu mandato e dá condição para que as ministras atuassem e ampliassem o recorte de gênero nas políticas públicas. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

A criação da Secretaria foi acertada pelo governo Lula e isso provocou depois a estruturação de algum órgão nos Estados. O estado do ES demorou muito para criar, *inclusive não criou nunca uma secretaria*. A criação da gerência em 2012 e da Subsecretaria de políticas para as mulheres em 2016 mostra como os governos do estado *ainda não valorizam a questão das políticas públicas para as mulheres*. A gente não tem nem orçamento próprio, a gente não pode fazer nada, a gente depende de um secretário para poder dá seguimento nas políticas públicas e isto atrapalha tudo. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

De 2003 até 2010, na administração Paulo Hartung, não havia nenhum setor administrativo específico para a implantação de políticas públicas para as mulheres. Identificamos dentro da Gerência do Sistema Único da Assistência (GSUAS) na Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social uma técnica responsável em acompanhar as ações do Projeto Mulher: Autonomia e Direitos numa Perspectiva de Gênero.

Sobre o período do segundo mandato desse governador, a E 2 relata que mesmo sem estrutura administrativa foi um período em que o CEDIMES teve uma abertura e apoio institucional para atuar nos municípios. “Dentro da Ação Social do estado teve uma época que a gente conseguiu fazer muita coisa, e levar para os municípios. Levar políticas públicas para os municípios não só as conferências”.

Em 2011, início da administração Renato Casagrande, foi destinado um cargo comissionado dentro da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, denominada de Coordenação Estadual de Políticas para as Mulheres, composta apenas pela pessoa da coordenadora que utilizava a estrutura administrativa da Subsecretaria de Direitos Humanos para executar suas ações.

Em 2012, foi criado o primeiro organismo gestor em nível estadual, denominado de Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres³³ (GEPPM), ligada à estrutura

³³ DECRETO Nº 3067-R, DE 31 DE JULHO DE 2012. III - À Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres – GEPPM compete formular, coordenar e articular as políticas para as mulheres em nível estadual fomentando a política em nível municipal; elaborar e implementar campanhas educativas e

administrativa da Subsecretaria de Movimentos Sociais dentro da Secretaria da Casa Civil (SCV). Mas todas as entrevistadas acentuaram que embora tenha sido criado uma estrutura administrativa, havia falta de recursos humanos, físicos e financeiros para realização de ações: “[...] no governo Renato foi criado a gerência, mas era meio fictícia porque o cargo não era de gerente de políticas públicas para as mulheres, depois veio a Subsecretaria” (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018). Veja abaixo a descrição feita pela primeira gerente:

eu era sozinha, eu era Gerente de mim mesma, quando eu era Coordenadora eu era de mim mesma. Vários projetos foram captados recursos e não foram continuados. Nós elaboramos projetos de políticas públicas, nós captamos, tínhamos R\$ 12 milhões no caixa do Governo, de convênio assinado e foram devolvidos depois. R\$ 3 milhões nós conseguimos executar, numa campanha de publicidade, e outras coisas. Tivemos uma emenda da Senadora Ana Rita para o processo de construção e finalização do Plano Estadual. Equipamentos para delegacias. A descontinuidade se deu porque nos 12 milhões tinha recurso para a área da violência e do trabalho. Eu fazia tudo, elaborava projeto, discutia com os ministérios (Justiça, MDA e na SPM). (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Ainda sobre a gerência:

[Além do recurso federal vocês tinham recursos próprios?] Tivemos 500 mil reais. [Como era a equipe da gerência?] um cargo da gerente e uma ajudante que era para atuar em 3 gerências. Não fiquei muito tempo, mas minha tarefa principal foi a captação de recurso e fazer com que o governo do estado a assinasse os convênios. Eu sabia que não tinha a menor possibilidade de a gerência executar os recursos sozinha. *Foi um período que fui muito criticada pelo Conselho Estadual, o Conselho não apoiou a Gerência.* (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Este último trecho da fala remete ao período e ao fato de que a Gerência foi criada dentro da Subsecretaria de Movimentos Sociais e o CEDIMES continuou ligado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Os movimentos feministas e de mulheres que compunham o CEDIMES não concordavam com a criação da Gerência ligada a Movimentos Sociais, elas entendiam que deveriam ficar na de Direitos Humanos, pois a

antidiscriminatórias de caráter estadual; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo estadual e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais, internacionais, estaduais e municipais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdades entre mulheres e homens e de combate à discriminação em nível estadual; coordenar, implementar, e monitorar o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Coordenação, monitoramento e avaliação das ações propostas pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher, no âmbito do Governo Estadual; outras atividades correlatas. Parágrafo único. As Gerências criadas no caput deste artigo ficam subordinadas hierarquicamente à Subsecretaria dos Movimentos Sociais. (Diário Oficial dos Poderes do Estado do ES, Vitória (ES), 17/08/2012, pg.7)

Gerência deveria criar políticas e executar ações que precisavam de licitação, previsão orçamentária e outras ações de uma secretaria de Estado, cuja recém criada gerência de Movimentos Sociais ainda não possuía, além de não concordarem com o fato de que a SCV era uma instância de articulação de políticas e não de execução direta de ações.

[Por que o conselho não apoiou a Gerência?] A lei do conselho estabelecia que ele era vinculado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, quando a gerência sai da Secretaria e vai para a Casa Civil, o primeiro ato no conselho foi me destituir do Conselho, porque eu era da Casa Civil, num ato de repúdio. Eu me tornei uma visitante no Conselho. As políticas estavam numa Secretaria de Governo e o Conselho não reconhecia a Gerência lá. Isto foi criando mais conflito. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

E o que levou à criação da gerência, saindo do âmbito da Subsecretaria De Direitos Humanos e indo para a Casa Civil, foi uma ação direta do secretário da casa civil que acreditava que estaria mais perto do Governo. As ações de políticas para as mulheres estariam mais perto do governo, era este recado que o Governo tentou dar, mas daí degingolou, isto vou falar num segundo momento. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Apesar dos conflitos políticos e divergências na condução das políticas públicas para as mulheres entre o Governo Renato Casagrande e os movimentos feministas e de mulheres, as entrevistas apontam que muitas ações foram realizadas (Entrevista 3,4,5), cuja avaliação partiu principalmente das ativistas insider. Quanto às outras ativistas, também reconheceram que algumas ações foram realizadas principalmente a constituição de espaços de diálogos e negociação entre o Estado e o movimento.

E foi assim, a primeira ação concreta que começamos a construir de política pública para ficar registrado foi repactuar aqui o Pacto nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres. [...] Esta experiência foi marcante porque nós conseguimos em um espaço de menos de 01 ano, de conversações, de reuniões e de encontros, elaborar um arcabouço de mais de 70 ações e separada por órgão. Bom isso foi logo no primeiro período da minha estadia no governo, em 2011, mas foi uma coisa bem marcante na minha atuação. Os chefes dos poderes percebiam na ação, na minha ação enquanto gestora, era reconhecida como a gestora responsável pelas políticas para as mulheres no estado do ES. Sabiam que lá na Subsecretaria De Direitos Humanos as políticas para as mulheres tinham uma pessoa que estava cuidando, e cuidando bem, e dando conta do recado. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Teve outra tarefa que a gente fez nesse período muito interessante foi a condução da terceira Conferência De Política Para As Mulheres. [...] E fizemos uma conferência, que se tornou a primeira no Brasil, dentro do presídio feminino, de Cariacica. Nós fomos para lá, nós construímos com elas quais seriam os assuntos que elas queriam tratar, ela se tornou uma conferência temática dentro da conferência maior, mas ela teve um caráter muito particular [...] nós construímos os eixos com elas e elas foram dizendo o que queriam. O arcabouço de propostas daquela conferência foi fantástico. Tivemos a presença do vice-governador do nesta conferência, foi muito emocionante. (Entrevista 3, realizada em 21/06/18)

Em 2015, por meio do Decreto nº 3850-r, de 31 de agosto, é criada a Subsecretaria de Estado de Políticas Para Mulheres e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Assistência Social e Políticas para Mulheres – SEASM.

No ano de 2016, por meio da Lei complementar nº 830, de 06 de julho de 2016 foi criada a Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH para qual foi transferida a Subsecretaria de Estado de Políticas para Mulheres³⁴, suprimindo por esta mesma lei, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Políticas para Mulheres – SEASM. Sobre a subsecretaria 100% das entrevistadas disseram que não atuavam conforme as reivindicações do movimento e que posterior à sua criação viveram um período de fechamento por parte do Estado (E 1, 2, 3, 5), inclusive com o desmantelamento do CEDIMES: fechamento da casa dos conselhos (sede própria) e retirada da secretária executiva.

Hoje nós temos a subsecretaria e infelizmente me envergonha. Em 2012 foi criada uma gerência da mulher dentro da Subsecretaria de Movimentos Sociais. Quanto a estrutura eles criam, mas não tem estrutura, nem material humano. O Estado devolveu muito dinheiro que foi de convênio com o Governo Federal, como a Casa da Mulher Brasileira. Estas parcerias podem colaborar, mas o governo não aproveitou. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Sobre a estrutura da Subsecretaria foi dito:

A Subsecretaria não tem estrutura, hoje tem a Subsecretária, uma gerente e uma supervisora, não tem estrutura, por isso que eu falo que Paulo Hartung mais quis fortalecer a aliança com o PDT criando a Subsecretaria do que realmente uma consciência de que era necessário de que o governo intervisse nesta área. Por que se a gente for olhar ele investiu mais na área da segurança pública no sentido do enfrentamento à violência contra a mulher do que na subsecretaria, que deveria ser quem faria essa transversalidade, então assim, muito frágil sem nenhum tipo de poder assim para decidir as coisas. ((Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Como já foi demonstrado acima, o período que se inicia com o terceiro mandato do Governador Paulo Hartung e a criação da Subsecretaria para as Mulheres houve um fechamento do Estado para os movimentos feministas: “piorou as coisas [...] as duas subsecretárias (a primeira e a que está no cargo atualmente) não têm essa perspectiva de gestão pública. E a perspectiva da transversalidade, entendeu, elas focam muito em ações,

³⁴ Lei complementar nº 830 cria a Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH e a Subsecretaria de Estado de Políticas para Mulheres. (Diário Oficial dos Poderes do Estado do ES Vitória (ES), Quarta-feira, 06 de julho de 2016)

foca aqui, foca ali, você não tem um planejamento da intervenção do Estado nas políticas públicas de forma transversal.” (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Piorou, depois da subsecretaria piorou e muito. Não sei para que tem a subsecretaria. A gerência funcionou melhor do que a subsecretaria. Com as poucas pessoas que tinha lá, funcionava melhor que hoje com a subsecretaria. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Se houve mudanças na capacidade do estado? Eu acho que neste período que eu atuei houve algumas mudanças sim, mas infelizmente não foi tempo suficiente para ver estas mudanças sendo efetivadas em políticas realmente, dos projetos sendo efetivados. Era isso que eu mais ansiava em ver no Governo do Casagrande e o que não aconteceu pelo menos nas políticas para as mulheres. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

No primeiro, segundo e no governo Casa Grande eu acho que tiveram espaço, agora neste [atual de Paulo Hartung] nenhum, nenhum, nenhum, o próprio conselho gestor da casa abrigo funciona muito mal e funciona porque a gente briga, a câmara técnica está um ano e meio sem se reunir, agente fico no pé, e faz, e faz e outras coisas assim, tudo no pé para fazer funcionar alguma coisa. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

A partir da análise empírica pode-se dizer que os relatos e documentos coletados demonstram que o período que havia uma ativista feminista à frente do órgão gestor as ações de políticas para as mulheres foram melhor direcionadas aos desejos e anseios dos movimentos. Apesar de não apontarem para uma ação efetiva de implantação de serviços, mas muitas articulações e sementes foram plantadas.

Um estudo mais contundente sobre os resultados e uma comparação entre os dois períodos ficará para uma agenda futura de pesquisa onde o foco deverá ser olhar para cada ação realizada, os orçamentos executados, os projetos e programas implementados.

5.5 Instituições Participativas

As/os analistas dos processos de interação entre movimentos sociais e Estado e do conjunto das possibilidades institucionais de interação comumente apontam as instituições participativas³⁵ como um dos meios de interação socioestatal, ou seja, formas

³⁵ As instituições participativas no Brasil têm hoje inegável importância na realidade dos governos, na medida em que vêm se disseminando desde o lançamento de suas bases legais em 1988, e têm sido integradas de forma gradual e orgânica ao processo de concepção, execução e controle de políticas públicas, seja por meio da estruturação de sistemas nacionais de políticas Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas públicas, seja por meio da vinculação de instituições participativas a instrumentos regulares e estáveis de financiamento. Tendo em vista o desenvolvimento do processo de

de relação entre Estado e sociedade civil na gestão de políticas públicas (PIREZ, VAZ, 2014). No ES identificou-se que as atrizes dos movimentos feministas apontam a participação nestas instâncias como um caminho para influenciar as políticas públicas.

O engajamento das/os atrizes/ores coletiva/os em instituições participativas, para Carlos (2015), é acompanhado por processos de reelaboração e ressignificação discursiva acerca da relação sociedade-Estado, caracterizados por linguagens de cooperação e contestação, ou seja, segunda a autora “(...) a inserção institucional de movimentos produz efeitos sobre as dimensões organizacional, relacional e discursiva da ação coletiva.” (CARLOS, 2015a, p. 317).

Perguntadas sobre o papel das instituições participativas, a totalidade das ativistas responderam que fizeram uso deste repertório de ação, e que faz parte da estratégia de ação dos movimentos feministas no Estado a ocupação destes espaços, como enfatizado nas falas:

As instituições participativas servem para dar voz e vez a nós que estamos na luta. Muitas das vezes não é bem estruturado, a participação às vezes torna-se fraca, mas é o momento que você tem que aproveitar, que a gente tem de falar e colocar no papel as políticas que a gente quer. Eu acho que a gente não deve só falar, é um momento de ação da gente mesmo, da gente brigar por aquilo que a gente quer e com consciência né também das diretrizes, qual os pontos que a gente quer trabalhar na política pública para as mulheres, no Estado e no Brasil. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Eles têm um papel fundamental, primeiro porque é uma forma ao mesmo tempo que a sociedade se organiza ela também se instrumentaliza e se qualifica também. Porque estes são espaços que você começa compreender como que funciona a máquina pública, você tem um diálogo de articulação com o gestor público para que ele compreenda as suas demandas e o principal é um instrumento de demarcação de espaço, para você demarcar o seu espaço e ao mesmo tempo você dialoga com outros movimentos, outros organismos para que a coisa funcione, aconteça. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

A seguir será exposto mais detalhadamente sobre as duas principais IPs de atuação dos movimentos feministas no Espírito Santo, a saber: o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e as Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres.

5.5.1 O Conselho Estadual

participação no Brasil e a sua institucionalização (ao menos do ponto de vista formal), observados nas últimas duas décadas, pode-se falar na existência de um original *sistema participativo*, dotado de formas normativas e organizacionais desenhadas para promoverem a participação dos cidadãos nas decisões sobre políticas (SÁ E SILVA, LOPEZ e PIREZ, 2010 apud Lopez e Pires, 2010, pg. 566)

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do ES - CEDIMES foi criado ainda na década de 1990, mas a posse das conselheiras se deu apenas em 2005. Na sua composição o conselho tem entidades feministas, sindicatos, movimento negro, LGBT, mulheres camponesas, várias secretarias do Governo. Todas as entrevistadas disseram que a diversidade é muito grande e que o CEDIMES é o principal meio articulador das políticas para as mulheres no estado. A avaliação que as ativistas fazem do CEDIMES são assim narradas:

O Conselho que é um instrumento poderoso não só de articulação, mas de fomento para a política de proteção para as mulheres. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

Para mim o CEDIMES é um canal de controle social importantíssimo no ES, se não fosse o CEDIMES com algumas ações, algumas políticas públicas nem o início da efetivação delas a gente veria na questão de políticas públicas para as mulheres. A questão é que o CEDIMES não tem o poder, não tem a credibilidade, tipo peso que a gente precisa que ele tenha para que as políticas públicas sejam efetivadas no Estado. o CEDIMES como um espaço legítimo de atuação de controle social de políticas públicas no Estado. Eu acho que o CEDIMES é importante também pela composição que ele tem, pelas pessoas que se dispõem a estar lá. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018).

Apesar de apontado como um importante meio de interação socioestatal, é destaque nas falas os problemas enfrentamentos para a atuação do conselho, tanto no que diz respeito a infraestrutura para seu funcionamento como em relação a importância política dada pelos governantes, como enfatizado nas falas:

[E a relação do conselho com o Estado, como foi nestes anos?] Foi péssima, primeiro porque há uma perspectiva construída de desestruturar a ação do conselho, e de todos os conselhos, então é aquele negócio como que os gestores estaduais têm estratégias para poder controlar os conselhos, para que conselhos não façam o controle social, umas das estratégias é buscar na sociedade civil organizações que estejam sob o domínio deles, isso é uma estratégia. A segunda estratégia é você enfraquecer a estrutura do conselho, a estrutura de funcionamento e a terceira estratégia é você não dá espaço político para o funcionamento e aconteceu essas três coisas nessa gestão, um negócio impressionante. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Ah eu acho uma atuação muito tímida ainda, porque a gente tem que lidar, [...] com diferentes visões sobre a atuação nas políticas públicas para as mulheres e tem muitas organizações que acham tem que conciliar com Estado, acham que não tem que fazer o enfrentamento para mudança da realidade, acham que tem que conciliar, então isso acaba por si só fazendo com que o conselho tem uma posição mais firme. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Depende do governo que está presente. [...], mas também a gente sabe que a máquina governamental as vezes emperra, mas agora o CEDIMES de hoje não está bom, de hoje infelizmente o governo não dá estrutura, não temos nada, aquilo que tivemos atrás infelizmente agora não tem mais. Foi como se a gente tivesse dado 10 passos para trás. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Este último depoimento exemplifica o que foi falado nas entrevistas (E1, 2, 3, 4, 5) que dentre o período analisado, o CEDIMES oscilou sua atuação de acordo com a abertura de oportunidades políticas disposta em de cada governo. Por exemplo, no governo de Paulo

Hartung em seus três mandatos, a relação com o conselho se deu de forma variável. No seu segundo mandato houve maior proximidade e disponibilidade de recursos e infraestrutura, ao passo que no terceiro mandato o fechamento às demandas do movimento foi quase total (E 1,2,3,5).

[...] no atual governo Paulo Hartung a gente teve uma política no sentido de desestrutura o conselho, aliás todos os conselhos. Nós estamos sem nenhum tipo de estrutura, já mudamos de local três vezes, estamos sem local agora, uma dificuldade para funcionar, estamos sem diárias, umas dificuldades que não se dá só no conselho, na câmara técnica também a gente está tendo muita dificuldade, a gente tirou uma comissão para construir uma política para delegacia de mulheres e não era nem para esse governo é para deixar para o próximo governo, nós fomos proibidos de entrar na delegacia. Eles não querem em hipótese nenhuma, o que é uma construção aparente de que o governo investe no enfrentamento da violência contra a mulher. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Como mencionado, no governo Casagrande e no primeiro e segundo mandato de Paulo Hartung a relação foi de maior proximidade, como exposta pela ativista: “No primeiro e segundo mandato de Paulo Hartung nós não tivemos muito problema não, do Estado tentar fazer uma intervenção.” (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Uma entrevistada afirmou que a relação do conselho com o Estado reproduz a própria relação que se dá na sociedade e com os órgãos públicos, que é a falta de importância dada às políticas públicas para as mulheres:

Sim, estou dizendo isso por que participei de muitas ações seja como sociedade civil para reivindicação de políticas para as mulheres, seja marcha, seja manifesto, seja enquanto gestora, como conselheira, eu já estive em muitas reuniões tanto com Paulo Hartung como com Casagrande, e o tratamento nestas reuniões era sempre muito desrespeitoso, principalmente com o Paulo Hartung. O Casagrande ele ainda tentava, mas o Paulo Hartung sempre muito desrespeitoso inclusive com as conselheiras que eram gestoras do próprio estado. Eu nunca estive na gestão do Paulo Hartung, fui gestora com Casagrande. [...] Nos dois houve esta reprodução do que tem na sociedade. Como se aquelas conselheiras estivessem ali a serviço deles, dos homens, chefes. Sempre houve uma relação de desrespeito e principalmente não foi uma relação de alteridade. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

Foto 06- Audiência solicitada pelo CEDIMES com o Governador Renato Casagrande para pautar as políticas públicas para as mulheres – realizada em 09/05/2013.



Fonte: arquivo pessoal

Perguntadas sobre o futuro do conselho e das instituições participativas no Estado as opiniões são assim narradas:

O desafio grande é a gente resistir na manutenção, isso foi uma coisa que nós discutimos no CEDIMES, eu assumi a presidência, até por isso, porque ninguém queria assumir, e combinamos que assumiria na perspectiva que vamos resistir para a gente não fechar, porque depois reconstruir mais difícil, então é melhor você ir mantendo, então eu acho que o grande desafio é manter esses organismos de controle social funcionando. Não é nem você cumprir o papel dele, é você manter ele existindo pelo menos aqui. (Entrevista 1, realizada em 03/01/2018)

Em suma, percebe-se que apesar das adversidades encontradas as atrizes dos movimentos feministas enxergam que o CEDIMES tem um papel fundamental na disseminação das informações sobre a burocracia pública, a formação das atrizes da sociedade civil em gestoras e na implementação de políticas públicas para as mulheres:

Mas o fato de o conselho estadual de defesa da mulher ter ali pescadoras, quilombolas, trabalhadoras rurais, as mulheres que estão nos órgãos públicos que em algum momento estão naquele lugar de gestoras, mas elas podem estar no lugar da sociedade civil. Foi o que aconteceu comigo. Durante muitos anos eu estive somente no lugar da sociedade civil e a partir de um certo momento, isso aconteceu em 2010, e eu me tornei gestora, eu já estava num outro lugar e aí para mim era uma outra função e um outro papel, não que eu deixasse minha essência de lado, quem estava ali no papel de gestora numa coordenação estadual era uma mulher negra quilombola. Mas ali era uma mulher negra quilombola gestora do Estado para uma política que beneficiava vários segmentos desta mesma sociedade. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018).

5.5.2 As conferências estaduais de políticas para as Mulheres

Durante os anos de 2003 a 2016 ocorreram o processo de três conferências estaduais. No ES, de acordo com as entrevistas, as conferências foram instrumentos importantes de fomento para elaboração das políticas públicas.

[Nas] conferências de políticas para as mulheres, quem participa são militantes, de algum movimento, elas já estão com algum grau de consciência da luta das mulheres, do machismo, da opressão, das desigualdades de gênero e desigualdade no mundo do trabalho. Então quando elas vão para as conferências elas já vão carregadas com o que já ouviram nas suas entidades de base ou mesmo se participa da gestão pública já com esse conhecimento da gestão pública sobre estes temas e tal. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

Eu acho que é importantíssimo, é um processo de democracia direta, você está ali com o sujeito da sociedade exercendo esse processo democrático, [...] você leva uma outra visão para o Estado, porque quem vivencia a realidade é quem está nela. O Estado meio que cria uma barreira disto, o gestor ele está muito nesta máquina burocrática, eu acho que é um processo importante para a sociedade se colocar e para o Estado saber como está a realidade. (Entrevista 1, realizada em 03/01/2018)

Todas as entrevistadas participaram do processo de construção das conferências estaduais e participaram de alguma edição da conferência nacional. Sobre o processo elas avaliam:

Olha é um processo muito rico de aprendizado, de aprender a lidar com o Estado, com as políticas públicas do Estado, de conhecer a gestão pública, por que isso tem uma diferença muito grande, muitas mulheres do movimento feminista acham que você lidar com o Estado é da mesma forma que você age no movimento e na sociedade civil, e tem uma diferença muito grande. Então eu acho que é um processo muito importante inclusive para a organização do movimento feminista para aprender a lidar com esta realidade, com a negociação de políticas públicas, de pensar um pouco mais como é esse Estado e como que ele se coloca. (Entrevista 1, realizada em 03/01/2018)

Particpei de todas 2004, 2007, 2011, 2015. Todas eu fiz parte da equipe Estadual de preparação da Conferência na coordenação. Até a penúltima eu achei assim que foi bom, foi bom que a gente conseguia ver resultado, infelizmente do último a gente não viu resultado. Inclusive eu estava toda satisfeita porque a gente ia trabalhar o sistema único para a questão da mulher, e a gente acabou ficando a ver navios. [A última conferência tinha como pauta a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres]. Infelizmente no estado é a mesma coisa, a gente também não consegue, o que você lutou, você foi lá conversou, colocou no papel, infelizmente deixa a desejar na hora de tirar do papel. Como eu participei, eu acho que a gente trabalhou bem, indo nos municípios, fazendo o que a gente tinha que fazer, o nosso papel de perguntar, de cutucar, de perguntar, dar voz e vez para que o município colocasse suas ações. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Percebe-se que mesmo sendo apontada como um instrumento importante de indução das políticas públicas, e um momento de articulação e fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres, as entrevistas apontam que no ES do que foi produzido nesta instância muito pouco (Entrevista 1, 2, 5) foi colocado em prática.

Para a organização da primeira conferência, em 2004, o Estado, por meio da Secretaria de Assistência Social, solicitou apoio ao Fórum de Mulheres do ES para realização das etapas municipais e da etapa estadual. Na época o CEDIMES ainda não estava em funcionamento. Pelas falas, foi um momento político importante para o movimento pois houve um reconhecimento por parte do governo da importância do Fórum de Mulheres assim como do processo das conferências. As entrevistadas lembram que a abertura contou com a participação do Governador Paulo Hartung. Em contraponto, sobre a última conferência ocorrida no terceiro mandato do governo Paulo Hartung a avaliação é totalmente diferente. Como exposto pela militante:

[...] última conferência foi extremamente esvaziada pelo próprio Estado, apesar da gente ter jogado pesado, os municípios não participaram, pela própria perspectiva do Estado não fazer esforço no sentido de ampliar a participação dos municípios, e pela visão familista que tem o governo Paulo Hartung, de política pública muito familista, no sentido de manter a opressão mas mulheres não de desconstruir esta opressão. (Entrevista 1, realizada em 03/01/2018)

Com relação a terceira conferência (2011) uma das entrevistadas, ativista insider que estava à frente da Coordenação de políticas para as mulheres, sobre o processo enfatiza:

Aí veio a terceira conferência nacional, estava sob a minha responsabilidade a condução da Conferência estadual, foi nesse período que eu participava do Conselho Estadual, pelo governo, [...] nós estabelecemos que queríamos construir o primeiro plano estadual de política para as mulheres, então nós dêssimos resgatando o primeiro e segundo plano nacional e pegamos 5 eixos, e alí parecia que tínhamos discutido nos municípios e na estatal duas conferências. Atingimos 59 municípios, e a estadual foram 350 delegadas e aprovamos as diretrizes para o primeiro plano estadual. (Entrevista 3, realizada em 21/06/2018)

É mister destacar a percepção exposta pelas entrevistadas sobre o papel preponderante das ativistas feministas na organização de todo o processo das conferências. Como vimos anteriormente, no quadro sobre os repertórios de ação e interação Estado- movimento, as conferências consistiram em modalidade de interação socioestatal utilizadas pelos movimentos para pautar as políticas para as mulheres.

Eu acho na verdade que a maioria das conferências tanto municipais, estaduais e também as federais, são organizadas pelo movimento feminista. A gente, nós feministas somos muito organizadas, por isso que as conferências acontecem. Porque o documento ele é um documento que você tem que validar ou não. Se você tem alguma coisa para acrescentar, você tem que ser muito organizado, ter um entendimento muito aprofundado de como as conferências se dão e como é todo o processo. [...] Então eu avalio o resultado do processo das conferências, para mim é como se fosse uma validação de que as mulheres organizadas querem para o país naquele período. Se a gente for pegar os cadernos das resoluções dos Planos de políticas públicas para as mulheres com

certeza ali nem precisa ser atualizado, está ali todos os anseios. A questão é que não sai do papel. Então as políticas públicas para as mulheres ainda é um tabu no Brasil para realmente serem efetivadas. (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

FOTO 07 – III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres – 03/03/2011



Fonte: Arquivo pessoal

Em suma, nesta sessão foi enfaticamente exposto, que as mulheres militantes feministas apontam em suas falas para a necessidade de implementação por parte dos governos de instrumentos que possibilitam a gestão de políticas públicas, em especial, que os planos e programas elaborados no processo de conferências, ou seja, de interação socioestatal, sobremaneira devem fazer parte do processo. As conferências enquanto resultante de processos de interação socioestatal representam em seu conteúdo a inclusão de uma gama de diversidade presente nos movimentos e na sociedade.

A elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do ES iniciou-se na terceira conferência (2011) com a aprovação da plataforma estadual, documento base utilizado para início do percurso de construção do documento e foi finalizado em 2014, com um evento realizado para 300 mulheres de todo o estado, durante 03 dias, que trabalharam na sua validação. Todas as entrevistadas avaliam que o Plano foi fruto de um processo de interlocução e cooperação entre Estado e movimento. A relação socioestatal é assim exposta pelas militantes:

Eu acho que foi uma construção muito legal com o governo Renato, mesmo com todas as dificuldades lá com a secretária de movimentos sociais da época né, mas eu acho que a gente conseguiu romper o cerco e construir. (Entrevista 1, realizada em 03/01/2018)

O processo foi bom, porque envolveu várias secretarias, envolveu várias pessoas para colocar o plano no papel, mas infelizmente só ficou no papel, até agora não conseguimos ter um diálogo, uma integração com as secretarias para colocar em prática mesmo. (Entrevista 2, realizada em 04/04/2018)

Eu participei da elaboração, participei desde o início, coordenei o GT de combate ao racismo, para mim foi uma experiência maravilhosa. Eu tenho muita a agradecer por eu estar naquele momento, naquele espaço. Foi um grande aprendizado pois tive que estudar mais sobre as mulheres negras e o racismo, que é estrutural na sociedade brasileira. Neste Estado que é o estado que mais mata mulheres, está sempre num ranking mais avançado. É um momento de troca das mulheres da sociedade civil com as mulheres do poder público, então foi um momento de troca, uma experiência muito rica que até o momento se perdeu. Todo um trabalho, foram horas, dias, meses. Estávamos preocupadas até com as mulheres que nem sabiam que nós existimos. (Entrevista 5, realizada em 27 e 28/09/2018)

Verifica-se que a elaboração do plano foi um processo de interação socioestatal com potencial de influência política, mas que na prática não foi consolidado, pois como vimos o governo posterior à sua elaboração não iniciou sua implementação. Segundo as E 1, 2, e 5, posterior a entrega do documento ao governador, com a mudança de governo, o Plano foi “engavetado”.

O que que aconteceu, depois entregamos o plano para o governador Renato e entregamos para o governo Paulo Hartung, só que não se concretizou por causa dessa lógica de que isso não é uma coisa importante. As duas subsecretárias também não deram importância porque tem esta visão muito ruim do que é política para as mulheres e ele está rodando, agente cobra, faz as coisas e está aí, está colocado, todo mundo sabe que ele existe, mas ele não se concretizou, por que qual que era a ideia do Plano, era que fosse discutido a partir do planejamento do Estado, você vai planejar a ação daquele governo para quatro anos você vai levar em consideração o plano e isso não aconteceu, nem sequer a impressão dele saiu, ainda não saiu nada, apesar da nossa pressão, ainda não saiu nada, mas está aí, está instituído. Onde a gente vai, divulga, fala que tem, mas não que concretizou, infelizmente. (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018)

Para os movimentos feministas do ES, o funcionamento e o fortalecimento das instituições participativas ainda é um desafio no Estado. Apesar de reconhecerem que a existência desses “espaços oficiais” (E 4) são uma vitória de anos de lutas, todas apontam que se tivessem maior abertura dentro da gestão pública “teria uma efetivação muito maior na questão das políticas para as mulheres.” (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018).

Principalmente em tempos de maior fechamento do Estado para a ação dos movimentos, como exposto pela ativista: Olha os espaços de controle social estão muito desvalorizados, não só no ES como no Brasil, hoje a dificuldade é muito grande, porque na verdade nenhum gestor quer controle e com a volta da política neoliberal muito ferrenha aí que não vai querer controle mesmo (Entrevista 1, realizada em 03/04/2018).

Mais uma vez eu falo das mulheres que compõem o Conselho, sem elas o Plano estadual não se concretizaria, não teria saído do papel. O diálogo se dá através do CEDIMES e órgãos que procuram o governo que tencionam em determinados momentos, principalmente positivamente para determinadas

ações. E a forma que é feito o controle social no Espírito Santo *é feito divinamente, por mulheres que são realmente dedicadas a fazer este controle.* (Entrevista 4, realizada em 11/08/2018)

Apesar de todas as adversidades, todas as entrevistadas realçaram que nos anos 2000 as mulheres que estiveram nas instâncias de interação com o governo estadual atuaram de forma a fortalecer tanto aquela instituição como os movimentos sociais.

Fazendo um apanhado dos que foi apresentado neste capítulo sobre as ações direcionadas as políticas públicas segue um quadro síntese com os eixos norteadores dos principais documentos produzidos no processo de interação socioestatal entre os movimentos feministas e o governo estadual no Espírito Santo no que diz respeito às políticas públicas para as mulheres. As temáticas seguiram uma constante ao longo dos anos (educação, saúde, autonomia, violência contra a mulher) e observa-se que foram sendo incluídas algumas pautas de acordo com as mudanças dentro do próprio movimento, como por exemplo a inclusão de questões ligadas a interseccionalidade (enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, bifobia e transfobia).

No quadro 05, eixos norteadores dos principais documentos de políticas públicas produzidos para as mulheres no ES, esboçou-se um panorama dos principais eixos contemplados em cada documento. Observa-se que os temas não foram muitos diferentes de um documento para o outro, pois desde a construção do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres houve uma tentativa dos gestores federais e dos movimentos feministas a nível nacional e também em nível estadual, de consolidar os principais eixos que deveriam nortear as ações de políticas públicas para as mulheres, tanto nos Municípios, como nos Estados e no Governo Federal.

Observa-se abaixo, que os eixos centrais da IV Conferência não seguiram a lógica da divisão por temáticas como ocorreu nas conferências anteriores. A época foi informada pela SPM/PR que como o Plano Nacional já estava construído, optou-se por trabalhar com grandes temas objetivando ampliar as questões gerais que abrangem as políticas públicas para as mulheres e a implantação do Sistema Nacional. (Fonte: anotações de campo feita na IV conferência nacional de políticas para as Mulheres, Brasília, DF.)

Quadro 05 Eixos norteadores dos principais documentos de políticas públicas produzidos para as mulheres no ES.

Ano	2004	2007	2011	2014	2016
Documentos analisados	Relatório da I conferência estadual de políticas para as mulheres	Relatório da II conferência estadual de políticas para as mulheres	Relatório da III conferência estadual de políticas para as mulheres	Plano estadual de políticas para as mulheres do ES	Relatório da IV conferência estadual de políticas para as mulheres*
Eixos norteadores de cada documento	Política de acesso ao crédito, moradia, a questões agrícola e agrárias, aos direitos conquistados	Autonomia, igualdade no mundo trabalho e cidadania	Autonomia das mulheres e redução da pobreza	Enfrentamento a feminização da pobreza e a garantia da autonomia econômica das mulheres com trabalho decente	1- Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades; 2- Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal; 3- Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres; 4- Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade.
	Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Saúde da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	
	Violência e política de segurança	Enfrentamento a violência contra as mulheres	Enfrentamento às violências contra as mulheres	Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	
	Educação e cultura	Educação inclusiva e não sexista	Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica	Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica e não transfóbica	
	Poder, democracia e participação				
	Negritude, questão racial e étnica Juventude e maturidade		Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	Enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, bifobia e transfobia	
	Gestão e monitoramento do plano			Gestão e Monitoramento do plano	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados levantados para a pesquisa.

Em virtude do que foi mencionado e a exposição dos dados empíricos e dos achados desta dissertação, observa-se que os movimentos feministas buscam mudanças nas políticas públicas formulando suas reivindicações voltadas a instituições dos poderes executivo, legislativo, judiciário, partidos políticos etc. e a toda a sociedade em geral. Os repertórios de ação e interação entre movimento e Estado demonstraram que neste processo é composto uma complexa contextura que influenciam as duas esferas, tanto os movimentos sociais como o Estado.

CONCLUSÃO

Quais foram as dinâmicas de interação entre os movimentos feministas e o governo do estado do Espírito Santo na produção de políticas públicas para as mulheres, no período de 2003 a 2016? Motivado por esta indagação, este trabalho analisou o processo de interação socioestatal entre os movimentos feministas e o governo estadual e sua influência na implantação de políticas públicas. O objetivo a que se propôs foi o de compreender as interações socioestatais no cenário capixaba recente, avançando na caracterização dessas relações e suas dinâmicas.

Prosseguiu-se a investigação, baseado nas teorias dos movimentos sociais e nas teorias feministas, que demonstraram que os movimentos sociais brasileiros desenvolvem relações complexas e diversificadas com o Estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos deles combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva, efetuando assim múltiplas possibilidades de interação socioestatal. As/os teóricas/os ao analisarem as transformações na relação sociedade-Estado no Brasil e em outros países, verificaram a existência e a conformação de novos padrões de interação socioestatal como o engajamento institucional de movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas.

Portanto, ao estudar os movimentos feminista no Espírito Santo, foi possível evidenciar que estes movimentos interagem, constituem relações e formam alianças com órgãos da burocracia estadual, com o legislativo, com o poder judiciário, partidos políticos, igrejas e outros movimentos sociais. Ao contrário da concepção que identificava movimentos sociais como protesto e ação *outsider*, utilizando apenas estratégias extra institucional.

As categorias conceituais mobilizadas foram repertório de ação e interação (Abers, Serafim, Tatagiba; Tilly), ativismo institucional (Banaszak; Abers e Tatagiba), encaixes institucionais (Gurza Lavalle et al; Carlos, Dowbor, Albuquerque). Adotou-se a denominação *repertório de ação e interação* visando contemplar todos os tipos de repertórios, contenciosos e colaborativos. A utilização do conceito de repertório de ação e interação contribuiu para particularizar a análise dos movimentos feministas e da burocracia estadual.

De acordo com o conceito de repertório de interação (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014) os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado, mas também realizam suas ações por dentro dele, através de instituições participativas, assumindo posições na burocracia, ao transformar o próprio Estado em espaço de militância política. Em complemento, as/os autoras/res Carlos, Dowbor, Albuquerque (2017) e Gurza Lavalle et al., (2017) definem os encaixes institucionais como processos de acesso de alguns atores ao Estado e de influência em políticas públicas, argumentando que um ator social sem encaixes institucionais, isto é, apartado dos pontos de acesso e influência ao Estado, terá menor probabilidade de fazer prevalecer seus objetivos.

Sobre o conceito de ativismo institucional (insider), de acordo com o proposto por Banaszak (2005, 2010), sua aplicação permite analisar as intersecções entre Estado e movimentos sociais, e o papel que estas intersecções desempenham para influenciar as políticas públicas. A autora argumenta que políticas públicas frequentemente resultam na criação, combinação ou eliminação de organizações específicas, abrindo ou fechando oportunidades de entrada no Estado. Abers e Tatagiba (2014) numa análise sobre as feministas atuantes no Estado, engajadas no que elas chamam de “*institutional activism*” conseguiram olhar para que tipo de trabalho os ativistas institucionais fazem e que diferença faz com que esses atores estejam conectados a redes de movimentos sociais.

Por meio destas lentes analíticas, constatou-se que, organizadas nos movimentos feministas e nos movimentos de mulheres, as ativistas mobilizaram diferentes estratégias para influenciar o Estado visando a defesa de políticas públicas setoriais e o combate às formas de opressão e violação. Os achados da pesquisa mostram que no mínimo trinta e seis organizações atuaram nos movimentos feministas neste período, caracterizadas por uma grande heterogeneidade e diversidade de causas e segmentos (todas as temáticas, mulheres negras, comunidades tradicionais, LGBTI, camponesas, juventude e outras).

Foi possível também captar a existência de uma ampla rede de articuladores e apoiadores dos movimentos feministas e observou-se que suas conexões com outras redes de movimentos sociais forneceram recursos para o ativismo dentro do Estado. Essas redes expressam a diversidade do movimento de mulheres no Brasil, em termos de agendas, estruturas organizacionais, laços partidários e influência política. As redes são

internamente densas, mas também interconectadas, com muitas/os ativistas pertencentes a mais de um deles.

Sobre a compreensão da relação movimento social - Estado a partir do repertório de ação e interação e dos encaixes institucionais, o trabalho empírico demonstrou que o movimento se constitui e se desenvolve na interação com o Estado e que seus repertórios de ação e interação assim como suas bandeiras de luta foram se consolidando no percurso deste processo. A análise dos dados apontam mudanças no repertório de ação e de interação dos movimentos feministas capixaba, incluindo seu posicionamento frente ao Estado, o qual variou de uma situação de oposição ou mesmo de indiferença, para a busca de uma relação direta voltada à incidência na política pública setorial, através da atuação nos espaços estatais seja pela via das instituições participativas, seja da ocupação de cargos na burocracia, ou seja, houve uma combinação entre as ações outsider e insider.

Verificou-se que no período entre 2003 a 2016 houve um contundente crescimento no processo de interação socioestatal, revelando avanços significativos em relação a implantação de políticas públicas para as mulheres. Estes acessos ao Estado com potencial para influenciar na política podem ser apontados como encaixes institucionais, foram identificados, por exemplo: a criação de organismos na burocracia estatal voltados a produção de políticas para as mulheres: gerência, subsecretaria, o conselho estadual, realização das conferências e os mecanismos ou instrumentos de políticas como: Plano Estadual de Política para as Mulheres, Pacto Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, comissões compostas pelas secretarias de governo e conselho para acompanhamento de ações).

Sobre o ativismo institucional, uma das principais contribuições deste estudo, foi observar que o ativismo ocorre fora e dentro do Estado. As ativistas apontam que “estar no governo é uma forma de militância” diferente das realizadas no movimento, mas que também pode ser vista como uma forma de ativismo. Também foi possível verificar que o trabalho envolvido no ativismo institucional é caracterizado por restrições políticas e operacionais e envolve uma grande quantidade de solução criativa de problemas em torno de microquestões no dia-a-dia. No entanto, as narrativas sobre frustrações são acompanhadas por afirmações que ajudaram a explicar porque essas mulheres continuaram investindo na burocracia como espaço de ativismo. Para muitas, o lado positivo se assenta no poder

de intervir em políticas públicas em grande escala, para fazer a agenda de políticas para mulheres avançar, mesmo que não na velocidade ou intensidade que elas esperavam. A análise das trajetórias dessas ativistas evidenciou a profunda imbricação entre os movimentos e o Estado o que nos permitiu afirmar que não há como sustentar que sejam esferas absolutamente separadas ou dicotômicas.

Ainda sobre o resultado do processo de interação, uma parte desta dissertação foi destinada a olhar para a burocracia estatal, neste sentido, é relevante destacar que em 2003, período inicial da análise, não foi identificado no governo estadual nenhum mecanismo de gestão das políticas para as mulheres, como organismo gestor, instituições participativas, entre outros, ou seja, pode-se dizer que praticamente havia uma ausência total de instrumentos de gestão que possibilitasse a interação movimento-Estado. Já em 2016 o cenário era completamente diferente em relação as capacidades do Estado em implantar políticas públicas para as mulheres e em relação aos processos de interação estabelecidos. Verificou-se a existência de mais de um canal de interlocução movimento-Estado, como citado abaixo:

- implantação e funcionamento do CEDIMES, mesmo que em alguns momentos muito precariamente;
- realização de 04 ciclos de conferências de políticas para as mulheres (2004, 2007, 2011, 2015);
- implantação do organismo gestor de políticas para as mulheres, em 2012 a nível de gerência e em 2015, uma subsecretaria e secretaria;
- processo de elaboração do Plano estadual de políticas para as mulheres, que mesmo não sendo publicado, tem o registro histórico e o documento escrito e reconhecido pelos movimentos feministas;
- instituição de espaços de consulta, deliberação e monitoramento para construção de ações do governo (Pacto Estadual de enfrentamento a violência contra a mulher, Comissão de acompanhamento da Casa Abrigo Estadual, Comissão de elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres);
- estruturação de outros mecanismos formais e informais de relação entre Estado e movimento (comissões, mesas de conversação, audiências públicas).

Os dados apurados dão suporte para afirmar que ocorreram muitos avanços, embora marcado por períodos de alternância com maior ou menor abertura do Estado para os movimentos sociais. Apesar das ações sublinhadas acima, é preciso salientar que para os movimentos feministas ainda há muito o que se conquistar na relação Estado-movimento e na efetivação das políticas públicas. No ano de 2016, o Estado ainda permanecia a frente dos piores índices de violência contra a mulher em comparação com outros estados brasileiros e um cenário de endurecimento para com o movimento por parte da burocracia estadual (houve diminuição do aporte e infraestrutura para o CEDIMES, redução dos canais de diálogo, foi criada a Subsecretaria, mas o cargo não foi ocupado por uma representante das causas das mulheres, entre outros). Um contrassenso ao próprio processo estabelecido se comparado com alguns dos anos anteriores. Esta alternância de abertura e fechamento do Estado é algo que poderá ser visto numa agenda de pesquisa futura, assim como os efeitos destas ações implantadas para mudança da sociedade capixaba.

Em virtude dos fatos mencionados, é-se levado a acreditar que este estudo contribuiu significativamente para o conhecimento dos repertórios de interação do movimento feminista capixaba com o Estado no processo de políticas públicas para as mulheres, incluindo as ações não institucionalizadas (como protestos) e aquelas institucionalizadas (como ocupação de cargos, conselhos gestores, políticas de proximidade). Dada a importância do tema destaca-se a necessidade de ampliação da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para novas questões envolvendo outros temas de pesquisas.

Por todos esses aspectos, esta dissertação não pretende fornecer uma teoria conclusiva do processo de interação socioestatal. O propósito investigativo nos leva a um convite para continuar a estudar um fenômeno que muitas vezes tem sido invisível na teoria dos movimentos sociais. Cabe salientar que a literatura dos movimentos sociais e feminista fornecem importantes ferramentas teóricas e metodológicas que nos permitem dar alguns passos nessa direção, mas precisamos investir, de forma mais sistemática, na compreensão de como o ativismo funciona dentro da burocracia e o papel que as ativistas desenvolvem para além do governo estadual.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Periódicos, capítulos de livros e obras científicas completas

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. **Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy**. 38º Encontro anual da ANPOCS, GT14 - Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos, 2014.

ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?** Sociologias 13Dez., p. 52–84, 2011.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula**. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo - Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia**. Tese de doutorado / Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ADRIÃO, Karla Galvão; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro**. Psicologia & Sociedade, 2008.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. 2012. **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. Sociologia & Antropologia, v.02, n.03, p. 21-41, 2012.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. **Repertórios de ação coletiva E confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow**. Sociologia&antropologia | v.02.03: 11 – 19, 2012.

ALVAREZ, Sonia. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, nº43, 2014.

ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Dossiê o gênero da política: feminismos, estado e eleições. Cadernos Pagu (43), 2014.

ALVAREZ, Sonia. **Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares**. In: GODINHO; SILVEIRA (org.) Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 103-111. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>

ALVAREZ, Sonia, et al. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. Revista Estudos Feministas, v.11, n.2, p. 541-575, 2003.

ALVAREZ, Sonia. **A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio**. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 383-426, 2000a.

ALVAREZ, Sonia. **Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”**. In: FARIA; SILVEIRA;

NOBRE (org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. SOF, São Paulo, p. 9-25, 2000b.

AVELAR, Lúcia. **Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras**. cadernos adenauer xiv, nº3, 2013.

BANASZAK, Lee Ann. **Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements**. In: MEYER, David S.; JENNESS, Valerie; INGRAM, Helen (eds.). *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p.149-176, 2005.

BANASZAK, Lee Ann. **The Women's Movement Inside and Outside the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BANASZAK, Lee Ann; Whitesell, Anne. **Inside the State – Activism within Legislative and Governmental Agency Forums**. Chapter 23, *Oxford Handbooks Online* 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Movimento Feminista Brasileiro: Repertórios e estratégia de ação**. Revista Feminismos, Vol.2, N.1, 2014.

BOHN, Simone. **Feminismo estatal sobre a presidência Lula: o caso da Secretaria de Política para as Mulheres**. Dossiê Os anos Lula, Revista Debates, Porto Alegre, v.4, p. 81-106, jul.- dez. 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, série Sujeito e História, 2003.

CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.19, nº 39, p.153-166, 2011.

CARLOS, Euzeneia. **Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 321-350, jan/abr, de 2017. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p321>

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição**. Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015a.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais**. Interseções [Rio de Janeiro] v. 17 n. 1, p. 15-53, jun. 2015b.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas - Balanço do debate e proposições analíticas** Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-agosto, 2017.

CASSAB, Latif Antonia; OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues. **O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais**. BIB, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), p. 81-104.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **Os movimentos feministas no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. 2005.

DIANI, Mario. **The Concept of Social Movement**. The Sociological Review 40, p. 1-25, 1992.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos**. Revista Brasileira de Ciência Política, núm. 3, p. 220-249, 2010 [2004].

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. **Gênero e feminismo no Brasil uma análise da revista estudos feministas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro, 2004.

FARIA; SILVEIRA; NOBRE (org.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. SOF, São Paulo, 2000, p. 9-25

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil**. In Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto J; Panfichi, Aldo. A disputa pela construção democrática na América Latina, Ed. Paz e Terra, 2006.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Revista Estudos Feministas, vol.15, n.2, 2007, p. 291-308.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** - São Paulo: Claridade, 2011.

GODINHO, Tatau. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. 2007, 238 f. Tese (doutorado Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

GUTIERRES, Kellen Alves. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado**. Campinas, SP: [s.n.], 2015.

GUZMÁN, Virginia (2001). **La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis**. Serie Mujer y Desarrollo, ECLAC, março, N°32.

GUZMÁN, Virginia; MONTAÑO, Sonia. (2012). **Políticas públicas e institucionalidad de gênero en América Latina (1985-2010)**. Serie Mujer y Desarrollo, CEPAL, n°118, out.

GURZA LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. **Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate**. Opinião Pública, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157-187, abr. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2wj7bcf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (2017). *Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência*. São Paulo: CEM, Texto para Discussão, n. 19.

LOPEZ, Félix; PIRES, Roberto. **Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas**. In: IPEA. Brasil em Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2010, p. 565-585

MACEDO, Sarah H. SOUZA, Tuanne Almeida. COSTA, Wanderson Araújo. **Reconstruindo uma trajetória de lutas: a história do Fórum de Mulheres do Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

MACIEL, Débora Alves. **Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas O caso da Campanha da Lei Maria da Penha**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 26 N° 77 – 2011.

- MATOS, Marlise. **A Quarta onda feminista e o Campo crítico emancipatório**. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.
- MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista partir do Sul global?** Revista de Sociologia e Política, junho, Nº 36, Vol. 18, 2010.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. **Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na região**. Setembro de 2013.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro**. Cadernos Pagu [online]. n.43, pp. 57-118, 2014.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 11-48, 2009.
- MISCHE, A. Partisan Publics. **Communication and contention across brazilian youth activist networks**. Princeton University, 2008.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo, 2014.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Teoria política feminista, hoje**. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Teoria política feminista: textos centrais. Editora Horizonte, 2013, p. 7-54.
- MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**, 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf. Acesso em 28.08.2015
- MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. In: Debate feminista – cidadania e feminismo. Gráfica da Cia Melhoramentos: México/São Paulo, p. 29-47, 1999a.
- MOUFFE, Chantal. **Por uma política da identidade nômade**. In: Debate feminista – cidadania e feminismo. Gráfica da Cia Melhoramentos: México/São Paulo, p. 266-278, 1999b.
- NASCIMENTO, Silvani Magali et alli. **Mulher e representação política no Maranhão**. IN: As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no Nordeste. **Cadernos feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 2, p. 145-160, 2005.
- NOGUEIRA, Thays de Souza. **A trajetória da discussão sobre a legalização do aborto no governo executivo brasileiro entre os anos de 2004 e 2010: reflexos da relações movimentos feministas Estado durante o governo Lula**. 37º Encontro Anual da ANPOCS SPG04 Estado em movimento: interações socioestatais, incorporação de demandas e seus impactos institucionais no Brasil contemporâneo, 2013.
- OUTSHOORN, Joyce. **Incorporating feminism**. Sex Equality Policy in Western Europe Edited by Frances Gardiner, 2005.
- PINHEIRO, Marina Brito. **Sobre A Relação Entre Os Movimentos Feministas E O Estado No Brasil (2003-2014)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2015.

PINHEIRO, Marina Brito; OGANDO, Ana Carolina. **Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil**. Publicado em <http://www.enap.gov.br/web/pt-br/sobre-curso>;

PINTO, Celi. **A sociedade civil “institucionalizada**. *Política e Sociedade*, 5, 99-115, 2004.

PINTO, Celi. **As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 30. 2006.

PINTO, Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Celi. **Feminismo, história e poder**. *Revista Sociologia Política*, p.15-23, 2010.
Plataforma Política Feminista – PPF, 2002.

PIRES, Roberto R. C; VAZ, Alexander C. N. **Para além da participação: interfaces socioestatais no Governo Federal**. *Lua Nova*, São Paulo, 93: 61-91, 2014

RAMOS, Maria Bernadete. **Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt**. IN: *Revista Estudos Feministas*. V. 10, n 1. UFSC, Florianópolis, ps. 11-38, 2002.

RANGEL, Patrícia Duarte. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil**. Tese apresentada ao Instituto de Ciência Política da UNB como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Brasília, 2012.

SADENBERG, Cecília; COSTA; Ana Alice A. **Contemporary feminisms in Brazil: Achievements, Shortcomings, and Challenges**. IN: BASU, Amrita (ed.). *Women's Movements in a Global Era: the power of local feminisms*. Boulder: Westview Press, 2010.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **As interações entre os movimentos feministas e o Congresso Nacional brasileiro: uma proposta de análise**. Trabalho preparado para apresentação no VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017.

SANTOS, Magda Guadalupe. **O feminismo e suas ondas**. *Revista Cult*, 2017.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge: Belknap Press, 1992.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2013.

SILVA, Eduardo Moreira; PARADIS, Clarisse. **Dos protestos às negociações: as rotinas de interação entre estado e o campo feminista latino-americano**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Políticas, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 86-124, dez. 2011.

SZWAKO, J. E. L. **“Del otro lado de la vereda”**: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), 2012.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, Nº 3, p. 133-160, 2010.

2. Referência documental

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Planejamento Estratégico 2009 – 2011**. Vitória, 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Carta aberta pelo 8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres para alertar governantes, gestores públicos e toda sociedade sobre a necessidade de atenção à causa das mulheres capixabas**. Vitória, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Ofício/SEADH/CEDIMES Nº 029/2013 sobre a agenda prioritária**. Fortalecimento do Cedimes; fortalecimento do organismo gestor responsável pela política para as mulheres; o pacto pelo enfrentamento à violência contra a mulher; criação de banco de dados e casa abrigo estadual Maria Cândida Teixeira. Vitória, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Resolução nº 002/2013 que instituiu no âmbito do Cedimes a Comissão Temporária para elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**. Vitória, 2013. Disponível em: < www.dio.es.gov.br >. Acesso em: 10 março 2019.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Relatório de Gestão 2012/2013**. Vitória, 2013.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Relatório da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**. Vitória, 2015.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 7.762. O Governador Do Estado Do Espírito Santo Revoga a Lei nº 5.533, de 15.12.1997, reestrutura e moderniza o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo – CEDIMES, e dá outras providências**. Vitória, 2004. Disponível em: < <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO7762.html> >. Acesso em: 21 agosto 2018.

ESPÍRITO SANTO. **Termo de adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Vitória: Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), 2007.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Estado**. Vitória, 2007.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 2 7 6 3 -r, de 3 1 de maio de 2 0 1 1. Convoca a III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres a ser realizada no período de 13 a 15 de outubro de 2011, sob a coordenação conjunta da Secretaria de Estado de**

Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SEASTDH e do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres do Estado do Espírito Santo – CEDIMES. Vitória, 2011. Disponível em: < www.dio.es.gov.br >. Acesso em: 10 março 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 3067-r, de 31 de julho de 2012. Altera a Estrutura Organizacional, e transforma cargos comissionados no âmbito da Secretaria da Casa Civil - SCV, Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo – IASES, Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, Secretaria de Estado do Governo - SEG e Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, sem elevação da despesa fixada e institui a Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres – GEPPM. Vitória, 2012. Disponível em: < www.dio.es.gov.br >. Acesso em: 10 março 2019.

ESPÍRITO SANTO. Relatório do Governo do Espírito Santo para a Comissão Parlamentar Mista De Inquérito, criada pelo requerimento nº 4 de 2011 - Investigar a Situação da Violência Contra a Mulher no Brasil. Elaboração: Subsecretaria de Direitos Humanos - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Vitória, 2012.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 3850-r, de 31 de agosto de 2015. Altera denominação de órgão, transfere Unidade Administrativa no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, Secretaria da Casa Civil - SCV e Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB, sem elevação da despesa fixada, e dá outras providências. Art. 1º À Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Assistência Social e Políticas para Mulheres - SEASM. Vitória, 2015. Disponível em: < <http://ioes.dio.es.gov.br/busca#/p=4&q=pol%C3%ADticas%20para%20as%20mulheres> >. Acesso em: 10 março 2019.

ESPÍRITO SANTO. Lei complementar nº 830, de 06 de julho de 2016. Cria a Secretaria de Estado De Direitos Humanos - SEDH e dá outras providências. fica criada e incluída na estrutura organizacional básica do poder executivo estadual a Secretaria de Estado De Direitos Humanos - SEDH e a nível de gerência a subsecretaria de estado de políticas para mulheres. Vitória, 2016, Disponível em: < www.dio.es.gov.br >. Acesso em: 10 março 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 3958-r, de 31 de março de 2016. modifica a estrutura organizacional básica Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESP, instituída pela lei complementar nº 690, de 08/05/2013; estabelece as atribuições e competências das respectivas unidades administrativas; e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, sem elevação de despesa. v§ 1º. Fica instituída a Gerência de Proteção à Mulher, incluída na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP, em nível de execução programática. Vitória, 2016. Disponível em: < <http://ioes.dio.es.gov.br/busca#/p=1&q=Ger%C3%A2ncia%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20a%20Mulher> >. Acesso em: 10 março 2019.

FÓRUM DE MULHERES DO ESPÍRITO SANTO. Políticas Públicas para as Mulheres do Espírito Santo: “Estratégias de Igualdade e Equidade de Gênero. Documento ao Governador Paulo Hartung. Vitória, Palácio Anchieta, 2003.

FÓRUM DE MULHERES DO ESPÍRITO SANTO. Documento com síntese da análise da realidade das mulheres capixabas (urbanas e trabalhadoras, camponesas,

indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais sem terra, pescadoras artesanais, jovens, negras, lésbicas), e parte das reivindicações das mulheres capixabas. Vitória, 2012.

MULHERES PARTICIPAM DE MANIFESTAÇÃO NO DIA 8 DE MARÇO EM VITÓRIA. Vitória, Disponível em: < <http://g1.globo.com/espirito-santo/videos/v/mulheres-participam-de-manifestacao-no-dia-8-de-marco-em-vitoria/4867668/>>. Acesso em: 10 março 2019.

MULHERES PROTESTAM POR DIREITOS IGUAIS NO DIA 8 DE MARÇO, EM VITÓRIA. Manifestantes participam do Bloco das Feministas, na capital do estado. Elas pedem o fim da violência contra a mulher e mais direitos reprodutivos. Vitória, Disponível em: < <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/03/mulheres-protestam-por-direitos-iguais-no-dia-da-mulher-em-vitoria.html>>. Acesso em: 10 março 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. **Relatório da 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.** Vitória, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS (SEASTDH). **Documento Base Com As Ações Do Pacto Estadual Pelo Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres** - Grupo de trabalho interinstitucional para promoção de ações de enfrentamento a violência contra as mulheres. Elaboração: Coordenação de Políticas para as Mulheres, Subsecretaria de Direitos Humanos. Vitória, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS (SEASTDH). **Relatório da 1ª Conferência de Política para as Mulheres da Penitenciária Feminina de Cariacica/ES.** Vitória, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS (SEASTDH) e CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Relatório da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.** Vitória, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CEDIMES). **Relatório da 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.** Vitória, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SETADES). **Plano de Enfrentamento a violência contra a mulher do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 2009.

SINDIBANCÁRIOS. **Mulheres cobram de Hartung criação de Secretaria da Mulher no 8 de Março – ES.** Vitória, Disponível em: < <http://www.bancarios-es.org.br/mulheres-cobram-de-hartung-criacao-de-secretaria-da-mulher-no-8-de-marco>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

OAB – ES. **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres é entregue ao governador no Dia Mundial dos Direitos Humanos -10 de Dezembro de 2014.** Vitória, Disponível em: < <http://www.oabes.org.br/noticias/plano-estadual-de-politicas-para-mulheres-e-entregue-ao-governador-no-dia-mundial-dos-direitos-humanos-556...>>. Acesso em: 09 julho 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES – SEASM. **Resolução nº 005/2015 O Conselho Estadual de Defesa dos**

Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 7.762, de 26/05/2004, e tendo em vista o disposto no Decreto 3893-R, 10 de Novembro de 2015 publicado no DIO em 11 de Novembro de 2015 que convoca a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres no estado do Espírito Santo: RESOLVE: Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo I desta Resolução, o Regimento Interno da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2015. Disponível em: <<http://ioes.dio.es.gov.br/busca#/p=3&q=pol%C3%ADticas%20para%20as%20mulheres>>. Acesso em: 10 março 2019.

PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESPÍRITO SANTO – PEPM / ES Versão 1.0 - dezembro de 2014. Comissão Temporária de Elaboração Do Plano Estadual De Políticas Para As Mulheres do Espírito Santo – PEPM / ES. Instituída pela Resolução nº 002/2013 de 15/07/2013. Vitória, 2014.

3. Entrevistas

Entrevista 1. [abr. 2018]. Entrevista concedida à Daniela Rosa de Oliveira. Vitória, 2018.

Entrevista 2. [abr. 2018]. Entrevista concedida à Daniela Rosa de Oliveira. Vitória, 2018.

Entrevista 3. [jun. 2018]. Entrevista concedida à Daniela Rosa de Oliveira. Vitória, 2018.

Entrevista 4. [ago. 2018]. Entrevista concedida à Daniela Rosa de Oliveira. Vitória, 2018.

Entrevista 5. [set. 2018]. Entrevista concedida à Daniela Rosa de Oliveira. Vitória, 2018.

ANEXOS

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E EM PROFUNDIDADE

O presente roteiro de entrevista tem por objetivo coletar informações sobre a atuação dos movimentos feministas no Espírito Santo, seus repertórios de ação e interação, a rede de atores e organizações que o compõem, como se deu nos últimos anos a relação com o Estado (Governo Estadual) e quais foram os efeitos desta interação para as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres.

Essa entrevista é completamente voluntária. Suas respostas são sigilosas e anônimas e seu nome não será associado a elas. Os dados serão analisados juntamente com informações qualitativas e análise de documentos. Analisaremos os dados somente de forma agregada, juntamente com informações de outras entrevistas e documentos.

Hora de início da entrevista: ____:____ Término: ____:____

O roteiro foi dividido em seis blocos temáticos:

I - Identificação;

II – Perfil / Histórico De Ativismo / Instituições Participativas;

III – Trajetória Profissional na Burocracia Pública / Ativismo Estatal / Femocratas;

IV – Os movimentos feministas no ES / Rede De Coalizão / Consequências e Resultados;

V – Repertório de Ação e Interação dos movimentos feministas no ES;

VI – Capacidades Estatais / Estrutura Burocrática / Organismo Gestor De Políticas Públicas

I. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome da entrevistada

1.2 Idade

1.3 Sexo

1.4 Escolaridade

1.5 Profissão

1.6 Data da entrevista / Local

II – PERFIL / HISTÓRICO DE ATIVISMO / INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Objetivo: investigar e analisar transformações sobre a dimensão ativismo; História do engajamento e relato da trajetória; Vínculo com a política institucional e a não institucional ao longo da trajetória.

2.1 Ao longo da sua trajetória pessoal ou profissional você exerceu algum tipo de ativismo? Se sim, comente sobre seu ativismo?

(Você poderia me falar um pouco da sua trajetória de militância. Como começou a sua militância? Como você poderia relatar a sua história como ativista?)

2.2 É (ou foi) membro de alguma associação, organização civil, movimento social, sindicato, grupo religioso?

() Sim

() Não [*pule para 2.5*]

2.3 Se sim, quais?

() associação de moradores. Qual?

() ONGs. Qual?

() Movimento social. Qual?

() Grupo religioso. Qual?

() organização civil. Qual?

() sindicato. Qual?

() outro. Qual?

2.4 Há quanto tempo atua(atuou) nelas? Qual função exerce(u) nelas? [*ler somente opções citadas na pergunta 2.3*]

Nome	Quanto tempo	Qual a função
a) associação de moradores		
b) ONGs		
c) movimento social		
d) grupo religioso		
e) organização civil		
f) sindicato		
g) outro		

2.5 É (ou foi) filiada ou simpatizante a algum partido político? Qual? Há quanto tempo atua(atuou)? Qual sua função?

2.6 Foi candidata ou exerceu cargos eleitorais (vereadora, prefeita, deputada, senadora, governadora)? Qual? Há quanto tempo?

Para quem atua em alguma organização feminista: Fale um pouco de sua organização, quais são as ações, quem participa dela (composição), quais as principais linhas de atuação, história e trajetória nos últimos anos.

2.7 Você participa (ou participou) de algum canal de controle social para discussão de políticas governamentais (orçamento participativo, conselhos gestores, conferências setoriais, comitês, fóruns, audiências públicas)?

() Sim

() Não [*pule para 2.10*]

2.8 Se sim, quais? [*ler todas as opções*]

() orçamento participativo.

() conselhos gestores. Quais?

- () conferências setoriais. Quais?
- () comitês. Quais?
- () fóruns. Quais?
- () audiências públicas. Quais?
- () outro. Qual?

2.9 Há quanto tempo atua(atuou) nelas? Qual função exerce(u) nelas? *[ler somente opções citadas na pergunta 2.8]*

<i>Qual</i>	Quanto tempo	Qual a função
a) orçamento participativo		
b) conselhos gestores		
c) conferências setoriais		
d) comitês		
e) fóruns		
f) audiências públicas		
g) outro		

2.10 Na sua opinião qual o papel dos espaços participativos institucionais, como conferências, fóruns temáticos e conselhos gestores?

2.11 Na sua avaliação que peso esses espaços tiveram para a política da mulher no Governo Paulo Hartung (2003/2006 – 2007/2010), Renato CasaGrande (2011/2014) e Paulo Hartung novamente (2015/2016)?

2.12 Você já participou de algum processo de construção das Conferências Estaduais e ou Municipais de Políticas para as Mulheres? Como você avalia o processo e os resultados das Conferências?

2.13 Se sim, Você poderia me falar um pouco sobre a sua experiência naquele espaço?

2.14 Mesmo que você não tenha feito parte das Conferências municipais, estaduais e nacional, como você avalia esse processo de consulta?

2.15 As Conferências, em sua opinião, colaboram ou não para a inclusão de temas de interesse das organizações da sociedade civil na agenda do Estado?

2.16 Como você avalia a atuação do CEDIMES?

2.17 Como os movimentos se relacionam com o Conselho? E a relação Estado e Conselho?

2.18 Na sua opinião o conselho tem sido capaz de canalizar as demandas das organizações da sociedade civil ou não?

2.19 Na sua percepção, no período de 2003 a 2016 foram criados novos canais de participação da sociedade civil na política pública, ou aperfeiçoados aqueles existentes?

2.20 Quais os obstáculos percebidos nestes canais de controle social com o Estado? Quais as vantagens?

2.21 Quais os principais desafios encontrados na relação destes estes espaços participativos e o Estado?

III – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NA BUROCRACIA PÚBLICA / ATIVISMO ESTATAL / FEMOCRATAS

Objetivo: investigar sobre o ativismo estatal e como o trânsito (Encaixe) para o Estado pode influenciar políticas públicas.

3.1 Você ocupa ou já ocupou algum cargo em órgão público? Em gestões municipais, Estadual ou Federal?

3.2 Qual órgão?

3.3 Qual função?

3.4 Por quanto tempo?

3.5 Como se deu seu ingresso / trânsito para o Estado?

3.6 Qual era o contexto que fez você tomar a decisão de ocupar um cargo público?

Quem te convidou? Como foi indicada?

3.7 Você poderia me relatar como foi sua trajetória neste órgão?

3.8 O órgão que você atua (ou atuou) tem alguma relação com os movimentos sociais? E com o movimento feminista? De que forma se dá esta relação.

3.9 Qual tipo de experiência técnica você possuía na área de políticas para as mulheres?

3.10 E antes de sua atuação neste órgão, qual tipo de trabalho você exercia? Ou seja, quais atividades profissionais e cargos públicos possuía antes? À época da implementação da SPM/PR, por volta de 2003, você estava em cargo comissionado ou em cargo efetivo? Qual cargo? Qual sua função?

3.11 À época da ocupação do cargo público, você possuía vínculos com deputados (estadual ou federal), senadores, ministros, governador ou secretário? Cite quais. Quais tipos de vínculos?

3.12 Como você avalia a atuação de militantes que estão ou estiveram trabalhando no Estado?

3.13 Para você a atuação de militantes na administração pública tem impactos na definição da política?

3.14 As gestoras conseguiram trazer o debate acerca dos temas de interesse das mulheres e feministas para dentro das estruturas estatais?

3.15 Para os atores que estão no Estado como organizaram suas estratégias? Quais desafios encontram? Quais os impactos para o movimento?

3.16 Para os atores que não realizaram o trânsito para o Estado, como enxergam a atuação das companheiras de militância?

3.17 Qual contribuição estas militantes no Estado dão ou poderiam dar para a transformação das estruturas do Estado?

3.18 Quais seriam as limitações e o principal desafio para a atuação destas militantes?

etiquetavam de “institucionais” por terem, de forma ostensiva, “traído o feminismo” e “se vendido” às forças nefastas do “patriarcado neoliberal global” (Alvarez, 1999; 2009; Alvarez *et al.*, 2004).

IV – Os movimentos feministas no ES / Rede de coalizão / Consequências e resultados

Objetivo:

- *Descrever a atuação dos movimentos feministas no ES / formas de ação / agenda política; Formação de redes; Diagnosticar qual é a justificativa pela luta? Contra quem lutam? Quais oponentes?*
- *Mapear as consequências e os resultados do movimento na política pública e no Estado, mediante a identificação de mudanças no setor de política convergentes com as demandas do movimento;*
- *Identificar o enquadramento interpretativo (frame) dos movimentos feministas capixaba no contexto de criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Governo Federal (2003) (levantar documentos, cartazes, folhetos, manifesto, relatório das conferências etc..).*

4.1 No seu ponto de vista, qual ou quais acontecimentos marcaram a ação dos movimentos feministas no ES nas últimas décadas, no período de 2003 até 2016?

4.2 Neste período quais ações foram realizadas pelo movimento no ES? Conte a história.

4.3 Quem fazia parte dos movimentos feministas por volta de 2003 / 2004? Quais organizações da sociedade civil?

4.4 E posterior a este período até 2016 você poderia me informar como era composto (redes) os movimentos feministas no ES? Quais são as entidades, coletivos, e outros que formam os movimentos feministas no Estado? Desde quando trabalham juntos? O que fizeram juntos?

4.5 Destas organizações indicadas quais você consideraria que foram as mais próximas do movimento neste período? Ou seja, aqueles com os quais a sua organização mais trabalhou, e nos quais mais confia?

4.6 Com quais atores da sociedade civil e da sociedade política o movimento criou alianças em prol das reivindicações? Por exemplo: outros movimentos sociais, associações, organizações nacionais e internacionais, sindicatos, partidos políticos, parlamentares, judiciário e órgãos do governo. Quem eram os aliados do movimento? (nos três poderes e na sociedade civil)

(Quais ações em parceria com outras entidades e ou outras esferas do Estado foram desenvolvidas? Conte-me um pouco sobre estas ações?)

4.7 No seu ponto de vista, qual era a visão da sociedade ou da opinião pública sobre a causa defendida pelo movimento? O tema é e era considerado relevante pela sociedade?

4.8 Quando os movimentos feministas começou a introduzir em sua pauta as políticas públicas para as mulheres? Quais eram e hoje que pautas são estas?

4.9 Na sua opinião, faz parte da estratégia dos movimentos feministas a ocupação de cargos públicos? Se sim, em que momento o movimento decidiu que era importante a ocupação de cargos públicos?

instituições intergovernamentais, nos movimentos e redes de *advocacy* transnacionais, na academia

Redes transnacionais / quais os seus oponentes

V – Repertório de ação e interação do movimento do feminista no ES

Objetivo: Investigar sobre as interações socioestatal e os efeitos nas políticas públicas; Identificar e analisar os repertórios de ação coletiva dos movimentos feministascapixaba, incluindo as ações institucionalizadas (ocupação de cargos, conselhos gestores, políticas de proximidade) e não institucionalizadas (protestos, marchas, vigílias e outros);

5.1 Quais as ações foram desenvolvidas ao longo do período de 2003 a 2016 para inserir a pauta dos movimentos feministasna agenda do governo Estadual? Quais estratégias foram adotadas?

5.2 Como o movimento se organizou para desenvolver suas ações? Havia reuniões, assembleias, grupos de trabalho ou comissões? Como se deu esse processo de organização?

5.3 Qual a dinâmica de organização do movimento: nível de especialização funcional, de profissionalização e de financiamento.

5.4 Qual foi o pico de mobilização e visibilidade das ações? Como o movimento se organizou neste momento?

5.5 Você poderia me falar se houveram ações que foram realizadas em parceria com o Estado no período de 2003 até 2016? Quais?

5.6 Na sua percepção, quais as consequências ou resultados dos movimentos feministasna política para as mulheres, e quanto a violência contra a mulher no estado?

[Em síntese, quais as conquistas ou resultados?]

5.7 Na sua opinião os movimentos feministasconseguiram influenciar a agenda do governo? Cite exemplos? Houveram resultados?

5.8 Em contexto de compartilhamento de projetos entre sociedade civil, partido e governo, como se configuram/reconfiguram relações entre Estado e sociedade civil?

5.9 Como o movimento social emergente no período de transição do regime autoritário, ao longo de três décadas, constrói espaços de mediação da relação sociedade-Estado que conferem acesso mais permanente às instituições e a ampliação de sua capacidade de influência? (esta questão é analítica – só para orientar a conversa)

VI – Capacidades estatais / Estrutura burocrática / Organismo gestor de políticas públicas

Objetivo: Caracterizar o organismo de política pública para as mulheres no Espírito Santo, referente ao período de 2011 a 2016, inquirindo acerca de uma burocracia pública voltada para as políticas para as mulheres; Descrever a importância da criação do organismo gestor para o movimento feminista.

6.1 Como você analisa a criação da Secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república em 2003?

6.2 Qual a estrutura administrativa do governo Estadual responsável pela política para as mulheres no período de 2003 a 2016? Quando esse órgão ou órgãos foram criados? Conte a história.

6.3 Conte um pouco da história da criação da Gerência (2012) e da Subsecretaria de políticas para as mulheres (2016).

- 6.4** Quais eram as condições técnico e administrativa do órgão / setor/ programa? (Tinham programas / projetos)
- 6.5** Quais cargos e quem formava a equipe desse órgão ou órgãos? Qual a estrutura com que contavam para elaborar ou implementar ações (nos diferentes momentos ou etapas)? (Como era composto os Recursos humanos)
- 6.6** Quais eram as fontes de financiamento? Lembra do valor anual e do PPA?
- 6.7** Como o órgão estava preparado para atender as demandas?
- 6.8** Como você avalia o impacto das parcerias (convênios, contratos, termos de cooperação, etc.) entre o governo federal / estadual e as organizações da sociedade civil. Colabora para a inclusão de demandas? Não colabora?
- 6.9** Como se deu (se dá) o diálogo do movimento com este organismo? Como é/foi a relação com a sua organização?
- 6.10** Na sua percepção, após este período, houve mudanças nas capacidades do Estado em operar a política pública para as mulheres? (Exemplos: nas normativas gerais do setor de política, organograma (órgãos), funções dos órgãos (programas e projetos), recursos humanos e capacidade financeira).
- 6.11** Como se deu o processo de construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres?

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DO
ESPÍRITO SANTO**

**“ESTRATÉGIAS DE IGUALDADES E EQUIDADE DE
GÊNERO”**

*Recebi
Espírito Santo*

07/03/2003

Apresentação

Este documento tem por finalidade sugerir um conjunto integrado de políticas públicas voltadas para eliminação da discriminação de gênero e a consolidação de uma plena cidadania das mulheres..

Foi elaborado pelo Fórum de Mulheres do Espírito Santo (Articulação de entidades feministas, autônomas, organizações classistas, comissões e coletivos de entidades sindicais), e Comissão Estadual de Mulheres da CUT-ES, após sucessivos anos de luta pelos direitos das mulheres capixabas.

Foi dado as propostas um recorte de raça/etnia , de classe social e levado em consideração a questão territorial do espaço urbano e rural, que tem em si olhares diferenciados.

PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA

A Mulher ainda vive dentro de uma exclusão constante, sobretudo a institucional e constitucional, pois de um lado não respeita sua relação de igualdade em níveis impostos pela Constituição Federal e por outro as Políticas Públicas Adquiridas, através da luta do movimento feminista, não possuem estrutura, formação/adequação e tratamento na devida institucionalidade como convém a dignidade de se constituir as formas da cidadania da mulher, gerando um desrespeito a prática dos Direitos Humanos das Mulheres e os preceitos legais do Estado Democrático de Direito.

No Espírito Santo, só em 1985, conseguimos a criação da primeira Delegacia da Mulher, em Vitória, através do Decreto n.º 2.170-n/24/10/85 com Lei complementar 04/15/01/90 que recebeu em seus primeiros dias um assustador número de ocorrências. Esta DEMU, já foi fechada por falta de condições físicas de funcionamento, e aberta novamente após esforço pessoal da Delegada, movimentos de mulheres e empresários.

A partir da implantação da DEMU Vitória, foram criadas outras delegacias: Vila Velha(Reconstruída pelo esforço conjunto da Delegada, movimentos sociais, empresarial e prefeitura); Cachoeiro de Itapemirim (Construção da Prefeitura e União Cachoeirense de Mulheres); Serra; Guarapari(sem adequação e aparelhamento); Linhares(sem estrutura e delegada); Colatina(sem estrutura e delegada); Cariacica(em vias de Despejo); Aracruz (ausência de Delegada, local e estruturação) São Mateus (deficiência de estruturação) e Viana(sem funcionamento) todas trazem num mesmo contexto os problemas que são um desrespeito a Lei e a sociedade:

- Falta de quadro administrativo capacitado/ treinado para o atendimento a mulher, compreendendo as suas especificidades;
- Falta de armamento e viaturas;
- Não possuem quadros próprios de Assistente Social;
- Não existe uma Defensoria Pública especializada;
- Não existe uma estrutura de apoio onde as mulheres possam ter atendimento de psicólogos, psiquiatras e profissionais afins;

Além desta realidade, ainda existe uma concepção de desvalorização das Delegacias por parte dos profissionais da área de segurança, que trazem no seu bojo a incompreensão sobre o processo de opressão que sofrem, colocando em julgamento valores culturais e morais, fazendo com que as mulheres sejam maltratadas, humilhadas e que desistam da denúncia, condenando fatalmente muitas a morte.

No governo anterior após constantes apelos dos movimento feminista e de mulheres foi criado o Atendimento de finais de semana à mulher vítima de violência, no local da Delegacia Especializada da Mulher de Vitória, carecendo hoje de infra-estrutura constante e pessoal adequado e preparado .

O Instituto Médico legal, não condiz a forma e estrutura de preparação ao atendimento à mulher e menina vítima de violência – estupros, lesões corporais e assassinatos - carecendo de corpo administrativo preparado e específico de mulheres médicas legistas, psicólogas, assistentes sociais, e viaturas especiais para atendimento no local dos fatos. Quando se trata de crimes hediondos contra a mulher, não se vê funcionar a perícia – técnica com imediatos exames locais(coleta de sangue para exame DNA), dificultando, e na maioria das vezes se perdendo a precisa conclusão do crime.

No Estado do Espírito Santo só existe uma Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência , em Cachoeiro de Itapemirim(mantida pela prefeitura e que atende somente as mulheres daquele município) e uma em vias de implantação no município de Vila Velha, fazendo com que as mulheres agredidas e correndo risco de vida da Região Metropolitana, Sul, Norte e Serrana, tenham que após a denuncia voltar para casa, e muitas vezes perder a vida. Vários projetos já foram enviados ao Ministério da Justiça, mas o entendimento equivocado e estreito da importância de tal instrumento faz com que nossas solicitações acabem ficando em segundo plano e causando a perda das verbas já enviadas algumas vezes a este Estado.

Em outra ponta não consegue-se ter acesso aos números reais de mulheres vitimas de violência neste Estado, seja ela qual for, por falta de instrumentos adequados de coleta de dados e uma composição de Políticas Integradas no que tange a Violência doméstica e de Gênero.

PROPOMOS:

1-Programas Especiais:

1.1- Garantir o funcionamento com estrutura física adequada, corpo policial completo, inclusive Delegada (sexo feminino), com atendimento exclusivo nas 11 Delegacias Especializada da Mulher , sem nenhum processo de unificação.

1.2 - Garantir o funcionamento com estrutura física adequada, corpo policial completo, e informatização da Delegacia de proteção a Criança e ao Adolescente.

1.4 - Implantar duas Casa Abrigo para mulheres vitimas de violência (Região Metropolitana e Norte) do Estado, que possa contemplar inicialmente os municípios que não tem este serviço;

1.5- Implantar um Centro de Atendimento as vítimas de Violência , onde possam receber atendimento mais especializado com assistente sociais, psicólogos e profissionais afins, utilizando as equipes e redes do SUS.

1.6 –Criar um Sistema de dados (Informatizado) sobre a violência contra mulher, com recorte racial e de classe social, utilizando os organismos oficiais de coleta e análise de dados;

1.7 – Propor ao Ministério Público e Defensoria Pública a instalação, no âmbito de suas respectivas instituições, de setores específicos para coordenações direcionadas à prevenção e combate à violência doméstica contra à mulher.

1.8 - Implantação de mais Delegacias Especializadas da Mulher inicialmente nos municípios de maior população;

2- Formação

2.1 – Implantar programas de capacitação/Formação com recorte de gênero, raça/etnia e Classe Social para o corpo policial /Técnico que trabalhem com o atendimento as mulheres vítimas de violência, buscando parcerias com o Departamento e Extensão da UFES, que já desenvolve um trabalho de capacitação .

2.2 – Promover a elaboração de pesquisas sobre a realidade da violência de gênero e a prostituição infantil que direcionem políticas de combate a violência.

3- Campanhas

3.1 – Promover campanhas de formação da opinião publica condenatórias da violência doméstica e sexual contra meninas, adolescentes e mulheres.

3.2- Promover campanhas que incentivem as mulheres a formalizar denúncias quando em situação de violência.

COMBATE A POBREZA

A feminilização da Pobreza é uma realidade . O IBGE aponta um crescimento das mulheres chefes de família no Estado, e a maioria delas encontram-se na periferia da região metropolitana. Faz-se necessário o mapeamento da pobreza feminina e ações para reverter esta situação de fato.

PROPOMOS:

1 – Geração de Emprego e Renda

1.1 - Promover e apoiar a multiplicação de projetos e experiências de geração de emprego e renda especificamente voltados para as mulheres a nível estadual e municipal.

1.2 - Criar um Programa Estadual de crédito por parte das mulheres, em especial chefes de família, para financiamento de microempresas e cooperativas, que lhe permitam aumentar seus rendimentos na cidade e agregar valores no campo.

1.3 - Criar mecanismos de inclusão das mulheres chefes de família em programas de financiamento da casa própria e de outros tipos de crédito, bem como estabelecer critérios de comprovação de renda compatíveis com suas condições;

2- Programas Especiais

2.1 - Em cumprimento a Lei do idoso, incentivar a criação de programas comunitários destinados a acolher mulheres da terceira idade, urbanas e rurais, proporcionando-lhes cuidados, ocupação e lazer compatíveis com suas condições físicas e mentais.

2.2- Incentivar a criação e ampliação de programas de complementação alimentar a gestantes e nutrízes.

3-Formação

3.1 - Incentivar a criação de projetos de educação profissional para mulheres trabalhadoras rurais e urbanas;

3.2 - Promover, por meio da Secretaria de Ação Social e Trabalho, projetos e ações de educação profissional para adolescentes e jovens, principalmente para as meninas.

3.4 - Desenvolver programas de sensibilização para profissionais que atuam na Secretaria de Agricultura , especificando a Incaper, no que tange as relações sociais de gênero no processo da produção/reprodução na propriedade familiar .

4- Campanhas

4.1 - Promover divulgação, junto a mulher trabalhadora rural e urbana, dos seus direitos trabalhistas e dos mecanismos de acesso à justiça, assim como da assistência jurídica gratuita no que se refere ao direitos das mães e dos seus filhos em relação a responsabilidade paterna.

EDUCAÇÃO

Historicamente o direito à educação e ao voto irão se configurar como as primeiras lutas das mulheres, no Brasil e no mundo.

Sendo a educação um dos direitos de cidadania e instrumento fundamental na conquista da igualdade entre os sexos, torna-se fundamental a garantia da oportunidade de acesso pelas mulheres a todos os níveis de educação pública gratuita, laica e de qualidade, o que sempre foi uma luta do movimento de mulheres.

Uma educação não sexista, que promova a formação integral do ser humano, que respeite a pluralidade cultural e combata todas as formas de preconceito e discriminação são condições indispensáveis ao exercício da democracia e à superação dos preconceitos contra a mulher.

NESTE SENTIDO PROPOMOS:

1 – Currículo e Recursos Educacionais

1.1 – Eliminar estereótipos relativos à gênero, raça/etnia, classe social e deficiência em todos os materiais produzidos pela Secretaria Estadual de Educação.

1.2 – Promover nas instituições de ensino a convivência igualitária entre meninos e meninas, homens e mulheres e o combate a toda forma de preconceito e discriminação

2 – Creche

2.1 – Viabilizar programas de atendimento por creches (rede pública e empresariado) a crianças de 0 a 6 anos, por tempo integral, com horários compatíveis com o horário de trabalho da mãe/pai, filhas trabalhadoras chefes de família, trabalhadoras em situação de pobreza, urbanas e rurais, incluindo programas especiais de atendimento a crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

3- Programas Especiais

3.1 – Implantar programa de educação em sexualidade e saúde reprodutiva, com recorte de Gênero no Sistema Estadual de Ensino;

3.2 – Criar mecanismos de apoio e facilitação, na educação formal e na qualificação profissional, para mães adolescentes, tais como bolsas de estudo e prioridade de matrícula em cursos noturnos da rede oficial próximos ao local de residência.

3.3 – Valorizar a carreira de professor(a) pelo aperfeiçoamento profissional e, pela remuneração compatível com a responsabilidade de seu trabalho.

3.4 – Oferecer programas de alfabetização para mulheres adultas, adequados a faixas etárias e condições sócio-econômicas diferenciadas, e que levem em conta a participação na produção/reprodução rural.

4- Formação

4.1 – Incorporar nos cursos e programas de formação, as questões relativas à gênero, raça/etnia, classe social e deficiências .

4.2 – Incentivar a criação de programas de educação formal e profissional para mulheres internas no sistema penitenciário.

SAÚDE

O Espírito Santo já contou com Políticas Públicas governamentais inovadoras, cujos princípios reafirmavam o Programa de assistência Integral à Mulher – PAISM.

Nos últimos anos, a priorização e integração efetiva do PAISM nas estratégias da política universal de saúde, em especial do SUS não teve a devida importância necessária para que se avançasse em novas políticas.

1- Serviços Médicos de Atenção à Saúde

1.1 – A partir dos Fóruns já existentes na área de saúde , viabilizar a criação de uma comissão , com representação de ONG'S e entidades feministas para discutir e implementar o acompanhamento das políticas públicas em saúde da mulher.

1.2 – Priorizar solução para atendimento as mulheres com câncer de colo de útero e de mama.

1.3 Implantar programas de atenção especial à gravidez e ao parto na adolescência, que garantam atendimento físico e psicológico durante todo o processo gravídico-puerperal, incluindo o período de amamentação.

1.4 – Universalizar a assistência Pré –natal no SUS.

1.5 – Criar programas específicos de atendimento durante o período gravídico-puerperal às mulheres portadoras de HIV, assim como os seus filhos e filhas.

1.6 – Promover o acesso a métodos contraceptivos avalizados pelo Ministério da Saúde, assim como exames clínicos e laboratoriais e as informações sobre vantagens e

desvantagens dos métodos, para que a escolha das mulheres possa ser realizada com autonomia, visando a redução das taxas de esterilização.

1.7 – Implantar políticas de saúde destinadas as mulheres portadoras de deficiência, no sentido de garantir-lhes atendimento adequado a suas condições pelo SUS e redes conveniadas.

1.8 – Inclusão e o Preenchimento de raça/etnia como dado de identificação de saúde.

1.9 – Implantar na rede de saúde , como obrigatório, o teste da Anemia Falciforme para recém nascidos.

1.10 – Implantar política de saúde , destinadas a mulheres no climatério e pós climatério, no sentido de garantir a saúde física e mental da terceira idade.

1.11 – Garantir a ampliação do espectro de atendimento do PAISM para as vítimas de violência sexual e doméstica.

1.12 – Garantir o atendimento as internas do Sistema Penitenciário, dentro dos princípios do PAISM.

1.14- Reforçar os programas de ação para Tratamento das doenças crônico-degenerativas que atacam prioritariamente as mulheres.

2- Programas Especiais

2.1 – Promover a Assegurar a participação do Fórum de Mulheres do E. Santo, entidades e ONG'S Feministas nos mecanismos de controle social existentes, principalmente o Conselho Estadual de Saúde, Comitê de Prevenção e controle da morte Materna, e outros que venham a ser instalados em relação à saúde da mulher.

3- Formação

3.1– Sensibilizar e capacitar profissionais para o atendimento de mulheres em situação de fragilidade emocional, como a que ocorre no pré-parto, estágio puerperal, estupro, violência doméstica, abuso sexual e outros.

3.2– Incentivar programas de capacitação de parteiras.

3.3– Sensibilizar e capacitar profissionais de saúde para a realidade da condição vivida pelas mulheres negras em relação a miomas e hipertensão arterial.

4- Campanhas

4.1 – Continuar promovendo campanhas que divulguem a importância do acompanhamento pré-natal na prevenção da mortalidade materna e sensibilizem as gestantes a procurar atendimento logo no início da gravidez, ao mesmo tempo que incentivem a escolha do parto natural, sempre que possível.

4.2 – Promover campanhas dirigidas a mulheres e seus empregadores/empregadoras, destacando o valor da amamentação até os seis primeiros meses devida e viabilizando o cumprimento da lei de creches.

MECANISMOS INSTITUCIONAIS

A efetivação das propostas neste documento supõe a existência de mecanismos institucionais capazes de monitorá-las em permanência e atualizá-las quando necessário.

1 – Programas Especiais

1.1 – O efetivo funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher CEDIMES, com uma estrutura operacional (local físico e corpo administrativo) , para influir na formulação e monitoramento de políticas públicas.

1.2 – Estimular a criação e fortalecimento dos organismos municipais de defesa dos direitos da mulher, em todo o Estado.

1.3 – Implantar estatísticas estaduais na perspectiva de gênero, desagregando-as por sexo, raça/etnia..

2- Legislação

2.1 – Considerar a perspectiva de gênero em todas as propostas legislativas em que ela seja pertinente.

3– Estudos e Pesquisas

3.1 – Estimular produção de dados sobre a necessidade das mulheres no campo do trabalho.



Fórum de Mulheres do Espírito Santo

Vitória, 08 de março de 2012.

Ao Governador do Estado
Renato Casagrande

Exmo. Sr.,

Vimos, por meio desta, encaminhar a V. Exa. uma síntese da análise que fazemos da realidade das mulheres capixabas (urbanas e trabalhadoras, camponesas, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais sem terra, pescadoras artesanais, jovens, negras, lésbicas), que, há muito tempo, clamam pela atenção do governo capixaba, bem como, parte das reivindicações das mulheres capixabas.

Se a realidade da mulher brasileira no que tange aos seus direitos sociais é ruim, no Espírito Santo este quadro se torna dramático. Nosso estado, há mais de cinco anos, lidera o ranking de assassinatos de mulheres no país, o que evidencia a falta de políticas públicas que enfrentem o problema, revelando a negligência do governo capixaba.

Nós, mulheres, sofremos com a violência física e com a falta de equipamentos públicos especializados de atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Muitas mulheres vítimas de violência são desrespeitadas e humilhadas nos locais onde deveriam receber assistência.

Também destacamos a violência imposta às mulheres camponesas pelo modelo de agricultura vigente no país, o agronegócio, que destina grande parte das terras agricultáveis para plantação de monocultivos de exportação e não para a produção de alimentos. Esse modelo utiliza muitos agrotóxicos, o que prejudica a saúde de toda a população.

Lembramos aqui a terrível situação vivenciada pelas mulheres quilombolas do Sapê do Norte que, além de perder o seu território para a Fibria, hoje, veem-se obrigadas a trabalhar na aplicação de herbicidas para esta empresa. Muitas já lidam com problemas graves de saúde decorrentes do seu processo de envenenamento. Solidarizamos-nos com a luta do povo e das mulheres quilombolas contra aquela que é a expressão maior do agronegócio nas terras capixabas.

Também as mulheres indígenas precisam ser mencionadas: elas, que também enfrentam a violência doméstica e outras formas de discriminação, não contam com equipamentos públicos e menos ainda com profissionais qualificados para realizar o seu atendimento. Muitas preferem silenciar diante da situação de violência, porque acreditam que não há o que fazer.

O Estado brasileiro tem investido a maior parte dos recursos públicos nas grandes empresas do agronegócio, enquanto as mulheres e suas famílias ficam sem terra para produzir alimentos. O acesso à terra (reforma agrária) é uma necessidade das mulheres do campo, bem como políticas públicas para permanência na terra, como escola no campo, acesso à saúde, créditos para produção de alimentos.

No Espírito Santo, empresas como a Fíbria, a Vale e a Samarco, que recebem gordos financiamentos públicos, têm produzido forte impacto ambiental sobre o meio ambiente e, infelizmente, o clamor das populações que vivem no entorno desses grandes projetos e que são as maiores impactadas, não são ouvidas. Os esforços do governo do estado, expressas nas ações do Instituto de Meio Ambiente (IEMA), para viabilizar a implantação da CSU, siderurgia da Vale, em Ubu, Anchieta, têm violados direitos fundamentais das comunidades anchietenses, sem falar do fato de se desconsiderar os princípios básicos determinados pela legislação

ambiental brasileira para liberação de atividades industriais com alta capacidade poluidora. Por isso, nos solidarizamos com as mulheres da Comunidade de Chapada do A, que se estão sendo pressionadas pela Vale para deixar as suas casas e a sua comunidade. Não é possível que o interesse econômico mais uma vez prevaleça sobre os direitos humanos e territoriais de populações locais.

A violência sofrida no trabalho pelas mulheres também precisa ser lembrada. Mesmo ocupando mais espaço no mercado de trabalho, temos a situação de salários desiguais entre homens e mulheres. Vale lembrar a violência contra mulheres negras e pobres, que sofrem com o racismo; e contra as lésbicas, que são coagidas ao demonstrar sua sexualidade.

Além disso, grande parte das mulheres urbanas sofre com o desemprego e com a falta de direitos sociais mínimos, pois trabalham de modo informal. A diferença salarial para as trabalhadoras formais também é uma realidade, bem como a dificuldade em ocupar cargos de chefia. Esses problemas aumentam mais ainda quando a mulher é negra e lésbica, pois o racismo e a lesbofobia ampliam o quadro de exploração. Tal realidade exige a implementação de políticas afirmativas que promovam a equidade de gênero e de raça no mundo do trabalho. Infelizmente, temos assistido a inércia do governo capixaba frente às essas questões.

A violência institucional nas escolas e universidades com perseguição explícita às estudantes grávidas e com filhos é alarmante. Lesbofobia e racismo também fazem parte do dia a dia escolar. Toda mulher deveria ter o direito de poder estudar independente de sua sexualidade. Não é a realidade de nosso Estado.

Também caracteriza-se violência institucional quando o governo destina nenhum ou poucos recursos para investir em políticas públicas para mulheres. A informação que temos é que, na atualidade, a Coordenadoria da Mulher conta com pouco mais de 200 mil reais para quatro anos de trabalho. Ou seja, a questão orçamentária revela o nível de compromisso que os governos têm com as mulheres. Como é possível desenvolver políticas sérias com essa quantidade de recursos? Sabemos que muitas coisas acontecem graças a ação de gestores/as, que, num esforço pessoal, conseguem ainda fazer algumas coisas.

No âmbito da saúde pública, é necessário evidenciar o quadro alarmante de desrespeito ao evento do parto e nascimento no Espírito Santo. Em 2011, muitas mulheres ficaram sem acompanhante de livre escolha durante o pré-parto, parto e pós-parto imediato, apesar de existir o direito garantido por Lei Estadual (Lei nº. 7.690/2003), Lei Federal (Lei nº. 11.108/2005) e RDC 36 de 2008 da ANVISA. A assistência ao parto ainda inclui outras formas de violências, desde a violência física e moral, hostilidade, ameaças, discriminação, falta de vagas, até procedimentos prejudiciais e inadequados condenados pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério de Saúde, como: restrição de acesso a métodos não farmacológicos de alívio da dor, ocitocina de rotina, litotomia de rotina, imposições sobre a posição do parto, episiotomia de rotina, sendo essa última considerada como a nossa mutilação genital muitas vezes realizada sem o consentimento da mulher. Além disso, muitas mulheres ainda são submetidas à cesárea por conveniência médica, procedimento antiético, abusivo e desnecessário com riscos para mãe e bebê. No Espírito Santo, a mulher torna-se mãe com a marca da violência.

Lembramos ainda que a Lei nº. 10.778 DE 2003, que Institui a Notificação Compulsória de violência contra a mulher e determina ao Ministério da Saúde e às secretarias estaduais e municipais de saúde o desenvolvimento de instrumento de coleta e sistematização da informação sobre a temática e que até o momento pouco foi feito no sentido de viabilizar, nos municípios do Espírito Santo, os serviços que façam à notificação. Por causa disso, o Espírito Santo não consegue sistematizar dados acerca da relação violência doméstica e saúde, o que compromete, substancialmente, a produção de novas políticas para o enfrentamento da violência contra mulheres no âmbito da saúde.

Outro segmento que necessita de atenção especial por parte do Governo é o das mulheres que se encontram nos presídios capixabas. De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo (SEJUS), entre os anos de 2003 e 20

10,

o número de mulheres nas unidades prisionais aumentou de 304 para 1.192. Sabe-se que inúmeros direitos destas mulheres estão sendo violados dentro dos presídios, exigindo medidas urgentes para que sejam assegurados os seus direitos humanos fundamentais.

Diante das questões supracitadas, nós, mulheres capixabas, da cidade e do campo, trabalhadoras urbanas, quilombolas e indígenas, negras, lésbicas, camponesas, jovens, idosas, com deficiência física, encarceradas, sem terra acampadas, trabalhadoras informais, reivindicamos:

A implementação dos mecanismos exigidos pela Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, tais como: a construção de um Centro de Referência Estadual de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência; a criação de uma Coordenadoria das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; a implementação de novas delegacias especializadas nos municípios onde não existem e a reestruturação das já existentes; a criação de um Centro de Estudos e Pesquisa sobre Violência contra a Mulher com a viabilização de um banco de dados sobre violência contra a mulher, além de campanhas permanentes contra a violência de gênero, violência racial e étnica; que os/as profissionais sejam capacitados/as para atender mulheres em situação de violência, inclusive respeitando as suas especificidades étnicas.

Outras medidas também são necessárias como à articulação da Rede de Serviços de Atendimento à Mulher, envolvendo projetos e ações existentes nos setores públicos e privados; mais assistência do Estado para as trabalhadoras rurais; a inclusão nas escolas públicas e privadas do Espírito Santo do debate sobre questões raciais e de gênero.

Também reivindicamos uma reforma agrária popular, que possibilite o acesso à terra para as famílias que vivem no campo, mas que também garanta uma mudança no modelo de produção agrícola. As mulheres querem produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e com respeito ao meio ambiente. Para isso, o governo deve inverter sua prioridade de investimentos, apostando na reforma agrária como mecanismo de distribuição de renda.

A redução da jornada de trabalho também criaria mais postos de trabalho, o que empregaria as mulheres e contribuiria para toda a sociedade. Aliado a isso, deve ser criado restaurantes populares, lavanderias públicas e mais creches, para que as mulheres possam ser liberadas do espaço doméstico. Essa também deve ser uma política garantida pelo Estado.

É urgente o cumprimento da Lei nº 7.690/2003 e fiscalização da RDC 36 da ANVISA, que estabelece que todas as mulheres atendidas no Estado do Espírito Santo têm o direito à presença de um acompanhante durante o pré-parto, parto e pós-parto imediato e a criação de Centros de Parto Normal, com profissionais especializados para atendimento adequado à mulher.

Reivindicamos também a implementação da Lei nº. 10.778 DE 2003, que estabelecem a notificação compulsória de violência contra mulher no âmbito da saúde, bem como da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigação do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

E, por último, reivindicamos mais investimento públicos. Precisamos que seja ampliado o investimento orçamentário em políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo, caso contrário, as mulheres continuarão sendo vítimas das mais diversas formas de violência, sobretudo, da violência doméstica.

Nós, mulheres capixabas, esperamos que o governo do estado atenda as nossas reivindicações e apóie as que não forem de sua competência constitucional, Mais ainda, que estabeleça um compromisso de ouvir as mulheres, algo que não nos aconteceu duas últimas gestões.

Queremos, por último, solicitar uma audiência com V. Exa. para o mês de março, para que possamos debater as questões supracitadas e estabelecer uma agenda de compromissos do seu governo com a mudança da

realidade da mulher capixaba na direção do reconhecimento de que os direitos das mulheres também são direitos humanos.

Atenciosamente

Fórum de Mulheres do ES AMUCABULI- AMUS- AMUTRES - Associação de Mulheres Negras de São Mateus-Articulação de Mulheres Brasileira -- Assembléia Popular- Avante Juventude - CCCP Olho da Rua-Coletivo Femenina - Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune - Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guaraní - Consulta Popular - CRESS - DCE UFES - Fejunes - Grupo Atuação - IDESBRE - Liga Brasileira de Lésbica ES - Movimento de Mulheres Camponesas/ES - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ES -MTL/ES- MUCAV- Mulheres em Rede de Colatina- Mulheres de Terra Vermelha -Vila Velha- Mulheres Quilombolas - Parto do Princípio - Santa Sapatária - Sindilimpe/ES- Sindbancários/ES - - Setorial de Mulheres do PSOL -RECID - Diversas Feministas Autônomas.

POR UMA SOCIEDADE SEM VIOLÊNCIA E COM EQUIDADE DE GÊNERO

O **Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo** – CEDIMES – vem a público nesse 8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres – alertar governantes, gestores públicos e toda sociedade sobre a necessidade de atenção à causa das mulheres capixabas.

O Estado do Espírito Santo apresentou um crescimento econômico acima da média nacional nas últimas décadas. De acordo com os indicadores econômicos é um dos estados mais desenvolvidos do Brasil, o que não refletiu em redução das desigualdades sociais e investimentos em políticas de enfrentamento das violações dos direitos humanos das mulheres.

Há uma enorme dificuldade de compreensão da especificidade da política e o reconhecimento que a desigualdade das mulheres é um processo histórico de longuíssimos anos, perpetuada por um processo de exploração/submissão e violência, e é essa concepção ideológica que orienta como os seres humanos são tratados segundo o padrão específico de gênero.

Para desconstruir este arcabouço de ideias, que na prática se concretiza na política de um “Estado” e de uma gestão patriarcal, é necessário que se tenha uma nova condução no debate e planejamento governamental das políticas públicas.

A estratégia para romper com essa situação já esta apresentada aos governantes e a sociedade pelo movimento feminista e de mulheres. Faz-se necessário uma política pública que considere a especificidade e a intersetorialidade. As mulheres ainda são as responsáveis pelo cuidado da vida humana, visando uma mudança nessa realidade necessita-se de ações coletivas, envolvendo toda a sociedade.

Também apontamos os vários casos de violência contra as mulheres que são publicados diariamente nos meios de comunicação: estupros, agressões físicas, agressões psicológicas, ameaças, tráfico, discriminação racial, lesbofobia, sequestro e mortes.

Faz-se urgente o investimento em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres bem como o fortalecimento de um organismo com estrutura, autonomia e recursos compatíveis para atuar efetivamente na redução dessa violência. É preciso considerar tanto as especificidades das questões de gênero como também o papel das mulheres como protagonistas das políticas públicas, priorizando as diversidades regionais, sociais, de raça/etnia e geração.

Considerando a grande contribuição da Lei Maria da Penha no processo de criminalização da violência doméstica contra mulheres é fundamental que a Rede de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres seja implementada e colocada em funcionamento, além do envolvimento e compromisso de todas as instituições na aplicabilidade real dessa lei e extinção da situação dramática em que vivem as mulheres capixabas.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDIMES), instância formada por diversas organizações da sociedade civil e poder público, destaca seu papel de acompanhamento, monitoramento e proposição de políticas para as mulheres e reafirma seu compromisso com as mulheres capixabas na proteção de sua integridade física, moral e na luta pela promoção da equidade de gênero no Estado.

Queremos uma sociedade justa, com direitos iguais e que respeite as mulheres!



CEDIMES
Conselho Estadual de Defesa dos
Direitos da Mulher do
Estado do Espírito Santo